

## AOLP

### ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA O texto e os comentários acadêmicos e jornalísticos

Antologia organizada por José Pereira da Silva

1. **Acordo ortográfico da língua portuguesa (texto integral).....2**
2. **O acordo ortográfico de 1995: seus antecedentes, seus pontos positivos e negativos, suas possíveis conseqüências - Afrânio da Silva Garcia ..... 40**
3. **Análise crítica do acordo ortográfico de 1995 - Afrânio da Silva Garcia..... 53**
4. **Para entender o acordo ortográfico: mudanças ortográficas no horizonte – Carlos Alberto Faraco..... 86**
5. **Acordo ortográfico da língua portuguesa (Entrevista de Sílvia Elia concedida à *Revista Brasileira de Língua e Literatura*).... 95**
6. **Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa - Maria Helena Mira Mateus ..... 107**
7. **Reportagens e entrevistas diversas da imprensa recente sobre o AOLP..... 131**

# ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

## BASE I

### DO ALFABETO E DOS NOMES PRÓPRIOS ESTRANGEIROS E SEUS DERIVADOS

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (á)	j J (jota)	s S (esse)
b B (bê)	k K (capa ou cá)	t T (tê)
c C (cê)	l L (ele)	u U (u)
d D (dê)	m M (eme)	v V (vê)
e E (é)	n N (ene)	w W (dáblio)
f F (efe)	o O (o)	x X (xis)
g G (gê ou guê)	p P (pê)	y Y (ípsilon)
h H (agá)	q Q (quê)	z Z (zê)
i I (i)	r R (erre)	

Obs.:

1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: Franklin, frankliniano; Kant, kantistno; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano, Byron, byroniano; Taylor, taylorista;

b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados: Kwanza; Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: TWA, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilômetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.

3º) Em congruência com o número anterior, mantém-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: comtista, de Comte; garrettiano, de Garrett; jeffersónia/ jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller; shakespeareano, de Shakespeare.

Os vocábulos autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de fúcsia/ fúchsia e derivados, bungavília/ bunganvília/ bougainvília).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica ch, ph e th podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como Baruch, Loth, Moloch, Ziph, ou então simplificar-se: Baruc, Lot, Moloc, Zif. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: José, Nazaré, em vez de Joseph, Nazareth; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: Judite, em vez de Judith.

5º) As consoantes finais grafadas b, c, d, g e h mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropônimos e to-

pónimos/topônimos da tradição bíblica: Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat.

Integram-se também nesta forma: Cid, em que o d é sempre pronunciado; Madrid e Valhadolid, em que o d ora é pronunciado, ora não; e Calcem ou Calicut, em que o t se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final Jó, Davi e Jacó.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: Anvers, substituído por Antuérpia; Cherbourg, por Cherburgo; Garonne, por Garona; Genève, por Genebra; Justland, por Jutlândia; Milano, por Milão; München, por Munique; Torino, por Turim; Zürich, por Zurique, etc.

## **BASE II**

### **DO H INICIAL E FINAL**

1º) O h inicial emprega-se:

a) Por força da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor.

b) Em virtude da adoção convencional: hã?, hem?, hum!.

2º) O h inicial suprime-se:

a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: erva, em vez de herva; e, portanto, erva-

çal, ervanário, ervoso (em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, formas de origem erudita);

b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobisomem, reabilitar, reaver.

3º) O h inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: anti-higiênico/ anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano.

4º) O h final emprega-se em interjeições: ah! oh!

### **BASE III**

#### **DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS**

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1º) Distinção gráfica entre ch e x: achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixei, baixo, bexiga,

bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícaro.

2º) Distinção gráfica entre g, com valor de fricativa palatal, e j: adágio, alfageme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frígir, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerônimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

3º) Distinção gráfica entre as letras s, ss, c, ç e x, que representam sibilantes surdas: ânsia, ascensão, aspensão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mozza, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar, acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguíça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as errôneas/errôneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.

4º) Distinção gráfica entre s de fim de sílaba (inicial ou interior) e x e z com idêntico valor fônico/fônico: adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer,

esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o x = s muda para s sempre que está precedido de i ou u: justapor, justalinear, misto, sistino (cf. Capela Sistina), Sisto, em vez de juxtapor, juxtalinear, mixto, sixtina, Sixto.

b) Só nos advérbios em -mente se admite z, com valor idêntico ao de s, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. capazmente, etc.); de contrário, o s toma sempre o lugar do z: Biscaia, e não Bizcaia.

5º) Distinção gráfica entre s final de palavra e x e z com idêntico valor fónico/ fônico: aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez (substantivo e forma do verbo fazer), fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz. A propósito, deve observar-se que é inadmissível z final equivalente a s em palavra não oxítone: Cádiz, e não Cádiz.

6º) Distinção gráfica entre as letras interiores s, x e z, que representam sibilantes sonoras: aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, juante, liso, lousa, Lousã, Luso (nome de lugar, homónimo/homónimo de Luso, nome mitológico), Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obsequio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, E-

zequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinhos, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.

## BASE IV

### DAS SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS

1º) O c, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores cc (segundo c com valor de sibilante), çç e ct, e o p das seqüências interiores pc (c com valor de sibilante), pç e pt, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente preferidos nas pronúncias cultas da língua: compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rapto.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo, aflicção, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; factio e facto, sector e setor, ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.

d) Quando, nas seqüências interiores mpc, mpç e mpt se eliminar o p de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o m passa a n, escrevendo-se, respectivamente, nc, nç e nt: assumpcionista e assuncionista; assumpção e assunção; assumptível e assun-

tível; preempatório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade.

2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o b da seqüência bd, em súbdito; o b da seqüência bt, em subtil e seus derivados; o g da seqüência gd, em amígdala, amigdalácea, amigdalalar, amigdalato, amigdalite, amigdalóide, amigdalopatia, amigdalotomia; o m da seqüência mn, em amnistia, amnistiatar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímmodo, omnipotente, omnisciente, etc.; o t da seqüência tm, em aritmética e aritmético.

## BASE V

### DAS VOGAIS ÁTONAS

1º.) O emprego do e e do i, assim como o do o e do u em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim, se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com e e i: ameaça, amealhar, antecipar, arrepiar, balnear, boreal, campeão, cardeal (prelado, ave, planta; diferente de cardial = "relativo à cárdia"), Ceará, côdea, enseada, enteado, Floreal, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, melão, melhor, nomear, peanha, quase (em vez de quási), real, semear, semelhante, várzea; ameixial, Ameixeira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial (adjetivo e substantivo), corno/a, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe (e identicamente Filipa, Filipinas, etc.), freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimioso.

b) Com o e u: abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar costume, díscolo, êmbolo, engolir, epístola, esba-fonir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocoso, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, tá voa, tavoada, tábola, tômbola, veio (substantivo e forma do verbo vir); açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fémur/fêmur, fistula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua, vitualha.

2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente e e i ou o e u em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se e ou i, se o ou u. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com e, e não com i, antes da sílaba tónica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em -elo e -eia, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: aldeão, aldeola, aldeota por aldeia; areal, areeiro, areento, Areosa por areia; aveal por aveia; baleal por baleia; cadeado por cadeia; candeiro por candeia; centeeira e centeeino por centeio; colmeal e colmeeiro por colmeia; correada e correame por correia.

b) Escrevem-se igualmente com e, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/ tônica, os derivados de palavras que terminam em e acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: ea, ee): galeão, galeota, galeote, de galé; coreano, de Coreia; daomeano, de Daomé; guineense, de Guiné; poleame e poleeiro, de polé.

c) Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos

de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duniense, flaviense, etc.): açoriano, acriano (de Acre), camoniano, goisiano (relativo a Damião de Góis), siniense (de Sines), sofocliano, torniano, torniense (de Torre(s)).

d) Uniformizam-se com as terminações -io e -ia (átonas), em vez de -eo e -ea, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal; cúmio (popular), de cume; hástia, de haste; réstia, do antigo neste, véstia, de veste.

e) Os verbos em -ear podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em -iar, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em -elo ou -eia (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: aldear, por aldeia; alhear, por alheio; cear por ceia; encadear por cadeia; pean, por pela; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotônicas/rizotônicas em -eio, -eias, etc.: clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear, etc. Existem, no entanto, verbos em -iar, ligados a substantivos com as terminações átonas -ia ou -io, que admitem variantes na conjugação: negoceio ou negocio (cf. negócio); premeio ou premio (cf. prêmio/prêmio); etc.

f) Não é lícito o emprego do u final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: moto, em vez de mótu (por exemplo, na expressão de moto próprio); tribo, em vez de tribu.

g) Os verbos em -oar distinguem-se praticamente dos verbos em -uar pela sua conjugação nas formas rizotônicas/rizotônicas, que têm sempre o na sílaba acentuada: abençoar com o, como abençoo, abençoas, etc.; destoar, com o, como destoo, destoas, etc.; mas acentuar, com u, como acentuo, acentuas, etc.

## BASE VI

### DAS VOGAIS NASAIS

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre a; por m, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por n se é de timbre diverso de a e está seguida de s: afã, grã, Grã-Bretanha, lâ, órfã, sã-braseiro (forma dialetal; o mesmo que são-brasense = de S. Brás de Alportel); clarim, tom, vacuum, flautins, semitons, zunzuns.

2º) Os vocábulos terminados em -ã transmitem esta representação do a nasal aos advérbios em -mente que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por z: cristãmente, irmãmente, sãmente; lâzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.

## BASE VII

### DOS DITONGOS

1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por i ou u: ai, ei, éi, ui; au, eu, éu, iu, ou: braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis (mas farneizinhos), goivo, goivar, lencóis (mas lençoizinhos), tafuis, uivar, cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu (mas ilheuzito), mediu, passou, regougar.

Obs.: Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados ae (= âi ou ai) e ao (âu ou au): o

primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos Caetano e Caetana, assim como nos respectivos derivados e compostos (caetatinha, são-caetano, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição a com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo o, ou seja, ao e aos.

2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo grafado ui, e não a seqüência vocálica grafada ue, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -uir: constituís, influí, retribuí. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado ui de sílaba final ou fim de palavra (azuis, fui, Guardafui, Rui, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -air e em -oer: atraís, cai, sai; móis, remói, sói.

b) É o ditongo grafado ui que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um u a um i átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como fluido de formas como gratuito. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas u e i se separem: fluídico, fluidez (u-i).

c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo: áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; di-

tongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m. Eis a indicação de uns e outros:

a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: ãe (usado em vocábulos oxítonos e derivados), ãi (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), ão e õe. Exemplos: cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçõezinhas, põe, repões. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo ãi; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como rui = ruim, representa-se sem o til nas formas muito e mui, por obediência à tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m são dois: am e em. Divergem, porém, nos seus empregos:

i) am (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: amam, deviam, escreveram, puseram;

ii) em (tónico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: bem, Bem-bom, Bemposta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem; Ben-canta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homenzarrão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens, amém (variação do ámen), armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também; convêm, mantêm, têm (3<sup>as</sup> pessoas do plural); armazéns, desdéns, convéns, reténs; Belenzada, vintenzinho.

## BASE VIII

### DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS OXÍTONAS

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas/tônicas abertas grafadas -a, -e ou -o, seguidas ou não de -s: *está, estás, já, olá; até, é, és, olé, pontapé(s); avó(s), dominó(s), paletó(s), só(s)*.

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em -e tônico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê*, *bidé* ou *bidê*, *canapé* ou *canapê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochê*, *guichê* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *nené* ou *nenê*, *ponjé* ou *ponjê*, *puré* ou *purê*, *rapé* ou *rapê*.

O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *cocô*, *ré* (letra do alfabeto grego) e *ré*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metrô*, a par de *metro*.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos *lo(s)* ou *la(s)*, ficam a terminar na vogal tônica/tônica aberta grafada -a, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: *adorá-lo(s)* (de *adorar-lo(s)*), *dá-la(s)* (de *dar-la(s)* ou *dá(s)-la(s)* ou *dá(s)-la(s)*), *fá-lo(s)* (de *faz-lo(s)*), *fá-lo(s)-às* (de *far-lo(s)-ás*), *habita-la(s)-iam* (de *habitar-la(s)-iam*), *trala(s)-á* (de *trar-la(s)-á*).

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal (presente do indicativo etc.) ou -ens: *acém*, *detém*, *deténs*, *entretém*, *entreténs*, *harém*, *haréns*, *porém*, *provém*, *provéns*, *também*.

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados -éi, *éu* ou *ói*, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de -s: *anéis*,

batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói (de correr), herói(s), remói (de remoer), sóis.

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, seguidas ou não de -s: cortês, dê, dês (de dar), lê, lês (de ler), português, você(s); avô(s), pôs (de pôr), robô(s).

b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos -lo(s) ou -la(s), ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: detê-lo(s) (de deter-lo-(s)), fazê-la(s) (de fazer-la(s)), fê-lo(s) (de fez-lo(s)), vê-la(s) (de ver-la(s)), compô-la(s) (de compor-la(s)), repô-la(s) (de repor-la(s)), pô-la(s) (de por-la(s) ou pôs-la(s)).

3º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas/heterofônicas, do tipo de cor (ô), substantivo, e cor (ó), elemento da locução de cor; colher (ê), verbo, e colher (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal pôr, para a distinguir da preposição por.

## **BASE IX**

### **DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PAROXÍTONAS**

1º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano

2º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -l, -n, -r, -x e -ps, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dúctil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis; var. reptil, pl. reptis); cármem (pl. cármemes ou carmens; var. carme, pl. carmes); dólmen (pl. dólmenes ou dolmens), éden (pl. édenes ou edens), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmenes ou lúmens); açúcar (pl. açúcares), almíscar (pl. almíscares), cadáver (pl. cadáveres), caráter ou caráter (mas pl. carateres ou caracteres), ímpar (pl. ímpares); Ájax, córtex (pl. córtex; var. córtice, pl. córtices, índice (pl. índice; var. índice, pl. índices), tórax (pl. tórax ou tóraxes; var. torace, pl. toraces); bíceps (pl. bíceps; var. bicípite, pl. bicípites), fórceps (pl. fórceps; var. fórcepe, pl. fórcepes).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com a vogais tônicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): sémen e sêmen, xénon e xênon; fêmure fêmur, vómer e vômer; Fénix e Fênix, ónix e ônix.

b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -ã(s), -ão(s), -ei(s), -i(s), -um, -uns ou -us: órfã (pl. órfãs), acórdão (pl. acórdãos), órgão (pl. órgãos), sótão (pl. sótãos); hóquei, jóquei (pl. jóqueis), amáveis (pl. de amável), fáceis (pl. de fácil), fósseis (pl. de fóssil), amáveis (de amar), amáveis (id.), cantaréis (de cantar), fizéreis (de fazer), fizésseis (id.); beribéri (pl. beribéris), bílis (sg. e pl.), íris (sg. e pl.), júri (di. júris), oásis (sg. e pl.); álbum (di. álbuns), fórum (di. fóruns); húmus (sg. e pl.), vírus (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tônicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pro-

núncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: pónei e pônei; gónis e gônis, pénis e pênis, ténis e tênis; bónus e bônus, ónus e ônus, tónus e tónus, Vénus e Vênus.

3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tónica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: assembleia, boleia, ideia, tal como aldeia, baleia, cadeia, cheia, meia; coreico, epeico, onomatopeico, proteico; alcaloide, apoio (do verbo apoiar), tal como apoio (subst.), Azoia, hoia, boina, comboio (subst.), tal como comboio, comboias, etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, introito, jiboia, moina, para-noico, zoina.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-l*, *-n*, *-r*, ou *-x*, assim como as respectivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: cônsul (pl. cónsules), pênsil (pl. pênseis), têxtil (pl. têxteis); cânon, var. cânone (pl. cânones), plâncton (pl. plânctons); Almodôvar, aljôfar (pl. aljôfares), âmbar (pl. âmbares), Câncer, Tânger; bômbax (sg. e pl.), bômbix, var. bômbice (pl. bômbices).

b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-ão(s)*, *-eis*, *-i(s)* ou *-us*: bêmção(s), cômvão(s), Estêvão, zângão(s); devêis (de dever), escrevêsseis (de escrever), fôreis (de ser e ir), fôs-

seis (id.), pênseis (pl. de pênsil), têxteis (pl. de têxtil); dândi(s), Mênfis; ânus.

c) As formas verbais têm e vêm, 3<sup>as</sup> pessoas do plural do presente do indicativo de ter e vir, que são foneticamente paroxítonas (respectivamente / tãjãj /, / vãjãj / ou /têej/, /vêej/ ou ainda / tējēj /, / vējēj/; cf. as antigas grafias preteridas, têem, vêem, a fim de se distinguirem de tem e vem, 3<sup>as</sup> pessoas do singular do presente do indicativo ou 2<sup>as</sup> pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: abstêm (cf. abstém), advêm (cf. advém), contêm (cf. contém), convêm (cf. convém), desconvêm (cf. desconvém), detêm (cf. detem), entretem (cf. entretém), intervêm (cf. intervém), mantêm (cf. mantém), obtêm (cf. obtém), provêm (cf. provém), sobrevêm (cf. sobrevém).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias detêm, intervêm, mantêm, provêm, etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

a) Obrigatoriamente, pôde (3<sup>a</sup> pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), no que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (pode).

b) Facultativamente, dêmos (1<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma (substantivo), distinta de forma (substantivo; 3<sup>a</sup> pessoa do singular do presente do indicativo ou 2<sup>a</sup> pessoa do singular do imperativo do verbo formar).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tônico oral fechado em hiato com a terminação -em da 3<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: creem deem (conj.), descreem, desdeem (conj.), leem, preveem, redeem (conj.), releem, reveem, tresleem, veem.

8º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tonica fechada com a grafia o em palavras paroxítonas como enjoo, substantivo e flexão de enjoar, povoo, flexão de povoar, voo, substantivo e flexão de voar, etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: para (á), flexão de parar, e para, preposição; pela(s) (é), substantivo e flexão de pelar, e pela(s), combinação de per e la(s); pelo (é), flexão de pelar, pelo(s) (é), substantivo ou combinação de per e lo(s); polo(s) (ó), substantivo, e polo(s), combinação antiga e popular de por e lo(s); etc.

10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofônicas do tipo de acerto (ê), substantivo, e acerto (é.), flexão de acertar; acordo (ô), substantivo, e acordo (ó), flexão de acordar; cerca (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva cerca de, e cerca (é.), flexão de cercar; coro (ó), substantivo, e flexão de corar; deste (ê), contração da preposição de com o demonstrativo este, e deste (é), flexão de dar; fora (ô), flexão de ser e ir, e fora (ó), advérbio, interjeição e substantivo; piloto (ô), substantivo, e piloto (ó), flexão de pilotar, etc.

## **BASE X**

### **DA ACENTUAÇÃO DAS VOGAIS TÓNICAS/TÔNICAS GRAFADAS I E U DAS PALAVRAS OXÍTONAS E PAROXÍTONAS**

1º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de s:

adaís (pl. de adail), aí, atraí (de atrair), baú, caís (de cair), Esaú, jacuí, Luís, país, etc.; alaúde, amiúde, Araújo, Ataíde, atraíam (de atrair), atraísse (id.) baía, balaústre, cafeína, ciúme, egoísmo, faísca, faúlha, graúdo, influíste (de influir), juízes, Luísa, miúdo, paraíso, raízes, recaída, ruína, saída, sanduíche, etc.

2º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de nh, l, m, n, r e z: bainha, moinho, rainha; adail, paul, Raul; Aboim, Coimbra, ruim; ainda, constituinte, oriundo, ruins, triunfo; atrair, demiurgo, influir, influirmos; juiz, raiz; etc.

3º) Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada i das formas oxítonas terminadas em r dos verbos em -air e -uir, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas -lo(s), -la(s), que levam à assimilação e perda daquele -r: atraí-lo(s), (de atrair-lo(s)); atraí-lo(s)-ia (de atrair-lo(s)-ia); possuí-la(s) (de possuir-la(s)); possuí-la(s)-ia (de possuir-la(s) -ia).

4º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: baiuca, boiuno, cauila (var. cauira), cheinho (de cheio), sainha (de saia).

5º) Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas i e u quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de s: Piauí, teiú, teiús, tuiuí, tuiuíus.

Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de s, tais vogais dispensam o acento agudo: cauim.

6º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados iu e ui, quando precedidos de vogal: distraiu, instruiu, paus (pl. de paul).

7º) Os verbos *aguir* e *redarguir* prescindem do acento agudo na vogal tónica/tônica grafada *u* nas formas rizotónicas/rizotônicas: *arguo*, *arguis*, *argui*, *arguem*; *argua*, *arguas*, *argua*, *arguam*. O verbos do tipo de *aguar*, *apaniguar*, *apaziguar*, *apropinuar*, *averiguar*, *desaguar*, *enxaguar*, *obliquar*, *delinquir* e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas igualmente acentuadas no *u* mas sem marca gráfica (a exemplo de *averiguo*, *averiguas*, *averigua*, *averiguam*; *averigue*, *averigues*, *averigue*, *averiguem*; *enxagu*, *enxaguas*, *enxagua*, *enxaguam*; *enxague*, *enxagues*, *enxague*, *enxaguem*, etc.; *delinquo*, *delinquis*, *delinqui*, *delinquem*; mas *delinquimos*, *delin quis*) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas fónica/fônica e graficamente nas vogais *a* ou *i* radicais (a exemplo de *averíguo*, *averíguas*, *averígua*, *averíguam*; *averígue*, *averígues*, *averígue*, *averíguem*; *enxáguo*, *enxáguas*, *enxágua*, *enxáguam*; *enxágue*, *enxágues*, *enxágue*, *enxáguem*; *delínquo*, *delínques*, *delínque*, *delínquem*; *delínqua*, *delínquas*, *delínqua*, *delínquam*).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em *-ingir* (*atingir*, *cingir*, *constringir*, *infringir*, *tingir*, etc.) e os verbos em *-inguir* sem prolação do *u* (*distinguir*, *extinguir*, etc.) têm grafias absolutamente regulares (*atinjo*, *atinja*, *atinge*, *atingimos*, etc.; *distingo*, *distinga*, *distingue*, *distinguimos*, etc.).

## **BASE XI**

### **DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PROPAROXÍTONAS**

1º) Levam acento agudo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta: árabe, cáustico, Cleópatra, esqualido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo, etc.): álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.

2º) Levam acento circunflexo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: ana-crôntico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos (de ser e ir), Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspera, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tônica/tônica, e terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio.

3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tônicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas m ou n, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: acadêmico/acadêmico, anatômico/anatômico, cénico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/ fenômeno, género/gênero, topônimo/topônimo; Amazónia/Amazônia, António/Antônio, blasfê-

mia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gêmeo/gêmeo, gênio/gênio, ténue/ténue.

## **BASE XII**

### **DO EMPREGO DO ACENTO GRAVE**

1º) Emprega-se o acento grave:

a) Na contração da preposição a com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo o: à (de a+a), às (de a+as);

b) Na contração da preposição a com os demonstrativos aquele, aquela, aqueles, aquelas e aquilo ou ainda da mesma preposição com os compostos aqueloutro e suas flexões: àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

## **BASE XIII**

### **DA SUPRESSÃO DOS ACENTOS EM PALAVRAS DERIVADAS**

1º) Nos advérbios em -mente, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: avidamente (de ávido), debilmente (de débil), facilmente (de fácil), habilmente (de hábil), ingenuamente (de ingênuo), lucidamente (de lúcido), mamente (de má), somente (de só), unicamente (de único), etc.; candidamente (de cândido), cortesmente (de cortês), dinamicamente (de dinâmico), espontaneamente (de espontâneo), portuguesmente (de português), românticamente (de romântico).

2º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por z e cujas formas de base apresentam vogal tónica/tônica com acento

agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: anezinhos (de anéis), avozinha (de avó), bebezito (de bebé), cafezada (de café), chapeuzinho (de chapéu), chazeiro (de chá), heroizito (de herói), ilheuzito (de ilhéu), mazinha (de má), orfãozinho (de órfão), vintenzito (de vin-tém), etc.; avozinho (de avô), bençãozinha (de bênção), lampadazita (de lâmpada), pessegozito (de pêssego).

## **BASE XIV**

### **DO TREMA**

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: saudade, e não saüdade, ainda que tetrassílabo; saudar, e não saüdar, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um i ou um u de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um i ou um u de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tónica/tônica ou átona, o u de gu ou de qu de um e ou i seguintes: arruinar, constituiria, depoimento, esmieuçar, faiscar, faulhar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiuí, cauixi, piauiense; aguentar, anguiforme, arguir, bilíngue (ou bilingue), lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: hübneriano, de Hübner, mülleriano, de Müller, etc.

## BASE XV

### DO HÍFEN EM COMPOSTOS,

#### LOCUÇÕES E ENCADEAMENTOS VOCABULARES

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, arce-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, cifro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.

2º) Emprega-se o hífen nos topónimos/topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos grã, grão ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.

Obs.: Os outros topónimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc. O topónimo/topônimo Guiné-Bissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).

4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios bem e mal, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou h. No entanto, o advérbio bem, ao contrário de mal, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado (cf. malcriado), bem-ditoso (cf. malditoso), bem-falante (cf. malfalante), bem-mandado (cf. malmandado), bem-nascido (cf. malnascido), bem-soante (cf. malsoante), bem-visto (cf. malvisto).

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio bem aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: benfazejo, benfeitor, benquerença, etc.

5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos além, aquém, recém e sem: além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-fiar, aquém-Pireneus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha.

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

- a) Substantivas: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;
- b) Adjetivas: cor de açafião, cor de café com leite, cor de vinho;
- c) Pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;
- d) Adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso;
- e) Prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;
- f) Conjunccionais: afim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.

7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa Liberdade-Igualdade-Fraternidade, a ponte Rio-Niterói, o percurso Lisboa-Coimbra-Porto, a ligação Angola-Moçambique, e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: Austria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro, etc.).

## **BASE XVI**

### **DO HÍFEN NAS FORMAÇÕES POR PREFIXAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E SUFIXAÇÃO**

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-,

pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: aero-, agro-, arquit-, auto-, hio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto, pseudo, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por h: anti-higiénico/anti-higiênico, circum-hospitalar, co-herdeiro, contra-harmónico/contra-harmônico, extra-humano, pré-história, sub-hepático, super-homem, ultra-hiperbólico; arquit-hipérbole, eletro-higrómetro, geo-história, neo-helénico/neo-helênico, pan-helenismo, semi-hospitalar.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos des- e in- e nas quais o segundo elemento perdeu o h inicial: desumano, desumidificar, inábil, inumano, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: anti-ibérico, contra-almirante, infra-axilar, supra-auricular; arquit-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno.

Obs.: Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o: coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar, etc.

c) Nas formações com os prefixos circum- e pan-, quando o segundo elemento começa por vogal, m ou n (além de h, caso já considerado atrás na alínea a): circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude.

d) Nas formações com os prefixos hiper-, inter- e super-, quando combinados com elementos iniciados por r: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.

e) Nas formações com os prefixos ex- (com o sentido de estado anterior ou cessamento), sota-, soto-, vice- e vizo-: ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira, ex-presidente, ex-primeiro-ministro, ex-rei; sota-piloto, soto-mestre, vice-presidente, vice-reitor, vizo-rei.

f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente pós-, pré- e pró-, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): pós-graduação, pós-tónico/pós-tônicos (mas pospor); pré-escolar, pré-natal (mas prever); pró-africano, pró-europeu (mas promover).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, cosseno, extrarregular, infrassom, minissaia, tal como hiorritmo, hiossatélite. eletrossiderurgia, microssistema, microrradiografia.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: antiaéreo, coeducação. extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.

3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como açu, guaçu e mirim, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim.

## **BASE XVII**

### **DO HÍFEN NA ÊNCLISE, NA TMESE E COM O VERBO HAVER**

1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmeze: amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos.

2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição de às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: hei de, há de, não de, etc.

Obs.: 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais quer e requer, dos verbos querer e requerer, em vez de quere e requere, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: quere-o(s), requere-o(s). Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) qué-lo e requé-lo são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio eis (eis-me, ei-lo) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo no-lo, vo-las, quando em próclise (por ex.: esperamos que no-lo comprem).

## **BASE XVIII**

### **DO APÓSTROFO**

1º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: d'Os Lusíadas, d'Os Sertões; n'Os Lusíadas, n'Os Sertões; pel'Os Lusíadas, pel'Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir

razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição a com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: a A Relíquia, a Os Lusíadas (exemplos: importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = à, a Os = aos, etc.

b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, tu'A, t'A, lh'A, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição a com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: a O, a Aquele, a Aquela (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a O = ao, a Aquela = àquela, etc.). Exemplos frásicos: a O que tudo pode: a Aquela que nos protege.

c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas santo e santa a nomes do hagiológico, quando importa representar a elisão das vogais finais o e a: Sant'Ana, Sant'Iago, etc. É, pois, correto escrever: Calçada de Sant'Ana. Rua de Sant'Ana; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago. Mas, se as ligações deste gênero, como é o caso destas mesmas Sant'Ana e Sant'Iago, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: Fulano de Santana, ilhéu

de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém. Em paralelo com a grafia Sant'Ana e congêneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um o final: Nun'Álvares, Pedr'Eanes.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares, etc.

d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do e da preposição de, em combinação com substantivos: horda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.

2º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições de e em com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nas alíneas 1º) a) e 1º) b) ). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

i) do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);

ii) no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestou-

tras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalguém.

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutrora; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial de ora avante como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: doravante.

Obs.: Quando a preposição de se combina com as formas articulares ou pronominais o, a, os, as, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o fato de o conhecer; por causa de aqui estares.

## **BASE XIX**

### **DAS MINÚSCULAS E MAIÚSCULAS**

1º) A letra minúscula inicial é usada:

a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.

b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.

c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maiúscula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): O Senhor do paço de Ninães, O Senhor do paço de Ninães, Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e Tambor.

d) Nos usos de fulano, sicrano, beltrano.

e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): norte, sul (mas: SW sudoeste).

f) Nos axiónimos/axiônimos e hagiónimos/hagiônimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o Cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).

g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).

2º) A letra maiúscula inicial é usada:

a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.

b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.

c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Neptuno/ Netuno.

d) Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.

e) Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.

f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: *O Primeiro de Janeiro*, *O Estado de São Paulo* (ou *S. Paulo*).

g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países, Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático.

h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H<sub>2</sub>O, Sr., V. Ex.<sup>a</sup>.

i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista), de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, providas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

## BASE XX

### DA DIVISÃO SILÁBICA

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (a-ba-de, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, te-me-se), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (a-ba-li-e-nar, bi-sa-vó, de-sa-pa-re-cer, di-sú-ri-co, e-xâ-ni-me, hi-pe-ra-cús-ti-co, i-ná-bil, su-bo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1º) São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em h, ou d: ablegação, ad-ligar, sub-lunar, etc., em vez de a-blegação, a-dligar, sub-lunar, etc.) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um l ou um r: ablução, cele-brar, du-plicação, re-primir; a-clamar, de-creto, de-glutição, re-grado; a-tlético, cáte-dra, períme-tro; a-fluir, a-fricano, ne-vrose.

2º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de m ou n, com valor de anasalidade, e uma consoante: abdicar, Ed-gordo, op-tar, sub-por, absoluto, ad-jetivo, af-ta, bet-samita, íp-silon, ob-viar; des-cer, dis-ciplina, flores-cer, nas-cer, rescisão; ac-ne, ad-mirável, Daf-ne, diafrag-ma, drac-ma, ét-nico, ritmo, sub-meter, am-nésico, interam-nense; bir-reme, cor-roer, prorrogar; as-segurar, bis-secular, sos-segar; bissex-lo, contex-to, excitar, atroz-mente, capaz-mente, infeliz-mente; am-biçãõ, desen-ganar, en-xame, man-chu, Mân-lio, etc.

3º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de m ou n, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: cambraia, ec-tlipse, em-blema, ex-plicar, in-cluir, ins-crição, subs-crever, trans-gredir; abs-tenção, disp-neia, inters-telar, lamb-dacismo, solsticial, Terp-sícore, tungs-tênio.

4º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: ai-roso, cadei-ra, insti-tui, ora-ção, sacris-tães, traves-sões) podem, se a primeira delas não é u precedido de g ou q, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: ala-úde, áre-as, co-apeba, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo-as, vo-os. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: cai-ais, caí-eis, ensaí-os, flu-iu.

5º) Os digramas gu e qu, em que o u se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (ne-gue, ne-guei; pe-que, pe-quei, do mesmo modo que as combinações gu e qu em que o u se pronuncia: á-gua, ambí-guo, averi-gueis; longín-quos, lo-quaz, quais-quer.

6º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: ex-alferes, serená- -los-emos ou serená-los- -emos, vice- -almirante.

## **BASE XXI**

### **DAS ASSINATURAS E FIRMAS**

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

## O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1995

### SEUS ANTECEDENTES, SEUS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, SUAS POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS

*Afrânio da Silva Garcia (UERJ)*

#### 1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer um estudo do *Acordo Ortográfico de 1995* e seu impacto sobre a ortografia atual do português. Para tanto, apresentaremos igualmente um levantamento de seus antecedentes históricos, além de fazermos uma análise crítica dos pontos positivos e negativos do Acordo.

Em primeiro lugar, devemos justificar a escolha do título, *o Acordo Ortográfico de 1995*. Embora o *Acordo Ortográfico* ainda não tenha sido posto em vigor e várias versões do Acordo já tenham sido propostas, a *Acordo Ortográfico para a Lusofonia* foi efetivamente assinado em abril de 1995 pelos sete países envolvidos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

A razão da escolha do assunto como tema deste artigo foi o fato de consideramos o assunto extremamente atual e importante, visto que as mudanças decorrentes do referido Acordo afetarão todos os países de língua portuguesa, seus sistemas educacionais, suas indústrias editoriais e seu setor cultural, aumentando em muito o intercâmbio cultural entre os países pertencentes à comunidade lusófona e propiciando uma maior difusão da produção cultural dos países de língua portuguesa no mercado internacional.

Por outro lado, a unificação da ortografia dos países de língua portuguesa proposta pelo Acordo será de grande importância para evitar a fragmentação da língua portuguesa, uma vez que as modali-

dades lusitana e brasileira da língua estão num processo de deriva diferenciado, o que poderá levar, em última instância, à separação da língua portuguesa em dois dialetos estanques (e isso sem levar em conta as possíveis diferenciações entre as demais modalidades do português ultramarino). A unificação da ortografia faria com que tivéssemos uma norma culta escrita única, dificultando, sobremaneira, esse processo de dispersão da língua portuguesa.

## 2 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Durante o período de efetiva dominação romana na Península Ibérica, estendendo-se até a Idade Média, não havia praticamente problemas ortográficos dignos de nota. A língua de prestígio, a língua escrita, a língua que era ensinada nas escolas e estudada pelos gramáticos era o *latim* (cf. BUESCU, Maria L. C., na introdução à *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, p. 10, onde ela diz: “*Gramática se tornou, por antonomásia, sinônimo de Gramática Latina*”), o qual mantinha uma relação quase que unívoca *entre grafema e fonema*, ou seja, cada fonema era representado por uma única letra e cada letra representava um único fonema, com as seguintes exceções:

A) As letras *i* e *u* tanto podiam ter valor de vogal, como em *dicere* e *malum*, como podiam ter valor de semivogal, como em *iustum* e *uolo*. No fim da Idade Média, introduziram-se as letras *j* (um *i* alongado) e *v* (uma variante gráfica do *u*) para indicar, respectivamente, o *i* e o *u* consonânticos, mas seu uso só estará consolidado mesmo no século XVI. É bom lembrar que as semivogais /y/ e /w/ do latim, por essa época, já haviam evoluído para /dj/ (atual /j/) e /v/.

B) A letra *k*, de origem grega, tinha o mesmo valor, no latim, que a letra *c*, representando o fonema /k/. Era pouquíssima usada, ficando seu uso resumido praticamente a duas palavras: *kalendas* e *kyrie* (da expressão “*kyrie eleison*”).

C) A letra *h*, que não correspondia a som algum, embora tivesse sido *marca de aspiração* no latim clássico (originalmente o símbolo *H* indicava a letra *eta*, o *e longo* do grego, o qual era normalmente *aspirado*, daí vir a ser símbolo de aspiração), continuava a ser escrita no latim vulgar e no romance, como em *harmonia*, *homem*, *humilde*.

D) Da mesma forma, o latim mantinha os grupos *th*, *ph*, *ch* e *rh*, que indicavam certas consoantes aspiradas do grego, embora elas há muito tempo tivessem perdido sua aspiração (o grupo *ph* confundia-se com a letra *f* e os demais grupos eram lidos como se a *aspiração*, representada pela letra *h*, não existisse, como acontecia em *philosophia*, *theologia*, *rhetorica* e *sepulchrum*).

E) As letras gregas *y* e *z* (este lido como uma fricativa dental sonora) eram usadas apenas na transcrição de palavras gregas, tais como *lynx*, *syllaba*, *zeugma*, *zoologia*. No caso da letra *z*, havia ainda a possibilidade de ser lida como um som duplo, assim como *dz* ou *sd*; a letra *y* possivelmente representava um *i arredondado*, haja vista a variação na sua transcrição: *mys/mus*, *mylos/mulus*, etc. (cf. LEÃO, D. N. *Ortografia e origem da língua portuguesa*, p. 78).

F) O fonema /*n*/ possuía uma variante *velar* ou *gutural*, a qual a ortografia indicava pela letra *n* antes da letra *g*, como em *angulus*, *anceps*, ou pela letra *g* antes da letra *n*, como em *dignum*, *signum*. Por ocorrer apenas em um ambiente sonoro muito específico, torna-se difícil dizer se este *n velar* constituía um fonema à parte ou simples variante do fonema *n*.

G) A letra *x* representava o som duplo /*ks*/, como em *rex* e *bumum*.

H) A letra *l* representava o fonema /*l*/, o qual já possuía uma variante *velarizada* em final de sílaba, mas que de forma alguma pode ser vista como um outro fonema, como em *excelsa* e *alter*.

Além disso, o latim possuía inúmeras palavras com *consoantes*

*dobradas* ou *geminadas*, as quais soavam bem distintamente das *consoantes simples*, talvez como duas *consoantes seguidas* (como em certos grupos de palavras ingleses atuais, como *mad dog* ou *stop playing*), talvez como uma consoante pronunciada com *prolação alongada*. Que havia uma *distinção clara* na pronúncia, no entanto, não há dúvidas, visto haver *pares mínimos* no latim baseados exclusivamente na oposição entre *consoante simples* x *consoante geminada*, como é o caso de *agger* (monte) x *ager* (campo), *annus* (ano) x *anus* (anel), etc. Some-se a isso o fato de tais palavras terem evoluído diferentemente do latim para o português: as *consoantes geminadas* em posição intervocálica simplesmente *simplificam-se*, como em *vacca* (vaca), *gutta* (gota), *stuppa* (estopa), enquanto as *consoantes simples* em posição intervocálica *desaparecem*, se são *sonoras*, como em *nudum* (nu), *ego* (eu), *salire* (sair), ou *sonorizam-se*, se são *surdas*, como em *vita* (vida), *lupum* (lobo), *lacum* (lago) (cf. SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*, p. 57 e 72).

Como as *consoantes geminadas* e as *consoantes simples* eram grafadas de forma distinta, elas não representavam um problema ortográfico. Pode-se dizer que, mesmo com as mudanças do latim vulgar, a ortografia latina manteve sua relação quase unívoca entre *letra* e *fonema*, apenas readaptando-a a um novo contexto. Podemos concluir, sem medo de errar, que enquanto o *latim* manteve-se o idioma dominante da Hispânia, os problemas ortográficos foram mínimos.

A partir do século XV, no entanto, as *línguas românicas* vão progressivamente se impondo como línguas oficiais, donde surge a necessidade de explicitar sua gramática, necessidade essa que se torna tanto mais premente em decorrência de uma série de acontecimentos de grande importância para a história ocidental, como a *invenção da imprensa*, o *humanismo*, a *Renascença*, a *valorização do passado e da cultura greco-romanos*. Tudo isso leva a uma florescência dos estudos lingüísticos, principalmente os de caráter *ortográfico*, por haverem os fonemas latinos se modificado muito em sua evolução para os *romances*, surgindo novos fonemas, inexistentes na língua latina, o que tornava extremamente importante a questão da *correta representação gráfica dos sons*.

É nesse cenário que surgem, principalmente nos países de língua românica, inúmeras *gramáticas ortográficas*, procurando dar conta dos problemas ortográficos oriundos da evolução do latim para os romances, tais como: a diferença entre *vogais abertas* e *vogais fechadas*; a representação da *nasalização de uma vogal*; o problema do *i* e do *u* *consonânticos*; o problema *das africadas /ts/, /dj/ e /tch/*; o problema do *n* e do *l* *palatalizados*; o surgimento da *fricativa /ch/*; a marcação da *sílabo tônica* e dos *hiatos*.

Uma ortografia pode ser elaborada de três maneiras: sob uma *perspectiva fonética*, em que se procurará selecionar *um símbolo para cada som*, cuja grande desvantagem consiste no fato de *uma língua nunca é a mesma em todas as suas regiões e dialetos*, o que invalidará essa ortografia, a longo prazo; sob uma *perspectiva etimológica*, em que se procurará seguir fielmente a grafia de um determinado período da história da língua, considerado como *modelo de perfeição e excelência* (no caso da língua portuguesa, o *latim*); e sob uma *perspectiva mista*, em que se procurará combinar as virtudes da ortografia *fonética*, com seu caráter de *exatidão*, e da ortografia *etimológica*, com seu caráter de *permanência*.

A ortografia portuguesa do século XV, orientada pelos impressores e escribas, obedecerá a uma *perspectiva sincrônica e simplificadora*, voltada para os problemas eminentemente práticos comuns a seus ofícios, tentando ser o mais possível *fonética*, ou seja, tentará reproduzir o mais fielmente possível os sons da fala, apresentando bastante regularidade, principalmente levando-se em conta que muitos dos problemas ortográficos atuais não existiam à época (por exemplo, o som da letra *s* era diferente do som da letra *c* ou *ç*; o som do grupo *ch* era distinto do da letra *x*; e o som da letra *z* não se confundia com o som da letra *s* entre vogais). Tanto é assim que um leitor dos dias de hoje consegue entender perfeitamente um texto do século XV, ainda que estranhe esta ou aquela oscilação ortográfica. As primeiras *gramáticas ortográficas* do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, estarão imbuídas desta *perspetiva sincrônica e simplificadora* dos escribas e impressores e defenderão uma *ortografia fonética*.

Na segunda metade do século XVI, no entanto, sob o impulso do *preciosismo* barroco e da necessidade de *afirmação da língua portuguesa* face ao *castelhano*, mais inovador, o rumo dos estudos lingüísticos portugueses dará uma guinada em direção à perspectiva histórica, procurando deliberadamente dar uma feição *latina* aos vocábulos portugueses, o que levará, inevitavelmente, à implantação de uma *ortografia etimológica*. Essa será a postura defendida e vitoriosa das *gramáticas ortográficas* da segunda metade do século XVI, as de Duarte Nunes de Leão e Pero Magalhães de Gândavo, introduzindo e valorizando a noção de *refinamento* e *perfeição* da língua alatinada, da escrita etimológica.

Essa polêmica entre a *ortografia etimológica* e a *ortografia fonética*, com todos seus desdobramentos de valorização e desvalorização do *passado latino* da língua, da *simplificação* e *racionalização* da escrita, da *erudição* no falar e no escrever, permeará e será o centro de atenção de todos os estudos lingüísticos dos séculos XVII e XVIII. Somente no século XIX é que a influência das *gramáticas filológicas* irá levar a um estudo mais científico da língua portuguesa, levando à consciência da necessidade de *regularização* e *fixação* da *ortografia portuguesa*, que até então tinha estado ao sabor do maior ou menor prestígio deste ou daquele gramático que servia de modelo, sem uma instituição ou documento que a regulamentasse (sendo João Feliciano de Castilho um dos primeiros a insistir nesse tópico, já em 1860).

A partir das *Bases para a ortografia portuguesa de 1885*, de Gonçalves Viana e Vasconcelos de Abreu, começa a avultar o nome de Gonçalves Viana como aquele que conseguirá tornar uma *realidade de direito* aquilo que sempre fora simples *realidade de fato*, variável e instável: a *ortografia portuguesa*. Alguns anos mais tarde, Gonçalves Viana lança a público aquela que será a maior obra sobre ortografia da língua portuguesa jamais escrita, a *Ortografia nacional*, de 1904, em que ele investiga minuciosamente a fonética e a fonologia do português para elaborar um sistema ortográfico baseado em três princípios: *simplificação*, *regularidade* e *continuidade*, além da *abrangência*, ou seja, procura elaborar regras que sejam válidas para

todas as variantes da língua portuguesa. Um exemplo do princípio de *simplificação* seria a *eliminação das consoantes dobradas*; de *regularidade*, o uso das letras *i* e *u* para *todos* os ditongos decrescentes orais; de *continuidade*, a *manutenção* da variação entre as letras *s* e *z* para representar o fonema /z/ entre vogais.

A excelência do trabalho de Gonçalves Viana provocou grande repercussão, fazendo com que o Governo português constituísse, em 1911, uma Comissão, composta pelos maiores filólogos portugueses de então, como Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, José Joaquim Nunes, Epifânio Dias e Júlio Moreira, entre outros, para elaborar a Reforma da Ortografia. Nessa *Reforma Ortográfica*, oficializada no mesmo ano, adotou-se o sistema de Gonçalves Viana, com pequenas modificações.

A *Reforma Ortográfica* provocou grande entusiasmo e acaloradas polêmicas no Brasil, levando a que ela fosse reformulada no *Acordo Ortográfico de 1931*, celebrado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras e tornada oficial pelo Governo brasileiro através do Decreto n. 20108, de 15 de junho de 1931.

Após um curto período de vigência, o *Acordo Ortográfico* foi revogado pela Constituição Brasileira de 1934. Fizeram-se necessários, então novos entendimentos, resultando na *Convenção Luso-Brasileira de 1943*, que revigorou o Acordo Ortográfico de 1931, aumentando sua clareza, apesar de mantê-lo praticamente inalterado. Divergências surgidas na interpretação de algumas regras, no entanto, levaram a novo entendimento entre as Academias, do qual resultou o *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945*.

As modificações introduzidas pelo novo Acordo, todavia, foram de tal monta que provocaram intensos protestos por parte dos brasileiros, levando a que se promulgasse a Lei n. 2623, de 21 de outubro de 1955, revogando o Acordo e restabelecendo o sistema ortográfico do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1943, fazendo desse modo haver *duas normas ortográficas* no

que diz respeito à língua portuguesa: uma *lusitana*, conforme o *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945*, e uma *brasileira*, baseada no *Acordo Ortográfico de 1943*.

Como a manutenção da divergência entre a norma ortográfica dos dois países não interessava nem à Academia de Ciências de Lisboa nem à Academia Brasileira de Letras, cogitou-se de elaborar um novo Acordo objetivando a *uniformização da ortografia*. Após vários entendimentos, são finalmente redigidas em 1986 as *Bases Analíticas da Ortografia Simplificada de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986*. Ignoradas pelos brasileiros e severamente criticadas pelos portugueses, devido ao radicalismo de suas propostas, acabaram rejeitadas de um e outro lado do Atlântico.

Em 1991, surge uma nova versão mais sensata do documento anterior, o *Acordo de Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal para a Lusofonia*, que passou a ser reconhecido como *Acordo Ortográfico de 1995* por ter sido aprovado oficialmente em 1995 pelo Governo dos dois principais países envolvidos, Portugal e Brasil. Os principais pontos inovadores do Acordo, como *documento*, são, por um lado, o fato de usar-se, pela primeira vez, a expressão *ortografia simplificada*, e, por outro lado, a tentativa de se estabelecer um Acordo válido para toda a *lusofonia*, isto é, todos os países de língua portuguesa. Daí decorre a dificuldade de implementação do Acordo, pois esta depende de *leis* ou *decretos-lei* por parte de todos os países signatários do Acordo: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

### 3 – ESTUDO CRÍTICO DO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1995

Na Base I, o Acordo regulamenta o uso das letras *k*, *w* e *y*, assim como a grafia dos *topônimos* e *antropônimos* de origem estrangeira. Considero a base toda desnecessária e problemática: desnecessária porque o uso de letras ou palavras estranhas ao idioma português, conquanto possa ser tolerado, não há motivo para ser regula-

mentado; problemática porque, se autorizarmos a grafia estrangeira de topônimos e antropônimos de origem bíblica, teremos que aceitar também os de outras religiões, pelo princípio de liberdade de crença, presente em nossa Constituição, apenas transcrevendo-os para caracteres latinos (por exemplo, *krishna*, da ioga e da religião hindu, passaria a ser escrito *krsna*).

A Base II fala sobre o uso da letra *h* e está bem redigida.

A Base III trata dos sons que admitem mais de uma representação, como *ch* e *x*; *g* e *j*; *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*; *s*, *x* e *z* em fim de sílaba; *s*, *x* e *z* como sibilante sonora. O enfoque dado ao tema é muito pouco proveitoso. Se o intuito era enfatizar a necessidade de optar por uma ou outra representação gráfica, melhor seria que a exemplificação fosse através de uns poucos homófonos não homógrafos, como *cheque* e *xeque*, *massa* e *maça*, *nós* e *noz*, ou *parônimos* em que houvesse uma variação da consoante que representa o fonema em questão, como *poço* e *posso*, *mansão* e *monção*, *dançar* e *cansar*. Se o intuito era fornecer ao leitor uma diretriz no que tange à escolha da consoante, a lista apresentada é ao mesmo tempo muito extensa, provocando cansaço em quem lê, e muito curta, já que deixa de fora inúmeras palavras em que se costuma errar no dia-a-dia, como *xícara* e *chácara*, *pajem*, *morcego*, etc. Mais proveitoso seria que se apresentassem *regras abrangentes* que nortegassem a opção por este ou aquele grafema, como a impossibilidade de se usar *ss*, *z* ou *ch* depois de *ditongo*, a tendência quase absoluta a se escrever com *x* a sibilante sonora após *e inicial*, a tendência muito forte a usar-se *x* em vez de *ch* depois das sílabas *en* e *me iniciais*, etc., recomendando o uso de um *vocabulário ortográfico* ou *dicionário* nos casos que não estivessem compreendidos pelas regras.

A Base IV trata das palavras com seqüências consonânticas interiores, em que certas modalidades da língua portuguesa pronunciavam ambas as consoantes enquanto outras só pronunciavam uma delas, como em *amígdala*, *facto*, *omnisciente*. A solução encontrada, embora mantenha a diversidade de grafias, é inevitável, visto ser muito improvável que se deixasse de grafar a consoante nas regiões em que

ela é efetivamente pronunciada.

A Base V refere-se ao emprego das vogais *e x i e o x u* em sílaba átona, como em *cardeal, lêndea, cordial, crânio, êmbolo, nódoa, glândula*. Críticas devem ser feitas, de novo, à extensão das listas, muito cansativas, ao mesmo tempo que não esgotam as ocorrências deste ou daquele grafema. Desta vez, ao menos, são dadas regras para orientar o leitor na sua escolha por este ou aquele grafema, apesar de a regra *d* ser muito pouco abrangente para merecer ser citada num Acordo Ortográfico.

A Base VI, muito bem redigida, dita as normas de representação das vogais nasais.

A Base VII trata dos ditongos e faz algumas distinções importantes, fixando a grafia de todos os ditongos que não admitem variação e apontando aqueles que variam. Ao admitir a grafia Caetano, no entanto, poderia justificá-la dizendo que é comum no Brasil a pronúncia do *ae* de Caetano como *hiato*, haja vista a forma como é pronunciado o nome do artista Caetano Veloso. Por outro lado, ao se referir ao ditongo grafado *ao*, cometeu-se o lapso de não incluir a palavra *caos*, tão comum nos meios jornalísticos, assim como o topônimo *Laos*.

Na Base VIII, ao falar da acentuação das *palavras oxítonas*, não vemos vantagem na separação feita entre palavras acentuadas com *acento agudo* e palavras acentuadas com *acento circunflexo*. A formulação de Gonçalves Viana, “acentua-se todas as *oxítonas* terminadas em *a(s)*, *e(s)* e *o(s)* e, no caso de dissílabos ou polissílabos, também em *em* ou *ens*” parece-nos bem mais simples e fácil.

A Base IX, a respeito da acentuação das *palavras paroxítonas*, é uma das mais controversas. Em primeiro lugar, voltamos a insistir na ausência de vantagem prática da separação da acentuação com *acento agudo* e com *acento circunflexo*. Em segundo lugar, não vemos em que a inclusão de *plurais* ou *variantes* ajudaria na compreensão da acentuação dos paroxítonos. Em terceiro lugar, num Acor-

do que visa a unificação da ortografia não encontramos justificativa para a manutenção de dupla acentuação nas paroxítonas cuja sílaba tônica venha antes de *consoante nasal*, ainda que se pronuncie diferentemente. Melhor seria que se acentuasse sempre com *acento agudo*, fosse pronunciada *aberta* ou *fechada*, como ocorre nas oxítonas *também*, *armazém*, *ninguém*, etc., que são sempre pronunciadas com *vogal nasal fechada* no Brasil, apesar de serem escritas com *acento agudo*. Em quarto lugar, achamos muito acertada a *supressão do acento agudo* dos ditongos *ei* e *oi* abertos, com em *assembleia*, *ideia*, *boia*, *heroico*, etc., visto haver uma grande oscilação na pronúncia desses ditongos nos vários países de língua portuguesa. Por último, concordamos plenamente com a *supressão do acento* dos hiatos *ee(m)* e *oo*, como em *veem*, *creem*, *voo*, *abençoo*, etc., assim como com a *manutenção do acento* nas palavras *pôde* e *fôrma*, mas achamos desnecessária sua manutenção na palavra *dêmos* e nas formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, como *amámos*, *louvámos*, *falámos*, etc.

A Base X dá conta das vogais *i* e *u* tônicas das palavras oxítonas e paroxítonas. De maneira geral, ela mantém as regras de acentuação tradicionalmente empregadas nesses casos. Quando ela propõe a *supressão do acento agudo* das vogais tônicas *i* e *u* nas palavras *paroxítonas* depois de *ditongo*, no entanto, parece-nos que causará uma certa confusão, já que quem não conhecer a palavra ficará em dúvida, sempre que as vogais tônicas *i* e *u* ocorrerem, respectivamente, depois de *u* e *i*, se a segunda vogal do grupo de três vogais faz ditongo com a vogal posterior ou com a anterior (por exemplo: *bai-u-ca* ou *ba-iu-ca*, *boi-u-no* ou *bo-iu-no*, *cau-i-la* ou *ca-ui-la*). Melhor seria que se mantivesse o uso atual, principalmente se levarmos em conta que este caso abrange um reduzido número de vocábulos. Também achamos desnecessário a *supressão do acento agudo* da letra *u* tônica dos grupos *gu* e *qu*, apesar de não condenarmos tal mudança, em prol da uniformização da ortografia.

A Base XI refere-se à acentuação dos *proparoxítonos*; de novo, dá-se a separação, a nosso ver injustificável, entre acentuação com *acento agudo* e com *acento circunflexo* diante de *consoante na-*

*sal.*

As Bases XII e XIII, sobre o emprego do *acento grave* e sobre a *supressão do acento das palavras derivadas*, tratam de temas que já não são mais objeto de controvérsia.

A Base XIV propõe a *supressão do trema*, sinal de diérese, de todas as palavras portuguesas ou aportuguesadas. Embora o *trema* seja um dos elementos que tornam extremamente coerente o sistema de acentuação atualmente vigente no português do Brasil, sua eliminação é inevitável em qualquer projeto de unificação da ortografia, visto ser bem mais difícil convencer os portugueses a reintroduzirem o uso do *trema*, que eles já abandonaram desde 1945, do que persuadir os brasileiros a suprimi-lo, o que é facilitado por muitos brasileiros não dominarem seu emprego correto e estarem acostumados a omiti-lo ao escrever.

As demais Bases do Acordo abordam tópicos de muito pouca relevância para uma *unificação* da ortografia ou tópicos que, de tão conhecidos e repassados que foram em todos os Acordos Ortográficos anteriores, consideramos ocioso discutir.

#### 4 – POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1995

A principal conseqüência do *Acordo Ortográfico de 1995*, uma vez posto em prática, será uma maior *uniformização* do *português escrito culto*, o que é importantíssimo para evitar uma maior separação entre as diversas variantes regionais da língua portuguesa, principalmente entre aquelas que se constituíram em *línguas nacionais*, as quais podem vir a se transformar em idiomas distintos (como aconteceu com o *português* e o *galego-português* numa fase anterior da nossa língua), haja vista as diferentes derivas que vem sofrendo, para citar apenas um exemplo, o *português lusitano* e o *português brasileiro*.

Uma outra consequência positiva dessa *uniformização* da língua portuguesa escrita seria um possível reflexo dessa uniformização na *pronúncia*, fortalecendo e uniformizando ainda mais o nosso idioma.

Um efeito extra-lingüístico seria a *dinamização* e a *ampliação* da influência da cultura dos países de língua portuguesa, não só entre eles, como em suas relações com o mundo (uma empresa angolana ou lusitana lançaria seu material escrito no mesmo português que uma empresa brasileira, aumentando sua penetração e possíveis lucros).

O último efeito que poderia decorrer dessa *unificação ortográfica* seria uma maior consciência da comunidade dos países de língua portuguesa como uma real *comunidade*, em que se superariam as diferenças ocasionais em prol de uma *união* maior.

## ANÁLISE CRÍTICA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1995

*Afrânio da Silva Garcia*

Conforme acabamos de ver, não interessavam nem à ABL nem à Academia das Ciências de Lisboa a manutenção da divergência entre a norma ortográfica dos dois países. Para isso, vários entendimentos foram realizados e pequenos resultados foram obtidos, como a *Lei 5.765* e o *Decreto-Lei nº 32/73*, até que em 1986 são finalmente redigidas as *Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986*, as quais constituem a primeira tentativa de um novo *Acordo Ortográfico*, no sentido amplo da expressão.

Ignorada pelos brasileiros e severamente criticada pelos portugueses, principalmente pelo radicalismo de suas propostas, como a *supressão dos acentos dos proparoxítonos*, que faziam dessa primeira versão do acordo muito mais uma *reforma ortográfica* do que uma simples tentativa de *unificação* e *simplificação* da ortografia, ela acabou rejeitada, tanto de um quanto do outro lado Atlântico.

Dois livros citados na bibliografia, *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, de Ivo Castro *et alii*, e *Comentários ao Novo Acordo Ortográfico*, de Fontenla, Estraviz & Figueroa, além da *Revista I-CALP* de julho de 1986, discutem ampla e profundamente a proposta de acordo de 1986, razão porque não nos determos em analisá-la.

O *Acordo de Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal (1991) para a Lusofonia* passou a ser reconhecido como *Acordo Ortográfico de 1995* por ter sido aprovado oficialmente pelo governo dos dois principais países envolvidos, Portugal e Brasil, no ano de 1995. Os principais pontos inovadores do acordo, como *documento*, são, por um lado, o fato de se usar, pela primeira vez, a expressão *ortografia simplificada*, e, por outro lado, a tentativa de se estabelecer um acordo válido para toda a *lusofonia*, isto é, todos os países de lín-

gua portuguesa. Daí decorre a dificuldade para a implementação do acordo, pois esta depende da promulgação de *leis* ou *decretos-lei* por parte de todos os países signatários: *Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal* e *São Tomé e Príncipe*. A seguir, daremos a sua íntegra, na parte que nos interessa, ou seja, até a Base XIV, visto não pretendermos abordar, como dissemos na *introdução, o hífen e o apóstrofo*, e considerarmos os demais assuntos pontos sem controvérsia.

## Base I

### **Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados**

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a	A	(á) j	J	(jota)	s	S	(esse)
b	B	(bê)	k	K (capa ou cá)	t	T	(tê)
c	C	(cê)	l	L (ele)	u	U	(u)
d	D	(dê)	m	M (eme)	v	V	(vê)
e	E	(é) n	N	(ene)	w	W	(dáblio)
f	F	(efe)	o	O (ó)	x	X	(xis)
g	G	(gê)	p	P (pê)	y	Y	(ípsilon)
h	H	(agá)	q	Q (quê)	z	Z	(zê)
i	I	(í) r	R	(erre)			

Obs.: Além destas letras, usam-se o *ç* (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: *rr* (erre duplo), *ss* (esse duplo), *ch* (cê-agá), *lh* (ele-agá), *nh* (ene-agá), *gu* (gê-u), *qu* (quê-u).

Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras *k*, *w* e *y* usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropônimos/antropónimos originários de outras línguas e seus derivados: Franklin, frankliniano; Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano; Byron; byroniano; Taylor, taylorista.

b) Em topônimo/topónimo originários de outras línguas e seus derivados: Kwanza, Kwait, kwaitiano, Malawi, malawiano.

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: TWA, KLM, K – potássio (de kalium), W – oeste (West), kg – quilograma, km – quilômetro/quilómetro, km – kilowatt, yd – jarda (yard); watt.

3º) Em congruência com o número anterior, mantém-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: comtista, de Comte; garrettiano, de Garret; jeffersônia/jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller; shakespeareano, de Shakespeare.

Os vocabulários autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de fúcsia/fúchsia e derivados, buganvília/buganvílea/bougainvíllea).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica *ch*, *ph* e *th* podem conservar-se em formas onomásticas de tradição bíblica, como *Baruch*, *Loth*, *Moloch*, *Ziph*, ou então simplificar-se: *Baruc*, *Lot*, *Moloc*, *Zif*. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José*, *Nazaré*, em vez de *Joseph*, *Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judite*, em vez de *Judith*.

5º) As consoantes finais grafadas *b*, *c*, *d*, *g* e *t* mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropônimos/antropónimos e topóni-

mos/topônimos da tradição bíblica: *Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat.*

Integram-se também nesta forma: *Cid*, em que o *d* é sempre pronunciado; *Madrid* e *Valadolid*, em que o *d* ora é pronunciado, ora não; e *Calecut* ou *Calicut*, em que o *t* se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que os antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final *Jó, David* e *Jacó*.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: *Anvers*, substituído por *Antuérpia*, *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garonne*, por *Garona*; *Genève*, por *Genebra*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Milano*, por *Milão*; *München*, por *Munique*; *Torino*, por *Turim*; *Zürich*, por *Zurique* etc.

### Comentário

A base inteira cria precedentes perigosos. A inclusão das letras *k, w* e *y* acabará por incentivar seu uso, o que não é, de modo algum, desejável; certos derivados, como *shakespeariano*, darwnismo, mülleriano etc., são, de certo modo, inevitáveis, mas o aportuguesamento de palavras como *garrettiano* e *jeffersônia*, para *garretiano* e *jefer-sônia*, ajudaria a uniformizar ainda mais a escrita portuguesa e, parece-nos, causaria problemas mínimos para sua adoção; por último, a permissão da intromissão de consoantes finais há muito estranhas à nossa língua, sob a desculpa da tradição bíblica, abriria o precedente, uma vez que somos signatários da *Declaração dos Direitos Humanos*, que prega a igualdade entre os homens e o direito à liberdade de crença, a que também os umbandistas, muçulmanos, bramaístas, adeptos da religião rastafári, e outros se arvorassem o direito de escre-

ver os nomes de suas divindades, santos, e heróis de suas crenças da maneira como são escritos, apenas se transcrevendo para os caracteres latinos, em árabe, iorubá, sânscrito etc. (por exemplo, *Krishna*, da ioga e da religião hindu, passaria a ser escrito *Kr s na*).

## Base II

### Do h inicial e final

1º) O *h* inicial emprega-se:

a) Por força da etimologia: *haver*, *hélice*, *hera*, *hoje*, *hora*, *homem*, *humor*.

b) Em virtude de adoção convencional: *hã?*, *hem?*, *hum!*

2º) O *h* inicial suprime-se:

a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: *erva*, em vez de *herva*; e, portanto, *ervaçal*, *ervário*, *ervoso* (em contraste com *herbáceo*, *herbanário*, *herboso*, formas de origem erudita).

b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: *bieddomadário*, *desarmonia*, *desumano*, *exaurir*, *inábil*, *lobisomem*, *reabilitar*, *reaver*.

3º) O *h* inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: *anti-higiênico/anti-higiênico*, *contra-haste*, *pré-história*, *sobre-humano*.

## Base III

### **Da homofonia de certos grafemas consonânticos**

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade de condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1º) Distinção gráfica entre *ch* e *x*: achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, guinchar, macho, manchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixel, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife.

2º) Distinção gráfica entre *g*, com valor de fricativa palatal, e *j*, adágio, alfageme, álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almagrem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigir, gelosia, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerônimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, menjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

3º) Distinção gráfica entre as letras *s*, *ss*, *c*, *ç* e *x*, que representam sibilantes surdas: ânsia, ascensão, aspensão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acostrar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mozza, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar; acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Bucaço, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, lingüiça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as errôneas/errôneas Ceça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.

4º) Distinção gráfica entre *s* de fim de sílaba (inicial ou interior) e *x* e *z* com idêntico valor fónico/fônico: adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o *x* = *s* muda para *s* sempre que está precedido de *i* ou *u*: justapor, justalinear, misto, sistino (cf. Capela Sistina), Sisto, em vez de juxtapor, juxtalinlinear, mixto, sextina, sexto.

b) Só nos advérbios em *-mente* se admite *z*, com valor idêntico ao de *s*, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. capazmente etc.); de contrário, o *s* toma sempre o lugar do *z*: Biscaia, e não Bizcaia.

5º) Distinção gráfica entre *s* final de palavra e *x* e *z* com idêntico valor fônico/fônico: aguarrás, aliás, anís, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fênix/Fénix, flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez (substantivo e forma do verbo fazer), fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, (Arcos de) Valdevez, Vaz. A propósito, deve-se observar que é inadmissível *z* final equivalente a *s* em palavra não oxítona: Cádiz, e não Cádiz.

6º) Distinção gráfica ente as letras internas *s*, *x* e *z*, que representam sibilantes sonoras: aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, (Marco de) Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jussante, liso, lousa, Lousã, Luso (nome de lugar, homónimo/homónimo de Luso, nome mitológico), Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obsequio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, presa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinhos, proeza, sação, urge, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.

### Comentário

O enfoque dado ao tema é muito é muito pouco proveitoso. Se o intuito era enfatizar a necessidade de optar por uma ou outra representação gráfica, melhor seria que a exemplificação fosse através de uns poucos homófonos não homógrafos, como *cheque* e *xequê*, *massa* e *maça*, *nós* e *noz* etc., ou *parônimos* em que a houvesse uma variação da consoante que representa o fonema em questão, como *poço* e *posso*, *mansão* e *monção*, *dançar* e *cansar* etc. Se o intuito era fornecer ao leitor uma diretriz no que tange à escolha da consoante, a

lista apresentada é ao mesmo tempo muito extensa, provocando cansaço em quem a lê, e muito curta, já que deixa de fora inúmeras palavras em que se costuma errar no dia-a-dia, como *xícara e chácara, pajem, morcego* etc. Muito melhor seria que se apresentassem *regras abrangentes* que norteassem a opção por este ou aquele grafema, como a impossibilidade de se usar *ss, z* ou *ch* depois de *ditongo*, a tendência quase absoluta a se escrever com *x* a sibilante sonora após *e* inicial, a tendência muito forte a se usar *x* depois das sílabas *en* e *em* iniciais etc., recomendando o uso de um *vocabulário ortográfico* ou *dicionário* nos casos que não estivessem compreendidos pelas regras.

#### Base IV

#### **Das seqüências consonânticas**

1º) O *c*, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das seqüências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: *compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural, adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rapto*.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação, acionar, afetivo, aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo*.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou

então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: *aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor; ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.*

d) Quando, nas seqüências interiores *mpc*, *mpç* e *mpt* se eliminar o *p* de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o *m* passa a *n*, escrevendo-se, respectivamente, *nc*, *nç* e *nt*; *assumpcionista e assuncionista; assumpção e assunção; assumptível e assuntível; peremptório e perentório; sumptuoso e suntuoso; sumptuosidade e suntuosidade.*

2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o *b* da seqüência *bd*, em súbdito; o *b* da seqüência *bt*, em subtil e seus derivados; o *g* da seqüência *gd*, em amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalatomia; o *m* da seqüência *mn*, em amnistia, amnistiar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímodo, omnipotente, omnisciente etc.; o *t* da seqüência *tm*, em aritmética e aritmético.

## Comentário

A solução encontrada, embora mantenha a diversidade de grafias, é inevitável, visto ser muito improvável que se deixasse de grafar a consoante nas regiões em que ela é afetivamente pronunciada.

### Base V

## Das vogais átonas

1º) O emprego do *e* e do *i*, assim como o do *o* e do *u*, em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particu-

laridades da história das palavras. Assim se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com *e* e *i*: ameaça, amealhar, antecipar, arrepiar, banear, boreal, campeão, cardeal (prelado, ave, planta; diferente de cardial = “relativo à cárdia”), Ceará, côdea, enseada, enteado, Florela, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase (em vez de quási), real, semear, semelhante, várzea; ameixial, Ameixeira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial (adjetivo e substantivo), corriola, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, Ferregial, Filinto, Filipe (e identicamente Filipa, Filipinas etc.), freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, vimioso.

c) Com *o* e *u*: abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar, costume, discolo, êmbolo, engolir, epístola, esbarforir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocoso, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, távoa, tavoada, tábua, tômbola, veio (substantivo e forma do verbo vir); açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fémur/fêmur, fístula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangal, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua, vitualha.

2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente *e* e *i* ou *o* e *u* em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve ser empregado *e* ou *i*, se *o* ou *u*. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com *e*, e não com *i*, antes da sílaba tônica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em *-eio* e *-eia*, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: aldeão, aldeola, aldeota por aldeia; areal, areeiro, a-

reento, Areosa por areia; aveal por aveia; baleal por baleia; cadeado por cadeia; candeeiro por candeia; centeeira e centeeiro por centeio; colmeal e colmeeiro por colmeia; correada e correame por correia.

b) Escrevem-se igualmente com *e*, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/tônica, os derivados de palavras que terminam em *e* acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: ea, ee): galeão, galeota, galeote, de galé; coreano, de Coreia; daomeano, de Daomé; guineense, de Guiné; poleame e poleeiro, de Polé.

c) Escrevem-se com *i* e não com *e* antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula *-iano* e *-iense*, os quais são resultado da combinação dos sufixos *-ano* e *-ense* com um *i* de origem analógica (baseado em palavras onde *-ano* e *-ense* estão precedidos de *i* pertencente ao tema: horaciano, italiano, duriense, flaviense etc.): açoriano, acriano (de Acre), camoniano, goisiano (relativo a Damião de Góis), siniense (de Sines), sofocliano, torriano, torriense (de Torre [s]).

d) Uniformizam-se com as terminações *-io* e *-ia* (átomos), em vez de *-eo* e *-ea*, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal: cúmio (popular), de cume; hástia, de haste; réstia, do antigo reste; véstia, de veste.

e) Os verbos em *-ear* podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em *-iar*, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em *-eio* ou *-eia* (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: aldear, por aldeia; alhear, por alheio; cear, por ceia; encadear, por cadeia; pear, por peia; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas/rizotônicas em *-eio*, *-eias* etc.; clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, has-tear, nomear, semear etc. Existem, no entanto, verbos em *iar*, ligados a substantivos com as terminações átonas *-ia* ou *-io*, que admitem

variantes na conjugação: *negoceio* ou *negocio* (cf. *negócio*), *premeio* ou *premio* (cf. *prémio/prêmio*) etc.

f) Não é lícito o emprego do *u* final átono em palavras de origem latina. Escrever-se, por isso: *moto*, em vez de *mótu* (por exemplo, na expressão de *moto próprio*), *tribo*, em vez de *tribu*.

g) Os verbos em *-oar* distinguem-se praticamente dos verbos em *-uar* pela sua conjugação nas formas rizotónicas/rizotônicas, que têm sempre *o* na sílaba acentuada: *abençoar*, com *o*, como *abençoo*, *abençoas* etc.; *destoar*, com *o*, como *destoo*, *destoas* etc.; mas *acentuar*, com *u*, como *acentuo*, *acentuas* etc.

### Comentário

Críticas devem ser feitas, de novo, à extensão das listas, muito cansativas, ao mesmo tempo em que não esgotam as ocorrências deste ou daquele grafema. Desta vez ao menos, foram apresentadas regras para orientar o leitor na sua escolha por este ou aquele grafema, apesar de a regra *d* ser muito específica e pouco abrangente para merecer citação num acordo ortográfico.

## Base VI

### Das vogais nasais

Na representação das vogais nasais devem ser observados os seguintes preceitos:

1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido do hífen, representa-se a nasalidade pelo *til*, se essa vogal é de timbre *a*; por *m*, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por *n*, se é de timbre diverso de *a* e está seguida

de s: afã, grã, Grã-Bretanha, Lã, órfão, sã-braseiro (forma dialetal; o mesmo que São Brasense = de S. Brás de Alporte); clarim, tom, vacuum; flautins, semitons, zunzuns.

2º) Os vocábulos terminados em *-ã* transmitem esta representação do *a* nasal aos advérbios em *-mente* que deles se formem, assim como a derivado em que entrem sufixos iniciados por z: cristãmente, irmãmente, sãmente; lãzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.

### Comentário

Base muito bem redigida; talvez devesse ser acrescentada uma observação sobre o ditongo nasal /eOy/, que muitas pessoas, influenciadas pela grafia *em* ou *ens*, acreditam ser uma vogal nasal.

## Base VII

### Dos ditongos

1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tónicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por *i* ou *u*: *ai*, *ei*, *éi*, *oi*, *ui*, *eu*, *éu*, *iu*, *ou*: braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis (mas farneizinhos), goivo, goivar, lençóis (mas lençoizinhos), tafuis, uivar; cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu, (mas ilheuzinho), mediu, passou, regougar.

Obs.: Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados *ae* (= âi ou ai) e *ao* (= âu ou au): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos Caetano e Caetana, assim como nos respectivos derivados e compostos (caetianinha, são-caetano etc.); o segundo, representado nas combinações

da preposição *a* com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo *o*, ou seja, *ao* e *aos*.

2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo grafado *ui*, e não a seqüência vocálica grafada *ue*, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em *-uir*: *constituís, influí, retribuí*. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongos *ui* de sílaba final ou fim de palavra (*azuis, fui, Guardafui, Rui* etc.) e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em *-air* e em *-oer*: *atrais, cai, sai; móis, remói, sói*.

b) É o ditongo grafado *ui* que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um *u* a um *i* átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como *fluido* de formas como *gratuito*. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas *u* e *i* se separem: *fluídico, fluidez (u-í)*.

c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por *ae, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo*: *áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo*.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m*. Eis a indicação de uns e de outros:

a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: *ãe* (usado em vocábulos oxítonos e derivados), *ãi* (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), *ão* e *õe*. Exemplos: cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo, mão, mãozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçãoezinhas, põe, repões. Ao lado de tais ditongos pode-se, por exemplo, colocar o ditongo *ũi*; mas este, embora se exemplifique numa forma popular com *rũi* = *ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m* são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:

- *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: amam, deviam, escreveram, puseram.

- *em* (tônico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variações gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: bem, Bem-bom, Bemposta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem, Bencanta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homenzarão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens; amém (variação de ámen), armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também, convêm, mantêm, têm, (3ª pessoas do plural); armazéns, desdéns, convéns, reténs; Belenzada, vintenzinho.

### Comentário

Embora a base como um todo seja bem elaborada, duas críticas devem ser feitas a ela:

A) Com relação à observação do parágrafo primeiro, em vez de simplesmente admitir o antropônimo Caetano (e Caetana) com ditongo *ae*, dizer que é comum no Brasil a pronúncia do *ae* de *Caetano* como *hiato*, daí sua manutenção (haja vista a maneira como é pronunciado o nome do artista Caetano Veloso nos noticiários de rádio e televisão no Brasil). Por outro lado, ao se referir, na mesma observação, ao ditongo grafado *ao*, cometeu-se ao lapso de não incluir a palavra *caos*, tão comum nos meios jornalísticos, assim como o topônimo *Laos*.

B) Ao falar do ditongo /*ẽy*/, ele é descrito como sendo representado por uma vogal seguida da consoante nasal *m*. A razão para essa descrição da grafia do ditongo nos escapa, ainda que, mais adiante, seja dito que ele “pode apresentar variações determinadas pela acentuação, pela posição ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação”. Embora sejamos favoráveis à ênfase nas várias grafias do ditongo /*ẽy*/: *em*, *en*, *ém*, *ẽem* e *én*, acreditamos que a descrição de suas formas acentuadas estaria melhor situada quando se falasse de *acentuação*, limitando-nos, nesta parte, a descrever suas várias representações.

## Base VIII

### Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas abertas grafadas *a*, *e* ou *o*, seguidas ou não de *s*: *está*, *estás*, *já*, *olá*, *até*, *é*, *és*, *olé*, *pontapé(s)*; *avó(s)*, *dominó(s)*, *paletó(s)*, *só(s)*.

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em *e* tónico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *be-*

bê, bidê ou bidê, canapé ou canapê, caraté ou caratê, croché ou crochê, guiché ou guichê, matinê ou matinê, nenê ou nenê, ponjê ou ponjê, purê ou purê, rapê ou rapê.

O mesmo se verifica com formas como cocó e cocô, ró (letra do alfabeto grego) e rô. São igualmente admitidas formas como judô, a par de judo, metrô, a par de metro.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos *-lo(s)*, ficam a terminar na vogal tónica/tônica aberta grafada *a*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *r*, *s* ou *z*: adorá-lo (s), de faz *-lo(s)*; fá-lo(s)-ás, de far-lo(s)-ás; habitá-la(s)-iam, de habitar-la(s) *-iam*; trá-la(s)-á, de trar-la(s)-á.

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal grafado *em* (exceto as formas da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos compostos de *ter* e *vir*: retêm, sustêm, advêm, provêm etc.) ou *ens*: acém, detém, deténs, entretém, entreténs, harém, haréns, porém, provéns, também.

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados *éi*, *éu* ou *ói*, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de *s*: anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói (de correr), herói(s), remói (de remoer), sói(s).

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas/tônicas fechadas que se grafam *e* ou *o*, seguidas ou não de *s*: cortês, dê, dês (de dar), lê, lês (de ler), português, você(s); avô, pôs (de por), robô (s).

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com o pronome clítico *-lo(s)* ou *-la(s)*, ficam a terminar nas vogais tônicas/tônicas fechadas que se grafam *e* ou *o*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *r*, *s* ou *z*: detê-lo(s), de deter-lo(s); fazê-la(s); de fazer-la(s); fê-lo(s), de fez-lo(s); vê-la(s), de ver-la(s),

compô-la(s), de compor-la(s); repô-la(s), de repor-la(s), pô-la(s), de pôr-la(s) ou pôs-la(s).

3º) Prescinde-se do acento gráfico para distinguir oxítonas homógrafas, mas heterofônicas/heterofônicas, do tipo de *cor* (ô), substantivo, e *cor* (ó), elemento da locução *de cor*; *colher* (ê), verbo, e *colher* (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal *pôr*, para distinguir da preposição *por*.

### **Comentário**

Base bem elaborada, embora não vejamos que vantagem prática possa advir da separação da acentuação com acento agudo e com acento circunflexo. A formulação de Gonçalves Viana, *acentuam-se todas as oxítonas terminadas em a(s), e (s), o(s)*, e no caso de dissílabos ou polissílabos, também em *em* e *ens*. Além disso, a redação é redundante quando diz “palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas”, uma vez que a definição de oxítona já define a vogal final como tônica, seja ela isolada ou centro de um ditongo.

### Base IX

#### **Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas**

1º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abenço, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano.

2º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que ter-

minam em *l, n, r, x* e *ps*, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas de plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dúctil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis; var. reptil, pl. reptis); cármem (pl. cármenes ou carmens; var. carme, pl. carmes), dólmen (pl. dólmenes ou dolmens), éden (pl. édenes ou edens), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmenes ou lumens); açúcar (pl. açúcares), almíscar (pl. almíscares), cadáver (pl. cadáveres), caráter ou carácter (mas pl. carateres ou caracteres), ímpar (pl. ímpares); Ájax, Córtex (pl. córtex; var. córtice, pl. córtices), índice (pl. índice; var. índices), tórax (pl. tórax ou tóraxes; var. torace, pl. toraces); bíceps (pl. bíceps; var. bicípite, pl. bicípites), fórceps (pl. fórceps, var. fórcepe, pl. fórcepes).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre, nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico agudo ou circunflexo): sémen e sêmen, xénon e xênon; fémur e fêmur, vómer e vômer; Fénix e Fênix, ónix e ônix.

b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/ca/tônica, as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i* ou *u* e que terminam em *ã(s), õ(s), ei(s), i(s), um, uns* e *us*: órfã (pl. órfãs), acórdão (pl. acórdãos), órfão (pl. órfãos), órgão (pl. órgãos), sótão (pl. sótãos); hóquei (pl. hóqueis), jóquei (pl. jóqueis), amáveis (pl. de amável), fáceis (pl. de fácil), fósseis (pl. de fóssil), amáveis (de amar), amáveis (*id.*), cantaréis (de cantar), fizéreis (de fazer), fizésseis (*id.*); beribéri (pl. beribéris), bílis (sg. e pl.), íris (sg. e pl.) júri (pl. júris), oásis (sg. e pl.); álbum (pl. álbuns), fórum (pl. fóruns); húmus (sg. e pl.) vírus (sg. e pl. ).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: pônei e põnei; gónis e gônis, pé-

nis e pênis, ténis e tênis, bónus e bônus, tónus e tônus, ónus e ônus  
Vénus e Vênus.

3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* o *oi* da sílaba tónica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: assembleia, boleia, ideia, tal como aldeia, baleia, cadeia, cheia, meia; coreico, epopeico, onomatopeico, proteico; alcaide, apoio (do verbo apoiar, tal como apoia (subst.), Azoia, boia, boina, combio (subst.), tal comocomboio, comboias etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, comboias etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, introito, jiboia, moina, paranoico, zoina.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais do pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo *amamos*, *louvamos*), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminem em *l*, *n*, *r* e *x*, assim como as respectivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: cônsul (pl. cônsules), pênsil (pl. pênseis), têxtil (pl. têxteis); cânon, var. cânone (pl. cânones), plâncton (pl. plânctons); Almodôvar, aljôfar (pl. aljôfares), âmbar (pl. âmbares), Câncer, Tânger; bômbax (sg. e pl.), bômbix, var. bômbice (pl. bômbices).

b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *ão(s)*, *eis*, *i(s)* ou *u(s)*: bênção(s), côvão(s), Estêvão, zângão(s); devêreis (de dever), escrevêsseis (de escrever), fôreis (de ser e ir), fôsseis (*id.*) pênseis (pl. de pênsil), têxteis (pl. de têxtil), dândi(s), Mênfis, ânus.

c) As formas verbais *têm* e *vêm*, 3<sup>as</sup> pessoas do plural do presente do indicativo de *ter* e *vir*, que são foneticamente paroxítonas respectivamente /tājāj/, /vājāj/ ou /têej/, /vêej/ ou ainda /têjēj/, vêjēj/; cf. as antigas grafias preteridas, *têem*, *vêem*, a fim de se distinguirem de *tem* e *vem*, 3<sup>as</sup> pessoas do singular do presente do indicativo ou 2<sup>as</sup> pessoas do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: *abstêm* (cf. *abstém*), *advêm* (cf. *advém*), *contêm* (cf. *contém*), *convêm* (cf. *convém*), *desconvêm* (cf. *desconvém*), *detêm* (cf. *detém*), *entretêm* (cf. *entretém*), *intervêm* (cf. *intervém*), *mantêm* (cf. *mantém*), *obtêm* (cf. *obtém*), *provêm* (cf. *provém*), *sobrevêm* (cf. *sobrevém*).

Obs.: Também nestes casos são preteridas as antigas grafias, *têem*, *detêem*, *intervêem*, *mantêem*, *provêem* etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

a) Obrigatoriamente, *pôde* (3<sup>a</sup> pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (*pode*).

b) Facultativamente, *dêmos* (1<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do conjuntivo/subjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (*demos*); *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo e 3<sup>a</sup> pessoa do singular do presente do indicativo ou 2<sup>a</sup> pessoa do singular do imperativo do verbo *formar*).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um *e* tónico/tônico oral fechado em hiato com a terminação *-em* da 3<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: *creem*, *deem* (conj.), *descreem*, *desdeem* (conj.), *leem*, *preveem*, *redeem* (conj.), *releem*, *reveem*, *tresleem*, *veem*.

8º) Prescinde-se igualmente de acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tônica fechada com a grafia *o* em palavras paroxí-

tonas como *enjoar*, substantivo e flexão de enjoar, *povoar*, flexão de povoar, *voar* substantivo e flexão de voar etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente/respectivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: *para* (á), flexão de parar, e *para*, preposição; *pela(s)* (é), substantivo e flexão de pelar, e *pela(s)* (ê), combinação de *per* e *la(s)*; *pelo* (é), flexão de pelas, *pelo(s)* (ê), substantivo e combinação de *per* e *lo(s)*; *polo(s)* (ó), substantivo, e *polo(s)* (ô), combinação antiga da preposição *por* e *lo(s)*.

10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofônicas do tipo de *acerto* (ê), substantivo, e *acerto* (é), flexão do verbo acertar; *acordo*(ô), substantivo, e *acordo* (ó), flexão de acordar; *cerca* (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva *cerca de*, e *cerca* (é), flexão de cercar; *coro* (ô), substantivo, e *coro* (ó), flexão de corar; *deste*(ê), contração da preposição *de* com o demonstrativo *este*, e *deste* (é), flexão de dar; *fora* (ô), flexão de ser e ir, e *fora* (ó), advérbio, interjeição e substantivo; *piloto*(ô), substantivo, e *piloto* (ó), flexão de pilotar.

### Comentário

Como a base abrange vários pontos distintos, optamos por dividir nossa análise, igualmente, em várias partes:

A) A mesma crítica que se fez antes, com relação às oxítonas, também cabe aqui: não conseguimos ver vantagem na divisão da acentuação com *acento agudo* e com *acento circunflexo*, o que faz com que várias recomendações e definições tenham de ser repetidas, tornando o texto cansativo.

B) Da mesma forma, não vemos vantagem em citar *plurais* que não se incluem na categoria abordada (por ex.: plurais proparoxítonas de palavras paroxítonas), nem tampouco em citar *variante* igualmente fora da categoria abordada (por ex.: *carne*, paroxítona em *-e*, variante de *cármem*, paroxítona em *-n*). Poder-se-ia perfeitamente prescindir dessas digressões, que só fazem tornar o texto mais cansativo e menos objetivo.

C) Quanto à possibilidade de se escreverem certas paroxítonas com *acento agudo* ou *acento circunflexo*, conforme se pronuncie a vogal *aberta* ou *fechada*, isso não contribui em nada para a unificação da ortografia. mais acertado seria, nesses casos, utilizar-se uniformemente o *acento agudo* antes de consoante nasal, quer se pronuncie a vogal aberta ou fechada, visto já haver o precedente ortográfico do final *em/ens* tônico de inúmeras palavras, que são escritos com acento agudo, embora contenham vogal fechada ao menos, invariavelmente, na variante brasileira do português), como *armazém*, *ninguém*, *porém*, *vinéns* etc. De acordo com nossa proposta, teríamos uma única grafia para palavras como *sémen*, *xénon*, *fémur*, *vómer*, *Fénix*, *ónix*, *pónei*, *gónis*, *pénis*, *ténis*, *bónus*, *ónus*, *tónus*, Vé-nus, mas duas pronúncias, uma aberta, nas regiões que possuem vogal aberta antes de consoante nasal, e outra fechada, naquelas regiões que mantêm a vogal sempre fechada (ou semifechada) antes de consoante nasal.

D) Concordamos plenamente com a manutenção do acento diferencial em *pôde* e *fôrma*, embora não o achemos tão necessário em *dêmos*; sugerimos a inclusão de mais uma palavra com acento diferencial: *vamos* do presente do subjuntivo, em oposição a *vamos*, do presente do indicativo (provavelmente, com acento grave, visto ambos terem vogal fechada).

E) Concordamos, igualmente e com veemência, com a grafia sem acento dos *hiatos ee (m)* e *oo*, conforme os parágrafos 7 e 8, visto serem totalmente dispensáveis, já que ninguém leria *preveem* ou *enjoo* como oxítona ou proparoxítona, nem tampouco leriam os gru-

pos *ee* e *oo* como vogais longas, visto elas serem inexistentes no português.

F) Concordamos, ainda, com a supressão dos acentos dos *homógrafos*, de acordo com os parágrafos 9 e 10.

G) Discordamos, no entanto, da manutenção, facultativamente, do *acento agudo* nas primeiras pessoas do plural do pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*. Consideramos que, pelo bem da uniformização, tal acentuação deveria ser suprimida.

## Base X

### **Da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas**

1) As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de *s*: *adaís* (pl. de *adail*), *aí*, *atraí* (de *atrair*), *baú*, *caís* (de *cair*), *Esauí*, *jacuí*, *Luís*, *país* etc.; *alaúde*, *amiúde*, *Araújo*, *Ataíde*, *atraíam* (de *atrair*), *atrasse* (*id.*), *baía*, *balaústre*, *caféina*, *ciúme*, *egoísmo*, *faísca*, *faúlha*, *graúdo*, *influíste* (de *influir*), *juízes*, *Luísa*, *miúdo*, *paraíso*, *raízes*, *recaída*, *ruína*, *saída*, *sanduíche* etc.

2) As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de *nh*, *l*, *m*, *n*, *r* e *z*: *bainha*, *moinho*, *raíha*; *adail*, *paul*, *Raul*; *Aboim*, *Coimbra*, *ruim*; *ainda*, *constituente*, *oriundo*, *ruins*, *trunfo*; *atrair*, *demiurgo*, *influir*, *influirmos*; *juiz*, *raiz* etc.

3) Em conformidade com as regras anteriores leva acento a-

gudo a vogal tónica/tônica grafada *i* das formas oxítonas terminadas em *r* dos verbos em *air* e *uir*, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas *-lo(s)* e *-las*, que levam à assimilação e perda daquele *r*: atraí-lo(s), de atrair-lo(s); atraí-lo(s)-ia, de atrair-lo(s)-ia; possuí-la(s), de possuir-la(s); possuí-la(s)-ia, de possuir-la(s)-ia.

4) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *o* das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: baiuca, boiuno, cuiça (var. caúra), cheinho (de cheio), saíinha (de saia).

5) Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavra oxítonas e estão em posição final ou seguidas de *s*: Piauí, teiú, teiús, tuiú, tuiúis.

Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de *s* tais vogais dispensam o acento agudo: *cauim*.

6) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados *iu* e *ui*, quando precedidos de vogal: distraiu, instruiu, paus (pl. de paul).

7) Os verbos arguir e redarguir prescindem do acento tónico/tônico nas formas rizotónicas/rizotônicas: arguo, arguis, argui, arguem; argua, arguas, argua, arguam. Os verbos do tipo de aguar, apanguar, aproximar, averiguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas igualmente acentuadas no *u* mas sem marca gráfica (a exemplo de averiguo, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averiguem; enxaguado, enxaguado, enxaguado, enxaguado; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem; mas delinquimos, delinquíis) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas tônicas e graficamente nas vogais *a* e *i* radicais (a exemplo de averíguo, averíguas, averíguo, enxáguas, enxáguas, enxáguas; enxáguas, enxáguas, enxáguas, enxáguas etc; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem; mas delinquimos, delinquíis) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas tônicas e graficamente nas vogais *a* e *i* radicais (a exemplo de averíguo, averíguas, averíguo, enxáguas, enxáguas, enxáguas; enxáguas, enxáguas, enxáguas, enxáguas etc; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem; mas delinquimos, delinquíis).

quo, delínques, delínquem, delínqua, delínquas, delínqua, delínquam).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em *ingir* (atingir, cingir, constringir, infringir, tingir etc.) e os verbos em *inguir* sem prolação do *u* (distinguir, extinguir etc.) têm grafias absolutamente regulares (atinjo, atinja, atinge, atingimos etc.; distingo, distinga, distingue, distinguimos etc.).

### Comentário

Consideramos essa base merecedora de crítica em três pontos:

A) No parágrafo 2, existe um erro de redação, quando o texto diz: “*As vogais tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso do nh, l, m, n, r e z: bainha, moinho, rainha;...*”. Deve-se notar que, muito embora a vogal tônica não leve acento antes de *nh*, ela de forma alguma constitui sílaba com o *n palatal*, representado pelo dígrafo *nh*, o qual faz parte da sílaba seguinte.

B) A *supressão do acento agudo* nas vogais tônicas *i* e *u* das palavras paroxítonas depois de ditongo causará uma certa confusão, já que quem não conhecer a palavra ficará na dúvida, se as vogais tônicas *i* e *u* vierem, respectivamente, depois de *u* e *i*, se a segunda vogal do grupo de três faz ditongo com a vogal anterior ou com a posterior por ex.: *bai-uca* ou *ba-iuca*, *bo-iuno* ou *boi-uno*, *cau-ila*, *cauila*). Melhor seria que se mantivesse o uso atual, principalmente levando em conta que esse caso abrange um número reduzido de vocábulos.

C) Não achamos necessário, também devido ao reduzido número de vocábulos atingimos pela medida, a *supressão do acento*

*agudo* do *u* tônico dos grupos *gu* e *qu* antes de *e* ou *i*, apesar de não condenarmos tal mudança, pelo bem da uniformização da ortografia.

## Base XI

### **Da acentuação das palavras proparoxítonas**

1º) Levam acento agudo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o*, e ainda *i*, *u* ou ditongo oral começado por vogal aberta: árabe, cáustico, Cleópatra, esquálido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástica, prosélito, público, rústico, tétrico, último.

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o*, e ainda *i*, *u* ou ditongos oral começado por vogal aberta, e que terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes *ae*, *eo*, *ia*, *ie*, *io*, *ao*, *ua*, *uo* etc.: álea, náusea, etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa, exígua, língua; exíguo, vácuo.

2º) levam acento circunflexo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: anacreônico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos, (de ser e ir), Grândola, hermenêutico, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspêra, argênteo, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego.

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas nas sílabas tônicas/tônicas e terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente considera-

das como ditongos crescentes: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, Serôdio.

3º) levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tónicas/tônicas grafadas *e* ou *o* estão em final de sílaba e são seguidas de consoante nasal *m* ou *n*, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: académico/acadêmico, anatômico/anatômico, cênico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo, Amazónia/Amazônia, Antônio/Antônio, blasfémia/blasfêmea, fêmea/fêmea, gémeo/gêmeo, gênio/gênio, ténue/tênue.

### Comentário

As críticas a serem feitas a essa base são as seguintes:

A) No primeiro parágrafo ocorre um equívoco na redação do texto, onde se diz: “ou ditongo oral começado por vogal aberta”, para logo depois dar um exemplo como *esquálido*, em que a vogal aberta *termina* o ditongo (por não se admitir que num grupo como *qua*, alguém diga que a pronúncia de *ua* como ditongo seja opcional). Melhor seria, como é dito mais abaixo com relação às vogais fechadas, que se dissesse *ditongo com vogal básica aberta*.

B) Tornamos a insistir que a grafia variável, com *acento agudo* ou com *acento circunflexo*, das vogais que precedem *vogal nasal* que não é desejável, sendo preferível escrever-se sempre que se pronuncie a vogal fechada ou aberta, com *acento agudo*: *académico, fenómeno, género, fêmea, António* etc.

## Base XII

### **Do emprego do acento grave**

Emprega-se o acento grave:

a) Na contração da preposição *a* com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo *a*: à (de *a+a*), às (de *a+as*).

b) Na contração da preposição *a* com os demonstrativos *aquele*, *aquela*, *aqueles*, *aquelas* e *aquilo* ou ainda da mesma preposição com os compostos *aqueloutro* e suas flexões: àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

## Base XIII

### **Da supressão dos acentos em palavras derivadas**

1º) Nos advérbios em *-mente*, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: avidamente (de ávido), debilmente (de débil), facilmente (de fácil), habilmente (de hábil), ingenuamente (de ingénuo/ingênuo), lucidamente (de lúcido), mamente (de má), somente (de só), unicamente (de único) etc.; candidamente (de cândido), cortesmente (de cortês), dinamicamente (de dinâmico), espontaneamente (de espontâneo), portuguesmente (de português), romanticamente (de romântico).

2º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por *z* e cujas formas de base apresentam vogal tónica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: anezinhos (de anéis), avozinha (de avó), bebezinho (de bebé/bebê), cafezada (de café), chapeuzinho (de chapéu), chazeiro (de chá), heroizinho (de herói), ilheuzinho (de ilhéu), mazinha (de má), orfãozinho (de órfão), vintenzinho (de vintém) etc.; avozinho (de avô), bençãozinha (de bênção), lampadazinha (de lâmpada), pessegozinho (de pêssego).

## Base XIV

### Do trema

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aporuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *saiüdade*, ainda que tetrassílabo; *saudar*, e não *saiüdar*, ainda que trissílabo etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um *i* ou *u* de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um *i* ou *u* de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tónica/tônica ou átona, o *u* de *gu* ou de *qu* de um *e* ou *i* seguintes: arruinar, constituiria, depoimento, esmiuçar, faiscar, faulhar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiuíá, cauíxi, piauiense; aguentar, angui-forme, arguir, bilíngue (ou bilingue), lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: hübnériano, de Hübner; müllériano, de Müller.

### Comentário

Embora o *trema* seja um dos elementos que tornam extremamente coerente o sistema de acentuação atualmente vigente no português do Brasil, sua eliminação é inevitável, em qualquer projeto de unificação da ortografia, visto ser bem mais difícil convencer os portugueses a reintroduzirem o uso do trema, que eles já abandonaram, do que persuadir os brasileiros a suprimi-lo, o que é facilitado pelo fato de muitos brasileiros não dominarem seu emprego correto e estarem acostumados a omiti-lo ao escrever.

## Considerações finais sobre o Acordo

1º) A *mudança na acentuação gráfica do português* foi feita, de maneira geral, com muita sensatez: eliminou-se o *trema*, o que era inevitável; eliminou-se o *acento agudo* dos *ditongos abertos* das paroxítonas, o que nos parece razoável, visto a variação de timbre ser grande nesses casos, dificultando a sua manutenção; eliminou-se o *acento circunflexo* dos hiatos *ee(m)* e *oo*, os quais eram absolutamente desnecessários; e, nos casos muito controversos, optou-se pela *dupla grafia*, o que nos apareceu sábio, diante da inevitável celeuma, ainda que discordemos. O único ponto que realmente não aceitamos foi a *manutenção do acento agudo*, mesmo facultativo, na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da primeira conjugação, como em *amámos* e *louvámos*, a qual dificulta sobremaneira a unificação da ortografia sem trazer proveito prático algum.

2º) A base I deveria ser totalmente reformulada: a nossa língua já está por demais cheia de estrangeirismos (inevitáveis, muitas vezes) para ainda os legitimarmos num acordo ortográfico, chegando até a incluir no nosso alfabeto as letras, *k*, *w* e *y*. Poder-se-ia resumir este item da seguinte maneira: “Os nomes estrangeiros poderão ser grafados de acordo com sua grafia original, se já não houverem sido aporuguesados”. É quanto basta!

3º) Apesar de ser um *acordo de ortografia simplificada*, nenhuma proposta de simplificação no uso dos grafemas foi feita. Sugeriríamos as seguintes, de pouco impacto e razoável alcance:

a) As terminações verbais *-escer* seriam simplificadas para *-ecer*: *floreecer* (de *florescer*), *aquiecer* (de *aquiescer*), *convalecer* (de *convalescer*) etc. Isso evitaria a atual tendência a se escreverem essas palavras, no Brasil, com um *i*, da maneira que se pronuncia (por *hipercorreção*): *floreiscer*, *aquieicer*, *convaleiscer* etc.

b) A letra *x* com som de sibilante em final de sílaba seria transformada em *s* nas pouquíssimas palavras em que ela ocorre antes de

consoantes diferentes de *c*, *p* e *t*, como em *esfetação* (de exfetação), *esfoliado* (de exfoliado) etc.

c) Transformar o dígrafo *xs* em *ss*, visto ele ser tão raro na língua portuguesa, como em *essicar* (de exsicar), *essudar* (de exsudar), *essurgir* (de exsurgir) etc.

4º) Por último, gostaríamos de sugerir que, em vez de apresentar listas extensas, com exemplos do uso dessa ou daquela vogal, dessa ou daquela consoante (Bases III, IV e V), o acordo deveria explicar, em linhas geraria e de maneira muito sucinta, por que um determinado fonema admite mais de um grafema, aproveitando para fornecer regras bem gerais, como:

a) *Depois de ditongo*, não se usa *ch*, somente *x*: *caixa*, *ameixa*, *bauxita* etc.;

b) *Depois de e inicial*, o fonema /z/ é normalmente escrito *x*: *exato*, *exemplo*, *exímio*, *exótico*, *exuberante* etc.;

c) *Depois de e aberto tônico final*, o fonema sibilante é sempre escrito *s*, com exceção da palavra *dez*.

Regras simples, abrangentes e concisas como essas são bem mais proveitosas que listas volumosas.

## PARA ENTENDER O ACORDO ORTOGRÁFICO MUDANÇAS ORTOGRÁFICAS NO HORIZONTE

*Carlos Alberto Faraco*

Em tese, as mudanças ortográficas previstas no Acordo assinado pelos países lusófonos em 1990 começam, finalmente, a vigorar.

### 1. ENTENDA O CASO:

A língua portuguesa tem dois sistemas ortográficos: o português (adotado também pelos países africanos e pelo Timor) e o brasileiro.

Essa duplicidade decorre do fracasso do Acordo unificador assinado em 1945: Portugal adotou, mas o Brasil voltou ao Acordo de 1943.

As diferenças não são substanciais e não impedem a compreensão dos textos escritos numa ou noutra ortografia. No entanto, considera-se que a dupla ortografia dificulta a difusão internacional da língua (por exemplo, os testes de proficiência têm de ser duplicados), além de aumentar os custos editoriais, na medida em que o mesmo livro, para circular em todos os territórios da lusofonia, precisa normalmente ter duas impressões diferentes. O Dicionário Houaiss, por exemplo, foi editado em duas versões ortográficas para poder circular também em Portugal e nos outros países lusófonos. Podemos facilmente imaginar quanto custou essa “brincadeira”.

Essa situação estapafúrdia motivou um novo esforço de unificação que se consolidou no Acordo Ortográfico assinado em Lisboa em 1990 por todos os países lusófonos. Na ocasião, estipulou-se a

data de 1 de janeiro de 1994 para a entrada em vigor da ortografia unificada, depois de o Acordo ser ratificado pelos parlamentos de todos os países.

Contudo, por várias razões, o processo de ratificação não se deu conforme o esperado (só o Brasil e Cabo Verde o realizaram) e o Acordo não pôde entrar em vigor.

Diante dessa situação, os países lusófonos, numa reunião conjunta em 2004, concordaram que bastaria a manifestação ratificadora de três dos oito países para que o Acordo passasse a vigorar.

Em novembro de 2006, São Tomé e Príncipe ratificou o Acordo. Desse modo, ele, em princípio, está vigorando e deveríamos colocá-lo em uso.

No entanto, estamos ainda em compasso de espera. Há um certo temor de que sem um consenso efetivo o Acordo acabe se frustrando. O secretário-executivo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa esteve no Brasil em março passado buscando apoio para obter, sem mais delongas, a ratificação do Acordo pelos demais cinco países.

Talvez por isso o governo brasileiro não tenha ainda tomado qualquer medida para implementar as mudanças ortográficas, embora o Brasil tenha sido desde o início o maior defensor da unificação.

#### Observação importante

A mídia costuma apresentar o Acordo como uma unificação da língua. Há, nessa maneira de abordar o assunto, um grave equívoco. O Acordo não mexe na língua (nem poderia, já que a língua não é passível de ser alterada por leis, decretos e acordos) – ele apenas unifica a ortografia.

Algumas pessoas – por absoluta incompreensão do sentido do Acordo e talvez induzidas por textos imprecisos da imprensa – che-

garam a afirmar que a abolição do trema (prevista pelo Acordo) implicaria a mudança da pronúncia das palavras (não diríamos mais o u de lingüiça, por exemplo). Isso não passa de um grosseiro equívoco: o Acordo só altera a forma de grafar algumas palavras. A língua continua a mesma.

## 2. AS MUDANÇAS

As mudanças, para nós brasileiros, são poucas. Alcançam a acentuação de algumas palavras e operam algumas simplificações nas regras de uso do hífen.

### 2.1. Acentuação

a) fica abolido o trema:

palavras como lingüiça, cinqüenta, seqüestro passam a ser grafadas lingüiça, cinquenta, sequestro;

b) desaparece o acento circunflexo do primeiro ‘o’ em palavras terminadas em ‘oo’:

palavras como vôo, enjôo, abençôo passam a ser grafadas voo, enjoo, abençoo;

c) desaparece o acento circunflexo das formas verbais da terceira pessoa do plural terminadas em –eem:

palavras como lêem, dêem, crêem, vêem passam a ser grafadas leem, deem, creem, veem;

d) deixam de ser acentuados os ditongos abertos éi e ói das palavras paroxítonas:

palavras como idéia, assembléia, heróico, paranóico passam a ser grafadas ideia, assembleia, heroico, paranoico;

e) fica abolido, nas palavras paroxítonas, o acento agudo no i e no u tônicos quando precedidos de ditongo :

palavras como feiúra, baiúca passam a ser grafadas feiura, baiuca;

f) fica abolido, nas formas verbais rizotônicas (que têm o acentoônico na raiz), o acento agudo do uônico precedido de g ou q e seguido de e ou i.

Essa regra alcança algumas poucas formas de verbos como averiguar, apaziguar, arg(ü/u)ir: averigúe, apazigúe e argúem passam a ser grafadas averigue, apazigue, arguem;

g) deixa de existir o acento agudo ou circunflexo usado para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogalônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras átonas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico:

– para (á), flexão do verbo parar, e para, preposição;

– pela(s) (é), substantivo e flexão do verbo pelar, e pela(s), combinação da preposição per e o artigo a(s);

– polo(s) (ó), substantivo, e polo(s), combinação antiga e popular de por e lo(s);

– pelo (é), flexão de pelar, pelo(s) (ê), substantivo, e pelo(s) combinação da preposição per e o artigo o(s);

– pera (ê), substantivo (fruta), pera (é), substantivo arcaico (pedra) e pera preposição arcaica.

## **Observação 1**

A reforma de 1971 aboliu os acentos circunflexos diferenciais. Manteve apenas para a forma verbal 'pôde'. O texto do Acordo mantém esta exceção e acrescenta, facultativamente, o uso do acento na palavra fôrma.

## **Observação 2**

O Acordo manteve a duplicidade de acentuação (acento circunflexo ou acento agudo) em palavras como econômico/económico, acadêmico/académico, fêmur/fémur, bebê/bebé.

Entendeu-se que, como esta acentuação reflete o timbre fechado (mais freqüente no Brasil) e o timbre aberto (mais freqüente em Portugal e nos demais países lusófonos) das pronúncias cultas das vogais nestes contextos, ela não deveria ser alterada.

Em princípio nada muda para nós brasileiros. A novidade é que as duas formas passam a ser aceitas em todo o território da lusofonia e devem ambas constar dos dicionários. Assim, se um brasileiro, que hoje é obrigado a usar o acento circunflexo, grafar com o agudo não estará cometendo erro gráfico.

Observação para os especialistas:

Do nosso atual Formulário Ortográfico, o Acordo aboliu as seguintes regras de acentuação gráfica: 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, a quase totalidade da 15<sup>a</sup>, a observação 3<sup>a</sup> da regra 7<sup>a</sup> e parte da observação 1<sup>a</sup> da antiga regra 14<sup>a</sup> (esta regra foi abolida pela reforma de 1971. O Acordo abole a acentuação das paroxítonas prevista na observação 1<sup>a</sup>).

## 2.2 O caso do hífen

O hífen é, tradicionalmente, um sinal gráfico mal sistematizado na ortografia da língua portuguesa. O texto do Acordo tentou organizar as regras de modo a tornar seu uso mais racional e simples:

a) manteve sem alteração as disposições anteriores sobre o uso do hífen nas palavras e expressões compostas. Determinou apenas que se grafe de forma aglutinada certos compostos nos quais se perdeu a noção de composição (mandachuva e paraquedas, por exemplo).

Para saber quais perderão o hífen, teremos de esperar a publicação do novo Vocabulário Ortográfico pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. É que o texto do Acordo prevê a aglutinação, dá alguns exemplos e termina o enunciado com um etc. – o que, infelizmente, deixa em aberto a questão;

b) no caso de palavras formadas por prefixação, houve as seguintes alterações:

- só se emprega o hífen quando o segundo elemento começa por h

Ex.: pré-história, super-homem, pan-helenismo, semi-hospitalar

Exceção: manteve-se a regra atual que descarta o hífen nas palavras formadas com os prefixos des- e in- e nas quais o segundo elemento perdeu o h inicial (desumano, inábil, inumano).

- e quando o prefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento

Ex.: contra-almirante, supra-auricular, auto-observação, micro-onda, infra-axilar

Exceção: manteve-se a regra atual em relação ao prefixo co-, que em geral se aglutina com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o (coordenação, cooperação, coobrigação)

Com isso, ficou abolido o uso do hífen:

- quando o segundo elemento começa com s ou r, devendo estas consoantes ser duplicadas

Ex.: antirreligioso, antissemita, contrarregra, infrassom.

Exceção: manteve-se o hífen quando os prefixos terminam com r, ou seja, hiper-, inter- e super-

Ex.: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.

- quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente

Ex.: extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, antiaéreo, agroindustrial, hidroelétrica

### **Observação**

Permanecem inalteradas as demais regras do uso do hífen.

### ***2.3. O caso das letras k, w, y***

Embora continuem de uso restrito, elas ficam agora incluídas no nosso alfabeto, que passa, então, a ter 26 letras.

Importante deixar claro que essa medida nada altera do que está estabelecido. Apenas fixa a seqüência dessas letras para efeitos da listagem alfabética de qualquer natureza. Adotou-se a convenção internacional: o k vem depois do j, o w depois do v e o y depois do x.

#### ***2.4. O caso das letras maiúsculas***

Se compararmos o disposto no Acordo com o que está definido no atual Formulário Ortográfico brasileiro, vamos ver que houve uma simplificação no uso obrigatório das letras maiúsculas. Elas ficaram restritas a nomes próprios de pessoas (João, Maria, Dom Quixote), lugares (Curitiba, Rio de Janeiro), instituições (Instituto Nacional da Seguridade Social, Ministério da Educação) e seres mitológicos (Netuno, Zeus), a nomes de festas (Natal, Páscoa, Ramadão), na designação dos pontos cardeais quando se referem a grandes regiões (Nordeste, Oriente), nas siglas (FAO, ONU), nas iniciais de abreviaturas (Sr., Gen. V. Ex<sup>a</sup>) e nos títulos de periódicos (Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo).

Ficou facultativo usar a letra maiúscula nos nomes que designam os domínios do saber (matemática ou Matemática), nos títulos (Cardeal/cardeal Seabra, Doutor/doutor Fernandes, Santa/santa Bárbara) e nas categorizações de logradouros públicos (Rua/rua da Liberdade), de templos (Igreja/igreja do Bonfim) e edifícios (Edifício/edifício Cruzeiro).

#### ***2.5. Uma curiosa (e infeliz) determinação***

Alegando que o sujeito de uma sentença não pode ser preposicionado, há uma certa tradição gramatical que proíbe, na escrita, a contratação da preposição com o artigo ou com o pronome em sentenças como:

Não é fácil de explicar o fato de os professores ganharem tão pouco.

É tempo de ele sair.

Nem todos os gramáticos subscrevem tal proibição. Evanildo Bechara, por exemplo, argumenta, em sua *Moderna gramática portuguesa* (Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2000, p. 536-7), que ambas as construções são corretas e cita o uso da contração em vários escritores clássicos da língua. No entanto, há uma cláusula do Acordo Ortográfico que adota aquela proibição. Assim, cometeremos, a partir da vigência do Acordo, erro gráfico se fizermos a contração. Parece que alguns filólogos não conseguem mesmo viver sem cultivar alguma picuinha...

## *2.6. Apreciação Geral*

O Acordo é, em geral, positivo. Em primeiro lugar porque unifica a ortografia do português, mesmo mantendo algumas duplicidades. Por outro lado, simplifica as regras de acentuação, limpando o Formulário Ortográfico de regras irrelevantes e que alcançam um número muito pequeno de palavras. A simplificação das regras do hífen é também positiva: torna um pouco mais racional o uso deste sinal gráfico.

\*Professor Titular (aposentado) de Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Paraná. Membro da Comissão para a Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa do Ministério da Educação.

<http://www.stellabortoni.com.br/artigo.php?id=225>

# ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA<sup>1</sup>

Entrevista de Sílvio Elia  
Concedida à *Revista Brasileira de Língua e Literatura*

A Revista Brasileira de Língua e Literatura, dentro do seu programa de estar presente nos debates das grandes questões culturais da atualidade, resolveu ouvir o Prof. Sílvio Elia a respeito do momentoso projeto de unificação ortográfica Brasil-Portugal.

O Prof. Sílvio Elia é bastante conhecido em nosso meio educacional. Antigo catedrático de Latim do Colégio Pedro II, foi também Catedrático-Fundador da PUC-RJ, onde, durante muito tempo, lecionou Língua Portuguesa em nível de pós-graduação. Aposentou-se como Titular de Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pertencente à Faculdade de Humanidades Pedro II e leciona atualmente nos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Preside o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, de que é fundador, e é membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia. Como vem sempre acompanhando o desenrolar dos estudos de língua portuguesa, quer no seu aspecto didático, quer no pedagógico, resolvemos ouvi-lo a respeito da unificação ortográfica Brasil-Portugal ora em curso.

A nossa primeira pergunta foi a seguinte:

- O Prof. Sílvio Elia é contra ou a favor da pretendida unificação ortográfica?

Respondeu-nos então:

- Antes de mais nada, o status quaestionis

---

<sup>1</sup> Trata-se do Acordo de 1986, que não foi implementado e que deu origem ao de 1990, com algumas alterações.

No dia 12 de maio do ano passado, em sessão realizada na Academia Brasileira de Letras, foram aprovadas as Bases Analíticas da projetada unificação ortográfica. Assinaram o protocolo os representantes da Academia de Ciências de Lisboa, o representante do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) e, pelo Brasil, o acadêmico Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira. Aderiram ao Ato os representantes das nações africanas, antigas províncias ultramarinhas portuguesas, que têm o português como língua oficial: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Aprovadas as Bases, foram elas encaminhadas aos respectivos Governos, para a devida homologação. O objetivo é que entrem em vigor a partir de 1º de janeiro do ano vindouro de 1988, o que, no caso brasileiro, é praticamente impossível, pois o Congresso-Constituinte está inteiramente voltado para a elaboração da nova Carta Magna do país

**RB** – Mas essas Bases tiveram boa aceitação tanto lá como cá?

**SE** – Infelizmente a divulgação das Bases provocou rumorosa celeuma nas duas bandas do Atlântico, na verdade mais em Portugal que no Brasil. A meu ver, o que contribuiu maximamente para tal descontentamento foi o não terem sido ouvidos, em tempo oportuno, as pessoas e entidades credenciados para fazê-lo. Refiro-me às áreas de Letras das grandes Universidades, à Academia Brasileira de Filologia, às várias Academias de Língua Portuguesa espalhadas pelo país, ao Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, aos filólogos e lingüistas de maneira geral. O não fazê-lo, como tenho dito, foi o pecado original da Comissão que elaborou as normas conhecidas como Bases Analíticas. Foi essa a origem da celeuma que se levantou em torno do Acordo, pondo em risco uma ótima oportunidade de se pôr termo à disparidade ortográfica Brasil-Portugal.

**RB** – Mas essa unidade ortográfica é possível?

**SE** – Sem a menor dúvida. Ressaltemos desde logo que a questão diz respeito à Língua escrita e não à língua falada. O que importa é que um texto tenha a mesma roupagem gráfica em Lisboa,

Rio, Luanda, Maputo, etc. Isso, evidentemente, facilita o intercâmbio cultural. Em segundo lugar, é claro que uma só forma de escrita facilita o ensino de língua portuguesa a estrangeiros, contribuindo assim para maior expansão da língua. Os estudantes de língua portuguesa no exterior sentem-se embaraçados, caso passem de um mestre português a outro brasileiro, pois tem de reaprender a ortografia. Isso é danoso a uma sã política da língua.

**RB** – Mas, insisto, será exequível a desejada unificação?

**SE** – É o que eu estava pretendendo demonstrar. Procuremos, então, melhor precisar o conceito de ortografia, ou antes, de escrita. Recordemos que a escrita passou por duas fases distintas: a da representação gráfica das idéias e a representação gráfica dos sons. Ou seja, escrita ideográfica e escrita fonográfica. Um estado anterior será o dos povos ágrafos, que se comunicam por meio de gestos ou de códigos sonoros, sempre que não podem recorrer à fala. Grande progresso se alcançou quando se evoluiu da representação das idéias para os sons. As frases são infinitas, as palavras ilimitadas, mas os sons da linguagem não vão além de algumas dezenas. A princípio buscou-se representar as sílabas, mais fáceis de isolar (escrita fonossilábica), mas as sílabas ainda são muito numerosas. Grande avanço se realizou quando se passou à representação gráfica de sons isolados (escrita fonética). Curioso que a princípio se passasse a grafar somente as consoantes, como se deu com a escrita consonântica dos fenícios, geralmente dados por inventores do alfabeto (II milênio a.C.). O alfabeto fenício foi fonte da escrita aramaica, de que provém o alfabeto hebraico. A escrita dos hindus, que só se tornou realmente conhecida a partir do séc. III a.C. (época do imperador Açoça), é de origem desconhecida, mas há quem suponha que deva ter igualmente origem semítica.

O alfabeto fenício foi levado para a Grécia, e os gregos nele introduziram notável aperfeiçoamento: representarem graficamente também as vogais. Por isso o grande indo-europeísta Antônio Meillet reconhecia nos gregos os verdadeiros criadores da escrita alfabética, pois a escrita fenícia era ainda em parte silábica. Foi o alfabeto gre-

go, na sua forma ocidental, que os latinos receberam, provavelmente através dos etruscos, adaptando-o admiravelmente aos sons de sua língua materna. Deu origem ainda o alfabeto grego aos alfabetos góticos (bispo Vúlfilas) e eslavo (S. Cirilo), já na era cristã, como se vê. Foi este alfabeto, com as devidas adaptações, que adotaram os povos que pertencem à igreja grega ortodoxa: russos, búlgaros, sérvios. Os eslavos católicos usam o alfabeto latino: poloneses, tchecos, eslavos, eslovenos, croatas.

**RB** – Foi também o que nós fizemos?

**SE** – Certamente, e isso para nós imposta muito. o Alfabeto que os romanos nos legaram era uma adaptação felicíssima à realidade fônica da imorredoura língua do Lácio. Não que fosse fonético, no sentido da equiparação som-letra, é claro, mas estava mais próximo da pronúncia do tempo do que o nosso, mesmo depois de simplificado.

Foi esse alfabeto que herdaram os povos românticos – portugueses, espanhóis, franceses, italianos, romenos - , com as adaptações que se tornaram necessárias. Criamos, p. ex., os dígrafos lh, nh, ch, para representar fonemas inexistentes na língua latina; usamos acentos gráficos, coisa que os romanos não faziam, mesmo para distinguir as vogais longas das breves (embora o tivessem tentado, mesmo assim sem recorrer a diacríticos), aumentamos os sinais de pontuação.

Lembremos que não só o sinal lingüístico, na sua forma originária, falada, é arbitrário; o sinal gráfico também o é. O símbolo gráfico H, p. ex., representava em grego o som é, em latim, uma aspiração, em russo corresponde ao nosso N; entre nós, a não ser em dígrafos, não têm valor fônico algum. Uma vez, porém, fixado consuetudinariamente o sinal, a tendência é identificar a letra com o fonema. Tão forte é ela, que até bons lingüistas se deixam apanhar na armadilha.

**RB** – Quer dizer que o sistema ortográfico tem caráter convencional?

**SE** – A arbitrariedade propriamente dita está na forma da letra, isto é, naquilo que os antigos chamavam de figura. Mas a relação letra-fonema é uma consoante, pelo menos na origem. Assim o sinal P, p. ex., deve sempre figurar o som que representarei por pê. Contudo, é sabido que a maneira de pronunciar uma língua varia no decorrer do tempo. Mas a escrita, porque não tem um dinamismo próprio, já que é um código artificial, via se conservando praticamente inalterada. Daí, como consequência, deixa de haver correspondência entre determinado grafema e determinado fonema. Surge então a necessidade de reatualização do código, conhecida como “reforma ortográfica”. Foi o que se deu em português, a partir dos estudos de Gonçalves Viana, que estão na origem do sistema simplificado (e não “fonético”, conforme erradamente se chegou a dizer), pelo qual os *ella*, *prompto*, *sciência*, *theatro*, *physica*, *anedocta* foram reduzidos a *ela*, *pronto*, *ciência*, *teatro*, *física* e *anedota*. E foi o que não se deu em francês e inglês, línguas de alfabeto caótico. No fr. *eau* (ô), p. ex., é o ° E lembremos, para o inglês, o chamado símbolo –ough, que pode ser lido das mais variadas maneiras: *cough* (kóf) “tosse”; *though* (dhçou) “embora”; *thought* (thçót) “pensamento”. *enough* (inaf) “bastante”; *bough* (bau) “arco”.

Como quer que seja, continua de pé o princípio cardeal de que, na ortografia de base fônica, o sinal gráfico representa o som e não a idéia. Daí que não cumpre à ortografia desfazer homografias. Não vou, p. ex., procurar escrever *cisma* “devaneio” de um modo, para distinguir semanticamente de *cisma* “separação” (que até já foi escrito *schisma* por motivos ditos etimológicos...); nem *colar*, verbo no infinitivo, de *colar*, substantivo.

**RB** – Mas a pronúncia de uma língua não varia apenas no tempo, pode diferenciar-se até de um lugar para outro.

**SE** – Isso também ocorre, e é normal que assim seja. O próprio das línguas, já observou o Prof. Coseriu, não é a fixidez e sim a

mutabilidade. Nos Estados Modernos, porém, ao nível culto, procura-se uma pronúncia padrão, ou pelo menos, padronizada. Quando Gonçalves Viana elaborou o seu projeto de simplificação ortográfica, buscou previamente esse padrão e julgou ter encontrado “no centro do reino, entre Coimbra e Lisboa, um padrão médio, do qual procuraram aproximar-se os que sabem ler e escrever”. Quanto ao Brasil, foi a pronúncia do Rio de Janeiro, então capital do país, considerada padrão em dois congressos de especialistas, por ser a que apresenta menor índice de tipicidades: o da Língua Nacional Cantada, realizada em São Paulo em 1937, e o da Língua Falada no Teatro, transcorrido no Salvador em 1956. No entanto, daí pra cá muita coisa mudou. O Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país, o que lhe retirou parte do prestígio na Federação. Demais, os meios televisivos de comunicação, principalmente através de novelas, se encarregaram de divulgar a pronúncia do Centro-Sul, ou seja, Rio e São Paulo. Mais Rio que São Paulo, parece-me, em primeiro lugar pelo prestígio anterior do Rio, e em segundo lugar pela maneira como a pronúncia paulista é apresentada na televisão, sensivelmente italianizada, o que lhe empresta cunho regional, dificilmente assimilável pelo resto do país. De qualquer forma, o problema é menor, pois a mesma grafia pode admitir diferentes pronúncias.

**RB** – Mas isso não prejudica a desejável unidade?

**SE** – Ao contrário, favorece. O erro seria exatamente querer uma ortografia espelho fiel da fala, como há quem pense seja o ideal. A grafia, como se diz após as descobertas dos estruturalistas da Escola de Praga, tem em vista a representação escrita do fonema (o som vocal com valor distintivo no sistema fonológico) e não o fone, realização oral do fonema, que não interfere na significação do morfema (em sentido lato). Para ficar em casa, podemos lembrar a forma gráfica de menino, cujo e pretônico apresenta as seguintes variantes na fala: mênino, minino, mênino (em Portugal m’nino). No entanto, qualquer que seja a pronúncia, o sentido da palavra não se altera. Logo não há por que mudar a grafia. Muito pior seria se tivéssemos de adotar quatro grafias para essa palavra. E o final da mesma palavra menino, será –u ou –o? Note-se ainda que a grafia só diz respeito aos

sons orais de uma língua tem que ver com sua estrutura gramatical. Logo os brados de que a língua portuguesa está em perigo, de que a querem desfigurar perdem-se no vazio. Podem os inquietos ficar tranqüilos: depois da unificação, brasileiros e portugueses continuarão a falar do mesmo modo que antes. Nem haveria possibilidade de que não fosse assim.

**RB** – Mas há muitos portugueses que temem pelo “abrasileiramento” do português de Portugal, caso o acordo seja homologado. E agora com o impacto das novelas de televisão...

**SE** – Como acabamos de ver, o temido abrasileiramento não tem o menor sentido. A esse respeito prefiro que fale um mestre da Faculdade de Lisboa, prof. Ivo castro:

O acordo não atingiria tais fins, mesmo que tentasse. Mas não tenta. Sem negar, porque é fato patente, que a sua iniciativa imediata surgiu do Brasil, importa desfazer-nos da impressão de que este Acordo foi assinado a reboque dos brasileiros, constituindo uma cedência às suas posições. Primeiro, porque o seu texto base foi longamente meditado e negociado em Lisboa entre 1971 e 1975, faltando então apenas a assinatura. Segundo, porque parece que nem todos estão satisfeitos com o texto final. (“Um juízo sobre o novo Acordo Ortográfico”. ICALP, junho/julho de 1986, nº 5, p. 43)

**RB** – Mas essas críticas, sinais de insatisfação, visam ao Acordo enquanto Acordo, ou a determinadas regras nele contidas?

**SE** – Quase sempre visam às regras. Por certo o Acordo não é perfeito, nem há obra que o seja. Contudo esse aspecto do problema poderia ter sido aparado a tempo, se tivesse havido a audiência prévia dos entendidos e interessados a que aludi de início. Mas os pontos incriminados são muitos. Vejamos os principais:

Caso A) As famosas “consoantes mudas”, isto é, aquelas que se escrevem, mas não se pronunciam. O Acordo assim se distingue: a) consoantes interiores invariavelmente mudas nas pronúncias culta da língua; b) idem, invariavelmente proferidas; c) idem, oscilantes entre a prolação e o emudecimento. Temos como exemplos, respec-

tivamente: a) aflição, cativo, Egito, ótimo, adotar, batizar; b) compacto, convicção, pacto, apto, erupção, núpcias, rapto; c) factio e fato, aspecto e aspecto, ceptro e cetro, dicção e dição.

Essa Base (a VI) padece de certo cunho subjetivo. As pronúncias cultas da língua oferecem, nesse particular, inegáveis oscilações. No tocante ao item c), p. ex., dão as Bases como exemplo cacto e cato, caracteres e carateres. No Brasil, sempre ouvi cacto e, se em Portugal, a pronúncia é normalmente cacto, o c não deixa de ser escrito. Quanto a caracteres, a pronúncia culta de ambos os países mantém o c; logo uma grafia carateres acabará levando a uma acentuação inadmissível carâteres, por influência de caráter.

Como se sabe, a supressão na escrita das chamadas “consoantes mudas”, que melhor se adjetivariam como lábeis, foi iniciativa brasileira. Contudo, mesmo não pronunciadas, formas mantidas na ortografia portuguesa, com o argumento de que serviam para indicar o timbre aberto da vogal anterior. A supressão, agora proposta também para Portugal, se afigura, pois, como umas das cedências ao sistema brasileiro. Nada melhor, portanto, quanto a esse ponto, que ouvirmos um mestre português. Demos, pois, a palavra ao Prof. Dr. João Malca Casteleiro, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

Quando se ensina às crianças, na instrução primária, que acção, director, excepção, etc, tem uma consoante, c ou p, que não se pronuncia, é porque a vogal anterior é aberta. Quer dizer, a criança já sabe que a vogal pretônica de tais palavras é aberta antes de aprender a escrevê-las. O que a criança tem dificuldade em perceber é por que motivo deve escrever uma consoante que não se pronuncia. (“Unificação ortográfica da língua portuguesa”. ICALP, n° citado, p. 32-33)

E mais:

Se alguma cedência houve da parte da delegação portuguesa no Encontro do Rio de Janeiro, essa cedência foi apenas ao bom senso. Pena que em 1945, o(s) negociador(es) português(es) não tivesse(m) compreendido que mais valia ceder ao bom senso do que provocar o cisma ortográfico do língua portuguesa. (ibid.: 33)

No caso é difícil achar uma solução de unanimidade, por isso aceitemos a do Acordo, que não é má.

**RB** – E quanto aos acentos nos proparoxítonos?

**SE** – É outra questão que tem gerado controvérsias. Mas não houve outro jeito de uniformizar a escrita, respeitando a pronúncia dos dois países. Aqui temos de optar: ou montemos a divergência gráfica e escrevemos aqui cômico e lá cómico (o que contraria a razão cardel do Acordo), ou abolimos o acento nos esdrúxulos, como fazem os italianos ( e foi o caminho tomado pelo Acordo, na Base XIV). Note-se que, no próprio Acordo, abriu-se uma brecha nessa Base, pois aí se admite que “Em casos de ambigüidade contextual que possa ser desfeita pela acentuação gráfica, fica facultativo o uso do acento para dirimi-la”.

Advirta-se que, nos chamados “falsos proparoxítonos” (paroxítonos com ditongo crescente na sílaba final), a supressão do diacrítico é até recomendável. É o caso de magoa, Antonio, colonia, residuo, nevoa, aguia. Quanto aos demais proparoxítonos, creio que será uma questão de hábito. Mas é um assunto que merece amplo debate.

**RB** – E quanto ao hífen?

**SE** – Também têm sido muito criticadas as regras para uso do hífen. Pinço alguns exemplos que vêm gerando objeções: norteamericano, bemequer, cirurgião dentista, guarda noturno, Grã Bretanha, pé de moleque (espécie de doce), olho de boi (espécie de selo), contralmirante, infraumano, neolênico, antiibérico, anteistórico, circumurado, malumorado, vice-almirante (mas contralmirante...), bem-venturado, etc.

Como se vê, muitas dessas grafias se chocam com a tradição ortográfica da língua e, em certos casos, insinuam até pronúncias em desacordo com a norma geralmente praticada.

A verdade é que as diversas reformas ortográficas quase sempre naufragam no capítulo “emprego do hífen”. Portanto, quanto menos regras especiosas melhor. Conviria impedir, p. ex., o contato de duas vogais ou de vogal e h. Assim teríamos contravapor, mas contra-almirante, anticiclone mas anti-histórico. No caso de compostos com o segundo elemento iniciado por r ou s, ou se aglutinariam os dois vocábulos, com a conseqüente germinação dessas consoantes (como em ultrarromântico, antissemita), ou se optaria pela separação com hífen (ultra-romântico, anti-semita). Tendo para esta última solução. Também parece-me que compostos de duas palavras devem conservar o hífen: cirurgião-dentista, guarda-noturno, azul-marinho, cartão-postal, rosa-chá, surdo-mudo, etc. Se o primeiro elemento é acentuado, o hífen se impõe: pré-socrático, pró-censura, pós-moderno, além-mar, recém-casado. A Base XVI estende o uso do hífen às preposições, o que me parece razoável: sem-cerimônia, ex-governador.

Convém reafirmar que o emprego do hífen é um dos pontos mais frágeis dos códigos ortográficos. Não se pode esquecer, p. ex., o valor estilístico que por vezes assume o uso do hífen, tão ao gosto dos simbolistas e até da corrente filosófica existencialista. Não pode haver muito rigor gramatical no emprego dos diacríticos: o trema, p. ex., e o acento grave fazem-se necessários em certas exposições científicas ou discursos literários. Seria um capítulo a rever.

**RB** – Então o professor se posiciona favoravelmente ao Acordo, pelo menos em princípio?

**SE** – Exatamente. A unificação ortográfica é desejável, possível e exequível. Não se trata de vaga aspiração. Temos aí flagrantes os exemplos do espanhol e do inglês. A ortografia espanhola serve não só ao espanhol europeu, mas também ao castelhano das Américas. E a escrita do inglês praticamente não dicrepa nas duas bandas do Atlântico. Casos como o de bahaviour (ing.)/ behavior (amer.) são gota d’água no mare magnum de incongruências que é a ortografia (?) inglesa.

Contudo, a verdade é que, se a nossa ortografia não é nem pode ser fonética, também não é fonêmica. Em artigo do número do ICALP citado, o Prof. Herculano de Carvalho, antigo catedrático da Universidade de Coimbra, mostra que outros fatores intervêm na fixação de uma ortografia, como o costume e a base etimológica (é o nosso caso). Em razão de costume, p. ex., é que escrevemos com o e não com u abolir. (cfr. bulir), cobiça, cumprir (mas distinguimos comprimento de cumprimento); separamos em duas palavras por isso (e não por isso porisso); grafamos imperador e não emperador. E, por motivos etimológicos, colocamos h inicial em hoje, haver, homem (e, pela mesma razão retiramo-lo de ontem); distinguimos concertar de cosertar, xeque de cheque, caçar de cassar, alisar de alizar.

Faço milhas, portanto, as conclusões do Prof. Malaca Casteleiro, no artigo citado:

1º) O português passa a apresentar no plano internacional uma única ortografia, o que aumenta a importância da nossa língua e evita problemas delicados em organismos internacionais, como o da opção entre ortografia brasileira e a portuguesa.

2º) Nos leitorados e Departamentos de Português das Universidades estrangeiras, os estudantes, quer optem pelo português do Brasil, ou pelo português europeu, passarão a ter uma única ortografia para ler e escrever as duas variantes.

3º) Havendo uma única ortografia, o livro português pode ser simultaneamente impresso (com os mesmos fotolitos ou outro processo) em qualquer país lusófono.

4º) A unificação ortográfica da língua portuguesa e o acordo a que se chegou, no Encontro do Rio de Janeiro, entre todos os países lusófonos, abriram novas perspectivas de intercâmbio cultural, científico e técnico, que contribuirão sem dúvida para uma firme consolidação, no mundo moderno, do vasto espaço geográfico da língua portuguesa.

**RB** – Agradecemos ao Prof. Sílvio Elia a atenção com que nos ouviu e respondeu às nossas perguntas.

**SE** – E eu agradeço à Revista Brasileira de Língua e Literatura a oportunidade que me deu de procurar esclarecer uma questão que tem sido mais debatida emocionalmente que razoadamente. Na verdade, temos aqui, mais uma vez, o velho quiprocó da tempestade num copo d'água. Muito obrigado.

(<http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=178>)

## SOBRE A NATUREZA FONOLÓGICA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA<sup>2</sup>

*Maria Helena Mira Mateus (FLUL / ILTEC)*

### Resumo

O presente texto tem como objectivo argumentar sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa e, com base nesta afirmação, discutir a simplificação dessa ortografia, simplificação que tem sido a finalidade de várias reformas e de algumas tentativas de acordo entre Portugal e o Brasil. A discussão das questões fonológicas é precedida a) de uma referência aos problemas suscitados pela proposta de acordo datada de 1986, e b) de um resumido excursão histórico baseado em gramáticas portuguesas, com início nas gramáticas quinhentistas.

### O Acordo de 86

Em Maio de 1986 levantou-se em Portugal e no Brasil uma acesa polémica que gravitava em torno da ortografia da língua portuguesa<sup>3</sup>. A discórdia surgiu a partir de uma decisão tomada por académicos portugueses e brasileiros relativamente a aspectos ortográficos, com o fim de eliminar as diferenças existentes na escrita dos dois lados do Atlântico e de conseguir a concordância, para essa ortografia, dos países de língua oficial portuguesa. Mas os académicos, na convicção de que seria possível alterar por decreto a ortografia da

---

<sup>2</sup> Algumas fontes especiais [do alfabeto fonético] não serão reproduzidas neste documento porque não as temos em nosso arquivo de fontes.

<sup>3</sup> As referências concretas à polémica sobre o acordo ortográfico de 1986 foram colhidas na Demanda da Ortografia Portuguesa, obra organizada por Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria que constitui um riquíssimo repositório dos vários acordos ortográficos sobre o português e de toda a discussão que se gerou em torno do texto de 1986.

língua dado o carácter convencional da escrita, foram mais longe do que a mera eliminação de diferenças: pretenderam simplificar a ortografia do português, retirando consoantes (mudas), acentos (de esdrúxulas), hifens (de compostos).

A sociedade civil, sobretudo a portuguesa, ergueu-se em protesto contra o operário, a catastrophe e o cagado, contra a ação e a percepção, contra o bemaventurado e seus similares.

Em Portugal, criou-se mesmo um Movimento Contra o Acordo Ortográfico que tinha registo público. No Brasil, Afrânio Coutinho afirmava no *Jornal de Letras* de Agosto desse ano que “Os portugueses não reconhecem a independência do Brasil”. Por seu lado, os portugueses perguntavam na mesma altura: “Portugal, colónia do Brasil?”. Linguistas e académicos, escritores, editores, políticos e analistas, e ainda pessoas vindas de diversas áreas da sociedade reuniam-se para discutir inflamadamente sobre se deveriam as palavras esdrúxulas manter o diacrítico que marca a sílaba tónica e se a eliminação das consoantes “mudas” constituía, na verdade, uma simplificação da ortografia, ou mesmo se tal simplificação era desejável.

Perante o rugir das opiniões, os autores do acordo caminharam para o extremo oposto: presença ou ausência das tais consoantes dependendo da pronúncia de cada um. Nas Bases VI e VII do acordo estipula-se que se conservam ou se eliminam, “facultativamente”, certas consoantes que “só se proferem numa pronúncia culta, quer geral quer restritamente” dando-se como exemplos *facto* e *fato*, *caracteres* e *carateres*, *amnistia* e *anistia* etc. Foi a consagração da dupla grafia. Ora é evidente que a facultatividade é contrária à própria ideia de normalização gráfica, ou seja, de ortografia<sup>4</sup>. Compreende-se assim que, depois de tantas idas e vindas sobre a escrita da língua portuguesa, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, ao regressar do Brasil em final de Agosto de 86, tivesse declarado que o

---

<sup>4</sup> Veja-se, na obra atrás referida de Ivo Castro et al., as “Sete teses sobre Ortografia Portuguesa”, pp. 7-9.

novo acordo ortográfico não era ainda “um acordo” e que não passava de um “trabalho técnico” e, citando o Presidente da República do Brasil, José Sarney, referia que, segundo este, a unificação ortográfica tem de ser “feita em paz e com cuidado”<sup>5</sup>. E assim ficámos.

O que é mais interessante em todo este processo é que não se tenha discutido a questão ortográfica do ponto de vista linguístico, excepção feita a uns pouquíssimos documentos, de entre os quais se distingue o elaborado pelo Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa. Qual a natureza da ortografia? Qual a natureza da ortografia portuguesa?

Pode essa ortografia ser simplificada com vantagem? Para quem é essa vantagem? Pode simplificar-se por decreto? Essa simplificação é um mero arranjo ou uma reforma ortográfica? E atrás destas perguntas outras vêm, que foram a floradas na discussão: Deve haver uma única ortografia para a escrita nos dois países em que o português é língua nacional? Não poderemos manter duas ortografias com pequenas diferenças como está consignado nos correctores ortográficos que usamos no computador para o português, francês, inglês, e outras línguas? E como se deve fazer em relação aos diversos países em que o português é língua oficial?

Propomo-nos neste artigo fundamentar a afirmação de que a ortografia portuguesa é de natureza fonológica e, a partir dessa afirmação, discutir a vantagem e a eficácia da sua simplificação em ordem a uma unificação nos países em que se fala português.

#### Um breve excuroso histórico

Importa assinalar desde o início que o termo ‘ortografia’ ocorre já nas primeiras gramáticas portuguesas. No começo da obra de Fernão de Oliveira *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, publicada em 1536, a Ortografia é nomeada a par do Acento, da Etimologia e

---

<sup>5</sup> 3 Op.cit., p. 270.

da Analogia. No Prólogo da Gramática da língua Portuguesa de João de Barros, publicada em 1540, também o autor apresenta a Ortografia como uma das quatro partes em que os latinos “partem a sua gramática”. No capítulo dedicado à ortografia, diz que se trata de uma palavra grega que “quer dizer ciência de escrever dereitamente”. Da constituição da palavra se deduz que, sendo a grafia qualquer forma de escrita, a orto+grafia implica escrever de acordo com a norma, ou seja, “dereitamente”.

Nessa época, a escrita da língua já tinha vários séculos, muito provavelmente com início no século XII<sup>6</sup>. Os mais antigos textos foram escritos num tempo em que, não existindo uma ortografia, o escriba procurava tanto quanto possível transmitir graficamente a pronúncia da língua recém nascida, eivada ainda das antepassadas formas latinas. A partir do Renascimento e do renovado conhecimento dos clássicos começa a notar-se uma influência das formas etimológicas (por vezes erradamente interpretadas), o que teve como consequência a introdução, na escrita do português, de letras existentes nos étimos latinos ou gregos (como o –c em *fecto*, de *factu-*), o emprego de consoantes duplas (que encontramos, por exemplo, em *fallar*), ou a ocorrência dos dígrafos *ph*, *ch*, *th* e *rh* (que se mantiveram longos anos em *pharmacia*, *lythografia*, *Matheus*). Segundo Guilherme Ribeiro, “o pretensiosismo, aliado a uma certa ignorância, levou à prática de exageros.

Entre outros casos, deixamos como exemplo o seguinte: introduziram-se letras que não eram pronunciadas, como *esculptura*; *astma*; *character*; etc.; o *y* passou a figurar em muitos vocábulos, como *lythografia*, *typoia*, *lyrio*, etc.”<sup>7</sup>. Contra esta ortografia complicada e etimologizante se insurgem alguns dos nossos primeiros gramáticos de que lembraremos as seguintes palavras de Fernão de Oliveira:

---

<sup>6</sup> Sobre os primeiros textos escritos em português, ver Martins (1999).

<sup>7</sup> Ver sobre esta questão Guilherme Ribeiro (2000), *Periodização da evolução da ortografia portuguesa*, [http://esjmlima.prof2000.pt/hist\\_evol\\_lingua/R\\_GRU-J.HTML](http://esjmlima.prof2000.pt/hist_evol_lingua/R_GRU-J.HTML).

“Por tanto k ne ~ ph nem ps nunca as ouvimos na nossa linguagem nem nas auemos mester”<sup>8</sup>.

Nos séculos que se seguiram, a ortografia teve honras de título como, em 1666, na obra de Bento Pereira que ensina as Regras gerais, breves e comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza ou, cem anos passados, quando Fr. Bernardo de Jesus Maria, nomeia a sua obra como uma *Grammatica philosophica e orthographia racional* da lingua portugueza. Que os autores consideravam a necessidade de uma ortografia correcta, vê-se pela adjectivação: “melhor ortografia”, “ortografia racional”. Os estudos gramaticais foram marcados no século XVIII pela importância atribuída à ortografia, considerando-se como obra exemplar a de João Morais de Madureira Feijó, *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens*, datada de 1734.

Na *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa, publicada em 1822, discorre-se mais aprofundadamente sobre ortografia e sobre a sua integração na gramática: “A *Grammatica* (que quer dizer *Litteratura*) não foi ao principio outra coisa senão a sciencia dos caractéres, ou reaes, representativos das coisas, ou nominaes, significativos dos sons ou das palavras. [...] A parte *mechanica* das linguas, em que primeiro se trabalhou, tem duas observações. Uma sobre os sons articulados, tanto simples como compostos, que entram na composição dos vocabulos; e outra sobre os caractéres litteraes, adoptados pelo uso para servirem de signaes dos mesmos sons, e seus depositarios na escriptura. D'estas duas considerações sobre o physico dos vocabulos nasceram as duas partes mais antigas da *Grammatica*. Uma de boa pronunciação e leitura, chamada *Orthoepia*, e outra da sua boa escriptura, chamada *Orthographia*” (pp. V e VI-I).

---

<sup>8</sup> Fernão de Oliveira, 1536, p. 175.

Se nestas obras a ortografia tinha um lugar de relevo e era pacífica a sua função e a sua concretização (salvo algumas críticas sobre a utilização de letras inúteis ou estranhas como acima se notou), já durante o século XIX vêm a público disputas sobre questões ortográficas em que se opõem opiniões conservadoras e propostas inovadoras. Lembre-se a polémica entre Cândido de Figueiredo e José Leite de Vasconcellos, que chegou até nós nos títulos imaginativos e denunciadores dos polemistas: Cândido de Figueiredo, em 1891, refere a Tosquia de um grammatico dedicada aos filólogos mirandezes, aos críticos extremos e aos boticários de Palmella, a que responde Leite de Vasconcellos, no mesmo ano, com O Galho depenado. Replica às "Caturrices" philologicas do sr. Candido de Figueiredo que, por sua vez, triplica no ano seguinte com O golpe de misericórdia. Execução litteraria de Zé Filólogo Leite de Vasconcellos, acusado de varios delitos contra a grammatica, o bom senso e a salubridade publica. Discussões sobre ortografias não são exclusivas do nosso tempo.

Mas o que se discutia então? Os mais conservadores (como o 'caturra' Cândido de Figueiredo que luta pelo bom uso) são acusados de "subserviência aos clássicos, censura de barbarismos e preferência do literatismo em prejuízo da ciência" enquanto os filólogos (como o 'Zé Filólogo' Leite de Vasconcellos) são acusados de "delitos contra a gramática, o bom senso e a salubridade pública"<sup>9</sup>. Se hoje a "salubridade pública" não é invocada por razões linguísticas, já os delitos "contra a gramática e contra o bom senso" são muitas vezes apresentados como os pecados dos inovadores. Resta saber, quando se critica a inovação, onde está exactamente o bom senso entre a conservação da norma e a aceitação da mudança.

De uma outra perspectiva, discute-se também durante o século XIX e ainda no século XX uma maior ou menor aproximação da ortografia à oralidade. Vejam-se os seguintes títulos:

---

<sup>9</sup> Sobre toda esta polémica, ver Prista, 2001, pp. 159 a 169.

Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica, 1853, de J.A. de Sousa;

Escripta sem letras ou novo systema d'escripta syllabica, 1866, de Francisco Xavier Calheiros, as várias obras de Barbosa Leão que propõe uma reforma ortográfica “em sentido sónico” e publica anonimamente, em 1875, as Considerações sobre a Ortografia Portuguesa em que “advoga uma normalização absoluta, com base no sistema ‘um som – uma grafia’”. Repare-se, por fim, que José Tavares de Macedo, em 1861, preferiria “a orthographia chamada ‘de pronuncia’” e Piero Gato, por volta de 1920, publica no Brasil a Ortografia fonética da lingua luzo-brasileira<sup>10</sup>. Uma ortografia deste tipo permitiria a seguinte escrita da estrofe de Camões:

Cecem do çabiu gregu e do troianu  
As navegações grandes kê fizeram,  
Kale-ce de Alexandru i de Trajanu  
A fama das vitorias kê tiveram<sup>11</sup>

A preocupação com a citada “revolução ortográfica” está patente nos títulos acima transcritos, quer se trate de escrita silábica ou de ortografia fonética. Mas existe tal coisa como uma ortografia fonética? Não será esta expressão um paradoxo em si mesma, já que a ortografia pretende regular, estabilizar, normalizar, e a fonética se refere à pronúncia que varia no tempo e no espaço, depende de factores diversos desde a diferença entre indivíduos até às circunstâncias de produção oral?. Certamente que existe aqui uma natural contradição. Por isso mesmo esta posição não vingou.

---

<sup>10</sup> Sobre a polémica que contrapõe a ortografia fonética à tradicional, e que se estende de 1875 até 1911 (data da primeira reforma ortográfica), veja-se Castro et al. (1987), pp. 204-205. Sobre Barbosa Leão, cf. Maria Filomena Gonçalves (1998), pp. 293-310.

<sup>11</sup> O exemplo é de António Corte Real (1877). Para o conhecimento de opiniões diversas sobre grafia fonética vs. etimológica, veja-se <http://o-ceu-sobrelisboa.blogspot.com/2004/08/demanda-da-ortografia-portuguesaque>.

Outras consequências tiveram, no entanto, as propostas de simplificação da ortografia que, embora levassem por vezes a um excesso individualista<sup>12</sup>, estiveram presentes nos estudos que prepararam a primeira reforma ortográfica de 1911. Esta reforma, que deveu muito aos trabalhos sobre ortografia realizados por Gonçalves Viana<sup>13</sup>, eliminava dígrafos de origem grega como th, ph, rh e o y, simplificava as consoantes duplas (excepto rr e ss entre vogais), eliminava consoantes não pronunciadas “desde que não influíssem na pronúncia davogal antecedente” e regularizava a acentuação gráfica.

Mas não foi apenas a simplificação da escrita que tornou necessária a reforma ortográfica de 1911. Também a falta de uniformidade na grafia dos textos oficiais publicados em Portugal causava preocupação, como se lê neste ofício do Gabinete de Revisão da Imprensa Nacional que se transcreve da Demanda da Ortografia Portuguesa:

“As publicações saídas da Imprensa Nacional, quer oficiais quer de particulares, apresentam grafias diferentes, umas discutíveis outras porém grosseiras e vergonhosas. O próprio Diário do Governador, que deveria ter ortografia uniforme, emprega diversas, conforme o capricho de quem envia os originais, geralmente pessoas indoutas<sup>14</sup>.”

Assim, a Reforma de 1911 veio ao encontro do movimento que pretendia uniformizar a escrita e criar, portanto, uma ortografia, ao mesmo tempo que procurava uma simplificação em relação a mui-

---

<sup>12</sup> 10 Não existindo norma, “caiu-se no extremo de, mesmo aqueles sem quaisquer habilitações para tal, desatarem a simplificar disparatadamente”. Veja-se o artigo Ortografias de Mendes de Carvalho (1990,1996) em [http://www.dha.lnec.pt/npe/portugues/paginas\\_pessoais/MMC/Ortograf.html](http://www.dha.lnec.pt/npe/portugues/paginas_pessoais/MMC/Ortograf.html).

<sup>13</sup> 11 Veja-se, por exemplo, a Ortografia Nacional. Simplificação e Unificação Sistemática das Ortografias Portuguesas que apontava para uma mesma ortografia em Portugal e no Brasil.

<sup>14</sup> Castro et al. (1987), p. 207.

tas formas gráficas que mantinham uma relação mais próxima com a etimologia. Tornada obrigatória na escola, esta reforma da ortografia, a primeira oficial em Portugal, modificou completamente o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do actual.

### Ortografia e fonologia: que relação?

Embora profunda e inovadora, a reforma ortográfica de 1911 não foi tão longe como alguns desejariam (entre eles o próprio Gonçalves Viana) e dela resultou uma ortografia que podemos afirmar hoje ser basicamente de natureza fonológica.

A expressão “de natureza fonológica” não significa que esta ortografia seja um reflexo directo e biunívoco do sistema fonológico da língua. Nenhum sistema ortográfico é exclusivamente de um único tipo (seja etimológico, filosófico, fonético ou fonológico<sup>15</sup>) pois, como diz Óscar Lopes, “não é possível uma grafia puramente sónica, nem mesmo restrita a um registo muito selecto, o que equivaleria a um espectrograma; e não é possível uma grafia etimológica integrativa de toda a tradição cultural (as escritas europeias mais fonética da língua e a tendência para uma representação histórica, marcada pela manutenção ou recuperação de matrizes etimológicas” tradicionais, as do Francês e do Inglês, baseiam-se nas respectivas fases de normatização, nos séculos XV-XVI)”<sup>16</sup>. O que nos interessa neste artigo, para fundamentar a nossa afirmação, é identificar e discutir em bases fonológicas os numerosos exemplos do sistema ortográfico português em que (a) um único símbolo gráfico – que se pode interpretar como representando um elemento do sistema fonológico – co-

---

<sup>15</sup> “...os sistemas ortográficos movem-se na tensão entre dois pólos: a tendência para uma representação ... Rui Vieira de Castro in Ivo Castro et al. (1987), p. 123 .Sobre os tipos de sistemas ortográficos, veja-se o trabalho rigoroso e largamente informativo de Filomena Gonçalves, nomeadamente o Capítulo I.

<sup>16</sup> Óscar Lopes in Ivo Castro et al. (1987), p. 129.

bre diferentes realizações fonéticas e (b) dois símbolos – representando apenas um som em certos dialectos – podem ser reconhecidos como representações de oposições fonológicas.

### Ortografia e variação dialectal

De acordo com a análise dos sistemas ortográficos setecentistas realizada por Filomena Gonçalves, encontra-se na ortografia portuguesa um paralelismo entre “a natureza do sistema fonológico da língua” como entidade ‘abstracta’, “por isso mesmo congregadora das múltiplas realizações concretas sem valor distintivo” e o sistema gráfico que se apresenta como “uma ‘entidade ideal’ aglutinadora das variantes, ou seja, dos sistemas individuais”<sup>17</sup>. Sistemas individuais (ou, se quisermos, diferenças idiolectais de pronúncia) e sistemas dialectais podem ser, na realidade, cobertos por um único símbolo gráfico.

Neste particular, note-se a coexistência de pronúncias dialectais como a de tenho ([té□u] / [t□´nu]), coelho ([kué□u] / [ku□´□u]), cereja [s□□é□□] / [s□□□´□□]) em que as duas realizações da vogal fonológica /e/ são representadas pela letra <e> embora, no dialecto de Lisboa, a vogal se pronuncie como [□] antes das consoantes palatais [□], [□] e [□]. Do mesmo modo, a consoante oclusiva fonológica /b/, pronunciada em certos dialectos portugueses como [v], tem na letra <b> uma única representação ortográfica (no português europeu, aborrecer [□bu□□sé□] / [□vu□□sé□], de ab(h)orrescere, abundância [□bu~d□~´si□] / [□vöd□~´s□] de abundância- são variações que já existiam no latim vulgar e que levaram a formas como cavalo de cabullu- ou maravilha de mirabilia-<sup>18</sup>) como ocorre com as oclusivas /t/ e /d/, ambas representadas pelas letras <t> e <d> e pronunciadas, no português europeu, como oclusivas

---

<sup>17</sup> Filomena Gonçalves (1998), pp. 232-233.

<sup>18</sup> 16 Sobre a permuta entre [b] e [v], veja-se uma gramática histórica como a de José Joaquim Nunes,

dentais, [t] e [d], enquanto no português do Brasil são realizadas como africadas, [tʃ] e [dʒ] quando seguidas de /i/ tónico e átono, e de /e/ átono realizado como [i] ([bate ([bátʃ] / [báʃi], tia [tíʃ] / [tíi]), pede [pʃ d] / [pʃ d]), púdica [púdik] / [púdik]).

Se procurarmos casos similares nas variedades europeia e brasileira do português, encontramos igualmente exemplos de diferentes realizações das consoantes fonológicas, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, 1919, Lisboa, Livraria Clássica Editora, (8ª ed. 1975).

Estamos, portanto, diante de exemplos de variantes dialectais de uma única variedade (a portuguesa) e de realizações diferentes dos mesmos fonemas em duas variedades (a portuguesa e a brasileira), variações representadas na ortografia por um único símbolo gráfico que coincide com a representação do respectivo elemento do sistema fonológico.

E quando o mesmo som é representado por letras diferentes?

O ensino da ortografia exige por vezes a memorização de letras diferentes para o mesmo som. Como podemos entender, nestes casos, a relação entre ortografia e fonologia? Ou persiste nessas circunstâncias uma perspectiva etimologizante que mantém diferenças fonológicas hoje desaparecidas?

Vejamos o caso da representação das fricativas nas palavras *sinto* e *cinto*, *passo* e *paço* que diferem, ortograficamente, pelas letras <s> vs. <c> e <ss> vs. <ç>. Para um falante dos dialectos que hoje determinam a norma do português europeu<sup>19</sup>, essas palavras pronunciam-se com a mesma consoante fricativa [s]. No entanto, dado que o

---

<sup>19</sup> O dialecto de Lisboa é actualmente considerado como normativo de acordo com o conceito de norma que consagra como modelo, em cada época, o dialecto que se fala na região em que estão sediados os órgãos do poder.

significado é diferente entre os membros de cada par, poder-se-á considerar que estamos diante de pares mínimos com oposições distintas, forma tradicional de identificar os fonemas de uma língua, tal como sucede com sinto e minto ou passo e pato. Nesta ordem de ideias, é possível afirmar que as duas letras representam duas consoantes fonológicas que coincidiram na realização fonética.

Para fundamentar esta afirmação, note-se que em certos dialectos do norte de Portugal essas consoantes se pronunciam diferentemente, tal como acontecia no século XVI, quando o português falado no interior das Beiras determinava a pronúncia correcta da língua: <s> ou <ss> representam a fricativa áptico-alveolar [s] passo ([pásu]) que se pronuncia com o ápice da língua aproximando-se dos alvéolos, e <c> ou <ç> representam uma fricativa dental em que o ápice da língua se aproxima dos dentes paço [pásu]<sup>20</sup>. Assim, nestes dialectos, as palavras que integram essas consoantes grafadas com letras diferentes constituem pares mínimos, e as letras que as representam são argumentos em prol da ortografia fonológica. O mesmo se pode dizer em relação às grafias de chave ou achar vs. xaile ou mexer que, no dialecto entendido como norma da língua culta, possuem uma única fricativa, [s], ao passo que em dialectos do norte de Portugal, o dígrafo <ch> representa a africada [tʃ] e a letra <x>, a fricativa [x].

Pode, evidentemente, perguntar-se se, nos casos referidos, as letras diferentes representam diferentes consoantes fonológicas ou serão apenas demonstrações do carácter conservador da ortografia. Repare-se contudo que as reformas ortográficas não têm procurado uniformizar a representação destes sons, e apenas as propostas de base fonética, como a de Barbosa Leão, por exemplo, integram nas suas alterações a preocupação de "biunivocidade entre letras e sons" abrangendo, na fase mais radical, estes símbolos gráficos. Mas, como

---

<sup>20</sup> 18 A pronúncia do s latino (por exemplo, em rosa-) era áptico-alveolar, não existindo a sibilante dental, que resultou da evolução da sequência ti em palavras como palatiu-

diz Prista, essa biunivocidade “em derradeira instância implicaria reportar-se a um dialecto só, desperdiçando a faculdade decisiva de uma ortografia que é pairar sobre a variação”<sup>21</sup>.

**Ortografia e variação contextual** Um dos problemas que dificulta a aprendizagem de qualquer ortografia resulta de ser impossível que uma ortografia represente, de forma exaustiva, a variação contextual dos elementos fonológicos. A existência de sílabas tónicas com reflexo na realização das vogais átonas, a coarticulação dos sons, o sândi externo na sequência fónica de palavras, assimilações e dissimilações, epênteses e supressões de sons são processos lexicais ou póslexicais que determinam uma larga variação de realizações dos segmentos fonológicos de uma língua. Tendo presente que se considera a ortografia como a forma correcta de escrever, é natural que ela necessite de encontrar uma estabilidade nessa variação, estabilidade que muitas vezes é interpretada apenas como uma vertente conservadora. Que tal estabilidade está relacionada com a fonologia da língua, é o que procuramos provar na argumentação a seguir desenvolvida.

#### A importância do contexto na realização das vogais

No português europeu, as letras que representam cada uma das vogais fonológicas podem corresponder a diferentes realizações fonéticas. Vejamos:

<i> [i] (vida) (ac.) [□] (bela) (ac.) <a> [a] (pato) (ac.)

[j] (pai) [e] (medo) (ac.) [□] (calor)

<e> [□] (tenho)

[i] (enorme)

---

<sup>21</sup> Ver Prista (2001), p. 196

[ɨ] (metia)

[j] (cear)

[ɨ] (sol) (ac.) <u> [u] (muda) (ac.)

<o> [o] (porto) (ac.) [w] (pauta)

[u] (sapo)

[w] (toalha)

As vogais indicadas como acentuadas (ac.) são tónicas. Pelo quadro se verifica que as letras <e> e <o> são as que cobrem maior número de realizações. No que respeita às vogais acentuadas, a distinção entre baixas e médias ([ɨ] / [e] e [ɨ] / [o]) não está representada por símbolos gráficos diferentes apesar de ser considerada uma diferença fonológica. A utilização de um único símbolo nestas circunstâncias justifica-se com os seguintes argumentos:

(a) quando identificamos os fonemas da língua portuguesa com base na oposição distintiva entre sons que integram pares mínimos, verificamos que a oposição entre vogais baixas e médias é muito pouco rentável (é reduzido o número de exemplos como sede [sédɨ] / [sɨ´dɨ] ou bola [bólɨ] / [bɨ´lɨ]);

(b) a maioria dessas oposições resulta do processo de harmonia vocálica das vogais do radical em verbos como selar que, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, selo [sɨ´lu], se opõe ao nome selo [sélu]<sup>22</sup>;

(c) existe por vezes uma variação dialectal ou idiolectal entre vogais médias e baixas que reforça a pouca produtividade do estatuto

---

<sup>22</sup> Sobre o processo de harmonia vocálica, ver, por exemplo, Mateus et al. (2003), pp. 1024-1026.

fonológico destas oposições (p. ex., as realizações de abeto [□bétu] / [□b□' tu] ou de dezoito [d□zójtu] / [d□z□' jtu] diferem dialectalmente).

Estamos portanto diante de uma oposição pouco produtiva que além disso, no processo de harmonia vocálica, pode ser determinada contextualmente não necessitando, portanto, de ser representada por duas letras diferentes.

Vejamos agora o que se passa com as mesmas vogais em posição átona. O processo do vocalismo átono no português europeu é, como se sabe, uma das suas peculiaridades. A elevação de todas as vogais atinge de forma regular as médias e baixas alterando os seus traços de altura. Veja-se o seguinte quadro que representa diagramaticamente esse processo:

P. de Articul.. Anterior Central Posterior

Altura ou Palatal ou Velar

Altas □□□

e o

Médias □

Baixas □□□

A realização das vogais fonológicas /e/ e /o/, quando átonas, como [□] é um processo póslexical que actua sempre que essas vogais se encontram entre consoantes ou no final absoluto de palavra, contexto em que podem mesmo ser suprimidas (exs.: pegar [p□gá□] / [pgá□], telefone [tilif□' n□] / [tlf□' n], bate [bát□] / [bát], etc.). As mesmas vogais átonas, quando estão seguidas de outra vogal (como em cear passeata, soar, toalha), podem realizar-se como semi-vogais na fala coloquial (cear [siá□] □[sjá□], passeata [p□siát□] □[p□sját□], soar [suá□] □[swá□], toalha [tuá□□] □[twá□□]).

Uma outra característica do português europeu é o facto de, a par de vogais átonas fortemente reduzidas, existirem contextos que não permitem tal redução. Vejam-se exemplos em palavras como relvado (pronunciado [r̥lvádu] e não \*[r̥lvádu]), felpudo (pronunciado [f̥púdu] e não \*[f̥pudu]), moldado (pronunciado [mo dádu] e não \*[mu dádu]), em que a vogal átona pertence a uma sílaba terminada em [̥] (/l/ velarizado), consoante que impede a elevação e redução da vogal não acentuada. O mesmo se passa em palavras como pautado ([pawtádu] e não \*[p̥wtádu]), endeusar ([e ~ dewzḁ́] e não \*[e ~d̥wzḁ́]) ou foicinha ([fojsí̥] e não \*[fujsí̥]) em que a vogal átona não se eleva por estar seguida de uma semivogal que com ela forma ditongo.

Podemos concluir, portanto, que as vogais átonas do português europeu têm realizações diversas, umas resultantes de regras gerais e outras resultantes de regras de excepção cuja aplicação é contextualmente determinável.

Numa perspectiva fonológica, e utilizando instrumentos que a teoria actual põe à nossa disposição – neste caso, a subespecificação dos segmentos fonológicos – podemos propor que as vogais que se realizam como [̥], [e], [̥] por um lado e como [̥], [o] [u] por outro são subespecificadas no nível fonológico quanto aos traços de altura, convergindo para altas por regra geral, e mantendo-se médias e baixas em certos contextos. As vogais /i/ e /u/, fonologicamente altas, assim se conservam. A vogal /a/ eleva-se para média se não for acentuada excepto, como vimos, em contextos bloqueadores dessa elevação.

Tornemos agora à ortografia. As letras <e> e <o> representam as diversas realizações destas vogais. O único problema que se nos põe é o da distinção acima referida entre /̥/ e /e/ acentuadas, visto que essa distinção não só opõe pares mínimos como tem consequências nas átonas quando em contexto de excepção. Dada, porém a pouca produtividade dessas oposições distintivas e dada, igualmente, a variação idiolectal entre as duas realizações (exs. felpudo [fe̥púdu] / [f̥púdu]; moldado [mo̥ dádu] / [m̥ dádu]), a utili-

zação de uma única letra tem base fonológica, tanto mais que é possível usar um diacrítico quando se pretende estabelecer graficamente a distinção entre as vogais baixas e médias (p.ex. pêssego [pés̃gu] / péssimo [p̃´simu]).

Um outros aspecto que importa considerar no que respeita às vogais do português é a sua ortografia quando nasais. No quadro seguintes encontramos os vários símbolos gráficos utilizados (a norma do português europeu não possui vogais baixas nasais).

□i□<in, im> (tinta, sim)

□e□<en, em> (pente, membro)

□□□<ã> (romã)

<an, am> (banco, ambos)

[□~

j ~

] <ãe> (mãe)

<em, en> (tem, tens)

[□~

w ~

] <ão> (pão)

<am> (formas verbais como amam, batam)

□o□<on, om> (ponte, pombo)

□oj ~ □<õe> (corações)

□ ũ □ <un, um> (unto, atum)

São vários os sinais gráficos com que se marca a nasalidade das vogais: as consoantes [m] e [n] e o diacrítico til [~]. Esta variedade de grafias pode relacionar-se com o facto de o português não possuir vogais nasais fonológicas<sup>23</sup>. Assim, as nasais que encontramos em superfície resultam de um processo de expansão ou espraçamento do segmento nasal fonológico sobre a vogal que o antecede<sup>24</sup>. Em consequência, a ortografia das nasais que, como vimos, varia entre uma sequência de vogal e consoante nasal e uma vogal com til pode interpretar-se como representativa de um processo fonológico do português. A existência de tal processo pode estar na base das diferentes representações gráficas das vogais nasais, diversamente do que sucede com as vogais orais que, sendo fonológicas, são representadas por uma única letra.

Um argumento a favor desta hipótese inclui-se na “sexta tese sobre ortografia portuguesa”<sup>25</sup> segundo a qual “a aprendizagem do português como língua estrangeira deve ser tida em conta nas propostas de alteração da ortografia”. Podemos considerar o que se segue como uma concretização desta afirmação.

---

<sup>23</sup> Sobre a argumentação para fundamentar esta hipótese, consultem-se obras de fonologia do português, como Mateus e Andrade (2000), 2.2.2.4. ou Mateus et al. (1983), capítulo 25.

<sup>24</sup> O segmento nasal pode também realizar-se como consoante nasal, o que é evidente se compararmos intenção [i ~ te ~ s□~'w ~ ] com inacabado [in□k□bádu]. Esta análise só pode ser realizada no modelo multilinear da fonologia autosegmental pois só neste modelo o segmento [nasal] é autónomo e, por pertencer a um nível próprio, interfere na realização fonética dos outros segmentos e da sequência em que está integrado

<sup>25</sup> Veja-se Sete Teses sobre Ortografia Portuguesa in Ivo Castro et al (1987), p. 8.

Uma análise da escrita de ditongos nasais em produções de alunos que frequentam o ensino básico em Portugal, e cujas línguas maternas são o crioulo de Cabo Verde, o ucraniano, o mandarim e o guzerate, evidenciou que os erros ortográficos encontrados estão relacionados, por um lado, com os sistemas fonológicos das respectivas línguas maternas mas podem, por outro lado, reforçar a hipótese de que as vogais nasais do português não são entendidas como fonológicas. Embora as quatro línguas analisadas não possuam ditongos nasais, os erros dos alunos ucranianos, que também não têm vogais nasais, consistem na escrita das palavras com as respectivas vogais sem til ou sem uma consoante nasalizadora. São exemplos desses erros coresao, corasao (coração), leao (leão), cau (cão), cao (cão), tau (tão), na (não), canhao (canhão) verau (Verão), estaus, estao (estão) dao-me (dão-me), rasao (razão), nai (não), caes (cães) nái (nem) calais (calem-se), cais (cães). Sem vogais nasais na língua materna, o falante apreende a qualidade da vogal mas não a sua nasalidade que, segundo a hipótese acima formulada, resulta, em português, de um processo de espraçamento de um segmento nasal autónomo<sup>26</sup>. Sobre a gramática das línguas estudadas, ver: Pugh, Stefan e Ian Press (1999) *Ukrainian – A Comprehensive Grammar*. London: Routledge ; Quint, Nicolas (2000) *Grammaire de la Langue Cap-Verdienne*. Paris: L'Harmattan Ramos, João de Deus (1909) *Prosódia portuguesa - Estudo prévio da ortografia*. Lisboa; Tisdall, William (1986) *A Simplified Grammar of the Guzerate Language*. Nova Deli: Asian Educational Services; Charles, Li and Sandra Thompson (1981) *Mandarin Chinese: A Functional Reference Grammar*. Berkeley: University of California Press.

### Variação contextual de consoantes

---

<sup>26</sup> Todos os exemplos apresentados foram colhidos na análise de textos realizada por Eva Arim, no âmbito do projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (<http://www.iltec.pt/divling/index.html>).

Tomando como exemplo a consoante fonológica /l/ que, em português europeu, tem duas realizações de acordo com o contexto (alveolar no início da sílaba e velarizada no final), a ortografia portuguesa representa essas duas realizações com a mesma letra, <l>, o que está de acordo com a intuição dos falantes e com o sistema fonológico da língua (além de tudo, a consoante alveolar é a que ocorre em maior número de contextos). Estamos assim perante um caso em que a ortografia possui um único símbolo que representa o elemento fonológico, e que cobre duas realizações fonéticas.

No que respeita à consoante vibrante do português, pode considerar-se que fonologicamente é uma única, /r/, que se realiza - como alveolar, [r], no início de sílaba quando precedida de consoante (p.ex. braço [brásu], pratu [prátu]), entre vogais (como em para [páru]) e no final de sílaba (p.ex. mar [máru]), - e como velar, [ʁ], no início de palavra (p.ex. rato [rátu]) e no início de sílaba, quando se segue a uma consoante (p.ex. palrar [páruáru], honra [o ~'ru], carro[káru])<sup>27</sup>.

Em termos de frequência, a realização [r] é a mais frequente, podendo a realização [ʁ] ser determinada contextualmente. A grafia com duas letras <r> seguidas (carro) justifica-se se entendermos que a sílaba que precede [ʁ] termina na mesma consoante, o que provoca contextualmente a pronúncia de [ʁ].

Relativamente à terceira consoante final de sílaba, a dental fonológica /s/, em português europeu realiza-se conforme o contexto como palatal vozeada ou não vozeada de acordo com o vozeamento da consoante que se segue (p.ex. pasta [pástu] e mesmo [mému]), palatal não vozeada em final de palavra antes de pausa, e como dental vozeada quando a palavra seguinte se inicia por vogal (vais agora [vájzgu]). A realização da fricativa como palatal nos contextos acima indicados abrange todos os dialectos do português europeu.

---

<sup>27</sup> Sobre a interpretação fonológica da vibrante em português ver Mateus e Andrade, (2000), 2.2.1.2.

No Brasil, porém, a fricativa é realizada como dental em vários dialectos nesses mesmos contextos. Assim, uma única letra, <s>, cobre diversas realizações dialectais e contextuais e representa directamente a consoante que tem sido proposta no sistema fonológico.

## CONCLUSÕES

No início deste artigo propusemo-nos fundamentar a afirmação de que a ortografia portuguesa é de natureza fonológica e, a partir dessa afirmação, discutir a vantagem e a eficácia da sua simplificação.

A argumentação desenvolvida abrangeu muitos aspectos da língua, incidindo sobre a representação das vogais e das consoantes e sua posição na estrutura da sílaba, e tomando em atenção a variação dialectal e contextual. A afirmação de que muitas letras da ortografia portuguesa representam elementos do sistema fonológico parece-nos inegável perante várias das questões discutidas. Esta constatação devia estar presente nos métodos de ensino e aprendizagem da ortografia visto que pode constituir um apoio para o conhecimento do funcionamento da fonologia do português.

Existem evidentemente, como em todas as ortografias, letras e sequências que não têm base fonológica. Estão neste caso consoantes não pronunciadas no português europeu (como em acção, em cacto ou tecto) cuja presença se deve à etimologia das palavras. Existem diacríticos acrescentados para desfazer ambiguidades ou orientar a pronúncia (como o acento gráfico em raízes que serve para evitar um possível ditongo). Existem peculiaridades como o facto de nenhuma palavra do português se iniciar com <ç> ainda que tal ocorresse em grafias antigas (como çapato, hoje sapato).

O interesse da reflexão sobre a base fonológica da ortografia não se relaciona somente com o apoio que daí pode advir para o conhecimento do funcionamento desta área da língua, tal como não im-

porta apenas para a escolha do melhor método de ensino. Esta reflexão deve ser tida em conta na ocasião em que se decidir levar por diante, com rigor e saber linguístico, uma reforma ortográfica na qual as letras que representam elementos fonológicos da língua devem ser preservadas.

A necessidade de uma reforma da ortografia não decorre da vantagem de existir um acordo entre as grafias de duas ou mais variedades. Muitas línguas subsistem com diferentes ortografias o que não as impede de se manterem no âmbito de uma única língua. Se o objectivo, por outro lado, for simplificar a ortografia de uma língua tendo em vista a sua mais fácil aprendizagem, então deve-se ter presente que as letras que representam elementos fonológicos vão ao encontro do conhecimento cognitivo do falante e da sua possibilidade de reconhecer os fonemas da língua. Este é um aspecto que não pode ser escamoteado e que justifica a dignidade atribuída às questões respeitantes à escrita de uma língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Jeronimo Soares (1822) Gramatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem. Lisboa: Tip. da Academia Real das Sciencias. (data da introdução: 1803)

BARBOSA LEÃO, J. (1875) Considerações sobre a Ortografia Portugueza.

BARBOSA LEÃO, J. (1878) Unidade, identidade, imortalidade da alma. Espécime de escrita sónica. In Jozé Barbóza Leão (1878) Colêção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico. Lisboa: Imprensa Nacional.

BARROS, João de (1540) Grammatica da Lingua Portuguesa. Lisboa: Luis Rodrigues (a edição consultada é de Maria Leonor Buesbu, Lisboa: Faculdade de Letras da universidade de Lisboa, 1971)

BECHARA, Evanildo (1969) Moderna Gramática Portuguesa. S. Paulo: Companhia Editora Nacional. (37ª ed revista e ampliada, Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999)

CALHEIROS, Francisco Xavier (1866) Escripta sem letras ou novo systema d'escripta syllabica. Inventada por Francisco Xavier Calheiros. Porto.

CARVALHO, Joaquim José Coelho de (1910) Prosodia e ortografia Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTRO, Ivo, Inês Duarte e Isabel Leiria (1987). A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentários do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1984) Nova Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: João Sá da Costa.

FARACO, Carlos Alberto (2000) Escrita e Alfabetização – características do sistema gráfico do português. São Paulo: Editora Contexto.

FEIJÓ, João de Morais Madureira (1734) Orthographia ou Arte de Escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens. Lisboa: Na Regia Officina Typografica

GATO, Piero (c.1920) Ortografia fonetica da lingua luzo-brasileira. Bahia.

GONÇALVES, Maria Filomena (1998). As ideias ortográficas em Portugal – da etimologia à reforma (1734-1911). Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora.

JESUS MARIA, Fr. Bernardo de (1783) Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira (public. com o nome de Bernardo de Lima e Mélo Bacelar)

LOPES, Óscar (1987) O Acordo Ortográfico. In Ivo Castro et al. (1987), pp. 129-133.

MARTINS, Ana Maria (1999). Ainda 'Os mais antigos textos escritos em português': documentos de 1175 a 1252. In FARIA, Isabel Hub (org.). Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão. Lisboa: Cosmos-FLUL, 491-534.

MATEUS, Maria Helena Mira e Ernesto d'Andrade (2000). The Phonology of Portuguese. Oxford: Oxford University Press.

MATEUS, Maria Helena Mira et al.(1983) Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Caminho (5ª edição revista e aumentada, 2003).

OLIVEIRA, Fernão de (1536) Grammatica da Lingoagem Portugueza. Lisboa: e[m] casa de Germão Galharde. (Última edição: Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu TORRES e Carlos ASSUNÇÃO, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio COSERIU. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.)

PEREIRA, Bento (1666) Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrevr da lingua latina e portugueza, para se ajuntar à Prosodia. Lisboa.

PRISTA, Luís (2001) De filólogos a linguistas. In Mateus, Maria Helena Mira (org.) (2001) Catálogo da Exposição Caminhos do Português. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 157-218.

SOUSA, J.A. de (1853) Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica. In "O Instituto". Fevereiro de 2006

## **REPORTAGENS E ENTREVISTAS DA IMPRENSA RECENTE SOBRE O AOLP**

### **CPLP VAI ACELERAR ACÇÕES PARA RATIFICAR ACORDO ORTOGRÁFICO**

[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=12&id\\_news=266690](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=12&id_news=266690)

**O secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), embaixador Luís Fonseca, afirmou no Brasil que planeia acelerar as acções necessárias para a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.**

Num encontro com a direcção da Academia Brasileira de Letras (ABL), sexta-feira, no Rio de Janeiro, Luís Fonseca disse que formalizará um pedido para que a instituição realize gestões junto das autoridades brasileiras.

O objectivo será acelerar a ratificação do Acordo, entre todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (C-

PLP), formada pelo Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O presidente da ABL, Marcos Vilaça, defendeu a aprovação de uma ortografia única, com um prazo de dois anos para as adaptações necessárias e início do pleno vigor do Acordo em todos os membros da CPLP.

Marcos Vilaça defendeu ainda «a necessidade de uma mobilização efectiva» para a promoção da língua portuguesa nos países da CPLP e também nas universidades europeias e norte-americanas.

Assinado a 16 de Dezembro de 1990, em Lisboa, o acordo ortográfico constitui um tratado internacional, resultado de um trabalho desenvolvido pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1980, muito antes da criação da CPLP, em 1996.

O acordo cria um padrão ortográfico único para a língua portuguesa a ser adoptado por todos os países que constituem a CPLP, mas apenas Cabo Verde, Brasil e São Tomé e Príncipe ratificaram já o acordo. Portugal já assinou, mas ainda não ratificou.

O acordo termina com a actual existência de duas normas ortográficas divergentes e ambas oficiais, uma no Brasil e outra nos restantes países de língua portuguesa.

Em visita oficial ao Brasil, o secretário da CPLP viaja a Brasília, onde manterá segunda-feira encontros com os ministros da Saúde, Educação e das Relações Exteriores brasileiros, além do reitor da Universidade de Brasília (UNB).

Está também previsto um encontro com o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, mas a data ainda não foi divulgada.

Na quarta-feira, já em São Paulo, o secretário-executivo da CPLP visitará o Museu da Língua Portuguesa, a Universidade de São Paulo e a Federação das Indústrias do Estado (FIESP).

A agenda inclui ainda uma visita a Salvador, capital do Estado da Bahia, na região Nordeste do país, com regresso a Lisboa no sábado, dia 17 de Março

## Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa

[http://www.cplp.org/comunicados\\_det.asp?sid=150](http://www.cplp.org/comunicados_det.asp?sid=150)

### Nota à Comunicação Social

Lisboa, 21 de Maio de 2007

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, foi assinado em 1990, por todos os Estados actualmente membros da CPLP (à excepção de Timor-Leste). Portugal assumiu neste Acordo a condição de Depositário.

O Acordo original foi seguido por dois Protocolos Modificativos (1998 e 2004). Os signatários que ratificaram o Acordo Original foram Portugal (1991), Brasil (1996), Cabo Verde (Fev. 2006) e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006).

A celebração do Segundo Protocolo Modificativo que procedeu à alteração do regime de entrada em vigor do Acordo, fez com que 1º Protocolo seja irrelevante quanto à presente questão. Ainda que assim não fosse, as disposições deste são, quanto à entrada em vigor, idênticas ao Acordo original.

Os protocolos modificativos, como resulta do texto dos mesmos, foram promovidos (em especial o segundo) no sentido de agilizar a entrada em vigor do Acordo, face à demora dos signatários em concluir os seus procedimentos internos de ratificação, e em depositar os documentos respectivos.

Coma celebração do 2º Protocolo Modificativo, em S. Tomé, a 25 de Julho de 2004, deu-se uma alteração substancial da modalidade de entrada em vigor. Desde esta data que se encontra estabelecido

que o Acordo Ortográfico “*entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa*”. (conforme o Ponto 1 do 2º Protocolo).

Esta disposição não é, contudo, imediatamente aplicável, e só o será com a entrada em vigor do 2º Protocolo, isto é, “*no 1º dia do mês seguinte à data em que três Estados-membros tenham depositado os seus instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao protocolo*” (conforme o Ponto 3 do 2º Protocolo).

Resulta do acima exposto que, após a data de 25 de Julho de 2004 (2º Protocolo), o Acordo Ortográfico entraria em vigor, no data em que o terceiro do signatário proceda ao depósito de instrumentos de ratificação tanto do Acordo Original como do 2º Protocolo Modificativo. Pois este último, ao entrar em vigor, altera a modalidade de entrada em vigor do Acordo Original e permite, acto contínuo, que o mesmo entre em vigor com o terceiro depósito.

Assim, e sendo que o Segundo Protocolo Modificativo foi ratificado, e os competentes documentos depositados por: Brasil (2004); Cabo Verde (Fev. 2006); e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006), nada impede que o Acordo, por força da alteração pelo 2º Protocolo, entre em vigor para os três Estados (Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) que já procederam ao depósito dos instrumentos de ratificação dos dois textos indicados.

Do entendimento expresso nos parágrafos anteriores resulta que, em bom rigor, **o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos dos três Estados acima indicados**, desde 1 de Janeiro de 2007, na sequência do depósito junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, das Cartas de Ratificação da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, promovida em Dezembro de 2006, via Secretariado Executivo da CPLP.

Com o depósito, em Dezembro 2006, das Cartas de Ratificação (Acordo e 2º Protocolo) de S. Tomé e Príncipe, este país tornou-

se o terceiro signatário a ratificar o 2º Protocolo e, por este efeito, fez com que o mesmo (2º Protocolo) entrasse em vigor, como já se viu, no 1º dia do mês seguinte, ou seja, a 1 de Janeiro de 2007.

Entende-se assim que, caso os demais Estados signatários não concluem o procedimento de ratificação do 2º Protocolo, o Acordo Ortográfico só entrará em vigor nos seus ordenamentos jurídicos internos (por força da redacção do Acordo original), com o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os signatários.

Deve ser excluída a possibilidade de entrada em vigor (imediate) do Acordo Ortográfico, para qualquer signatário que não ratifique o 2º Protocolo. Como se explanou, só por via deste, beneficiam os Estados da nova modalidade de entrada em vigor.

**O ponto de situação é assim, à luz dos textos, o seguinte:**

O Acordo Ortográfico encontra-se em vigor para Brasil, Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe;

Os restantes signatários só lograrão ver o Acordo como parte dos seus ordenamentos internos, por uma de duas formas:

Ratificação do Acordo e do 2º Protocolo Modificativo, e entrada em vigor com o depósito dos mesmos, ou;

Ratificação do Acordo na sua forma original, e entrada em vigor com o depósito do último dos signatários.



*Da esquerda para a direita, os acadêmicos Domício Proença Filho, Evanildo Bechara e Marcos Vilaça com o embaixador Luís Fonseca - Fotografia ABL*

O Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, foi recebido pelo presidente da **Academia Brasileira de Letras**, Marcos Vinícios Vilaça, no âmbito da visita oficial que está a realizar às autoridades brasileiras.

A reunião decorreu na sexta-feira, dia 9 de Março, e as discussões centraram-se no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O embaixador Lauro Moreira, representante do Brasil junto à CPLP, também participou do evento.

## ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: MUDANÇAS EM VIGOR PARA O BRASIL, CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE JUNHO 16, 2007

<http://dandrea.wordpress.com/2007/06/16/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa-mudancas-em-vigor-para-o-brasil-cabo-verde-e-s-tome-e-principe/>

Falarei, neste post, sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), assinado pelos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP (o acordo pode ser lido no site da CPLP) para a unificação da ortografia do nosso idioma. Como verificaremos, tudo indica que **as mudanças já estão em vigor** em alguns países. Devo dizer, todavia, que está difícil encontrar textos, notícias ou comunicados que digam isto expressamente. Encontrei apenas um, que me parece suficiente: é o comunicado (da CPLP) sobre Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, datado de 21 de maio de 2007, podendo ser lido no site da CPLP - no comunicado está expresso que o Acordo Ortográfico está em vigor no Brasil, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe. E há uma notícia da RTP, intitulada “CPLP reconhece a entrada em vigor do documento, mas não está ser aplicado”, que fala justamente sobre o mencionado comunicado.

Esta situação de entrada em vigor já, e apenas nos três países mencionados, se explica pelo conteúdo do Acordo do 2º Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2004), onde se lê (em seu art. 3º) que o Acordo Ortográfico “entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa”, sendo que o tempo de entrada em vigor seria o dia 1º do mês seguinte à data daquele terceiro depósito. Isto já ocorreu, como explica o mencionado comunicado da CPLP:

“Assim, e sendo que o Segundo Protocolo Modificativo foi ratificado, e os competentes documentos depositados por: Brasil (2004); Cabo Verde (Fev. 2006); e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006), nada impede que o Acordo, por força da alteração pelo 2º Protocolo, entre em vigor para os três Estados (Brasil, Cabo Verde e S.

Tomé e Príncipe) que já procederam ao depósito dos instrumentos de ratificação dos dois textos indicados.

“Do entendimento expresso nos parágrafos anteriores resulta que, em bom rigor, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos dos três Estados acima indicados, desde 1 de Janeiro de 2007, na sequência do depósito junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, das Cartas de Ratificação da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, promovida em Dezembro de 2006, via Secretariado Executivo da CPLP.”

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa traz diversas mudanças na ortografia do nosso idioma. Para conhecer as mudanças, o melhor a fazer é ler o texto do Acordo Ortográfico. Como vimos, parece que não há nada impedindo a aplicação das mudanças no Brasil (além de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe). Mas não tenho visto jornais, revistas etc. aplicarem as mudanças. Por isso, ainda paira a dúvida: o que está faltando para que as mudanças sejam de fato aplicadas? É claro que se passará por um período de adaptação às mudanças. Em todo caso, se realmente não houver algum motivo razoável para postergar a aplicação do Acordo Ortográfico no Brasil, devemos passar a escrever usando a nova ortografia.

## O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

[http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1384&Itemid=112](http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1384&Itemid=112)



### Luísa Galvão Lessa

Acreana de Tarauacá. Pós-doutora em Lexicologia e Lexicografia pela Université de Montréal (Canadá). É doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Acreana de Letras.

coluna

Dia desses, falando à jornalista Marcela Barrozo, dei-lhe notícias do atual Acordo Ortográfico dos países de língua portuguesa. Hoje, faço reflexão sobre as dificuldades desse propalado Acordo. Vejam os leitores que espalhada pelos cinco continentes, a língua portuguesa figura entre as dez mais faladas do planeta. E essa língua, estruturada a partir do século XII, desde o século XV ultrapassou as fronteiras da Península Ibérica, acompanhando as caravelas lusitanas na aventura das grandes navegações. Espalhada pelo mundo é a língua de mais de 220 milhões de falantes. Assim, como toda essa trajetória, como promover, sem traumas, uma reforma ou um acordo ortográfico?! Esta é a reflexão que trago.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Congresso Nacional no ano de 1990, afetarà os cidadãos do mundo que têm como vínculo comum a expressão em língua portuguesa. É um tratado internacional que tem como objetivo criar uma ortografia<sup>1</sup> unificada para o Português a ser usada por todos os países que usam esta língua. Foi assinado pelos representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, em Lisboa, no dia 16 de Dezembro de 1990, fruto de um longo trabalho desenvolvido pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras desde 1980. O Timor-Leste<sup>1</sup> aderiu ao Acordo em 2004. O acordo teve ainda a adesão da delegação de observadores da Galiza.

Como toda reforma, um dos aspectos pertinentes é o econômico: centenas de milhares de fotolitos, que se encontram em posse de milhares de editores, necessitarão de alterações, muitas vezes, radicais. Outro aspecto, e mais importante, é o lingüístico, que não se trata de abolir determinadas consoantes ou regulamentar o uso de hífens que de qualquer forma não terão profundas alterações pelo citado Acordo, uma vez que tais casos não obstaculizam a compreensão escrita e falada do idioma luso. O problema maior está, principalmente, no aspecto semântico e para este não existirá acordo possível que o resolva. Com efeito, sempre que um português pronunciar bicha para designar fila, seja de ônibus ou de banco, ou paneleiro para designar homossexual, não deixará de despertar gracejos por parte dos brasileiros. O mesmo ocorrendo para climatério, referindo-se ao clima estável ou não, em Portugal, em Angola, Moçambique ou no Brasil.

Vê-se que uma língua, enquanto organismo vivo, está sujeita às mudanças ortográficas, léxicas e semânticas. Não faz muito tempo, quando o assunto era língua, Fernando Pessoa afirmou que a "pátria é o idioma pelo qual escrevo". A par disso, a nossa e as passadas gerações já testemunharam as mudanças ortográficas produzidas em 1931, 1943, 1945 e a mais recente em 1971. Atualmente o português é a única língua do mundo ocidental com mais de uma ortografia oficial. Mesmo o castelhano apresenta dezenas de variações de pronúncia na Espanha e América hispânica, mas apenas uma ortografia. Aqui não, tudo ganha nova forma. E como não poderia deixar de ser, a cada mudança, maior a dificuldade de se saber o modo correto de escrever em nosso idioma. Por isso, hoje, a gente sente a crescente sensação de "dejá vu".

Os estudantes, modo geral, sentem dificuldade para escrever côco ou coco, embora este acento diferencial tenha caído com a reforma ortográfica de 1943. E, agora, como fica, escrever Antigüidade ou Antiquidade, auto-aprendizagem ou autoaprendizagem?! Por que se escreve Guiné-Bissau (com hífen) e Belo Horizonte (sem hífen)?! Vejam que pelo sistema ortográfico de 1943, o emprego do hífen podia trazer alguma dificuldade, dado o grande número de regras, mas devemos considerar que já estávamos acostumados a elas.

Lamentavelmente, a nova proposta não reduz o número de regras e continua mantendo várias exceções.

Impressiona a visão de pessoas que planejam e implantam tais reformas ou acordos. Imaginem se todos os idiomas promovessem tais modificações com a frequência que se faz na lusofonia. Por isso, também, outra reflexão nos levaria aos séculos que se passam sem que as línguas francesa e inglesa tenham recebido alterações através de reformas ortográficas promovidas por quem de direito, no caso, as Academias de Letras e os Ministérios da Educação e Cultura ou similares desses países. No entanto, vemos que os cidadãos dos diversos países francófonos ou anglófonos conseguem se expressar muito bem. Em verdade existem casos interessantes como a pronúncia inglesa da Índia, antiga colônia britânica, que sendo o inglês "aprendido de ouvido" causa sempre gracejos por parte daqueles que cultuam o conservador e melodioso acento britânico. Também, há diferenças entre o inglês americano e o da Inglaterra, entre o francês da França e do Canadá. Mas nem por isso mudanças se operaram!

Aqui, tão logo as novas regras comecem a vigorar, inicia-se um período de transição para que os Ministérios da Educação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), associações e academias de letras, editores e produtores de materiais didáticos possam, gradualmente, reimprimir livros, dicionários, cartilhas e outros materiais. Tudo isso custa bastante dinheiro, o suficiente para dotar as escolas públicas de boa biblioteca e, ainda, oportunizar aos alunos a aquisição de livros, por um preço acessível. Livro no Brasil é produto caro, é como artigo de luxo.

Ao final, implantado ou não o Acordo, seria muito positivo se nosso Congresso Nacional promovesse um sistema educacional suficientemente forte e saudável para garantir que cada criança deste país recebesse educação básica e secundária, e se não fosse pedir muito, que cada jovem pudesse ter acesso aos bancos das universidades, evitando-se de passar por rígidos vestibulares que não são outra coisa que não premiar uns em detrimento de outros, que embora tendo concluído o segundo grau, ainda precisam passar pelas provas de

uma verdadeira olimpíada. A educação pública necessita estar ao alcance da população brasileira. Educação não pode ser tratada como artigo de luxo, só a tem quem pode pagar bem. Isso precisa mudar, a continuar dessa forma o país tende a multiplicar a desigualdade já existente.

## **DICAS DE GRAMÁTICA**

### **A PALAVRA "BILÍNGUE" LEVA TREMA NO "U"?**

- Oficialmente sim. A dúvida decorre do pouco uso que se tem feito do trema, especialmente a partir de 1986, quando se redigiu uma primeira proposta de unificação ortográfica da língua portuguesa. Em abril de 1995 o Congresso Nacional aprovou (apenas isso) o texto do "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", que propõe a supressão completa do trema, à exceção dos nomes próprios estrangeiros, como Müller e Anaís, por exemplo. Essa medida, todavia, não entrou em vigor.

O trema, se não faz falta nas palavras de uso comum, é imprescindível nos nomes próprios – e não apenas nos de origem estrangeira – pois ele informa sua leitura correta. Para exemplificar: só quem conhece bem a nossa História vai falar corretamente "Via Anhangüera" - com o u pronunciado - mesmo que ali não encontre o trema.

**ESTUDAMOS A ANTIGUIDADE ROMANA ou ESTUDAMOS A ANTIGÜIDADE ROMANA.**

- Segundo a última Reforma Ortográfica o trema, nestes casos, pode ser abolido sem problema, pois se dois registros existem, por que não adotar o mais fácil?

O Dicionário Aurélio (1999) consigna as duas formas, observando, na maioria dos casos, que o verbete sem trema é "lusitanismo".

### Opinião

- Considero o trema dispensável nas palavras de uso comum em textos de revistas e jornais – aliás, poucos se utilizam deste sinal gráfico. No entanto, professores de língua portuguesa devem ensinar seu valor e emprego, mas não precisam cobrar isso em provas.

## ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://dererumundi.blogspot.com/2007/03/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa.html>

O diplomata cabo-verdiano Luís Monteiro da Fonseca, secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (C-PLP), encontra-se até sábado no Brasil a discutir com os responsáveis brasileiros a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Luís Fonseca pretende acelerar a ratificação do Acordo entre todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada pelo Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

«Técnicos brasileiros vão preparar reuniões para colocar em marcha o Acordo Ortográfico, que já pode entrar imediatamente em vigor em pelo menos três países - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe», assinalou Fonseca à agência Lusa, após uma reunião com o ministro brasileiro da Educação, Fernando Haddad.

Os três países referidos já ratificaram o Acordo Ortográfico e também o Protocolo Modificativo ao texto, aprovado em Julho de 2004, em São Tomé e Príncipe, durante a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que tornou possível a entrada imediata em vigor do Acordo.

O Protocolo permitiu que o Acordo vigorasse com a ratificação de apenas três países, sem a necessidade de aguardar que todos os outros membros da CPLP o fizessem.

Portugal já ratificou o Acordo Ortográfico - que se traduzirá na alteração na escrita de cerca de 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil - mas ainda falta ratificar o Protocolo Modificativo.

Ainda não consta da agenda do Governo português a ratificação deste Protocolo...

## NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://kelsonaraujo.tech-x-pert.org/blogs/novo-acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/>

**RIO DE JANEIRO** - O acordo ortográfico discutido pelos países que falam o português pode entrar em vigor já em 2008. Com isso, os brasileiros terão que se acostumar com algumas mudanças que podem parecer estranhas. As paroxítonas terminadas em “o” duplo, por exemplo, não terão mais acento circunflexo. Em vez de “abençôo”, “enjôo” ou “vôo”, os brasileiros terão que escrever “abençoo”, “enjoo” e “voo”.

De acordo com o assessor especial do Ministério da Educação sobre o acordo, Alberto Xavier, a mudança não pode acontecer antes por causa dos livros didáticos. Para valer como lei, o acordo ainda precisaria passar na Câmara e no Senado para sanção de um decreto legislativo por parte do presidente do país.

“Como a escolha do material que será comprado para a rede pública de ensino acontece com um ano de antecedência, na melhor das hipóteses o acordo passa a valer em 2008 por causa dos livros didáticos”, afirmou Xavier. Segundo o assessor, a adesão de Portugal ao acordo é automática uma vez que o tratado já foi assinado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, além do Brasil. “Em dezembro, o terceiro país assinou e, com isso, os demais acompanham”, explicou.

Mesmo com a adesão automática de Portugal, o governo brasileiro e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) negociam em Lisboa para que o país aceite o acordo e coloque em prática as medidas necessárias para o início das mudanças ortográficas. “O embaixador brasileiro da CPLP em Lisboa, Lauro Moreira, está tentando reunir todo mundo para “convencer” Portugal e definir uma data para entrar em vigor”, disse Xavier.

O conselheiro cultural da embaixada de Portugal em Brasília, Adriano Jordão, disse que seu país ainda não ratificou o tratado por “questões jurídicas”. “Portugal contesta que o acordo possa entrar em vigor com a assinatura de três países em oito”, explicou. Guiné-Bissau, Moçambique e Angola também não aderiram ao tratado. Timor Leste integrou-se ao grupo quando se tornou independente.

### **Posição da ABL**

O presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Marcos Vinícios Vilaça, pediu ao governo português que promova ações concretas, e com brevidade, no sentido de ratificar definitivamente o Acordo Ortográfico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Vilaça lamenta que os portugueses mantenham a atual resistência depois de 16 anos de formatação do Acordo, em 1991. Segundo ele, a recusa contribui para um possível isolamento de Portugal.

Vilaça lembrou que o português de Moçambique já vem se aproximando crescentemente do inglês, por força de interesses de ordem econômica. O presidente da ABL ressaltou que os países de língua espanhola utilizam apenas um dicionário, resultado do trabalho da Real Academia da Espanha e de outras 17 academias de países hispânicos. “Nada nos deve separar de Portugal. Acho mesmo que o governo do Brasil deveria ser mais categórico nesse tema”, sugeriu.

Para ajudar na adaptação dos brasileiros, a ABL disponibiliza pela internet um serviço de tira-dúvidas do português. As perguntas são respondidas pelo professor Sérgio Pachá em até quatro dias ao usuário.

### **Mudança na ortografia**

A língua portuguesa é a quinta mais falada do mundo. Mais de 230 milhões de pessoas terão que fazer pequenas adaptações. As novas normas farão com que os portugueses, por exemplo, deixem de escrever “húmido” para escrever “úmido”. Também desaparecem da língua escrita, em Portugal, o “c” e o “p” nas palavras onde eles não

são pronunciados, como nas palavras “acção”, “acto”, “adopção”, “baptismo”, “óptimo” e “Egipto”.

Contudo, também os brasileiros terão que se acostumar com algumas mudanças. Além da eliminação do acento nas paroxítonas terminadas em “o” duplo, também não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos “crer”, “dar”, “ler”, “ver” e seus decorrentes, ficando correta a grafia “creem”, “deem”, “leem” e “veem”.

O trema desaparece completamente. Estará correto escrever “linguiça”, “sequência”, “frequência” e “quinquênio” em vez de lingüiça, seqüência, freqüência e quinquênio.

O alfabeto deixa de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação do “k”, do “w” e do “y” e o acento deixará de ser usado para diferenciar “pára” (verbo) de “para” (preposição).

Outras duas mudanças: criação de alguns casos de dupla grafia para fazer diferenciação, como o uso do acento agudo na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, tais como “louvámos” em oposição a “louvamos” e “amámos” em oposição a “amamos”, além da eliminação do acento agudo nos ditongos abertos “ei” e “oi” de palavras paroxítonas, como “assembléia”, “idéia”, “heróica” e “jibóia”.

Para ler o novo acordo ortográfico, clique [aqui](#).

Saiba mais sobre as mudanças e vote na

enquete contida na secção de onde foi extraído (e revisado) esse texto: Educação - Último Segundo - IG.

## UNIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/lingua-portuguesa.htm>

O português é a terceira língua ocidental mais falada, após o inglês e o espanhol. A ocorrência de ter duas ortografias atrapalha a divulgação do idioma e a sua prática em eventos internacionais. Para que isso aconteça é necessário que as duas ortografias oficiais da língua portuguesa (do Brasil e de Portugal) se unifiquem. O governo brasileiro acatou um protocolo que deverá, brevemente, originar a unificação.

No livro "A Nova Ortografia da Língua Portuguesa" são apontadas mais ou menos quarenta (40) alterações que terão que ser adicionadas ou à ortografia brasileira ou à portuguesa. No entanto, a concordância do protocolo por Portugal e Cabo Verde, é primordial, para que haja a unificação. Existe um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa desde 1990, mas que ainda não foi praticado, porque toda a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, composta de oito membros necessita confirmar. Houve um início de adequação apenas em Portugal, Brasil e Cabo Verde, com adaptação de legislação a esse acordo. O português, é falado hoje por calculadamente 210 milhões de pessoas. Para compor o Projeto de Ortografia Unificada é formada uma comissão agregada pelos países de língua portuguesa. Com as modificações antecipadas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal é modificado. No Brasil, a mudança será bem menor: 0,45% das palavras têm a escrita modificada.

Com a unificação da língua portuguesa haverá maiores possibilidades de sua universalização e facilidade de sua aceitação em constituições internacionais.

Para a rapidez na realização do processo de reforma da língua, os chefes de Estado da CPLP determinaram, , que bastaria a confirmação do acordo por três países para que ele passasse a ser aceito pe-

la comunidade internacional. As novas normas ortográficas farão com que os portugueses escrevam algumas palavras como no Brasil .Como por exemplo erva e úmido e não herva e húmido. Desaparecem da língua escrita, em Portugal, o "c" e o "p" nas palavras onde não é pronunciado. Exemplos: acção, acto, adopção, baptismo, óptimo, Egipto.

Com a reforma ortográfica de 1971 alguns acentos já haviam sido revogados no Brasil, porém os brasileiros terão que se acostumar com mais algumas alterações, como por exemplo: caem os circunflexos das paroxítonas terminadas em "o" duplo: abençoó, enjôo, vôo passam para abençoó, enjoo, voo, também não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos "crer", "dar", "ler", "ver" e seus decorrentes, ficando a grafia "creem", "deem", "leem" e "veem", desaparece completamente o trema: lingüiça, seqüência, freqüência, quinqüênio, passam a linguíça, sequênciã, freqüência, quinquênio.

A escrita padronizada para todos os usuários do português foi um estandarte de Antônio Houaiss, um dos grandes homens de letras do Brasil contemporâneo, falecido em março de 1999. O filólogo Antônio Houaiss considerava importante que todos os países lusófonos tivessem uma mesma ortografia. No seu livro “ Sugestões para uma política da língua”, Antônio Houaiss defendia(1960), a essência de embasamentos comuns na variedade do português falado no Brasil e em Portugal. Países que adotam o português como idioma oficial : Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal , São Tomé e Príncipe , Timor-Leste; também 12 milhões de pessoas utilizam o português como segunda língua no mundo.

O português falado no Brasil sofreu influência das línguas indígenas, africanas e de imigrantes europeus. Porisso, existem diferenças regionais na pronúncia e no vocabulário, principalmente, no Nordeste e no Sul do país. Porém, o idioma conserva a identidade gramatical em todo o território.

Referencial: *Revista Ciência Hoje* (Autora: Amelia Hamze)

## HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>

Nesta página, pretende-se dar a conhecer uma breve cronologia das reformas ortográficas efectuadas na língua portuguesa.

Séc XVI até ao séc. XX - em Portugal e no Brasil a escrita praticada era de cariz etimológico (procurava-se a raiz latina ou grega para escrever as palavras).

1907 – a Academia Brasileira de Letras – começa a simplificar a escrita nas suas publicações.

1910 – Implantação da República em Portugal – foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme para ser usada nas publicações oficiais e no ensino.

1911 – Primeira Reforma Ortográfica – tentativa de uniformizar e simplificar a escrita de algumas formas gráficas, mas que não foi extensiva ao Brasil.

1915 – a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia com a portuguesa.

1919 – A Academia Brasileira de Letras revoga a sua resolução de 1915.

1924 – A Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a procurar uma grafia comum.

1929 – A Academia Brasileira de Letras lança um novo sistema gráfico.

1931 – Foi aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre o Brasil e Portugal, que visava suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa, contudo não foi posto em prática.

1938 - foram sanadas as dúvidas quanto à acentuação de palavras.

1943 – foi redigido na primeira Convenção ortográfica entre Brasil e Portugal o Formulário Ortográfico de 1943

1945 – Acordo Ortográfico – tornou-se lei em Portugal, mas no Brasil não foi ratificado pelo Governo, os brasileiros continuaram a regular-se pela ortografia anterior do Vocabulário de 1943.

1971 – foram promulgadas alterações no Brasil, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.

1973 - foram promulgadas alterações em Portugal, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil.

1975 - a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram novo projeto de acordo que não foi aprovado oficialmente.

1986 - o presidente José Sarney do Brasil promoveu um encontro dos sete países de língua portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Rio de Janeiro. Foi apresentado o Memorando Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

1990 - a Academia das Ciências de Lisboa convocou novo encontro juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – as duas academias elaboram a base do «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». O documento entraria em vigor (de acordo com o 3º artigo do mesmo) no dia «1 de Janeiro de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português».

1996 – o último acordo foi apenas ratificado por Portugal, Brasil, e Cabo Verde.

2004 - os ministros da Educação da CPLP reuniram-se em Fortaleza, no Brasil para propor a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem a ratificação de todos os membros.

**GRAFIA BRASILEIRA  
OS DONOS DA LÍNGUA PORTUGUESA  
SÃO TODOS OS FALANTES DELA**

João Ferreira Porto

[http://www.islasdecaboverde.com.ar/islas\\_de\\_cabo\\_verde/noticias/os\\_donos\\_da\\_lingua\\_portuguesa\\_sao\\_todos\\_os\\_falantes\\_da.htm](http://www.islasdecaboverde.com.ar/islas_de_cabo_verde/noticias/os_donos_da_lingua_portuguesa_sao_todos_os_falantes_da.htm)

Foi pena que a nota publicada na Tribuna da Língua Lusa com o título de "Portugueses pensam que são donos da língua- Teimosia de intelectuais portugueses" não esteja assinada.

A assinatura é a voz do diálogo. Em comentário à matéria, diríamos que achamos que os donos da língua portuguesa, se donos há, são todos os falantes de toda a comunidade internacional de língua portuguesa, não este ou aquele falante, mesmo que seja escritor ou intelectual.

Havendo uma comunidade de língua comum é a grafia de um acordo comum a que deve ser adotada por todos os países que aderiram ao acordo de adotar uma ortografia comum.

Os motivos para o atraso da implementação do Acordo, não pertencem, ao que parece, nem aos intelectuais portugueses nem aos intelectuais de nenhum outro país da Comunidade de Língua Portuguesa. Há outras razões que importa conhecer:

"No artigo 3.º, o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)" previa a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994, mediante a ratificação de todos os membros. No entanto, como apenas o Brasil, Cabo Verde e Portugal ratificaram o documento, a sua entrada em vigor ficou pendente."

"Assim, em 17 de Julho de 1998, na cidade da Praia, Cabo Verde, foi assinado um "Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigor, mau grado continuar a ser necessária a ratificação de todos os signatários para o Acordo de 1990 entrar em vigor. Uma vez mais, apenas os parlamentos do Brasil, Portugal e Cabo Verde aprovaram este protocolo."

"Em Julho de 2004, os chefes de estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em São Tomé e Príncipe, aprovaram um "Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico" que, para além de permitir a adesão de Timor-Leste, previa que, em lugar de ratificação por todos os países, fosse suficiente que três membros da CPLP ratificassem este novo protocolo modificativo para que o Acordo Ortográfico entrasse em vigor."

"O Brasil ratificou o "Segundo Protocolo Modificativo" em Outubro do mesmo ano e, em Abril do ano seguinte (2005), Cabo Verde também cumpriu essa exigência. Falta apenas que mais um país da CPLP o faça e, por toda a ordem de razões, seria de esperar que fosse Portugal a fazê-lo.

No entanto, estranhamente, este assunto parece não ser prioritário para o parlamento e o governo da República Portuguesa, alegadamente pela falta do Vocabulário Ortográfico Comum, apresentado como o principal impedimento à entrada em vigor do Acordo Ortográfico.

"Para uma língua verdadeiramente comum é imprescindível a existência de um Vocabulário Comum que inclua as grafias consideradas correctas para todos os povos da lusofonia. É, por exemplo, necessário que esse vocabulário tenha duplas entradas nos casos de dupla grafia (ex.: académico e acadêmico, facto e fato, dicção e dição, etc.), como, em muitos casos, já regista o Dicionário Aurélio, bem como delibere sobre o aporuguesamento de palavras estrangeiras, a adopção de neologismos e as terminologias científicas e técnicas.

"Este Vocabulário Ortográfico Comum, a elaborar pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, precederia a entrada em vigor das normas do Acordo Ortográfico. Como este trabalho prévio ainda está por fazer, há sérias dúvidas se o acordo deveria avançar para a entrada em vigor imediatamente ou se, pelo contrário, só deveria ser considerado após a elaboração e a publicação do Vocabulário.

"Torna-se, assim, indispensável a união de esforços para que os termos de um vocabulário comum sejam aprovados pelos Estados interessados na língua comum. A Academia Brasileira de Letras está adiantada no estudo Academia das Ciências de Lisboa, com o seu dicionário de 70 mil entradas, de 2001, está ainda longe desse objectivo.

Ora enquanto não houver vocabulário comum, não se poderá falar numa língua comum e, para a univocidade, não adianta que cada país tenha o seu próprio vocabulário legalizado."

"Para uma língua verdadeiramente comum é imprescindível a existência de um Vocabulário Comum que inclua as grafias consideradas correctas para todos os povos da lusofonia.

É, por exemplo, necessário que esse vocabulário tenha duplas entradas nos casos de dupla grafia (ex.: académico e acadêmico, facto e fato, dicção e dição, etc.), como, em muitos casos, já regista o Dicionário Aurélio, bem como delibere sobre o aportuguesamento de palavras estrangeiras, a adopção de neologismos e as terminologias científicas e técnicas."

"Este Vocabulário Ortográfico Comum, a elaborar pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, precederia a entrada em vigor das normas do Acordo Ortográfico. Como este trabalho prévio ainda está por fazer, há sérias dúvidas se o acordo deveria avançar para a entrada em vigor imediatamente ou se, pelo contrário, só deveria ser considerado após a elaboração e a publicação do Vocabulário."

"A resistência à mudança, no caso da adoção do Acordo Ortográfico, compreende-se por vários motivos: há pessoas que se lhe opõem por idiossincrasia, outras porque receiam não saber escrever pelas novas regras, muitas porque as alterações na escrita envolvem problemas económicos importantes (novos investimentos em edições de dicionários e livros didácticos, renovação de bibliotecas, etc).

"(Dados extraídos de Wikipédia - A Enciclopédia Livre).

## MEC SE PREPARA PARA A UNIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://www.interlegis.gov.br/Members/monicaco/mec-se-prepara-para-a-unificacao-da-lingua-portuguesa>

O Ministério da Educação aguarda a definição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a vigência do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, para iniciar a modificação dos livros didáticos distribuídos nas redes públicas de educação básica. O objetivo do acordo é unificar a ortografia da língua portuguesa que, atualmente, é o único idioma do ocidente que tem duas grafias oficiais - a do Brasil e a de Portugal.

Segundo Carlos Alberto Xavier, assessor especial do MEC, será preciso um intervalo de, no mínimo, um ano após o início da vigência do acordo para que os livros didáticos distribuídos pelo MEC contenham as mudanças ortográficas. "Teremos também um período de dois anos para adaptação à nova ortografia. Durante esse tempo, as duas formas ortográficas serão consideradas corretas", afirmou.

Com o acordo, as diferenças ortográficas existentes entre o português do Brasil e o de Portugal serão resolvidas em 98%. A unificação da ortografia acarretará alterações na forma de escrita em 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5%, no Brasil. Além de Brasil e Portugal, cinco países africanos - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - compõem a comunidade de quase 200 milhões de pessoas, nos três continentes, que têm o português como língua oficial.

Para Antônio Houaiss (1915-1999), que foi o principal negociador brasileiro do acordo ortográfico e elaborou a Nova Ortografia da Língua Portuguesa, publicada em 1991, a unificação da ortografia não implica na uniformização do vocabulário. Ele escreveu: "Portugal, Brasil e os cinco países africanos de língua portuguesa reconhe-

cem que a inexistência de uma única ortografia oficial traz não apenas dificuldades de natureza lingüística, mas também de natureza política. Daí o esforço desses países em efetivar o novo acordo".

No Brasil, o acordo ortográfico foi discutido no Congresso Nacional por mais de dez anos, aprovado em 2001 e logo em seguida sancionado pelo presidente da República. Em dezembro de 2006, o acordo foi sancionado pelo governo de São Tomé e Príncipe. Com isso, a CPLP poderá definir a data para início da vigência do acordo, pois o requisito estabelecido no último protocolo de mudança já foi atendido.

**6º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA  
E ATRIBUIÇÃO DO I PRÉMIO LITERÁRIO  
DA LUSOFONIA  
- BRAGANÇA DE 3 A 6 DE OUTUBRO DE 2007**

<http://lusofonia2007.com.sapo.pt/acordo%20ortografico.htm>

CONVIDADOS DE HONRA:

**Professor Doutor Evanildo Bechara, Academia Brasileira de Letras e Professor Doutor João Malaca Casteleiro da Academia das Ciências de Lisboa**

onde se fala do acordo ortográfico....

**1. Curiosidades da Língua Portuguesa**

**Você sabia?**

**A língua portuguesa, com mais de 210 milhões de falantes nativos, é a quinta língua mais falada no mundo.**

A terceira mais falada no mundo ocidental.

Idioma oficial único do Brasil, e idioma oficial, conjunto com outros idiomas, de Portugal (cuja segunda língua oficial é o Mirandês), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, é falada na antiga Índia Portuguesa (Goa, Damão, Diu e Dadrá e Nagar-Aveli), além de ter também estatuto oficial na União Européia, no Mercosul e na União Africana.

A situação da Galiza e do galego em relação ao português é controversa. De um ponto de vista político e, portanto, oficial, o Galego é uma língua porque assim o determinam os organismos de estado Espanhol e da Região Autónoma da Galiza, com legitimidade

democrática. De um ponto de vista científico, a idéia de que o galego é uma variante dialetal da língua portuguesa reúne hoje um vasto consenso, sendo estudado a par com as restantes variantes do português nas universidades e centros de investigação lingüística.

A língua portuguesa é uma língua românica (do grupo ibero-românico), tal como o castelhano, catalão, italiano, francês, romeno e outros.

Assim como os outros idiomas, o português sofreu uma evolução histórica, sendo influenciado por vários idiomas e dialetos, até chegar ao estágio conhecido atualmente. Deve-se considerar, porém, que o português de hoje compreende vários dialetos e subdialetos, falares e subfalares, muitas vezes bastante distintos, além de dois padrões reconhecidos internacionalmente (português brasileiro e português europeu). No momento atual, o português é a única língua do mundo ocidental falada por mais de cem milhões de pessoas com duas ortografias oficiais (note-se que línguas como o inglês têm diferenças de ortografia pontuais, mas não ortografias oficiais divergentes), situação a que o Acordo Ortográfico de 1990 pretende pôr cobro.

Segundo um levantamento feito pela Academia Brasileira de Letras, a língua portuguesa tem, atualmente, cerca de 356 mil unidades lexicais. Essas unidades estão dicionarizadas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

O português é conhecido como A língua de Camões (por causa de Luís de Camões, autor de Os Lusíadas), A última flor do Lácio, expressão usada no soneto Língua Portuguesa de Olavo Bilac ou ainda A doce língua por Miguel de Cervantes.

Nos séculos XV e XVI, à medida que Portugal criava o primeiro império colonial e comercial europeu, a língua portuguesa se espalhou pelo mundo, estendendo-se desde a costa Africana até Macau, na China, ao Japão e ao Brasil, nas Américas. Como resultado dessa expansão, o português é agora língua oficial de oito países in-

dependentes, e é largamente falado ou estudado como segunda língua noutros.

Há, ainda, cerca de vinte línguas crioulas de base portuguesa.

É uma importante língua minoritária em Andorra, Luxemburgo (25% da população total), Namíbia, Suíça e África do Sul. Encontram-se, também, numerosas comunidades de emigrantes, em várias cidades em todo o mundo, onde se fala o português como Paris na França; Toronto, Hamilton, Montreal e Gatineau no Canadá; Boston, New Jersey e Miami nos EUA; Nagoya e Hamamatsu no Japão, Sydney na Austrália. Leia mais em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua\\_portuguesa](http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_portuguesa)

## **2. ACORDO ORTOGRÁFICO**

### **2.0.Falta só 'decisão política' para acordo ortográfico no Brasil**

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=9483> 25-07-2007

Brasília, 25 Jul (Lusa) - O Brasil aguarda apenas uma decisão política interna para a aplicação do acordo ortográfico, disse nesta quarta-feira à Agência Lusa o presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Godofredo de Oliveira Neto.

"Falta uma decisão política para darmos início à fase de transição, principalmente no que diz respeito às editoras brasileiras", afirmou Oliveira Neto, que também é diretor do Conselho Científico do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e subsecretário de Planejamento da Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que as novas regras comecem a vigorar, inicia-se um período de transição para que os Ministérios da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), associações e academias de letras, editores e produtores de materiais didáticos possam, gradualmente, reimprimir livros, dicionários, cartilhas e outros materiais. Oito países fazem parte da CPLP: Brasil, Portugal, Timor Leste e cinco nações africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Segundo Oliveira Neto, a Comissão para Definição de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip) "está de prontidão para ser acionada a qualquer momento" para aplicar o acordo. A medida incentivará a utilização do idioma pelas organizações internacionais, já que existência de duas ortografias prejudica a divulgação da língua portuguesa e a sua prática em eventos internacionais.

Recentemente, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse à Lusa que "seria muito importante, do ponto de vista editorial, que Brasil e Portugal estivessem juntos quando tiver início o acordo ortográfico. Amorim recusou-se a responder, entretanto, se o Brasil adotaria as novas regras ortográficas sem Portugal.

Em princípio, a ortografia comum da língua portuguesa já pode entrar em vigor, porque três dos países lusófonos - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - já ratificaram o acordo e também o protocolo modificativo ao acordo, aprovado em julho de 2004, em São Tomé, durante cúpula da CPLP. O protocolo modificativo permite que o acordo vigore com a ratificação de apenas três países da CPLP, sem a necessidade de aguardar que todos os outros membros da organização adotem o mesmo procedimento.

Portugal já ratificou o acordo, mas ainda falta ratificar o protocolo modificativo.

## *2.1. Alfabeto passa a ter 26 letras*

[www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br)

### **2.1.1. Está para entrar em vigor a unificação da Língua Portuguesa** que prevê, entre outras coisas, um alfabeto de 26 letras.

"A frequência com que eles leem no voo é heroica!". Ao que tudo indica, a frase inicial desse texto possui pelo menos quatro erros de ortografia no Brasil. Mas até o final do ano, quando deve entrar em vigor o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", ela estará corretíssima. Os países-irmãos Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste terão, enfim, uma única forma de escrever.

As mudanças só vão acontecer porque três dos oito membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ratificaram as regras gramaticais do documento proposto em 1990. Brasil e Cabo Verde já haviam assinado o acordo e esperavam a terceira adesão, que veio no final do ano passado, em novembro, por São Tomé e Príncipe.

Tão logo as regras sejam incorporadas ao idioma, inicia-se o período de transição no qual ministérios da educação, associações e academias de letras, editores e produtores de materiais didáticos recebam as novas regras ortográficas e possam, gradativamente, reimprimir livros, dicionários, etc.

O português é a terceira língua ocidental mais falada, após o inglês e o espanhol. A ocorrência de ter duas ortografias atrapalha a divulgação do idioma e a sua prática em eventos internacionais. Sua unificação, no entanto, facilitará a definição de critérios para exames e certificados para estrangeiros.

Com as modificações propostas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modificado.

No Brasil, a mudança será bem menor: 0,45% das palavras terão a escrita alterada. Mas apesar das mudanças ortográficas, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país.

### **2.1.2. O que muda.**

As novas normas ortográficas farão com que os portugueses, por exemplo, deixem de escrever "húmido" para escrever "úmido". Também desaparecem da língua escrita, em Portugal, o "c" e o "p" nas palavras onde ele não é pronunciado, como nas palavras "acção", "acto", "adopção", "baptismo", "óptimo" e "Egipto".

Mas também os brasileiros terão que se acostumar com algumas mudanças que, a priori, parecem estranhas. As paroxítonas terminadas em "o" duplo, por exemplo, não terão mais acento circunflexo. Ao invés de "abenção", "enjôo" ou "vôo", os brasileiros terão que escrever "abençoo", "enjoo" e "voo".

Também não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos "crer", "dar", "ler", "ver" e seus decorrentes, ficando correta a grafia "creem", "deem", "leem" e "veem".

O trema desaparece completamente. Estará correto escrever "linguiça", "sequência", "frequência" e "quinqüênio" ao invés de lingüiça, seqüência, freqüência e qüinqüênio.

O alfabeto deixa de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação do "k", do "w" e do "y" e o acento deixará de ser usado para diferenciar "pára" (verbo) de "para" (preposição).

Outras duas mudanças: criação de alguns casos de dupla grafia para fazer diferenciação, como o uso do acento agudo na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, tais como "louvámos" em oposição a "louvamos" e "amámos" em oposição a "amamos", além da eliminação do acento agudo nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas, como "assembléia", "idéia", "heróica" e "jibóia".

### **2.1.3. Antônio Houaiss**

A escrita padronizada para todos os usuários do português foi um estandarte de Antônio Houaiss, um dos grandes homens de letras do Brasil contemporâneo, falecido em março de 1999. O filólogo considerava importante que todos os países lusófonos tivessem uma mesma ortografia. No seu livro "Sugestões para uma política da língua", Antônio Houaiss defendia a essência de embasamentos comuns na variedade do português falado no Brasil e em Portugal.

### **2.1.4.. Fontes para comentar o assunto:**

William Roberto Cereja – Mestre em Teoria Literária pela USP, Doutor em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professor graduado em Português e Lingüística e licenciado em Português pela Universidade de São Paulo (USP), Professor da rede particular de ensino em São Paulo e Autor de obras didáticas.

Marcia Paganini Cavéquia – Professora graduada em Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Inglês e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pós-graduada em Metodologia da Ação Docente pela UEL, Palestrante e consultora de escolas particulares e secretarias de educação de diversos municípios e Autora de livros didáticos.

Cassia Garcia de Souza – Professora graduada em Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pós-graduada em Língua Portuguesa pela UEL, Palestrante e organizadora de cursos para professores da rede de ensino, Assessora pedagógica e Autora de livros didáticos.

## **2.2. Mudança no português pode acontecer a partir de 2008, diz MEC**

[http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2007/05/16/mudanca\\_no\\_portugues\\_pode\\_acoeter\\_a\\_partir\\_de\\_2008\\_diz\\_mec\\_789914.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2007/05/16/mudanca_no_portugues_pode_acoeter_a_partir_de_2008_diz_mec_789914.html)

**2.2.1. Mudança no português pode acontecer a partir de 2008, diz MEC**, 16/05 - 16:08, atualizada às 18:01 16/05 - Nara Alves, repórter iG no Rio

RIO DE JANEIRO (16 maio 2007) - O acordo ortográfico discutido pelos países que falam o português pode entrar em vigor já em 2008. Com isso, os brasileiros terão de se acostumar com algumas mudanças que podem parecer estranhas. As paroxítonas terminadas em "o" duplo, por exemplo, não terão mais acento circunflexo. Em vez de "abençôo", "enjôo" ou "vôo", os brasileiros terão que escrever "abençoo", "enjoo" e "voo". Saiba mais sobre as mudanças e vote na enquete abaixo!

De acordo com o assessor especial do Ministério da Educação sobre o acordo, Alberto Xavier, a mudança não pode acontecer antes por causa dos livros didáticos. Para valer como lei, o acordo ainda precisaria passar na Câmara e no Senado para sanção de um decreto legislativo por parte do presidente dos países.

"Como a escolha do material que será comprado para a rede pública de ensino acontece com um ano de antecedência, na melhor das hipóteses o acordo passa a valer em 2008 por causa dos livros didáticos", afirmou Xavier. Segundo o assessor, a adesão de Portugal

ao acordo é automática uma vez que o tratado já foi assinado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, além do Brasil. "Em dezembro, o terceiro país assinou e, com isso, os demais acompanham", explicou.

Mesmo com a adesão automática de Portugal, o governo brasileiro e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) negociam em Lisboa para que o país aceite o acordo e coloque em prática as medidas necessárias para o início das mudanças ortográficas. "O embaixador brasileiro da CPLP em Lisboa, Lauro Moreira, está tentando reunir todo mundo para "convencer" Portugal e definir uma data para entrar em vigor", disse Xavier.

O conselheiro cultural da embaixada de Portugal em Brasília, Adriano Jordão, disse que seu país ainda não ratificou o tratado por "questões jurídicas". "Portugal contesta que o acordo possa entrar em vigor com a assinatura de três países em oito", explicou. Guiné-Bissau, Moçambique e Angola também não aderiram ao tratado. Timor Leste integrou-se ao grupo quando se tornou independente.

### **2.2.2. Posição da ABL**

O presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Marcos Vinícios Vilaça, pediu ao governo português que promova ações concretas, e com brevidade, no sentido de ratificar definitivamente o Acordo Ortográfico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Vilaça lamenta que os portugueses mantenham a atual resistência depois de 16 anos de formatação do Acordo, em 1991. Segundo ele, a recusa contribui para um possível isolamento de Portugal.

Vilaça lembrou que o português de Moçambique já vem se aproximando crescentemente do inglês, por força de interesses de ordem econômica. O presidente da ABL ressaltou que os países de língua espanhola utilizam apenas um dicionário, resultado do trabalho da Real Academia da Espanha e de outras 17 academias de

países hispânicos. "Nada nos deve separar de Portugal. Acho mesmo que o governo do Brasil deveria ser mais categórico nesse tema", sugeriu.

Para ajudar na adaptação dos brasileiros, a ABL disponibiliza pela internet um serviço de tira-dúvidas do português. As perguntas são respondidas pelo professor Sérgio Pachá em até quatro dias ao usuário.

### **2.2.3. Mudança na ortografia**

A língua portuguesa é a quinta mais falada do mundo. Mais de 210 milhões de pessoas terão de fazer pequenas adaptações. As novas normas farão com que os portugueses, por exemplo, deixem de escrever "húmido" para escrever "úmido". Também desaparecem da língua escrita, em Portugal, o "c" e o "p" nas palavras onde ele não é pronunciado, como nas palavras "acção", "acto", "adopção", "baptismo", "óptimo" e "Egipto".

Mas também os brasileiros terão que se acostumar com algumas mudanças. Além da eliminação do acento nas paroxítonas terminadas em "o" duplo, também não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos "crer", "dar", "ler", "ver" e seus decorrentes, ficando correta a grafia "creem", "deem", "leem" e "veem".

O trema desaparece completamente. Estará correto escrever "linguiça", "seqüência", "frequência" e "quinqüênio" ao invés de lingüiça, seqüência, freqüência e quinqüênio.

O alfabeto deixa de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação do "k", do "w" e do "y" e o acento deixará de ser usado para diferenciar "pára" (verbo) de "para" (preposição).

Outras duas mudanças: criação de alguns casos de dupla grafia para fazer diferenciação, como o uso do acento agudo na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, tais como "louvámos" em oposição a "louvamos" e "amámos" em oposição a "amamos", além da eliminação do acento agudo nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas, como "assembléia", "idéia", "heróica" e "jibóia".

### **2.3. A língua das ortografias. Os pontos negativos e os positivos do novo acordo entre países lusófonos**

*Aldo Bizzocchi*

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11357>

#### **2.3.1. Ortografia é assunto que sempre causa frisson. Provavelmente porque muitos vêm na grafia das palavras um patrimônio nacional, comparável ao hino e à bandeira.**

Mudanças constantes de moeda, constituição, regime de governo, denominação do país, e também de ortografia, produzem na população um sentimento de instabilidade e baixa auto-estima. O português já passou por várias reformas ortográficas (ver Língua 11), e mais uma se anuncia em 2009. A reforma ocorrerá porque três países - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - ratificaram o acordo ortográfico firmado em 1990.

O argumento em favor da unificação é o de que o português é a 3ª língua europeia mais falada no mundo, depois do inglês e do espanhol, e a existência de duas ortografias atrapalha sua difusão internacional. O filólogo Antônio Houaiss afirmava que o português é a única do Ocidente com mais de 50 milhões de falantes a ter duas grafias oficiais.

O argumento é falso. Difícil acreditar que o acadêmico, exímio tradutor de Joyce, ignorasse que o inglês tem duas ortografias, a britânica e a americana, e mesmo assim é a mais difundida. A difusão de um idioma depende do prestígio e do poder político, econômico e cultural dos países que o falam, e não da grafia. Senão, o chinês, com escrita complicadíssima, não estaria cada vez mais conhecido no mundo.

### 2.3.2. Prós e contras

O novo sistema ortográfico tem pontos positivos. Em Portugal desaparecem o c e o p mudos, como em "acção", "acto", "adopção", "baptismo", "óptimo" e "Egipto" (mas mantém-se em "facto", por ser pronunciado). Também os encontros vocálicos ee e oo de "vêem" e "enjô" perderão o circunflexo.

Entretanto, há muitos pontos negativos. Como a supressão total do trema. Sem ele, como diferenciar "equino" (cavalo) de "equino" (ouriço-do-mar)? E como saber a pronúncia de palavras pouco usuais, como "qüidade"? É de se imaginar a confusão quando os livros escolares disserem que os equinos são invertebrados, e as crianças pensarem em pangarés desossados!

A nova norma fará com que os portugueses escrevam "húmido" como "úmido". Só que "húmido" ("úmido") é da mesma etimologia de "humor", o latim humus, com h. Se em Portugal ainda havia coerência ortográfica na palavra, agora desaparecerá. Melhor mesmo seria eliminar de vez o h mudo e pronto.

Também se simplifica o uso do hífen, o que é bom. Só que, ao mesmo tempo em que se elimina o hífen de "anti-semita" (antissemita), ele é introduzido em "microondas" (micro-ondas).

O mais absurdo da reforma é que deixará de ser usado o acento para diferenciar "para" (verbo) de "para" (preposição), bem

como o de "pêlo" (substantivo) e "pelo" (preposição + artigo). O título *Uma pistola para Jeca*, do filme de Mazzaroppi, poderá ser interpretado como "uma pistola cabe (ou é oferecida) a Jeca" (sentido real do título) ou "uma pistola detém Jeca". E quem vai entender o trocadilho no título do livro *Pelos pêlos*, de Ana Cristina César?

### **2.3.3. O que faltou**

O projeto não toca em incoerências ortográficas: o já mencionado h mudo; s, ss, c, ç, sc, sç, x, xc e z com som de /ss/; s, z e x com som de /z/; x e ch com som de /ch/; g e j com som de /j/; "estender" x "extensão", "destro" x "dextrose", "texto" (do latim *textus*) x "misto" (do latim *mixtus*), "em cima" x "embaixo", etc.

Uma reforma simplificadora é necessária, mas a que está em curso é um frankenstein lingüístico, produto de negociações políticas entre os países. O resultado, como na política, foi um projeto desfigurado, em que se eliminaram coisas boas e se manteve muito do que havia de ruim.

Em vez de uma reforma radical e definitiva, como fizeram outras línguas, as doses homeopáticas no português obrigam a que a cada 50 anos seja feita nova reforma. Por sinal, avanços já previstos na proposta de 1907 ainda não foram postos em prática, como a solução das grafias duplas x/ch, g/j, etc. É notável que línguas como italiano, galego e catalão já tenham encontrado soluções para tais casos. O português poderia inspirar-se neles. O italiano e o romeno, por sinal, são as línguas românicas com sistemas ortográficos mais simples e coerentes. E a grafia do italiano não sofre alterações significativas desde o século 16, o que não deixa de ser invejável.

### **2.3.4. O exemplo inglês**

O inglês possui duas ortografias, mas bem poderia ter uma só. Afinal, *organise* e *organize*, *humour* e *humor*, e assim por diante, não representam pronúncias diferentes. Já "António" e "Antônio", "facto" e "fato" indicam diferenças fonológicas inconciliáveis, tanto que ambos são mantidos na reforma.

As diferenças entre o inglês britânico e americano afetam ligeiramente a ortografia e o léxico: a diferença marcante está na pronúncia. Mas o inglês possui uma só gramática. Em qualquer país de língua inglesa, a sintaxe é uma só. Ao contrário, o português não tem só duas pronúncias e duas ortografias; tem dois léxicos e duas gramáticas bem diferentes.

Comparem "Sentei-me cá com ela e ficámos a conversar" (Portugal) com "Me sentei aqui com ela e ficamos conversando" (Brasil). Isso sem falar nos esquisitos "golo" (gol), "cancro" (câncer), "guarda-fatos" (guarda-roupa), e nos humorísticos "bicha" (fila), "cacete" (filão de pão) e "bica" (bebedouro). Unificar o quê?

Aliás, até nomes geográficos são distintos aquém e além-mar: "Irão", "Moscovo", "Bagdade", "Copenhaga", "Nuremberga", "Checoslováquia", "Jugoslávia". Nada semelhante ocorre em inglês.

### **2.3.5. Custo da mudança**

Com a oficialização da nova grafia, inicia-se a transição na qual os ministérios da Educação deverão reciclar os professores e realfabetizar os estudantes, e editoras vão reimprimir livros, dicionários e outros materiais. Tudo a custo social e financeiro elevadíssimo.

O argumento de que não será mais preciso reimprimir livros brasileiros em Portugal e vice-versa, é outra inverdade: basta

comparar a tradução portuguesa e a brasileira de qualquer best-seller para ver que falamos línguas diferentes, ainda que com uma só grafia.

Embora a realização de uma reforma seja custosa, é preciso ter em mente que qualquer reforma, mínima que seja, implica tais custos. Por isso, deveríamos aproveitar a oportunidade para promover uma reforma radical e definitiva na ortografia, eliminando as incoerências e instituindo um sistema simples e prático - ainda mais que a maioria dos falantes do português no mundo tem baixa ou nenhuma escolaridade, e a maior parte dos países lusófonos é pobre e presta serviços educacionais fracos.

Com a nova reforma, estima-se que 1,5% do vocabulário lusitano e de 0,5% do brasileiro sofrerão modificações gráficas. Apesar disso, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país. Ou seja, na prática, a "unificação" pouco unifica.

### **2.3.6. Mudanças que saltam à vista**

**Trema** - Cai na maioria das palavras, como "tranqüilo", mas permanecem termos derivados de outras, de língua estrangeira, que tenham o sinal.

**Hífen** - Cai em palavras que designam um ser ou objeto único, como anti-semita (que vira "antissemita"), mancha-chuva (vira "mandachuva") e pára-quedas ("paraquedas").

**Ditongos ei e oi** - Deixam de ser acentuados, como "idéia".

**Encontros vocálicos oo e ee** - Deixa de ser acentuado em terminações como "enjôo".

**Alfabeto** - Ganha três letras: k, y, w.

**Consoantes mudas** - Deixam de existir em Portugal e outros países, como "acção".

**Acento diferencial** - Desaparece, como em "pára" (verbo) e "para" (preposição).

**Dupla grafia** - Admitida em diferenças fonológicas inconciliáveis, como "fato" e "facto", "cômodo" e "cómodo".

**Aldo Bizzocchi é doutor em Lingüística pela USP e autor do livro Léxico e Ideologia na Europa Ocidental (Annablume). [www.aldobizzocchi.com.br](http://www.aldobizzocchi.com.br)**

## **2.4. Ainda sobre a unificação da Língua Portuguesa**

A partir de 2009, o português deverá ter a mesma ortografia em todo o mundo, se o acordo entre os oito países não for torpedeado

Por JOSUÉ MACHADO, da Revista Língua Portuguesa

### **2.4.1. Contagem regressiva para a unificação**

Uma reforma simplificadora é necessária, mas essa que está em curso é um frankenstein lingüístico, produto de negociações políticas entre os países. O acordo que uniformiza a ortografia dos oito países de língua portuguesa deve entrar em vigor no Brasil em 2009. Por que deve entrar e por que no Brasil, entre os oito países lusófonos?

As respostas são do secretário-executivo da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, embaixador Luís Fonseca:

- O acordo já entrou tecnicamente em vigor em 1º de janeiro de 2006 no Brasil, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, mas na prática ainda não entrou em funcionamento.

Apesar da contradição - entrou, mas não entrou -, o embaixador cabo-verdiano se apegou aos termos do contrato. A uniformização deveria vigorar um mês depois que o terceiro dos países interessados aprovasse o protocolo modificativo do acordo. Foi o que se definiu em reunião de chefes de Estado de que o presidente Lula participou em São Tomé e Príncipe em 2004.

Em dezembro, o governo de São Tomé entregou a carta de ratificação em Portugal, como já o tinham feito Brasil e Cabo Verde. Em janeiro, portanto, a uniformização passou a vigorar. Pelo menos teoricamente, como diz Fonseca.

O governo de São Tomé acabava de obedecer ao protocolo. Nele, por cortesia a Portugal, os países lusófonos se comprometeram a entregar a tal carta de adesão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses. Estava cumprido em Lisboa o rito, que deve ser seguido por Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste e, claro, Portugal.

Se já foi cumprida a última exigência legal por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por que o acordo gira em falso desde 1990? Provavelmente porque em Portugal vários setores se insurgem contra o “brasileirização” (neologismo luso = “abrasileiramento”) do idioma, espécie de afronta contra a mãe-pátria. E porque ninguém se preparou para a novidade, que exige cuidados em muitas áreas, a começar pela documentação oficial, estendendo-se aos livros didáticos, aos de consulta e à literatura clássica. Foram tantos adiamentos que a maioria estava incrédula.

Há quem ainda esteja. Nem todos estão convencidos da necessidade da reforma. As resistências se concentram em Portugal. E há dificuldades políticas em países africanos paupérrimos; para eles, um acordo ortográfico está longe de ser assunto importante, lembra Car-

los Alberto Xavier, assessor do ministro da Educação, Fernando Haddad.

#### 2.4.2. Importância relativa

Importante será para as editoras, dizem críticos da reforma, embora parte da oposição em Portugal seja delas.

Estariam os editores portugueses com a consciência pesada porque vão ganhar mais, muito mais, ao reimprimir os livros didáticos e de referência? Ou estariam preocupados com a concorrência brasileira, aparentemente preparada para publicar tiragens maiores?

Claro que os maiores editores brasileiros estão de olho no mercado português e no africano. Não que haja muitos leitores lá, ou aqui. Os falantes de português são uns 235 milhões: perto de 190 milhões no Brasil; 10,5 milhões em Portugal; os demais, nos países africanos, muitos deles usuários de linguagem tribal, e em agrupamentos na Ásia e na América do Norte. Não há tantos leitores a disputar, embora governos costumem comprar muitos livros didáticos.

Para Luciana Villas Boas, diretora editorial da Record, empresa que não trabalha com didáticos, o universo de leitores é o menor aspecto a ser considerado.

- É ridículo pensar que a mudança afetará os mercados de livros de língua portuguesa. O que determina o fechamento dos países lusófonos tem a ver com os custos de importação e com hábitos culturais. Ainda mais considerando que lingüisticamente o que difere mais são a sintaxe e o vocabulário, não a ortografia.

Se não houver mais obstáculos, e o governo português não pedir mais prazo, é possível que o acordo entre em vigor no Brasil em 2009, como diz o gramático Evanildo Bechara, que duvidou fosse possível adotá-lo já no ano que vem, como os jornais anunciaram.

Foi dúvida também manifestada pelo secretário da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, Leonardo Lott Rodrigues. Em todo caso, Portugal merece respeito por ser a matriz do idioma, concordam todos. O fato é que a ministra da Cultura portuguesa, Isabel Pires de Lima, em visita recente ao Brasil, disse não estar pensando em reforma ortográfica e, sim, em outros problemas. Talvez por isso certa hesitação geral.

### **2.4.3. O fator livro didático**

Se ignorar tais problemas, o Brasil terá condições de adotar o acordo só em 2009, por causa da enorme operação de fornecimento de livros didáticos para as escolas, explica Xavier. Ele lembra que os didáticos para o ano que vem já estão preparados ou em preparação:

- Depois disso, haverá um período de transição em que conviverão a atual e a futura ortografia. Haverá ao menos uns dois anos de adaptação e convivência.

*Assim que as regras forem incorporadas - se forem -, começará a transição em que ministérios de educação e cultura, academias de letras, associações literárias e editores serão instruídos sobre como proceder para adequar-se. Sem contar o inevitável “período de pacificação”, como diz Bechara, até que as resistências se apaziguem (palavra que perderá o acento com a aplicação do acordo).*

### **2.4.4. Mais contras do que prós**

As resistências são maiores em Portugal, mas a maioria dos especialistas também critica o acordo no Brasil.

Várias entidades e pessoas se opõem à uniformização. Principalmente em Portugal, pois o acordo modificará 1,6% do vocabulário luso e só 0,5% do brasileiro. Segundo o MEC, em dicionários brasileiros com 200 mil palavras, isso representaria 10 mil delas. Em Portugal, chegou a constituir-se um “Movimento Contra o Acordo Ortográfico”, que classificou o projeto de “Desacordo Ortográfico”. O jornal Público divulgou: “Uma das mudanças mais radicais previstas no projecto era a eliminação das consoantes mudas, ‘brasilificando’ assim o vocabulário português”.

Como “mudança radical”, o jornal citou “ótimo” e “factura”, que continuam escritas assim pelos lusos. Pelo menos até que chegue a reforma, se chegar. Para Ivo Castro, da Faculdade de Letras de Lisboa, “ou há unanimidade” na aplicação do acordo ou ele deve ser ignorado, já que existe concordância ortográfica entre Portugal, os africanos e Timor, “que apenas é quebrada pelo Brasil”.

***O gramático Evanildo Bechara*** é contra, por considerá-lo imperfeito e parcial.

- É uma espécie de retomada do acordo de 1945, que o Brasil já rejeitou, embora o tivesse assinado. Deixa de resolver uma série de problemas, como o uso do hífen e o das maiúsculas, entre outros.

Bechara lançará nova edição de sua gramática (Moderna Gramática Portuguesa) com a ortografia vigente.

Contrário também é o doutor em letras Cláudio Moreno, do Rio Grande do Sul.

- Assisti às mudanças em 1971, quando foi retirado o acento circunflexo diferencial de “gelo” e “coco”. Os dicionários e os livros de literatura infantil tiveram de ir para o lixo. É uma tolice. Só países ridículos fazem reformas ortográficas.

Francisco Platão Savioli, professor aposentado da USP e coordenador de gramática, texto e redação do Curso Anglo Vestibulares, diz que a reforma vai oficializar as diferenças lusófonas.

- Além disso, é reforminha tímida, muito tímida, que não mexe adequadamente no essencial, como o problema insolúvel do hífen. Nem no do h inicial de certas palavras ou na indecisão no uso de maiúsculas iniciais, entre outras coisas. Mas vai provocar a queima de milhões de livros. Não creio que valha a pena.

Mauro de Salles Villar, diretor do Instituto Houaiss de Lexicografia, ao contrário, é taxativo no apoio.

- É uma necessidade e uma vergonha que ainda não tenha sido concretizado. Todas as grandes línguas já fizeram isso. O árabe, idioma de mais de 15 países, é falado de forma diferente, mas escrito da mesma maneira.

## CONTAGEM REGRESSIVA PARA A UNIFICAÇÃO

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11356>

**A partir de 2009, o português deverá ter a mesma ortografia em todo o mundo, se o acordo entre os oito países não for torpedeado**

**Josué Machado**

O acordo que uniformiza a ortografia dos oito países de língua portuguesa deve entrar em vigor no Brasil em 2009.

Uma reforma simplificadora é necessária, mas essa que está em curso é um frankenstein lingüístico, produto de negociações políticas entre os países.

Por que deve entrar e por que no Brasil, entre os oito países lusófonos?

As respostas são do secretário-executivo da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, embaixador Luís Fonseca:

- O acordo já entrou tecnicamente em vigor em 1º de janeiro de 2006 no Brasil, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, mas na prática ainda não entrou em funcionamento.

Apesar da contradição - entrou, mas não entrou -, o embaixador cabo-verdiano se apegou aos termos do contrato. A uniformização deveria vigorar um mês depois que o terceiro dos países interessados aprovasse o protocolo modificativo do acordo. Foi o que se definiu em reunião de chefes de Estado de que o presidente Lula participou em São Tomé e Príncipe em 2004.

Em dezembro, o governo de São Tomé entregou a carta de ratificação em Portugal, como já o tinham feito Brasil e Cabo Verde. Em janeiro, portanto, a uniformização passou a vigorar. Pelo menos teoricamente, como diz Fonseca.

O governo de São Tomé acabava de obedecer ao protocolo. Nele, por cortesia a Portugal, os países lusófonos se comprometeram a entregar a tal carta de adesão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses. Estava cumprido em Lisboa o rito, que deve ser seguido por Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste e, claro, Portugal.

Se já foi cumprida a última exigência legal por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por que o acordo gira em falso desde 1990? Provavelmente porque em Portugal vários setores se insurgem contra o "brasilificação" (neologismo luso = "abrasileiramento") do idioma, espécie de afronta contra a mãe-pátria. E porque ninguém se preparou para a novidade, que exige cuidados em muitas áreas, a começar pela documentação oficial, estendendo-se aos livros didáticos, aos de consulta e à literatura clássica. Foram tantos adiamentos que a maioria estava incrédula.

Há quem ainda esteja. Nem todos estão convencidos da necessidade da reforma. As resistências se concentram em Portugal. E há dificuldades políticas em países africanos paupérrimos; para eles, um acordo ortográfico está longe de ser assunto importante, lembra Carlos Alberto Xavier, assessor do ministro da Educação, Fernando Haddad.

### **Importância relativa**

Importante será para as editoras, dizem críticos da reforma, embora parte da oposição em Portugal seja delas.

Estariam os editores portugueses com a consciência pesada porque vão ganhar mais, muito mais, ao reimprimir os livros didáti-

cos e de referência? Ou estariam preocupados com a concorrência brasileira, aparentemente preparada para publicar tiragens maiores?

Claro que os maiores editores brasileiros estão de olho no mercado português e no africano. Não que haja muitos leitores lá, ou aqui. Os falantes de português são uns 235 milhões: perto de 190 milhões no Brasil; 10,5 milhões em Portugal; os demais, nos países africanos, muitos deles usuários de linguagem tribal, e em agrupamentos na Ásia e na América do Norte. Não há tantos leitores a disputar, embora governos costumem comprar muitos livros didáticos.

Para Luciana Villas Boas, diretora editorial da Record, empresa que não trabalha com didáticos, o universo de leitores é o menor aspecto a ser considerado.

- É ridículo pensar que a mudança afetará os mercados de livros de língua portuguesa. O que determina o fechamento dos países lusófonos tem a ver com os custos de importação e com hábitos culturais. Ainda mais considerando que lingüisticamente o que difere mais são a sintaxe e o vocabulário, não a ortografia.

Se não houver mais obstáculos, e o governo português não pedir mais prazo, é possível que o acordo entre em vigor no Brasil em 2009, como diz o gramático Evanildo Bechara, que duvidou fosse possível adotá-lo já no ano que vem, como os jornais anunciaram.

Foi dúvida também manifestada pelo secretário da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, Leonardo Lott Rodrigues. Em todo caso, Portugal merece respeito por ser a matriz do idioma, concordam todos. O fato é que a ministra da Cultura portuguesa, Isabel Pires de Lima, em visita recente ao Brasil, disse não estar pensando em reforma ortográfica e, sim, em outros problemas. Talvez por isso certa hesitação geral.

### **O fator livro didático**

Se ignorar tais problemas, o Brasil terá condições de adotar o acordo só em 2009, por causa da enorme operação de fornecimento de livros didáticos para as escolas, explica Xavier. Ele lembra que os didáticos para o ano que vem já estão preparados ou em preparação:

- Depois disso, haverá um período de transição em que conviverão a atual e a futura ortografia. Haverá ao menos uns dois anos de adaptação e convivência.

Assim que as regras forem incorporadas - se forem -, começará a transição em que ministérios de educação e cultura, academias de letras, associações literárias e editores serão instruídos sobre como proceder para adequar-se. Sem contar o inevitável "período de pacificação", como diz Bechara, até que as resistências se apaziguem (palavra que perderá o acento com a aplicação do acordo).

## **MAIS CONTRAS DO QUE PRÓS**

As resistências são maiores em Portugal, mas a maioria dos especialistas também critica o acordo no Brasil

Várias entidades e pessoas se opõem à uniformização. Principalmente em Portugal, pois o acordo modificará 1,6% do vocabulário luso e só 0,5% do brasileiro. Segundo o MEC, em dicionários brasileiros com 200 mil palavras, isso representaria 10 mil delas. Em Portugal, chegou a constituir-se um "Movimento Contra o Acordo Ortográfico", que classificou o projeto de "Desacordo Ortográfico". O jornal Público divulgou: "Uma das mudanças mais radicais previstas no projecto era a eliminação das consoantes mudas, 'brasilificando' assim o vocabulário português".

Como "mudança radical", o jornal citou "óptimo" e "factura", que continuam escritas assim pelos lusos. Pelo menos até que chegue a reforma, se chegar. Para Ivo Castro, da Faculdade de Letras de Lisboa, "ou há unanimidade" na aplicação do acordo ou ele deve ser ig-

norado, já que existe concordância ortográfica entre Portugal, os africanos e Timor, "que apenas é quebrada pelo Brasil".

O gramático Evanildo Bechara é contra, por considerá-lo imperfeito e parcial.

- É uma espécie de retomada do acordo de 1945, que o Brasil já rejeitou, embora o tivesse assinado. Deixa de resolver uma série de problemas, como o uso do hífen e o das maiúsculas, entre outros.

Bechara lançará nova edição de sua gramática (Moderna Gramática Portuguesa) com a ortografia vigente.

Contrário também é o doutor em letras Cláudio Moreno, do Rio Grande do Sul.

- Assisti às mudanças em 1971, quando foi retirado o acento circunflexo diferencial de "gelo" e "coco". Os dicionários e os livros de literatura infantil tiveram de ir para o lixo. É uma tolice. Só países ridículos fazem reformas ortográficas.

Francisco Platão Savioli, professor aposentado da USP e coordenador de gramática, texto e redação do Curso Anglo Vestibulares, diz que a reforma vai oficializar as diferenças lusófonas.

- Além disso, é reforminha tímida, muito tímida, que não mexe adequadamente no essencial, como o problema insolúvel do hífen. Nem no do h inicial de certas palavras ou na indecisão no uso de maiúsculas iniciais, entre outras coisas. Mas vai provocar a queima de milhões de livros. Não creio que valha a pena.

Mauro de Salles Villar, diretor do Instituto Houaiss de Lexicografia, ao contrário, é taxativo no apoio.

- É uma necessidade e uma vergonha que ainda não tenha sido concretizado. Todas as grandes línguas já fizeram isso. O árabe, idi-

oma de mais de 15 países, é falado de forma diferente, mas escrito da mesma maneira. (J.M.)

**MISSÃO BRASILEIRA JUNTO À CPLP  
AINDA AGUARDA AVAL DE LISBOA 06-03-2007 18:30:10**

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=6760>

Lisboa, 06 Mar (Lusa) - O embaixador do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Lauro Moreira, disse à Agência Lusa que o secretário-executivo da comunidade lusófona já deu o aval à legalização da missão diplomática brasileira junto à CPLP, mas ainda falta a autorização de Portugal.

O Brasil aprovou em fevereiro do ano passado, por iniciativa direta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto que criava a missão permanente na CPLP, tendo as negociações com o governo português começado em março de 2006.

A missão se instalou em Lisboa em julho de 2006, mas até agora o embaixador brasileiro diz que o único documento que tem é o seu "passaporte", considerando que se trata de uma "situação esdrúxula".

A legalização da missão brasileira esbarrava no acordo-sede da CPLP, que não prevê representações exclusivas dos países membros autônomas das embaixadas ou governos.

Mas logo que a delegação brasileira chegou a Portugal, chegou-se a um acordo para tentar uma solução de emergência, segundo Moreira, solução esta que propunha uma emenda ao acordo-sede, sustentada pelo argumento que "embora não estando prevista [no acordo-sede] a criação de uma nova missão, também não estava proibido".

A solução, negociada em outubro do ano passado, foi aceita pelo Ministério das Relações Exteriores de Portugal, mas teve oposição por parte do Fisco.

"Optou-se agora pela solução mais complexa, longa e demorada, que é mandar [o processo] para a Assembléia da República (Parlamento português)", refere o diplomata.

O projeto da emenda agora tem que ser aprovado no Conselho de Ministros luso e na Assembléia da República.

"Não pode demorar mais. Estamos em uma situação complicada. Trouxe funcionários brasileiros [incluindo outros diplomatas], contratei portugueses" e a missão não tem existência legal e, em consequência, contributiva, diz o embaixador brasileiro, ex-diretor da Agência Brasileira para a Cooperação.

"Não chego ao ponto de dizer que a missão está em risco; tudo vai depender da rapidez da solução - se demorar, já não tenho a certeza [se o projeto irá em frente]", acrescenta Moreira.

Diante da pressão que diz estar sofrendo de Brasília, o embaixador estabelece "um mês, no máximo", o prazo para resolver a situação.

Apesar dos "obstáculos burocráticos", nas palavras de Moreira, a atividade do Brasil na CPLP tem sido encabeçada pela missão.

**BRASIL DEVE USAR CPLP PARA SE PROJETAR,  
DIZ EX-MINISTRO LUSO 09-03-2007 16:57:31**

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=6827>

Lisboa, 09 Mar (Lusa) - O ex-ministro português das Finanças Ernâni Lopes alertou nesta sexta-feira para a importância de o Brasil dispor, a partir da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (C-PLP) e da lusofonia, de "uma plataforma de projeção em escala global".

"A CPLP é uma estrutura de Estados por vontade própria, não resulta da vontade colonial, e o Brasil pode dispor desta plataforma para se projetar em escala global como potência emergente", disse Lopes durante o 18º Congresso Anual da Sociedade portuguesa de Avaliação de Empresas e Risco (Saer), em Lisboa.

O economista acredita que "Portugal deve assumir em suas ações que o Brasil é o principal ganhador na CPLP. Todos os países da CPLP ganham, mas o Brasil será o ganhador nas próximas décadas", reforçou.

"Esta situação tem de ser reconhecida por Portugal", destacou Lopes, adiantando que o Brasil "vai ter um papel fundamental nos primeiros 25 anos do século 21".

Aliás, "o maior país da América Latina quer entrar para o Conselho Permanente de Segurança das Nações Unidas", acrescentou.

Segundo o ex-ministro luso, a convergência estratégica com Brasil e Angola é "uma questão muito séria e decisiva para o futuro de Portugal", que não pode apenas voltar-se para a União Européia.

## **SECRETÁRIO DA CPLP DEBATERÁ NO BRASIL ACORDO ORTOGRÁFICO 09-03-2007 11:23:18**

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=6818>

São Paulo, 09 Mar (Lusa) - O secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o diplomata cabo-verdiano Luís Monteiro da Fonseca, inicia nesta sexta-feira uma visita oficial de uma semana ao Brasil para discutir, entre outros temas, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Assinado em 16 de dezembro de 1990, em Lisboa, o acordo constitui um tratado internacional, resultado de um trabalho desenvolvido pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1980, muito antes da criação da CPLP, em 1996.

O acordo cria um padrão ortográfico único para a língua portuguesa, a ser adotado por todos os países que constituem a CPLP, mas apenas Cabo Verde, Brasil e São Tomé e Príncipe já ratificaram o projeto. Portugal já o assinou, mas ainda não o ratificou.

O acordo acaba com a atual existência de duas normas ortográficas divergentes, ambas oficiais - uma no Brasil e outra nos demais países de língua portuguesa.

### **ABL**

O cronograma da visita prevê que o secretário-executivo da CPLP e o representante permanente do Brasil na organização lusófona, Lauro Moreira, sejam recebidos nesta sexta pelo presidente da ABL, Marcos Vilaça, no Rio de Janeiro.

Vilaça defenderá durante o encontro "a necessidade de uma mobilização efetiva" para a promoção da língua portuguesa nos países da CPLP e também em universidades europeias e norte-americanas.

Luís Fonseca deve se encontrar também, ainda nesta sexta, com o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Carlos Fernando Gross, e com o diretor do Centro Internacional de Negócios do órgão, Amaury Temporal.

No domingo, o embaixador viajará para Brasília, onde manterá encontros com os ministros brasileiros da Saúde, Educação e das Relações Exteriores. Também participará de uma reunião com o reitor da Universidade de Brasília (UnB).

## **Lula**

Está também previsto um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas a data ainda não foi divulgada.

Na quarta-feira, já em São Paulo, o secretário-executivo da CPLP visitará o Museu da Língua Portuguesa, a Universidade de São Paulo (USP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A agenda inclui ainda uma visita a Salvador, com retorno a Lisboa no sábado, dia 17.

Em declarações à Agência Lusa na quinta-feira, Luís Fonseca adiantou que a Fundação Oswaldo Cruz "vai cooperar com a CPLP e participar na criação de uma rede de saúde" e pedir a condição de observador junto à comunidade lusófona.

Integram a CPLP Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

## **PORTUGAL DIZ ESTAR PERTO DE CONFIRMAR ACORDO ORTOGRÁFICO 13-12-2006 19:59:57**

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=5233>

Rio de Janeiro, 13 Dez (Lusa) - Portugal está perto de concluir o processo de ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, disse nesta quarta-feira Maria Angélica Ribeiro, representante do Ministério luso da Educação.

A coordenadora de Cooperação para o Desenvolvimento no Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério português da Educação disse faltar pouco para Portugal cumprir todos os trâmites burocráticos.

"Só falta um passinho, é apenas uma questão política", declarou à Lusa Maria Angélica Ribeiro, no Rio de Janeiro, onde participa do Seminário Internacional de Língua Portuguesa e suas Literaturas, que reúne representantes de todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Acordo Ortográfico foi assinado em 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (Timor Leste aderiu em 2004), mas não entrou em vigor por não ter sido ratificado.

Em outubro de 2004, o Brasil informou que já estava apto a adotar o Acordo Ortográfico, pois tinha cumprido todos os trâmites legislativos internos necessários.

Na ocasião, o governo brasileiro instou Portugal e Cabo Verde, que também já haviam ratificado o acordo, a cumprirem igualmente as exigências internas constitucionais para que haja uma ortografia comum da língua portuguesa.

De acordo com os estatutos da CPLP, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor quando três países da comunidade concluírem os trâmites internos para a ratificação do acordo.

São Tomé e Príncipe anunciou nesta quarta-feira, no Rio de Janeiro, que ratificou o Acordo Ortográfico, tornando-se o quarto país a fazê-lo.

### **Discordâncias**

Apesar das declarações da representante do Ministério luso da Educação, fontes do Ministério da Educação do Brasil disseram à Lusa que Portugal ainda não tomou qualquer decisão concreta para o acordo vigorar na prática, não só por uma questão política mas também económica.

"Na verdade, a questão é política e económica, porque as grandes editoras portuguesas vão ter que competir com as brasileiras. Acredito que Portugal não tenha interesse no Acordo, ao contrário do Brasil, que tem muito interesse, pois as nossas editoras têm uma grande força no mercado editorial", salientou a fonte do governo brasileiro.

O conselheiro cultural da Embaixada de Portugal e diretor do Instituto Camões no Brasil, Adriano Jordão, que também participa no Seminário Internacional de Língua Portuguesa no Rio de Janeiro, discordou.

"Para as editoras portuguesas é bom que haja o Acordo Ortográfico, que afeta muito mais as editoras brasileiras", afirmou Adriano Jordão à Lusa, explicando que as alterações ortográficas terão implicações na revisão das publicações.

Jordão disse ser, pessoalmente, "cem por cento a favor" do acordo, que vai facilitar a circulação de livros num mercado ortográfi-

co único com mais de 200 milhões de pessoas mas destacou que "não é preciso urgência".

"Temos de ser cautelosos, acho que poderia ser uma ação precipitada", destacou, lembrando que há pendências jurídicas para que o acordo entre de fato em vigor.

Fruto de negociações conduzidas pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa ao longo da década de 1980, o acordo tem como principal objetivo resolver questões relativas a divergências ortográficas.

Para o governo brasileiro, a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa é prejudicial à unidade do idioma e dificulta a capacidade de difusão internacional do português.

O Brasil considera a entrada em vigor do acordo como condição essencial para a definição de uma política de promoção e difusão da língua portuguesa, o terceiro idioma europeu mais falado no mundo.

Diplomatas e linguistas brasileiros acreditam que uma ortografia comum diminuirá o elevado custo de produção de diferentes versões de dicionários e de livros em língua portuguesa e facilitará a utilização de livros didáticos, programas de educação à distância e outros materiais pedagógicos.

Outro argumento do Brasil é de que, com o acordo a ser aplicado por todos os países da CPLP, será mais fácil estabelecer critérios unificados para exames e certificados de língua portuguesa para estrangeiros.

## GUINÉ-BISSAU E ACORDO ORTOGRÁFICO

**outubro 31, 2006**

<http://orto.blogs.sapo.pt/arquivo/1050957.html>

Bissau, Guiné-Bissau (PANA) – O Presidente bissau-guineense, João Bernardo “Nino” Vieira, declarou segunda-feira ser urgente a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da língua portuguesa para permitir a projecção internacional da lusofonia.

Para Nino Vieira, que falava no encerramento da sexta cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), um dos maiores desafios desta organização comunitária reside na promoção e divulgação do seu idioma comum pelo mundo.

"O português não é ainda de projecção internacional à medida da sua expressão popular, visto que as organizações internacionais não o têm como língua de trabalho", deplorou.

Para preencher esta lacuna, defendeu, urge fazer vigorar o Acordo Ortográfico da língua assinado há 14 anos em Lisboa, em Portugal, mas cuja vigência continua dependente do cumprimento dos requisitos constitucionais exigíveis por alguns Estados signatários.

O Acordo, assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, visa, entre outros objectivos, criar normas ortográficas comuns para as diferentes variantes da língua portuguesa, e facilitar a difusão bibliográfica e de novas tecnologias, reduzindo o custo económico e financeiro da produção de livros e documentos.

Permite ainda aprofundar a cooperação entre as nações que falam o português, aumentando o fluxo de livros e publicações em to-

das as áreas, além de favorecer a produção de materiais para a educação à distância.

Fruto de um trabalho desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa, Portugal, desde a década de 1980, o documento assinado em 1990 leva em consideração a evolução da língua e faz adaptações para admitir, em alguns casos, a dupla grafia e, em outros fazer reformulações.

Por exemplo, o seu alfabeto que possuía 23 letras passa a constituir-se de 26 letras, com a inclusão de k, w, y, que seriam usadas em casos especiais.

Bissau - 18/07/2006

## ACORDO ORTOGRÁFICO SAI DO PAPEL ATÉ 2009 2007-07-30 - 13:25:57

[http://www.agencia.ufpb.br/ver.php?pk\\_noticia=3240](http://www.agencia.ufpb.br/ver.php?pk_noticia=3240)

Após 16 anos de discussões, o acordo ortográfico entre países de língua portuguesa deverá sair do papel. Para os brasileiros, uma das principais mudanças será a extinção do trema, utilizado em termos como “lingüiça”, “tranqüilo” e “seqüência”. Outra modificação prevista no documento é a eliminação do acento nas paroxítonas terminadas em “o” duplo (“vôo”, “abenção”). Também cairá em desuso o acento circunflexo utilizado para diferencial morfológico nas terceiras pessoas do plural dos verbos (“crer”, “dar”, “ler” e “ver”) e seus diferenciais.

Haverá ainda a inclusão das letras “k”, “w” e “y” ao alfabeto, que passará a ter 26 letras, em vez de 23. Outro que desaparecerá após a mudança será o acento agudo empregado nos ditongos abertos “oi” e “ei”. O que hoje é considerado errado, passará a ser certo após o acordo ortográfico, como mostra o exemplo a seguir: “Consequentemente, uma frase como esta – contendo, inclusive, a ideia proposta inicialmente – será considerada certa daqui a muito pouco tempo, a partir das mudanças que vem por aí”.

Denominado oficialmente de “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, o projeto visa à diminuição das divergências na maneira que as palavras são escritas e acentuadas nos sete países do ocidente (mais a região da Galícia) cujos habitantes falam português. O acordo não prevê alteração na pronúncia das palavras. A Língua Portuguesa é a quinta mais falada no mundo. A estimativa é de que existam 200 milhões de falantes do idioma. No entanto, nunca houve unificação da escrita.

Existem, inclusive, dois dicionários de Língua Portuguesa. O principal motivo é que algumas palavras são escritas de forma dife-

rente no Brasil e em Portugal. Para localizar o termo “úmido”, um brasileiro recorre à seção do dicionário reservada à letra “u”. Já os portugueses procuram a palavra na letra “h”. Em Portugal, a grafia correta é “húmido”. De acordo com Base II estabelecida no acordo (que trata “Do H inicial e Final”), esse tipo de “h inicial” será eliminado em Portugal.

O “c” mudo e o “p” mudo utilizados em palavras em que não são pronunciados (“acto”, “baptismo”, “óptimo”), também deixarão de existir no “português de Portugal”. O projeto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa foi aprovado em Lisboa, Portugal, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, além das delegações de São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

A delegação de observadores da Galiza (comunidade autônoma, localizada ao norte de Portugal) também aderiu à proposta.

### • MEC terá de substituir livros didáticos

Segundo Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, assessor especial do ministro da Educação, Fernando Addad, para o MEC, 2009 seria uma boa data para que o acordo entre em vigor. Ele explica que os livros utilizados pelos estudantes brasileiros são encomendados com um ano de antecedência. Desta forma, portanto, com a aprovação das mudanças em 2008, haveria tempo para que os livros didáticos fossem fabricados de acordo com o novo padrão ortográfico, para serem utilizados a partir do ano seguinte.

“A decisão é iminente. Pode acontecer a qualquer momento. Depende das negociações que estão sendo feitas em Lisboa. Portugal tem primazia por ser a matriz da língua. Parece um bom prazo. Concordamos que pode ser uma boa data”, afirmou Carlos Alberto. O assessor especial do ministro da Educação considera o acordo benéfico e “de extrema necessidade” para os oito países. “Desde 1990, os paí-

ses já conseguiram superar todos os caminhos formais. O acordo já está em condições de entrar em vigor”, declarou Xavier.

Alberto Xavier informou que, para passar a vigorar como lei, o acordo deverá passar ainda pela aprovação do Congresso Nacional. Ele ressaltou que a mudança diz respeito apenas à ortografia e que as regras gramaticais serão mantidas. Carlos Alberto disse que palavras escritas de forma totalmente diferente nos países, mas que têm o mesmo significado, continuam sem alteração. Um exemplo citado pelo assessor especial do ministro foi a palavra “trem”, que em Portugal fala-se e escreve-se “comboio”. Outro benefício apontado por Xavier será a unificação dos dicionários da Língua Portuguesa. Ele cita o exemplo de palavras que em Portugal são grafadas de forma diferente, a exemplo de “herva” e “húmido” e que passarão a ser escritas de maneira igual após a mudança.

## ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo\\_Ortoogr%C3%A1fico\\_de\\_1990#Antecedentes\\_do\\_Acordo\\_Ortoogr.C3.A1fico\\_de\\_1990](http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortoogr%C3%A1fico_de_1990#Antecedentes_do_Acordo_Ortoogr.C3.A1fico_de_1990)

O **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)** é um tratado internacional que tem como objetivo criar uma **ortografia unificada** para o português, a ser usada por todos os países que usam esta língua. Foi assinado pelos representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990, fruto de um longo trabalho desenvolvido pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras desde 1980. Timor-Leste aderiu ao Acordo em 2004. O acordo teve ainda a adesão da delegação de observadores da Galiza.

O Acordo Ortográfico de 1990 constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional, pondo um ponto final no insólito que é a existência de duas normas ortográficas divergentes e ambas oficiais: uma no Brasil e outra nos restantes países de língua portuguesa.

Actualmente o Português é a única língua do mundo ocidental falada por mais de cinquenta milhões de pessoas com mais de uma ortografia oficial. Mesmo o castelhano apresenta dezenas de variações de pronúncia na Espanha e América hispânica, mas apenas uma ortografia.

No entanto, essa unificação ortográfica acarretará alterações na forma de escrita de apenas 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil.

## Antecedentes do Acordo Ortográfico de 1990

Até ao início do século XX, tanto em Portugal como no Brasil, seguia-se uma ortografia de cariz etimológico que se tinha vindo a impor desde o século XVI, baseada nas directrizes dos principais gramáticos da língua. Era uma escrita complicada que, por regra, buscava a raiz latina ou grega para escrever cada palavra (ex.: *pharmacia, lyrio, orthographia, phleugma, diccionario, caravella, estylo, prompto*, etc.). No entanto, quer em Portugal, quer no Brasil, abundavam as críticas à ortografia em uso e não faltava quem recomendasse a adopção de escritas mais simples e mais próximas da fonética.

Com a implantação da república em Portugal (5 de Outubro de 1910) foi nomeada uma comissão para estabelecer uma **ortografia simplificada** a usar nas publicações oficiais e no ensino, que foi oficializada por portaria de 1 de Setembro de 1911. Esta reforma da ortografia — a primeira oficial em Portugal — foi profunda e modificou completamente o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do actual, fazendo desaparecer muitas consoantes dobradas, os grupos *ph, th, rh*, etc. No entanto, apesar de verdadeiramente radical, esta reforma foi feita sem qualquer acordo com o Brasil, ficando os dois países com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia moderna, o Brasil com a velha ortografia pseudo-etimológica.

Em 1924 a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a procurar uma ortografia comum, firmando-se um acordo preliminar em 1931 que praticamente adoptava a ortografia portuguesa de 1911, iniciando-se assim um longo processo de convergência das ortografias dos dois países. Contudo, os vocabulários que se publicaram, em 1940 (Academia das Ciências de Lisboa) e 1943 (Academia Brasileira de Letras), continham ainda algumas divergências. Por isso, houve, ainda em 1943, em Lisboa, uma Convenção Ortográfica, que deu origem ao **Acordo Ortográfico de 1945**. Este acordo tornou-se lei em Portugal pelo decreto ainda em 1945, mas no Brasil não foi ratificado pelo Congresso; e, por is-

so, os brasileiros continuaram a regular-se pela ortografia do Vocabulário de 1943.

Em 1971, novo acordo entre Portugal e o Brasil aproximou um pouco mais a ortografia dos dois países, suprimindo-se os acentos gráficos responsáveis por 70% das divergências entre as duas ortografias oficiais (nos homógrafos e nos vocábulos derivados com o sufixo *-mente* ou iniciado por *-z-*). Em 1973 recomeçaram as negociações e, em 1975, as duas Academias mais uma vez chegaram a acordo, o qual não foi contudo transformado em lei, em parte devido ao período de convulsão política que se vivia em Portugal. Em 1986, o presidente José Sarney do Brasil tentou resolver o assunto e promoveu um encontro dos sete países de língua portuguesa no Rio de Janeiro. Deste encontro, saiu um acordo ortográfico e mais uma vez o acordo não foi por diante, devido ao enorme alarido que se levantou em Portugal e no Brasil, nomeadamente a propósito da supressão da acentuação gráfica nas palavras esdrúxulas ou proparoxítonas.

No entanto, como a persistência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa — a luso-africana e a brasileira — tem sido considerada largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo, quatro anos mais tarde, foi feita nova reunião, desta vez em Lisboa, e lavrado um **novo Acordo Ortográfico**, tido como mais moderado e atendendo às críticas feitas à proposta de 1986.

## **História do processo e motivos dos atrasos**

### **Acordo e protocolos modificativos**

No artigo 3.º, o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)" previa a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994, mediante a ratificação de todos os membros. No entanto, como apenas Portugal (em 1991), o Brasil (em 18 de abril de 1995) e Cabo Verde ratificaram o documento, a sua entrada em vigor ficou pendente.

Assim, em 17 de Julho de 1998, na cidade da Praia, Cabo Verde, foi assinado um "**Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**" que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigor, malgrado continuar a ser necessária a ratificação de todos os signatários para o Acordo de 1990 entrar em vigor. Uma vez mais, apenas os parlamentos do Brasil, Portugal e Cabo Verde aprovaram este protocolo.

Em Julho de 2004, os chefes de estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em São Tomé e Príncipe, aprovaram um "**Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico**" que, para além de permitir a adesão de Timor-Leste, previa que, em lugar de ratificação por todos os países, fosse suficiente que três membros da CPLP ratificassem este novo protocolo modificativo para que o Acordo Ortográfico entrasse em vigor.

O Brasil ratificou o "Segundo Protocolo Modificativo" em Outubro do mesmo ano e, em Abril do ano seguinte (2005), Cabo Verde também cumpriu essa exigência. Finalmente, a 17 de Novembro de 2006, de uma assentada, São Tomé e Príncipe ratificou o acordo e os dois protocolos modificativos [1], completando-se assim o requisito estabelecido dois anos antes.

Portugal ainda não ratificou o segundo protocolo modificativo, nem há ainda qualquer data para que isso aconteça. E, quando o fizer, segundo algumas fontes, poderá ainda introduzir uma "cláusula de reserva diferindo a sua entrada em vigor na ordem jurídica interna" [2]. Na prática, as novas normas já poderiam ter entrado em vigor nos três países que cumpriram todos os requisitos. Mas considera-se inviável que o acordo vá adiante sem que Portugal também dê por concluído todo o processo.

Entretanto, diversas figuras da Lusofonia, como o secretário-executivo da CPLP, o diplomata cabo-verdiano Luís Monteiro da Fonseca [3], e o presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça, manifestam impaciência com o protelar indefinido deste pro-

cesso e apelam para a entrada em vigor do acordo num prazo de dois anos [4].

## O vocabulário comum

O texto original do Acordo Ortográfico de 1990 previa a elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um **Vocabulário Ortográfico Comum** «tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas».

Para uma língua verdadeiramente comum é imprescindível a existência de um Vocabulário Comum que inclua as grafias consideradas correctas para todos os povos da lusofonia. É, por exemplo, necessário que esse vocabulário tenha duplas entradas nos casos de dupla grafia (ex.: *académico* e *acadêmico*, *facto* e *fato*, *receção* e *recepção*, etc.), como, em muitos casos, já regista o Dicionário Aurélio, bem como delibere sobre o aportuguesamento de palavras estrangeiras, a adopção de neologismos e as terminologias científicas e técnicas.

Este Vocabulário Ortográfico Comum, a elaborar pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, precederia a entrada em vigor das normas do Acordo Ortográfico. Como este trabalho prévio ainda está por fazer, há sérias dúvidas se o acordo deveria avançar para a entrada em vigor imediatamente ou se, pelo contrário, só deveria ser considerado após a elaboração e a publicação do Vocabulário.

Torna-se, assim, indispensável a união de esforços para que os termos de um vocabulário comum sejam aprovados pelos Estados interessados na língua comum. A Academia Brasileira de Letras está adiantada no estudo deste vocabulário, pois publicou uma obra com 350 mil entradas em 1998, mas a Academia das Ciências de Lisboa, com o seu dicionário de 70 mil entradas, de 2001, está ainda longe desse objectivo. Ora enquanto não houver vocabulário comum, não se poderá falar numa língua comum e, para a univocidade, não adianta que cada país tenha o seu próprio vocabulário legalizado.

## Resistência à mudança

A resistência à mudança, no caso da adoção do Acordo Ortográfico, compreende-se por vários motivos: há pessoas que se lhe opõem por idiossincrasia, outras porque receiam não saber escrever pelas novas regras, muitas porque as alterações na escrita envolvem problemas económicos importantes (novos investimentos em edições de dicionários e livros didácticos, renovação de bibliotecas, etc.). No entanto, para vermos que muito do que hoje é dito e escrito não é novo, talvez valha a pena recordar o que escrevia Alexandre Fontes, nas vésperas da reforma ortográfica de 1911 (respeitando-se a escrita original do autor):

*"Imagem esta palavra phase, escripta assim: fase. Não nos parece uma palavra, parece-nos um esqueleto (...) Affligimo-nos extraordinariamente, quando pensamos que haveríamos de ser obrigados a escrever assim!"*

Alexandre Fontes, *A Questão Orthographica*, Lisboa, 1910, p. 9

Há quem afirme que no atraso da entrada em vigor deste acordo esteja envolvida, também, muita resistência passiva.

## Principais alterações

As diferenças entre a escrita proposta pelo Acordo Ortográfico de 1990 e as normas actuais são poucas e fáceis de apreender.

## O que muda no Brasil

No Brasil tão-somente 0,5% das palavras sofrerão modificações. Estas alterações incidem, nomeadamente, na eliminação dos

acentos em terminações "-eia" e "-oo" (ex.: *assembleia, ideia, europeia, enjoo, voo*, em vez das actuais *assembléia, idéia, européia, enjôo, vôo*, seguindo-se o uso de Portugal); e na completa eliminação do trema (ex.: *frequência, linguça*, em vez das actuais *frequência, lingüiça*, tal como é prática em Portugal desde 1945).

## **O que muda em Portugal e nos restantes países lusófonos**

Em Portugal e nos restantes países lusófonos que não o Brasil, as mudanças afectarão cerca de 2.600 palavras, ou seja, 1,6% do vocabulário total. As alterações mais significativas encontram-se na eliminação das consoantes que não são pronunciadas (ex.: *ação, didático, ótimo, batismo* em vez de *acção, didáctico, óptimo, baptismo*, seguindo-se o que o Brasil já pratica há décadas).

## **O que muda em todos os países**

Para além disso, simplificam-se as regras do hífen, suprimem-se alguns acentos (ex.: *leem, deem, para* (do verbo *parar*), *pelo* (pilosidade), *polo* (como em *Polo Norte*) em vez de *dêem, lêem, pára, pêlo, pólo*) e, de forma a contemplar as diferenças fonéticas existentes, aceitam-se duplas grafias em algumas palavras (ex.: *António/Antônio, factó/fato, secção/seção*).

Os acentos agudos nas paroxítonas que têm "oi" na sílaba tônica são abolidos, assim: *apóio, jóia, heróico*, passam a *apoio, joia, heroico*.

Exemplos de eliminação de hífen:

Exemplos de introdução de hífen:

## Novo alfabeto

Agora as letras "k", "w" e "y" passam a ser oficialmente incorporadas ao alfabeto da língua portuguesa. Os dicionários já registram essas letras; os países africanos possuem muitas palavras escritas com elas. Assim, o alfabeto da língua portuguesa passa a ser formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

## Vantagens da unificação ortográfica

Na situação actual há um enorme custo económico e financeiro na produção de edições diferentes de dicionários, livros didáticos e literários para o Brasil e para Portugal, devido apenas às ortografias oficiais divergentes. A demora na edição de obras lexicográficas comuns contribui para que o português se insira no conjunto de línguas de pouca difusão, pouco conhecimento e pequena repercussão no universo da comunicação multilingue, apesar de ser uma das mais faladas do mundo!

O Acordo Ortográfico prevê a preparação de um vocabulário técnico-científico comum que será de grande utilidade para a difusão bibliográfica e de novas tecnologias que recorrem à terminologia científica e técnica, beneficiando os educandos e os utilizadores da língua em geral.

Com a adopção por todos do Acordo Ortográfico, Brasil e Portugal poderão somar esforços na cooperação com os PALOP e Timor-Leste, em acções de difusão e fortalecimento da língua portuguesa. Os livros e outros materiais educativos, os programas de educação à distância e outros materiais pedagógicos adoptados em qualquer país lusófono poderão ser mais facilmente reproduzidos noutro país. Os programas de formação e aperfeiçoamento para professores de português como segunda língua, por exemplo, pode-

rão passar a ser comuns, em vez de Portugal e Brasil desenvolverem separadamente as suas iniciativas.

Com o Acordo Ortográfico em vigor fica aberto o caminho para um entendimento entre Portugal e o Brasil sobre a certificação comum de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, pois o Brasil emite hoje o certificado CELPE-Bras, enquanto que em Portugal o único diploma válido é o emitido pelo Instituto Camões.

Além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional em língua portuguesa, a aprovação do Acordo Ortográfico é condição essencial para a definição de uma política linguística de bases comuns na CPLP e, portanto, para o bom funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entidade criada em 1989 e sediada em Cabo Verde.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo\\_Ortogr%C3%A1fico\\_de\\_1990](http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990)

## ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: MUDANÇAS EM VIGOR PARA O BRASIL, CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

<http://dandrea.wordpress.com/2007/06/16/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa-mudancas-em-vigor-para-o-brasil-cabo-verde-e-s-tome-e-principe>

Falarei, neste post, sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), assinado pelos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP (o acordo pode ser lido no site da CPLP) para a unificação da ortografia do nosso idioma. Como verificaremos, tudo indica que **as mudanças já estão em vigor** em alguns países. Devo dizer, todavia, que está difícil encontrar textos, notícias ou comunicados que digam isto expressamente. Encontrei apenas um, que me parece suficiente: é o comunicado (da CPLP) sobre Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, datado de 21 de maio de 2007, podendo ser lido no site da CPLP - no comunicado está expresso que o Acordo Ortográfico está em vigor no Brasil, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe. E há uma notícia da RTP, intitulada “CPLP reconhece a entrada em vigor do documento, mas não está ser aplicado“, que fala justamente sobre o mencionado comunicado.

Esta situação de entrada em vigor já, e apenas nos três países mencionados, se explica pelo conteúdo do Acordo do 2º Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2004), onde se lê (em seu art. 3º) que o Acordo Ortográfico “entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa”, sendo que o tempo de entrada em vigor seria o dia 1º do mês seguinte à data daquele terceiro depósito. Isto já ocorreu, como explica o mencionado comunicado da CPLP:

“Assim, e sendo que o Segundo Protocolo Modificativo foi ratificado, e os competentes documentos depositados por: Brasil (2004); Cabo Verde (Fev. 2006); e S. Tomé e Príncipe (Dezembro

2006), nada impede que o Acordo, por força da alteração pelo 2º Protocolo, entre em vigor para os três Estados (Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) que já procederam ao depósito dos instrumentos de ratificação dos dois textos indicados.

“Do entendimento exposto nos parágrafos anteriores resulta que, em bom rigor, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos dos três Estados acima indicados, desde 1 de Janeiro de 2007, na sequência do depósito junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, das Cartas de Ratificação da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, promovida em Dezembro de 2006, via Secretariado Executivo da CPLP.”

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa traz diversas mudanças na ortografia do nosso idioma. Para conhecer as mudanças, o melhor a fazer é ler o texto do Acordo Ortográfico. Como vimos, parece que não há nada impedindo a aplicação das mudanças no Brasil (além de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe). Mas não tenho visto jornais, revistas etc. aplicarem as mudanças. Por isso, ainda paira a dúvida: o que está faltando para que as mudanças sejam de fato aplicadas? É claro que se passará por um período de adaptação às mudanças. Em todo caso, se realmente não houver algum motivo razoável para postergar a aplicação do Acordo Ortográfico no Brasil, devemos passar a escrever usando a nova ortografia.

## ACORDO ORTOGRÁFICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

Lisboa, 21 de Maio de 2007

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, foi assinado em 1990, por todos os Estados atualmente membros da CPLP (à exceção de Timor-Leste). Portugal assumiu neste Acordo a condição de Depositário.

O Acordo original foi seguido por dois Protocolos Modificativos (1998 e 2004). Os signatários que ratificaram o Acordo Original foram Portugal (1991), Brasil (1996), Cabo Verde (Fev. 2006) e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006).

A celebração do Segundo Protocolo Modificativo que procedeu à alteração do regime de entrada em vigor do Acordo, fez com que 1º Protocolo seja irrelevante quanto à presente questão. Ainda que assim não fosse, as disposições deste são, quanto à entrada em vigor, idênticas ao Acordo original.

Os protocolos modificativos, como resulta do texto dos mesmos, foram promovidos (em especial o segundo) no sentido de agilizar a entrada em vigor do Acordo, face à demora dos signatários em concluir os seus procedimentos internos de ratificação, e em depositar os documentos respectivos.

Com a celebração do 2º Protocolo Modificativo, em S. Tomé, a 25 de Julho de 2004, deu-se uma alteração substancial da modalidade de entrada em vigor. Desde esta data que se encontra estabelecido que o Acordo Ortográfico “*entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa*”. (conforme o Ponto 1 do 2º Protocolo).

Esta disposição não é, contudo, imediatamente aplicável, e só o será com a entrada em vigor do 2º Protocolo, isto é, “*no 1º dia do mês seguinte à data em que **três Estados-membros tenham depositado os seus instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao protocolo***” (conforme o Ponto 3 do 2º Protocolo).

Resulta do acima exposto que, após a data de 25 de Julho de 2004 (2º Protocolo), o Acordo Ortográfico entraria em vigor, no data em que o terceiro do signatário proceda ao depósito de instrumentos de ratificação tanto do **Acordo Original** como do **2º Protocolo Modificativo**. Pois este último, ao entrar em vigor, altera a modalidade de entrada em vigor do Acordo Original e permite, acto contínuo, que o mesmo entre em vigor com o terceiro depósito.

Assim, e sendo que o Segundo Protocolo Modificativo foi ratificado, e os competentes documentos depositados por: Brasil (2004); Cabo Verde (Fev. 2006); e S. Tomé e Príncipe (Dezembro 2006), nada impede que o Acordo, por força da alteração pelo 2º Protocolo, entre em vigor para os três Estados (Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) que já procederam ao depósito dos instrumentos de ratificação dos dois textos indicados.

Do entendimento expresso nos parágrafos anteriores resulta que, em bom rigor, **o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos dos três Estados acima indicados**, desde 1 de Janeiro de 2007, na sequência do depósito junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, das Cartas de Ratificação da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, promovida em Dezembro de 2006, via Secretariado Executivo da CPLP.

Com o depósito, em Dezembro 2006, das Cartas de Ratificação (Acordo e 2º Protocolo) de S. Tomé e Príncipe, este país tornou-se o terceiro signatário a ratificar o 2º Protocolo e, por este efeito, fez com que o mesmo (2º Protocolo) entrasse em vigor, como já se viu, no 1º dia do mês seguinte, ou seja, a 1 de Janeiro de 2007.

Entende-se assim que, caso os demais Estados signatários não concluem o procedimento de ratificação do 2º Protocolo, o Acordo Ortográfico só entrará em vigor nos seus ordenamentos jurídicos internos (por força da redacção do Acordo original), com o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os signatários.

Deve ser excluída a possibilidade de entrada em vigor (imediate) do Acordo Ortográfico, para qualquer signatário que não ratifique o 2º Protocolo. Como se explanou, só por via deste, beneficiam os Estados da nova modalidade de entrada em vigor.

**O ponto de situação é assim, à luz dos textos, o seguinte:**

O Acordo Ortográfico encontra-se em vigor para Brasil, Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe;

Os restantes signatários só lograrão ver o Acordo como parte dos seus ordenamentos internos, por uma de duas formas:

Ratificação do Acordo e do 2º Protocolo Modificativo, e entrada em vigor com o depósito dos mesmos, ou;

Ratificação do Acordo na sua forma original, e entrada em vigor com o depósito do último dos signatários.

## **CPLP RECONHECE A ENTRADA EM VIGOR DO DOCUMENTO, MAS NÃO ESTÁ A SER APLICADO**

**A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reconheceu formalmente o acordo ortográfico cinco meses depois deste ter entrado em vigor no Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, apesar de não estar ainda a ser aplicado.**

O acordo entrou em vigor naqueles três países a 01 de Janeiro, na sequência da ratificação do acordo e do protocolo modificativo ao texto, este aprovado em Julho de 2004, na cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em São Tomé e Príncipe.

O protocolo modificativo permitiu que o acordo vigore com a ratificação de apenas três países, sem a necessidade de aguardar que os restantes membros da CPLP adoptem o mesmo procedimento.

Em Dezembro de 2006, São Tomé e Príncipe entregou, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, a carta de ratificação, tornando-se assim o terceiro país a aderir à aplicação do acordo.

A CPLP só veio reconhecer oficialmente a sua entrada em vigor cinco meses depois através de um comunicado, no qual faz o ponto da situação do acordo ortográfico.

O secretário-executivo da CPLP, Luís Fonseca, disse à Agência Lusa que o acordo ortográfico entrou "tecnicamente em vigor" no Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe a 01 de Janeiro, mas "na prática ainda não entrou em funcionamento".

Luís Fonseca adiantou que a CPLP só agora emitiu um comunicado, porque é importante "esclarecer a opinião pública sobre os passos que devem ser dados para que o acordo entre em vigor".

O responsável explicou que o acordo entrou "tecnicamente em vigor" a partir do momento em que três países ratificaram o protocolo modificativo.

Para que seja efectivamente colocado em prática, Luís Fonseca salientou que "depende da capacidade" do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

"São necessárias alterações na grafia e tem de existir um período de transição" nos países, disse, afirmando que "já foram cumpridos todos os passos que levam à adopção do acordo".

Segundo o secretário-executivo da CPLP, no Brasil foi constituída uma comissão que está a preparar a entrada em vigor do acordo ortográfico.

A ministra da Educação e da Cultura de São Tomé e Príncipe, Maria de Fátima Leite, disse à Agência Lusa que o país "ainda não começou a trabalhar internamente" no assunto.

"O parlamento aprovou recentemente o acordo, devendo agora encontrar uma estratégia para a sua implementação", frisou.

A ministra adiantou que é necessário formar uma comissão para tratar do assunto e divulgar o acordo junto da população.

Em Cabo Verde, aparentemente, parece que também nada está a ser feito.

Fonte da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, entidade que deverá adoptar medidas estruturais para a entrada em vigor, como mudanças nos manuais escolares, disse à Agência Lusa que "em termos de medidas para a implementação do acordo não há nada nesse sentido".

A Lusa contactou ainda os ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros de Cabo-Verde e o gabinete do primeiro-ministro, que garantiram posteriores esclarecimentos.

O secretário-executivo da CPLP considerou ainda "importante" a entrada em vigor do acordo ortográfico nesses três países, pois vão "incentivar" os restantes membros a tomar medidas nesse sentido.

Portugal já ratificou o acordo ortográfico, faltando a ratificação do protocolo modificativo.

## NOVA REFORMA CAUSA POLÊMICA

**Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa prevê uma única forma de escrever para os países de língua portuguesa, entre eles, Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste**

Jonária França

A reforma da Língua Portuguesa prevista para entrar em vigor a partir de 2008 ainda é desconhecida entre muitos professores e a população em geral. Mas para quem acompanha os trâmites do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual prevê uma única forma de escrever para os países de língua portuguesa, como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a mudança, além de não significar muitos ganhos, vem ainda para confundir mais. Até porque, as pessoas sequer se acostumaram direito com as últimas alterações feitas em 1971, quando foram retirados da Língua Portuguesa, os acentos diferenciais de palavras como molho, que antes, recebia o acento circunflexo no primeiro ‘o’.

Atualmente, as mudanças propostas para a Língua Portuguesa são com base no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado pelos países lusófonos (que têm o português como idioma) no ano de 1990. Esse acordo tem o objetivo de criar uma ortografia única para todos os países que têm o português como idioma. No Brasil, essas mudanças propostas no acordo foram aceitas por meio do Decreto Legislativo do Senado Federal nº 54 de 18 de abril de 1995 e deverá entrar em vigor 17 anos depois.

As novas regras estabelecem, entre outras coisas, que o alfabeto, atualmente composto por 23 letras, seja acrescido de mais três: ‘k’, ‘y’ e ‘w’. O trema (ü) será abolido de todas as palavras portuguesas ou aporportuguesadas, com exceção para as palavras derivadas de no-

mes próprios estrangeiros como Müller. Muda também a regra do hífen, que ficará mais simples.

Além disso, não terão mais acento gráfico os ditongos ‘ei’ e ‘oi’ de palavras paroxítonas, como *assembléia*, *idéia* e *jibóia*.

Assim como as paroxítonas terminadas em ‘o’ duplo, como em ‘*vôo*’ e ‘*abenção*’, por exemplo, não terão mais acento circunflexo.

### Pasquale

Mas essas alterações não são bem-vistas por professores de Língua Portuguesa. Um dos que as critica é o professor, escritor e apresentador do programa “*Nossa Língua Portuguesa*” exibido nacionalmente pela TV Cultura, Pasquale Cipro Neto (foto). De acordo com ele, essas alterações vêm para confundir a cabeça das pessoas e para desestabilizar o que ainda nem está estabilizado. “As pessoas mal sabem grafar de acordo com o que está aí. Eu odeio essas mudanças. O sujeito conviver seis, sete, oito anos com duas ortografias é um inferno”, disse Pasquale.

Ainda segundo Pasquale Cipro Neto, as mudanças nas regras ortográficas da Língua Portuguesa são tantas que, 35 anos e meio depois da Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971 — na qual estão estabelecidas as últimas alterações na língua — as pessoas, principalmente as mais velhas, não conseguiram assimilar as regras. “Basta pegar o cardápio em alguns restaurantes que você vai encontrar a palavra *molho* com acento circunflexo na letra ‘o’, afirmou o professor e apresentador, citando como exemplo o ator brasileiro Mário Lago, que acompanhou praticamente todas as alterações da Língua Portuguesa e desistiu de tentar aprender as novas normas ortográficas. “Nós vamos ter uma reforma para quê?

Para daqui a 70 anos teremos a mesma dificuldade? Em nome de que devemos unificar a grafia na comunidade lusófona?

Qual é o resultado concreto disso?”, indaga o professor.

### Professores

A professora da Escola Estadual Farias de Brito (Praça 14, zona sul), Maria Luiza de Paula também não vê a mudança nas regras como algo que venha contribuir ou facilitar o aprendizado dos alunos ou das pessoas de maneira em geral.

“Não vai fazer muita diferença para um público maior. O grande benefício será para os conhecedores e professores da Língua Portuguesa”, afirmou a professora, destacando que os alunos mais antenados já começaram a questionar as mudanças. Maria Luiza é professora de Língua Portuguesa há dez anos e contou que vem acompanhando as discussões em torno do Acordo Ortográfico.

Dando aula de Língua Portuguesa há 29 anos, o professor Elizeu Liberato, da Escola Estadual Fueth Paulo Mourão, destaca a pronúncia das palavras que perderão o acento, como uma das maiores dificuldades a serem enfrentadas pelos alunos, mas ao mesmo tempo diz que a retirada dos acentos gráficos facilitarão o aprendizado das regras de acentuação.

O professor Valquindar Ferreira Max Júnior, da Escola Batista, no São Jorge, também acredita que as mudanças ajudarão na vida dos alunos. “Eles sabem produzir bastante o texto, mas devido a tantas regras, precisamos moldar aos poucos”, disse o professor. No magistério há dois anos, ele arrisca indicar uma nova mudança: a inclusão do sinal diferencial para as frases interrogativas e exclamativas, como acontece na Língua Espanhola que, ao iniciar uma frase interrogativa coloca o sinal no começo. Da mesma forma é na exclamativa. “Isso facilita a leitura, principalmente em público, porque

às vezes o aluno começa a ler uma pergunta longa e acaba se perdendo em não dar a entonação cabível”, explicou.

## O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM QUESTÃO

*José Pereira da Silva*

(Professor da UERJ e membro da ABRAFIL e do CiFEFiL)

Ricardo Diogo, do Projeto Gutenberg ([www.gutenberg.org/pt](http://www.gutenberg.org/pt)), lembra um fato de grande importância para os críticos ao Acordo que agora está posto em questão, apesar de ser apenas uma interpretação caolha da questão, visto que o Acordo não obriga os portugueses a escreverem de forma diferente dos brasileiros nem vice-versa, nas opções alternativas.

Ortográfico facilita, mas está longe de ser perfeito (muito longe!). Vão manter-se as diferenças, por exemplo: acadêmico/académico, anatómico/anatômico, cênico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo, Amazónia/Amazônia, António/Antônio, blasfêmia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gémeo/gêmeo, génio/gênio, ténue/tênué.

Na prática, continuará a ser necessário fazer uma versão BR e outra PT. É uma perda de tempo e de recursos.

Pessoalmente preferia que, nos casos em que a pronúncia BR e PT divergem, se grafasse uniformemente: acadêmico, anatômico, cênico, cómodo, fenômeno, gênero, topônimo, Amazônia, Antônio, blasfêmia, fêmea, gêmeo, gênio, ténue.

Seria muito fácil de fixar: sempre que o “o” ou o “e” acentuados aparecem antes de “m” ou “n”, levariam acento grave.<sup>28</sup>

Francisco Seixas da Costa, embaixador de Portugal no Brasil, em artigo publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" em 15/09/2007, lembra algumas coisas também importantes para o nosso conhecimento sobre esse Acordo:

A reiteração da vontade de caminhar para uma norma comum, bem como o surgimento de novos países de expressão portuguesa, conduziu, em 1990, à assinatura de um novo Acordo Ortográfico, o qual deveria ter entrado em vigor, para todos os então sete subscritores, em [1º de janeiro de]<sup>29</sup> 1994. Portugal ratificou esse acordo logo em 1991<sup>30</sup>.

Dois protocolos modificativos foram, entretanto, assinados. Um primeiro, em [julho de] 1998 [na Cidade da Praia, Cabo Verde], eliminando a data de 1994 como limite para a entrada em vigor do Acordo, por se constatar a inexistência de ratificações suficientes até então. Um segundo [foi assinado em julho de 2004], consagrando a entrada de Timor-Leste e prevendo que o texto do Acordo pudesse entrar em vigor desde que três países tivessem depositado os instrumentos de ratificação.

Em finais de 2006, verificou-se que Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe [este último em dezembro de 2006] haviam ratifica-

---

<sup>28</sup> MARTINS, Alessandro. “Uma boa razão para o acordo ortográfico e por que ele é mal feito. In: <http://alessandromartins.com/2007/09/02/uma-boa-razao-para-o-acordo-ortografico-e-por-que-ela-e-mal-feita>, consultado em 23 de setembro de 2007.

<sup>29</sup> As informações entre colchetes são informações, algumas vezes desnecessárias ou redundantes, que inserimos nos textos citados.

<sup>30</sup> Portugal já ratificou o acordo, é verdade, assim como o Protocolo Modificativo de 1998, mas tem ainda de ratificar o segundo Protocolo (de 2004), para que entre em vigor sem a necessidade de que todos os países de língua portuguesa o façam.

do esse segundo Protocolo, pelo que é entendido que o Acordo pode entrar em vigor<sup>31</sup>. Algumas vozes consideram que, não obstante estes requisitos formais estarem preenchidos, seria importante que Portugal estivesse associado, desde o início, à entrada em vigor do novo Acordo.

Convém fazer aqui um parêntesis para sublinhar que, pela aplicação do Acordo, 1,6% do total do vocabulário usado em Portugal (e nos restantes países que seguem a norma portuguesa) deverá sofrer adaptações. No Brasil, essas mudanças abrangem apenas 0,45% das palavras<sup>32</sup>. Mesmo assim, tem vindo a ser anunciado que o Brasil prevê a necessidade de um período de transição para a plena aplicação do Acordo, de forma a permitir aos seus agentes editoriais fasearem os impactos das mudanças, em especial nos dicionários e livros escolares.

Gostava de deixar bem claro que Portugal defende, como sempre defendeu, a importância de se caminhar num processo de harmonização ortográfica, em especial pela dimensão estratégica desse passo na capacidade de afirmação da Língua Portuguesa no mundo<sup>33</sup>. Noto que, pela parte portuguesa, o Acordo assinado em 1990 poderia ter entrado em vigor em 1994, o que não aconteceu por razões a que Portugal foi então alheio. A circunstância de tal não ter

---

<sup>31</sup> Segundo esse segundo Protocolo, o Acordo já está legalmente em vigor, podendo sem implementado, desde o dia 1º de janeiro de 2007.

<sup>32</sup> Numa página de trabalho académico (formatado de acordo com a ABNT), a reforma ortográfica atingirá apenas duas palavras, em média, no Brasil. Nos outros países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, entretanto, a reforma do acordo atingirá por volta de seis palavras.

<sup>33</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), atualmente, é constituída de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste; mas a sua extensão vai muito além por causa de seu uso oficial em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, a Comunidade Comum Européia, o Mercosul e em numerosas comunidades de migrantes lusófonos em todos os continentes.

ocorrido acabou por suscitar no meu país uma reflexão mais amadurecida sobre os efeitos, em especial editoriais, das mudanças que o acordo implicaria. O Governo português não pode deixar de ser sensível a este debate, tanto mais que as alterações que atingiriam a norma de Portugal são bem mais significativas que no Brasil. É do saldo final dessa reflexão, a qual deverá também atentar nos períodos de vigência dos manuais escolares, que vai depender a definição da posição portuguesa, que também tem de passar pelo necessário período de adaptação, antes da vinculação definitiva a uma futura norma comum.

Nas relações luso-brasileiras, parece por vezes existir um tropismo no sentido da dramatização das pequenas dissonâncias, como se o entendimento mútuo tivesse ciclicamente de passar por renovadas provas. A questão do Acordo Ortográfico parece estar a ser um desses temas, como se uns anos a mais ou a menos na conclusão de um texto trouxessem algum mal ao mundo, que viveu sem ele até agora. O leitor ajuizará sobre se estaremos assim tão distantes: este artigo foi escrito sem recurso a nenhuma palavra que necessite de harmonização ortográfica. Esta é a melhor prova de que, afinal, e no essencial, estamos de Acordo!

<http://www.portugaldigital.com.br/sis/noticia.kmf?noticia=6486509&canal=155>

Carlos Alberto Xavier<sup>34</sup>, o assessor especial do Ministério, deu uma entrevista ao jornal “Folha de S.Paulo” informando que o Ministério da Educação está preparando a próxima licitação dos livros didáticos, que deve ocorrer em dezembro, pedindo a nova ortografia, referindo-se, naturalmente, aos livros que serão utilizados em 2009.

Esta é, no entanto, uma tendência ou uma orientação que ainda não resultou de qualquer decisão administrativa, visto que dependerá

---

<sup>34</sup> Cf. “Portugal quer adiar por dez anos entrada em vigor do Acordo Ortográfico”, em <http://newsite.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1337>, consultado em 23 de setembro de 2007.

de um documento oficial de governo. Neste caso, naturalmente, o governo é cauteloso, e está observando o desenrolar dos debates nas esferas competentes, como são, naturalmente, as universidades, as academias e as demais associações de classes diretamente envolvidas, como são as de professores e as de editores.

Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim<sup>35</sup>, citado no mesmo artigo da *Lusa* “seria muito importante, do ponto de vista editorial, que Brasil e Portugal estivessem juntos quando arrancar o acordo ortográfico”, visto que seu objetivo principal é a unificação ortográfica da lusofonia.

Lauro Moreira<sup>36</sup>, representante do Brasil na CPLP, defende que a mudança deve começar “na sala de aula”, declarando sua crença de que “quando a nova ortografia chegar às escolas, toda a sociedade se adequará”. Mas acrescenta: “O problema é Portugal, que está hesitante. Do jeito que está, o Brasil fica um pouco sozinho nessa história. A ortografia torna-se mais simples, mas não cumpre o objetivo inicial de padronizar a língua”.

Marcos Vilaça, presidente da Academia Brasileira de Letras, lamentou, na *Folha de S.Paulo* que, nos eventos internacionais, seja “preciso redigir dois documentos (...): com a grafia de Portugal e a do Brasil”.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Cf. “Portugal quer adiar por dez anos entrada em vigor do Acordo Ortográfico”, em <http://newsite.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1337>, consultado em 23 de setembro de 2007.

<sup>36</sup> Cf. “Portugal quer adiar por dez anos entrada em vigor do Acordo Ortográfico”, em <http://newsite.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1337>, consultado em 23 de setembro de 2007.

<sup>37</sup> Cf. “Portugal quer adiar por dez anos entrada em vigor do Acordo Ortográfico”, em <http://newsite.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1337>, consultado em 23 de setembro de 2007.

1,6 % DE ALTERAÇÕES EM PORTUGAL E 0,45% NO BRASIL

*Uma palavra em cada 62 em Portugal e uma em cada 223 no Brasil*

Segundo especialistas, as modificações propostas devem alterar 1,6% do vocabulário de Portugal.

Os portugueses deixarão, por exemplo, de escrever **húmido** para usar a nova ortografia – **úmido** – e desaparecem também da actual grafia em Portugal o "c" e o "p" nas palavras em que estas letras não são pronunciadas, como em **acção, acto, baptismo** e **óptimo**.

No Brasil, apenas 0,45% das palavras terão a escrita alterada.

O trema utilizado pelos brasileiros desaparece completamente e o hífen terá a mesma sorte quando o segundo elemento da palavra comece com "s" ou "r", casos em que estas consoantes devem ser dobradas, como em **antirreligioso** e **contrarregra**.

Apenas quando os prefixos terminam em "r" se mantém o hífen. Exemplos: **hiper-realista, super-resistente**.

O acento circunflexo sai também de cena nas paroxítonas terminadas em "o" duplo (**vôo** e **enjôo**), usado na ortografia do Brasil, mas não na de Portugal, e da terceira pessoa do presente do indicativo ou do conjuntivo dos "crer", "ler", "dar", "ver" e os seus derivados. Passará a escrever-se: **creem, leem, deem** e **veem**.

No Brasil, o acento agudo deixará de usar-se nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas como **assembleia** e **ideia**.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> É absolutamente louvável esta alteração proposta pelo Acordo, conforme nos demonstra sobejamente a estrutura fônica de nossa língua, com base no que Francisco Dequi denomina "tonicidade natural". (Cf. Dequi, 2002 e 2005)

O alfabeto deixará de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação do "k", "w" e "y"<sup>39</sup>.

Em entrevista concedida por Luiz Carlos Cagliari, da Universidade Estadual de São Paulo e da Academia Brasileira de Filologia, diz a Fábio de Castro, da Agência Fapesp.br<sup>40</sup>, que “o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa [...] não tem base científica e trará mais transtornos do que benefícios”, mostrando o descontentamento de uma parte da sociedade que prefere permanecer sentada, recusando, naturalmente, toda e qualquer reforma, simplesmente por uma espécie de comodismo.

---

<sup>39</sup> “Portugal quer adiar por dez anos entrada em vigor do Acordo Ortográfico”, em <http://newsite.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1337>, *in fine*, consultado em 23 de setembro de 2007.

<sup>40</sup> “Ruídos lingüísticos (com trema, por enquanto)”, em [http://www.agencia.fapesp.br/boletim\\_dentro.php?id=7667](http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?id=7667) , consultado em 23 de setembro de 2007.

## ACORDO OU DESACORDO

Filipa M. Ribeiro

[www.editonweb.com/Noticias/NoticiasDetalhe.aspx?nid=1214&editoria=3](http://www.editonweb.com/Noticias/NoticiasDetalhe.aspx?nid=1214&editoria=3)

### REFORMA ORTOGRÁFICA: BRASIL E PORTUGAL ESTÃO DE «ACORDO»

[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section\\_id=4&id\\_news=295063](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=4&id_news=295063)

**O embaixador de Portugal em Brasília, Francisco Seixas da Costa, afirmou hoje que o Brasil e Portugal defendem posições comuns sobre a necessidade de uma reforma ortográfica.**

Num artigo intitulado «Estamos de Acordo!», publicado hoje no jornal O Estado de São Paulo, Seixas da Costa salientou, entretanto, que Portugal passa por um processo de reflexão sobre as mudanças a serem feitas.

«Gostava de deixar bem claro que Portugal defende, como sempre defendeu, a importância de se caminhar num processo de harmonização ortográfica, em especial pela dimensão estratégica desse passo na capacidade de afirmação da língua portuguesa no Mundo», afirmou.

Seixas da Costa salientou que, pela parte portuguesa, o acordo assinado em 1990 poderia ter entrado em vigor em 1994, «o que não aconteceu por razões a que Portugal foi então alheio».

«A circunstância de tal não ter ocorrido acabou por suscitar no meu país uma reflexão mais amadurecida sobre os efeitos, em especial editoriais, das mudanças que o acordo implicaria», disse.

Segundo o diplomata, o governo português não pode deixar de ser sensível a este debate, «tanto mais que as alterações que atingiram a norma de Portugal são bem mais significativas que no Brasil».

«É do saldo final dessa reflexão, a qual deverá também atentar nos períodos de vigência dos manuais escolares, que vai depender a definição da posição portuguesa, que também tem de passar pelo necessário período de adaptação, antes da vinculação definitiva a uma futura norma comum», referiu.

Seixas da Costa salientou ainda que, nas relações luso-brasileiras, «parece por vezes existir um tropismo no sentido da dramatização das pequenas dissonâncias».

«A questão do acordo ortográfico parece estar a ser um desses temas, como se uns anos a mais ou a menos na conclusão de um texto trouxessem algum mal ao Mundo, que viveu sem ele até agora», afirmou.

O artigo lembra que o desejo «de caminhar para uma norma comum» para a língua portuguesa, conduziu, em 1990, à assinatura de um acordo ortográfico.

Esse acordo deveria ter entrado em vigor, para todos os então sete subscritores, em 1994, sendo ratificado por Portugal logo em 1991.

Dois protocolos modificativos foram, entretanto, assinados, sendo o primeiro, em 1998, eliminando a data de 1994 como limite para a entrada em vigor do acordo, «por se constatar a inexistência de ratificações suficientes até então».

Um segundo protocolo consagrou a entrada de Timor-Leste e determinou que o texto do acordo pudesse entrar em vigor com a ratificação por parte de apenas três países.

No fim de 2006, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe haviam ratificado esse segundo protocolo, «pelo que é entendido que o acordo pode entrar em vigor».

Seixas da Costa salientou, no entanto, que «algumas vozes consideram que, não obstante estes requisitos formais estarem preenchidos, seria importante que Portugal estivesse associado, desde o início, à entrada em vigor do novo acordo».

Pela aplicação das novas normas ortográficas, 1,6 por cento do total do vocabulário usado em Portugal (e nos restantes países que seguem a norma portuguesa) deverá sofrer adaptações.

No Brasil, por seu turno, essas mudanças abrangem apenas 0,5 por cento do total das palavras.

Na última quinta-feira, Seixas da Costa defendeu, durante encontro na Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, que a reforma ortográfica seja feita em etapas.

«As consequências de natureza económica no campo editorial, decorrentes de uma futura entrada em vigor do acordo, têm naturalmente uma expressão diferenciada de país para país, o que impõe a necessidade de se encarar um faseamento no tempo de tais efeitos», salientou.

Seixas da Costa visitou a ABL ao lado de embaixadores de países de língua portuguesa acreditados no Brasil, nomeadamente Angola, Cabo Verde e Moçambique.

**"ESTADO DE S. PAULO"**  
**PUBLICA ARTIGO DE EMBAIXADOR DE PORTUGAL**  
**SOBRE ACORDO ORTOGRÁFICO (15/09/2007)**

<http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2007/09/estado-de-s-paulo-publica-artigo-de.html>

É hoje publicado no principal jornal brasileiro, o "Estado de S. Paulo", um artigo da autoria do **embaixador de Portugal no Brasil**, Francisco Seixas da Costa, sobre a temática do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com o título "*Estamos de acordo!*".

Pela indisponibilidade de "link", transcreve-se esse texto:

Nos últimos meses, verifica-se que o tema do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa tem estado em grande evidência no espaço público brasileiro. Nessa abordagem, a posição de Portugal tem merecido algumas referências, em alguns casos com imprecisões que parece importante não deixar passar em claro.

Não interessa fazer aqui um historial do que foram as anteriores tentativas de unificação ortográfica, nem elaborar um inventário de supostas culpas pelo seu limitado sucesso. A doutrina, neste âmbito, divide-se muito. Assim, proponho que olhemos adiante.

A reiteração da vontade de caminhar para uma norma comum, bem como o surgimento de novos países de expressão portuguesa, conduziu, em 1990, à assinatura de um novo Acordo Ortográfico, o qual deveria ter entrado em vigor, para todos os então sete subscritores, em 1994. Portugal ratificou esse acordo logo em 1991.

Dois Protocolos Modificativos foram, entretanto, assinados. Um primeiro, em 1998, eliminando a data de 1994 como limite para a entrada em vigor do Acordo, por se constatar a inexistência de ratificações suficientes até então. Um segundo, consagrando a entrada

de Timor-Leste e prevendo que o texto do Acordo pudesse entrar em vigor desde que três países tivessem depositado entretanto os instrumentos de ratificação.

Em finais de 2006, verificou-se que Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe haviam ratificado esse segundo Protocolo, pelo que é entendido que o Acordo pode entrar em vigor. Algumas vozes consideram que, não obstante estes requisitos formais estarem preenchidos, seria importante que Portugal estivesse associado, desde o início, à entrada em vigor do novo Acordo.

Convém fazer aqui um parêntesis para sublinhar que, pela aplicação do Acordo, 1,6% do total do vocabulário usado em Portugal (e nos restantes países que seguem a norma portuguesa) deverá sofrer adaptações. No Brasil, essas mudanças abrangem apenas 0,5% das palavras. Mesmo assim, tem vindo a ser anunciado que o Brasil prevê a necessidade de um período de transição para a plena aplicação do Acordo, de forma a permitir aos seus agentes editoriais fasearem os impactos das mudanças, em especial nos dicionários e livros escolares.

Gostava de deixar bem claro que Portugal defende, como sempre defendeu, a importância de se caminhar num processo de harmonização ortográfica, em especial pela dimensão estratégica desse passo na capacidade de afirmação da Língua Portuguesa no mundo. Noto que, pela parte portuguesa, o Acordo assinado em 1990 poderia ter entrado em vigor em 1994, o que não aconteceu por razões a que Portugal foi então alheio. A circunstância de tal não ter ocorrido acabou por suscitar no meu país uma reflexão mais amadurecida sobre os efeitos, em especial editoriais, das mudanças que o acordo implicaria. O Governo português não pode deixar de ser sensível a este debate, tanto mais que as alterações que atingiriam a norma de Portugal são bem mais significativas que no Brasil. É do saldo final dessa reflexão, a qual deverá também atentar nos períodos de vigência dos manuais escolares, que vai depender a definição da posição portuguesa, que também tem de passar pelo necessário perí-

odo de adaptação, antes da vinculação definitiva a uma futura norma comum.

Nas relações luso-brasileiras, parece por vezes existir um tropismo no sentido da dramatização das pequenas dissonâncias, como se o entendimento mútuo tivesse ciclicamente de passar por renovadas provas. A questão do Acordo Ortográfico parece estar a ser um desses temas, como se uns anos a mais ou a menos na conclusão de um texto trouxessem algum mal ao mundo, que viveu sem ele até agora. O leitor ajuizará sobre se estaremos assim tão distantes: este artigo foi escrito sem recurso a nenhuma palavra que necessite de harmonização ortográfica. Esta é a melhor prova de que, afinal, e no essencial, estamos de Acordo!

Publicado pela Embaixada de Portugal - Brasília em 15.9.07

## MEC DISCUTE PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DE ACORDO ORTOGRÁFICO

<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2007/09/07/297633790.asp>

*Tatiana Clébicar - O Globo Online*

RIO - O Ministério da Educação vai discutir na próxima semana o prazo de implantação do acordo ortográfico de língua portuguesa no país. A Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa se reunirá na próxima sexta-feira para definir como será a introdução das novas normas ortográficas no Brasil. O acordo visa a unificar a escrita da língua nos oito países que falam português: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O encontro será no Rio e vai indicar o prazo para que as publicações adotem as novas regras. Durante um período, que será estabelecido na reunião, as regras atuais e novas deverão ser aceitas.

Segundo Godofredo de Oliveira Neto, presidente da comissão, três países ratificaram o acordo e ele já pode entrar em vigor. De acordo com o MEC, o Ministério das Relações Exteriores negocia com os países que ainda não ratificaram o acordo uma data única para que as normas sejam adotadas.

## UM POLÊMICO ACORDO ORTOGRÁFICO

[http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?cod\\_post=71827](http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?cod_post=71827)

A polêmica sobre o acordo ortográfico da língua portuguesa é o tema da capa desta edição do Prosa & Verso. Teoricamente, o acordo entrou em vigor este ano, em três países: Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mas apenas teoricamente. As mudanças de fato não ocorreram - e nem começaram a ser efetivadas - porque o governo brasileiro não vê sentido em levá-las a cabo sem a aprovação de Portugal.

O repórter Miguel Conde ouviu diferentes autoridades na questão - nas áreas lingüística e política - e mostra o quão polêmica e complexa é a questão. Em entrevista, o filólogo **Evanildo Bechara**, da Academia Brasileira de Letras, lembra que o Brasil cedeu mais que Portugal, mas observa que, mesmo assim, serão tímidas as mudanças. O professor **Domício Proença Filho**, também membro da Academia Brasileira de Letras, escreve amplo artigo com um histórico dos diferentes encontros com vistas a efetivar o acordo, além de analisar suas vantagens e desvantagens. A escritora **Angela Dutra de Menezes**, que teve um livro seu "traduzido" para o português de Portugal à sua revelia, dá seu depoimento e discute a relação entre língua e nacionalidade.

Na edição, pode-se ler, ainda, resenha do poeta **Marco Lucchesi** sobre livro que conta a história da "Chave dos profetas", a grande e inacabada obra do **Padre Antonio Vieira**. O Prosa também conta quem vai participar, na próxima terça-feira, de mais uma edição dos Encontros O GLOBO, na sede do jornal, em homenagem ao poeta **João Cabral de Melo Neto**, que começa a ter sua obra reeditada pelo selo Alfabeta, da Objetiva. Boa leitura.

**COMISSÃO DISCUTE  
IMPLANTAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO**

[http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2007/09/07/comissao\\_discute\\_implantacao\\_do\\_acordo\\_ortografico\\_993696.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2007/09/07/comissao_discute_implantacao_do_acordo_ortografico_993696.html)

07/09 - 15:49 - Redação

**No próximo dia 14, a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip), da Secretaria de Educação Superior (SE-Su/MEC), se reúne para discutir a implantação do acordo ortográfico da língua portuguesa no Brasil.**

Segundo o presidente da comissão, Godofredo de Oliveira Neto, a reunião, que vai ocorrer no Rio de Janeiro (RJ), servirá para definir o processo de introdução das novas normas no Brasil. Serão discutidos, por exemplo, o prazo de convivência das duas normas — a atual e a prevista no acordo — e o tempo necessário para que os livros e outras publicações sejam adaptados à nova ortografia.

Neto explica que os outros países que já assinaram o acordo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, também estão trabalhando no mesmo processo em suas localidades. Segundo a regra da Comissão dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o acordo já pode entrar em vigor, porque três países já o ratificaram.

O acordo busca unificar o registro escrito nos oito países que falam o idioma — Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal. O ministro da Educação, Fernando Haddad, informou nesta quinta-feira, 6, que o Ministério das Relações Exteriores está negociando com os países da CPLP, que ainda não ratificaram o acordo, uma data comum para a adoção das novas normas.

As informações são do Ministério da Educação

## TUDODIREITO

### ACORDO ORTOGRÁFICO: MUDANÇAS NA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://mgperez.blogspot.com/2007/09/acordo-ortograco.html>

Veículo pesquisa sobre as alterações que estão por vir. É importante que seja divulgada e as informações se dêem a partir das escolas.

Mudanças na Língua Portuguesa - Unificação da Língua Portuguesa

Alfabeto brasileiro passa a ter 26 letras. Está para entrar em vigor a unificação da Língua Portuguesa que prevê, entre outras coisas, um alfabeto de 26 letras."A frequência com que eles leem no voo é heroica!". Ao que tudo indica, a frase inicial desse texto possui pelo menos quatro erros de ortografia. Mas até o final do ano, quando deve entrar em vigor o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", ela estará corretíssima. Os países-irmãos Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste terão, enfim, uma única forma de escrever.As mudanças só vão acontecer porque três dos oito membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ratificaram as regras gramaticais do documento proposto em 1990. Brasil e Cabo Verde já haviam assinado o acordo e esperavam a terceira adesão, que veio no final do ano passado, em novembro, por São Tomé e Príncipe.Tão logo as regras sejam incorporadas ao idioma, inicia-se o período de transição no qual ministérios da educação, associações e academias de letras, editores e produtores de materiais didáticos recebam as novas regras ortográficas e possam, gradativamente, reimprimir livros, dicionários, etc.O português é a terceira língua ocidental mais falada, após o inglês e o espanhol. A ocorrência de ter duas ortografias atrapalha a divulgação do idioma e a sua prática em eventos internacionais. Sua unificação, no entanto, facilitará a definição de critérios para exames e certificados para estrangeiros.Com as modificações propostas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modifi-

cado.No Brasil, a mudança será bem menor: 0,45% das palavras terão a escrita alterada. Mas apesar das mudanças ortográficas, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país.O que muda.As novas normas ortográficas farão com que os portugueses, por exemplo, deixem de escrever "húmido" para escrever "úmido". Também desaparecem da língua escrita, em Portugal, o "c" e o "p" nas palavras onde ele não é pronunciado, como nas palavras "acção", "acto", "adopção", "baptismo", "óptimo" e "Egipto".Mas também os brasileiros terão que se acostumar com algumas mudanças que, a priori, parecem estranhas. As paroxítonas terminadas em "o" duplo, por exemplo, não terão mais acento circunflexo. Ao invés de "abenção", "enjão" ou "vão", os brasileiros terão que escrever "abençoo", "enjo-o" e "vo-o".Também não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos "crer", "dar", "ler", "ver" e seus decorrentes, ficando correta a grafia "creem", "deem", "leem" e "veem".O trema desaparece completamente. Estará correto escrever "linguiça", "sequência", "frequência" e "quinquênio" ao invés de lingüiça, seqüência, freqüência e quinquênio.O alfabeto deixa de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação do "k", do "w" e do "y" e o acento deixará de ser usado para diferenciar "pára" (verbo) de "para" (preposição).Outras duas mudanças: criação de alguns casos de dupla grafia para fazer diferenciação, como o uso do acento agudo na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, tais como "louvámos" em oposição a "louvamos" e "amámos" em oposição a "amamos", além da eliminação do acento agudo nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas, como "assembléia", "idéia", "heróica" e "jibóia".Antônio HouaissA escrita padronizada para todos os usuários do português foi um estandarte de Antônio Houaiss, um dos grandes homens de letras do Brasil contemporâneo, falecido em março de 1999. O filólogo considerava importante que todos os países lusófonos tivessem uma mesma ortografia. No seu livro "Sugestões para uma política da língua", Antônio Houaiss defendia a essência de embasamentos comuns na variedade do português falado no Brasil e em Portugal .Fontes para comentar o assunto:William Roberto Cereja - Mestre em Teoria Literária pela USP, Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católi-

ca de São Paulo (PUC-SP), Professor graduado em Português e Linguística e licenciado em Português pela Universidade de São Paulo (USP), Professor da rede particular de ensino em São Paulo e Autor de obras didáticas. Marcia Paganini Cavéquia - Professora graduada em Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Inglês e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pós-graduada em Metodologia da Ação Docente pela UEL, Palestrante e consultora de escolas particulares e secretarias de educação de diversos municípios e Autora de livros didáticos. Cassia Garcia de Souza - Professora graduada em Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pós-graduada em Língua Portuguesa pela UEL, Palestrante e organizadora de cursos para professores da rede de ensino, Assessora pedagógica e Autora de livros didáticos.

## ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990

[http://www.tiosam.com/enciclopedia/?q=Acordo Ortogr%c3%afico de 1990](http://www.tiosam.com/enciclopedia/?q=Acordo%20ortogr%C3%A1fico%20de%201990)

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) é um tratado internacional assinado pelos representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990, fruto de um longo trabalho desenvolvido pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras desde 1980. Timor-Leste aderiu ao Acordo em 2004. O acordo teve ainda a adesão da delegação de observadores da Galiza.

Este acordo preconiza um padrão ortográfico único para o português a adotar por todos os países que usam a nossa língua. O Acordo Ortográfico de 1990 constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional, pondo um ponto final no insólito que é a existência de duas normas ortográficas divergentes e ambas oficiais: uma no Brasil e outra nos restantes países de língua portuguesa.

Actualmente o Português é a única língua do mundo ocidental falada por mais de cinquenta milhões de pessoas com mais de uma ortografia oficial. Mesmo o castelhano apresenta dezenas de variações de pronúncia na Espanha e América hispânica, mas apenas uma ortografia.

No entanto, essa unificação ortográfica acarretará alterações na forma de escrita de apenas 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil.

### ANTECEDENTES DO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990

Até ao início do século XX, tanto em Portugal como no Brasil, seguia-se uma ortografia de cariz etimológico que se tinha vindo a impor desde o século XVI, baseada nas directrizes dos principais gramáticos da língua. Era uma escrita complicada que, por regra, buscava a raiz latina ou grega para escrever cada palavra (ex.: pharmacia, lyrio, orthographia, phlegma, diccionario, caravella, estyllo, prompto, etc.). No entanto, quer em Portugal, quer no Brasil, abundavam as críticas à ortografia em uso e não faltava quem recomendasse a adopção de escritas mais simples e mais próximas da fonética.

Com a implantação da república em Portugal (5 de Outubro de 1910) foi nomeada uma comissão para estabelecer uma ortografia simplificada a usar nas publicações oficiais e no ensino, que foi oficializada por portaria de 1 de Setembro de 1911. Esta reforma da ortografia -- a primeira oficial em Portugal -- foi profunda e modificou completamente o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do actual, fazendo desaparecer muitas consoantes dobradas, os grupos ph, th, rh, etc. No entanto, apesar de verdadeiramente radical, esta reforma foi feita sem qualquer acordo com o Brasil, ficando os dois países com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia moderna, o Brasil com a velha ortografia pseudo-etimológica.

Em 1924 a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a procurar uma ortografia comum, firmando-se um acordo preliminar em 1931 que praticamente adoptava a ortografia portuguesa de 1911, iniciando-se assim um longo processo de convergência das ortografias dos dois países. Contudo, os vocabulários que se publicaram, em 1940 (Academia das Ciências de Lisboa) e 1943 (Academia Brasileira de Letras), continham ainda algumas divergências. Por isso, houve, ainda em 1943, em Lisboa, uma Convenção Ortográfica, que deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945. Este acordo tornou-se lei em Portugal pelo decreto ainda em 1945, mas no Brasil não foi ratificado pelo Congresso; e, por isso, os brasileiros continuaram a regular-se pela ortografia do Vocabulário de 1943.

Em 1971, novo acordo entre Portugal e o Brasil aproximou um pouco mais a ortografia dos dois países, suprimindo-se os acentos gráficos responsáveis por 70% das divergências entre as duas ortografias oficiais (nos homógrafos e nos vocábulos derivados com o sufixo -mente ou iniciado por -z-). Em 1973 recomeçaram as negociações e, em 1975, as duas Academias mais uma vez chegaram a acordo, o qual não foi contudo transformado em lei, em parte devido ao período de convulsão política que se vivia em Portugal. Em 1986, o presidente José Sarney do Brasil tentou resolver o assunto e promoveu um encontro dos sete países de língua portuguesa no Rio de Janeiro. Deste encontro, saiu um acordo ortográfico e mais uma vez o acordo não foi por diante, devido ao enorme alarido que se levantou em Portugal e no Brasil, nomeadamente a propósito da supressão da acentuação gráfica nas palavras esdrúxulas ou proparoxítonas.

No entanto, como a persistência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa -- a lusitana/africana e a brasileira -- tem sido considerada largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo, quatro anos mais tarde, foi feita nova reunião, desta vez em Lisboa, e lavrado um novo Acordo Ortográfico, tido como mais moderado e atendendo às críticas feitas à proposta de 1986.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

As diferenças entre a escrita proposta pelo ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 e as normas actuais são poucas e fáceis de apreender.

## O QUE MUDA NO BRASIL

No Brasil tão-somente 0,5% das palavras sofrerão modificações. Estas alterações incidem, nomeadamente, na eliminação dos acentos em terminações "-eia" e "-oo" (ex.: assembleia, ideia, europeia, enjoo, voo, em vez das actuais assembléia, idéia, européia, en-

jão, vôo, seguindo-se o uso de Portugal); e na completa eliminação do trema (ex.: frequência, linguíça, em vez das actuais freqüência, lingüiça, tal como é prática em Portugal desde 1945).

Norma atual (br) Acordo ortográfico

lingüiça	linguiça
seqüência	sequência
freqüência	frequência
qüinqüênio	quinquênio
assembléia	assembleia
idéia	ideia
européia	européia
abenção	abenção
enjão	enjoo
vôo	voo

### O QUE MUDA EM PORTUGAL E NOS RESTANTES PAÍSES LUSÓFONOS

Em Portugal e nos restantes países lusófonos que não o Brasil, as mudanças afectarão cerca de 2.600 palavras, ou seja, 1,6% do vocabulário total. As alterações mais significativas encontram-se na eliminação das consoantes que não são pronunciadas (ex.: ação, didático, ótimo, batismo em vez de acção, didáctico, óptimo, baptismo, seguindo-se o que o Brasil já pratica há décadas).

Norma actual (pt) Acordo ortográfico

acção	ação
didáctico	didático
directão	direção
eléctrico	elétrico
ótimo	ótimo

## O QUE MUDA EM TODOS OS PAÍSES

Para além disso, simplificam-se as regras do hífen, suprimem-se alguns acentos (ex.: leem, deem, para (do verbo parar), pelo (pilosidade), polo (como em Polo Norte) em vez de dêem, lêem, pára, pêlo, pólo) e, de forma a contemplar as diferenças fonéticas existentes, aceitam-se duplas grafias em algumas palavras (ex.: António/Antônio, facto/fato, secção/seção).

Os acentos agudos nas paroxítonas que têm "oi" na sílaba tônica são abolidos, assim: apóio, jóia, heróico, passam a apoio, joia, heroico.

Exemplos de eliminação de hífen:

Norma actual	Acordo ortográfico
contra-regra	contrarregra
extra-escolar	extraescolar
anti-semita	antisemita
anti-religioso	antirreligioso

Exemplos de introdução de hífen:

Norma actual	Acordo ortográfico
microondas	micro-ondas
arquiinimigo	arqui-inimigo

Exemplo de frases escritas respeitando a norma vigente em Portugal (a amarelo as palavras que sofrerão alterações pela nova norma)

As mesmas frases redigidas respeitando a norma vigente no Brasil (a amarelo as palavras que sofrerão alterações pela nova norma)

Frases redigidas observando a norma proposta pelo Acordo de 1990 (a amarelo as palavras que terão duas grafias possíveis, ambas válidas)

De facto, o português é actualmente a terceira língua europeia mais falada do mundo.

De fato, o português é atualmente a terceira língua européia mais falada do mundo.

De facto/fato, o português é atualmente a terceira língua europeia mais falada do mundo.

Não é preciso ser génio para saber que o aspecto económico pesa muito na projecção internacional de qualquer língua.

Não é preciso ser gênio para saber que o aspecto econômico pesa muito na projeção internacional de qualquer língua.

Não é preciso ser génio/gênio para saber que o aspeto/aspecto económico/econômico pesa muito na projeção internacional de qualquer língua.

Não há nada melhor do que sair sem direção, rumando para Norte ou para Sul, para passar um fim-de-semana tranquilo em pleno Agosto.

Não há nada melhor do que sair sem direção, rumando para norte ou para sul, para passar um fim de semana tranqüilo em pleno agosto.

Não há nada melhor do que sair sem direção, rumando para norte ou para sul, para passar um fim de semana tranquilo em pleno agosto.

Dizem que é uma sensação incrível saltar de pára-quedas pela primeira vez em pleno voo.

Dizem que é uma sensação incrível saltar de pára-quedas pela primeira vez em pleno vôo.

Dizem que é uma sensação incrível saltar de paraquedas pela primeira vez em pleno voo.

## NOVO ALFABETO

Agora as letras "k", "w" e "y" passam a ser oficialmente incorporadas ao alfabeto da língua portuguesa. Os dicionários já registram essas letras; os países africanos possuem muitas palavras escritas com elas. Assim, o alfabeto da língua portuguesa passa a ser formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (á)                      n N (ene)

b B (bê)                     o O (o)

c C (cê)                     p P (pê)

d D (dê)	q Q (quê)
e E (é)	r R (erre)
f F (efe)	s S (esse)
g G (gê ou guê)	t T (tê)
h H (agá)	u U (u)
i I (i)	v V (vê)
j J (jota)	w W (dáblio)
k K (capa ou cá)	x X (xis)
l L (ele)	y Y (ípsilon)
m M (eme)	z Z (zê)

## VANTAGENS DA UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA

Na situação actual há um enorme custo económico e financeiro na produção de edições diferentes de dicionários, livros didácticos e literários para o Brasil e para Portugal, devido apenas às ortografias oficiais divergentes. A demora na edição de obras lexicográficas comuns contribui para que o português se insira no conjunto de línguas de pouca difusão, pouco conhecimento e pequena repercussão no universo da comunicação multilingue, apesar de ser uma das mais faladas do mundo!

O Acordo Ortográfico prevê a preparação de um vocabulário técnico-científico comum que será de grande utilidade para a difusão bibliográfica e de novas tecnologias que recorrem à terminologia científica e técnica, beneficiando os educandos e os utilizadores da língua em geral.

Com a adopção por todos do Acordo Ortográfico, Brasil e Portugal poderão somar esforços na cooperação com os PALOP e Timor-Leste, em acções de difusão e fortalecimento da língua portuguesa. Os livros e outros materiais educativos, os programas de educação à distância e outros materiais pedagógicos adoptados em qualquer país lusófono poderão ser mais facilmente reproduzidos noutro país. Os programas de formação e aperfeiçoamento para professores de português como segunda língua, por exemplo, poderão passar a ser comuns, em vez de Portugal e Brasil desenvolverem separadamente as suas iniciativas.

Com o Acordo Ortográfico em vigor fica aberto o caminho para um entendimento entre Portugal e o Brasil sobre a certificação comum de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, pois o Brasil emite hoje o certificado CELPE-Bras, enquanto que em Portugal o único diploma válido é o emitido pelo Instituto Camões.

Além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional em língua portuguesa, a aprovação do Acordo Ortográfico é condição essencial para a definição de uma política linguística de bases comuns na CPLP e, portanto, para o bom funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entidade criada em 1989 e sediada em Cabo Verde.

## MOTIVOS PARA O ATRASO NA SUA IMPLEMENTAÇÃO ACORDO E PROTOCOLOS MODIFICATIVOS

No artigo 3.º, o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)" previa a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994, mediante a ratificação de todos os membros. No entanto, como apenas o Brasil, Cabo Verde e Portugal ratificaram o documento, a sua entrada em vigor ficou pendente.

Assim, em 17 de Julho de 1998, na cidade da Praia, Cabo Verde, foi assinado um "Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico

da Língua Portuguesa" que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigor, maugrado continuar a ser necessária a ratificação de todos os signatários para o Acordo de 1990 entrar em vigor. Uma vez mais, apenas os parlamentos do Brasil, Portugal e Cabo Verde aprovaram este protocolo.

Em Julho de 2004, os chefes de estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em São Tomé e Príncipe, aprovaram um "Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico" que, para além de permitir a adesão de Timor-Leste, previa que, em lugar de ratificação por todos os países, fosse suficiente que três membros da CPLP ratificassem este novo protocolo modificativo para que o Acordo Ortográfico entrasse em vigor.

O Brasil ratificou o "Segundo Protocolo Modificativo" em Outubro do mesmo ano e, em Abril do ano seguinte (2005), Cabo Verde também cumpriu essa exigência. Falta apenas que mais um país da CPLP o faça e, por toda a ordem de razões, seria de esperar que fosse Portugal a fazê-lo. No entanto, estranhamente, este assunto parece não ser prioritário para o parlamento e o governo da República Portuguesa, alegadamente pela falta do Vocabulário Ortográfico Comum, apresentado como o principal impedimento à entrada em vigor do Acordo Ortográfico.

## O VOCABULÁRIO COMUM

O texto original do ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 previa a elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um Vocabulário Ortográfico Comum «tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas».

Para uma língua verdadeiramente comum é imprescindível a existência de um Vocabulário Comum que incluia as grafias conside-

radas correctas para todos os povos da lusofonia. É, por exemplo, necessário que esse vocabulário tenha duplas entradas nos casos de dupla grafia (ex.: académico e acadêmico, facto e fato, dicção e dição, etc.), como, em muitos casos, já regista o Dicionário Aurélio, bem como delibere sobre o aportuguesamento de palavras estrangeiras, a adopção de neologismos e as terminologias científicas e técnicas.

Este Vocabulário Ortográfico Comum, a elaborar pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, precederia a entrada em vigor das normas do Acordo Ortográfico. Como este trabalho prévio ainda está por fazer, há sérias dúvidas se o acordo deveria avançar para a entrada em vigor imediatamente ou se, pelo contrário, só deveria ser considerado após a elaboração e a publicação do Vocabulário.

Torna-se, assim, indispensável a união de esforços para que os termos de um vocabulário comum sejam aprovados pelos Estados interessados na língua comum. A Academia Brasileira de Letras está adiantada no estudo deste vocabulário, pois publicou uma obra com 350 mil entradas em 1998, mas a Academia das Ciências de Lisboa, com o seu dicionário de 70 mil entradas, de 2001, está ainda longe desse objectivo. Ora enquanto não houver vocabulário comum, não se poderá falar numa língua comum e, para a univocidade, não adianta que cada país tenha o seu próprio vocabulário legalizado.

## RESISTÊNCIA À MUDANÇA

A resistência à mudança, no caso da adopção do Acordo Ortográfico, compreende-se por vários motivos: há pessoas que se lhe opõem por idiossincrasia, outras porque receiam não saber escrever pelas novas regras, muitas porque as alterações na escrita envolvem problemas económicos importantes (novos investimentos em edições de dicionários e livros didácticos, renovação de bibliotecas, etc.). No entanto, para vermos que muito do que hoje é dito e escrito não é novo, talvez valha a pena recordar o que escrevia Alexandre Fontes,

nas vésperas da reforma ortográfica de 1911 (respeitando-se a escrita original do autor):

"Imagem esta palavra phase, escripta assim: fase. Não nos parece uma palavra, parece-nos um esqueleto (...) Affligimo-nos extraordinariamente, quando pensamos que haveríamos de ser obrigados a escrever assim!"

Alexandre Fontes, *A Questão Orthographica*, Lisboa, 1910, p. 9

Pode-se lamentar, mas não é para admirar que no atraso da entrada em vigor deste acordo esteja envolvida, também, muita resistência passiva.

Ligações externas

Texto completo do Acordo Ortográfico (falta o Protocolo modificativo de 2004)

Textos na Revista Macau (inclui entrevista a Malaca Casteleiro)

Entrevista da Revista Brasileira de Língua e Literatura a Sílvia Elia

Ver também

Ortografia da língua portuguesa

Língua portuguesa

Português europeu

Português brasileiro

Português angolano

Português da Galiza

Fonologia do português

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Museu da Língua Portuguesa

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras

## MUDANÇAS NA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DE JANEIRO 2008

<http://caetanobarata.wordpress.com/2007/05/29/mudancas-na-ortografia-da-lingua-portuguesa-a-partir-de-janeiro-2008/>

A partir de janeiro de 2008, Brasil, Portugal e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste terão a ortografia unificada.

O português é a terceira língua ocidental mais falada, após o inglês e o espanhol. A ocorrência de ter duas ortografias atrapalha a divulgação do idioma e a sua prática em eventos internacionais. Sua unificação, no entanto, facilitará a definição de critérios para exames e certificados para estrangeiros. Com as modificações propostas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modificado. No Brasil, a mudança será bem menor: 0,45% das palavras terão a escrita alterada. Mas apesar das mudanças ortográficas, serão conservadas as pronúncias típicas de cada país.

Resumo da ópera - o que muda na ortografia em 2008:

- As paroxítonas terminadas em “o” duplo, por exemplo, não terão mais acento circunflexo. Ao invés de “abençôo”, “enjôo” ou “vôo”, os brasileiros terão que escrever “abençoo”, “enjoo” e “voo”.

- mudam-se as normas para o uso do hífen

- Não se usará mais o acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos “crer”, “dar”, “ler”, “ver” e seus decorrentes, ficando correta a grafia “creem”, “deem”, “leem” e “veem”.

- Criação de alguns casos de dupla grafia para fazer diferenciação, como o uso do acento agudo na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação, tais como “louvámos” em oposição a “louvamos” e “amámos” em oposição a “amamos”.

- O trema desaparece completamente. Estará correto escrever “linguiça”, “sequência”, “frequência” e “quinqüênio” ao invés de lingüiça, seqüência, freqüência e qüinqüênio.

- O alfabeto deixa de ter 23 letras para ter 26, com a incorporação de “k”, “w” e “y”.

- O acento deixará de ser usado para diferenciar “pára” (verbo) de “para” (preposição).

- Haverá eliminação do acento agudo nos ditongos abertos “ei” e “oi” de palavras paroxítonas, como “assembléia”, “idéia”, “heróica” e “jibóia”. O certo será assembleia, ideia, heroica e jiboia.

- Em Portugal, desaparecem da língua escrita o “c” e o “p” nas palavras onde ele não é pronunciado, como em “acção”, “acto”, “adopção” e “baptismo”. O certo será ação, ato, adoção e batismo.

- Também em Portugal elimina-se o “h” inicial de algumas palavras, como em “húmido”, que passará a ser grafado como no Brasil: “úmido”.

- Portugal mantém o acento agudo no e e no o tônicos que antecedem m ou n, enquanto o Brasil continua a usar circunflexo nessas palavras: académico/acadêmico, génio/gênio, fenómeno/fenômeno, bónus/bônus.

Leia mais no link abaixo:

<http://caetanobarata.wordpress.com/2007/07/17/brasil-prepara-entrada-em-vigor-do-acordo-ortografico/>Fontes: Revista Isto É, Folha de São Paulo e Agência Lusa

**PARA CHANCELER BRASILEIRO,  
UNIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA  
AINDA VAI DAR TRABALHO AGÊNCIA LUSA**

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/27/materia.2007-06-27.6912465073/view>

Lisboa (Portugal) - O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, admitiu hoje (27), em entrevista à Agência Lusa, que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ainda precisa fazer muito para promover o idioma comum. "Temos dado um reforço ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa e houve também avanços na reforma ortográfica, mas é possível trabalhar mais para a difusão da língua e aproveitar o patrimônio comum. Isso é uma tarefa de todos nós que, aliás, Portugal faz bem frequentemente. Mas temos muito ainda a fazer", alertou Amorim. Questionado se Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe poderiam dar andamento ao acordo ortográfico sem Portugal, o ministro evitou pronunciar-se. "Esta é uma seara política, mas que envolve muito conhecimento especializado". Amorim destacou, entretanto, que "seria muito importante, do ponto de vista editorial, que os dois países [Brasil e Portugal] estivessem juntos". Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já ratificaram o acordo ortográfico e também o protocolo modificativo ao acordo, aprovado em julho de 2004, na cúpula da CPLP em São Tomé, o que tornou possível a pronta entrada em vigor das novas regras ortográficas nestes três países. O protocolo modificativo permite que o acordo vigore com a ratificação de apenas três dos oito países lusófonos. Portugal já assinou o acordo, mas ainda falta o protocolo. O chefe da diplomacia brasileira abordou ainda o problema da falta de reconhecimento da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP, criada no início do ano passado. "O estatuto diplomático desta representação brasileira não foi totalmente reconhecido por Portugal, o que nós lamentamos, porque deveria ser do interesse de Portugal estimular não só o Brasil, mas também outros países a fazer o mesmo". Na avaliação de Celso Amorim, burocracia

e pequenas dificuldades legais precisam ser superadas. A alteração do acordo-sede da CPLP, que permitirá a legalização das missões diplomáticas dos Estados-membros junto à organização, já foi assinada no Ministério dos Negócios Estrangeiros português, aprovada no Conselho de Ministros e, segundo disse hoje à Lusa o chefe da representação brasileira, embaixador Lauro Moreira, vai ser votada no Parlamento português no próximo dia 5 – um dia após a Cúpula União Européia-Brasil, em Lisboa. Leia também a primeira e segunda partes da entrevista.

## UNIFICAÇÃO DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

[http://www.unifai.edu.br/internet\\_noticia.asp?cod\\_conteudo=2680&area=1627](http://www.unifai.edu.br/internet_noticia.asp?cod_conteudo=2680&area=1627)

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa deverá entrar em vigor em 2009, no Brasil.

O Acordo tem como objetivo unificar a ortografia dos países que têm o português como língua oficial. Foi assinado em 1990 pelos oito países que fazem parte da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Brasil, Portugal, Timor Leste e cinco nações africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), mas não entrou em vigor ainda.

Esse acordo já pode valer, porque três dos oito países lusófonos - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - já o ratificaram e também o protocolo modificativo ao acordo, aprovado em julho de 2004, em São Tomé, durante a reunião da CPLP. Portugal já ratificou o acordo, mas ainda falta ratificar o protocolo modificativo.

O presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Godofredo de Oliveira Neto afirmou que “o Brasil aguarda apenas uma decisão política interna para a aplicação do acordo ortográfico” (Lusa - Agência de Notícias de Portugal, 25 de julho de 2007) Para os especialistas a unificação da ortografia acarretará alterações na forma de escrita em 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5%, no Brasil. Isso quer dizer que as diferenças ortográficas entre Brasil e Portugal serão resolvidas em 98%.

O assessor especial do MEC, Carlos Alberto Xavier, afirmou que será preciso um intervalo de, no mínimo, um ano após o início da vigência do acordo para que os livros didáticos distribuídos pelo MEC contenham as mudanças ortográficas. "Teremos também um período de dois anos para adaptação à nova ortografia. Durante esse

tempo, as duas formas ortográficas serão consideradas corretas", afirmou. (Pereira, 2007))

Atualmente a Língua Portuguesa possui duas grafias oficiais: a do Brasil e a de Portugal.

O governo brasileiro vê de forma positiva a reforma em 2009. Para ele, a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa é prejudicial à unidade do idioma e dificulta a capacidade de difusão internacional do português. O Brasil considera a entrada em vigor do acordo como condição essencial para a definição de uma política de promoção e difusão da língua portuguesa, o terceiro idioma europeu mais falado no mundo. (Lusa - Agência de Notícias de Portugal, 13 de dezembro de 2006) Mas nem tudo são flores. Machado (2007) afirma que existem “mais contras do que prós” na unificação: “as resistências são maiores em Portugal, mas a maioria dos especialistas também critica o acordo no Brasil”. Cita o exemplo que, em Portugal, o jornal Público divulgou que a eliminação das consoantes mudas é uma ‘brasificação’ do vocabulário português (“acto” em Portugal”, por exemplo, passará a “ato” igual ao Brasil).

Segundo Machado (2007), Evanildo Bechara considera o acordo imperfeito e imparcial, pois “deixa de resolver uma série de problemas, como o uso do hífen e o das maiúsculas, entre outros.”

Cláudio Moreno, doutor em Letras, também é contra o acordo, pois lembra que as mudanças de 71 provocaram o destino do lixo dos dicionários e dos livros de literatura infantil. Francisco Platão Savio-li, professor aposentado da USP, não acredita que a mudança valha a pena: “é uma reforminha tímida ...que não mexe adequadamente no essencial, como o problema insolúvel do hífen...vai provocar a queima de milhões de livros.”Principais mudanças —

Alfabeto: o alfabeto, que atualmente possui 23 letras, será acrescido de mais três: k, y e w.

Trema: o trema será eliminado das palavras portuguesas ou aporuguesadas, como, por exemplo, “lingüiça” que passará a ser grafada como “linguiça”. O trema será usado apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros, como, por exemplo, mülleri-ano, de Müller.

Hífen: a regra para uso de hífen será simplificada. A palavra “Pára-quezas” passará a ser grafada como “Paraquezas”, por exemplo. Entretanto, “microondas” (hoje sem hífen) passa a ter hífen “micro-onzas”.

Acentuação gráfica: não serão assinalados com acento gráfico os ditongos ei e oi de palavras paroxítonas, como “assembléia, idéia e jibóia”; assim escreveremos: “assembleia, ideia, jiboia”

Consoantes mudas: Desaparecem também da língua escrita em Portugal o “c” e o “p” nas palavras onde estas letras não são pronunciadas, como em “acção”, “acto”, “baptismo”, “ótimo”.

Dupla grafia: Admitida em diferenças fonológicas (de pronúncia, de sotaque), como “fato” e “facto”, “cômodo” e “cómodo”

Acento diferencial: Desaparece como em “pára” (verbo parar) e “pêlo” (substantivo).

Encontros vocálicos oo e ee deixam de receber o acento circunflexo. Dessa forma escreveremos: enjoo, veem, voo etc.

Ditongos ei e oi deixam de ser acentuados. Assim teremos “joia”, “ideia” etc.

Eliminação do “h” inicial de algumas palavras em Portugal, como em “húmido” que passará a “úmido” igual ao Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO ortográfico da Língua Portuguesa – 1990. Disponível em <> Acesso em 16.08.07

FALTA só 'decisão política' para acordo ortográfico no Brasil. LUSA – Agência de Notícias de Portugal S.A., Brasília, jul.2007. Disponível em < iden="9483"> Acesso em 16.08.07

MACHADO, Josué. Contagem regressiva para a unificação. Revista Língua Portuguesa, São Paulo, ano II, n.21, p.40-41, 2007.

PEREIRA FILHA, Maria. MEC se prepara para unificação ortográfica da Língua Portuguesa. Ministério da Educação, mai.2007. Disponível em < option="com\_content&do\_pdf="1&id="8276"> Acesso em 16.08.07

PORTUGAL diz estar perto de confirmar acordo ortográfico. LUSA – Agência de Notícias de Portugal S.A. Rio de Janeiro, dez.2006. Disponível em Acesso em 16.08.07 <http://mgperez.blogspot.com/2007/09/acordo-ortografico.html>

## ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://leonardof.org/2007/08/10/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/pt>

Desde criança ouço falar que a ortografia do idioma português seria alterada em breve, devido a um acordo entre Brasil, Portugal e outros países lusófonos. Esse ano todos voltaram a dizer que o acordo ortográfico entraria em vigor em breve, então resolvi conferir exatamente em que pé está a situação do “português internacional”. De acordo com Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (C-PLP), o acordo já está em vigor! Na prática, contudo, ainda existem obstáculos à sua implementação, tanto que continuo a escrever como tinha aprendido.

O Acordo foi assinado em 1990 por todos os países da CPLP, mas só entraria em vigor após *todos* os países depositarem seus “instrumentos de ratificação”. Parece que a da CPLP foi otimista, pois o documento previa que o Vocabulário Ortográfico comum fosse elaborado até o final de 1992, e que todos os Estados lusófonos tivessem ratificado o acordo até o final de 1993.

Com o Segundo Protocolo Modificativo, passou a bastar a ratificação por três países (e não todos) para que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre em vigor. Além disso, Timor Leste passou a integrar o Acordo. Brasil (2004) e Cabo Verde (2006) já tinham depositado seus documentos ratificando tanto o Acordo Original quanto o 2º Protocolo, e em dezembro de 2006 os documentos de São Tomé e Príncipe foram depositados. Assim, o Acordo já está em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2007, mas apenas no Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Para que o acordo valha em outro país lusófono (por exemplo, Portugal), é necessário que esse país ratifique tanto o Acordo quanto o 2º Protocolo Modificativo; ou então, que todos os países ratifiquem ao Acordo Original. (O 2º Protocolo Modificativo não altera as regras ortográficas, só as condições para que as mesmas sejam adotadas.)

Em dezembro de 2006, faltaria apenas uma decisão política para que Portugal ratifique o acordo, mas uma “fonte no governo brasileiro” teria tido que a questão seria também econômica. Já passamos da metade de 2007, e Portugal ainda não ratificou o Acordo Ortográfico. O Brasil, por sua vez, ratificou o acordo “para inglês ver”, já que suas publicações ainda não o adotaram. Em maio de 2007, os livros didáticos eram considerados o nó crítico pelo Ministério da Educação. Como os livros são editados com um ano de antecedência, na melhor das hipóteses a nova ortografia chegaria às escolas em 2008. Em julho de 2007, foi dito também faltar uma “decisão política” para que Brasil aplique o acordo, e a partir daí a transição seria gradual. Ficou no ar a dúvida quanto ao Brasil estar ou não determinado a mudar a ortografia mesmo que Portugal não ratifique o acordo.

Resumindo, continuo na expectativa de quando usaremos a ortografia do Acordo. Como tradutor de software livre, imagino que continuarão a existir as equipes de português do Brasil e de “português europeu”, já que as diferenças são mais de vocabulário que de ortografia. Por outro lado, a vigência do acordo nos obrigará a repensar a manutenção dos “dicionários” (léxicos) livres da língua portuguesa. Atualmente existem o Verificador Ortográfico do BrOffice.org, desenvolvido no Brasil e adaptado ao português de Portugal; e também o dicionário do Projeto Natura, de português europeu mas sendo adaptado pelo br.mozdev.org para o português brasileiro. Espero que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa sirva para que possamos, enfim, unir nossos esforços em um único projeto de verificação ortográfica!

Espero também que a Academia Brasileira de Letras (ABL) aproveite a oportunidade para colaborar com a comunidade brasileira e internacional de software livre. Seu Vocabulário Ortográfico seria ótimo como parâmetro ou mesmo conteúdo dos verificadores ortográficos livres, mas não conseguimos aproveitá-lo devido a questões legais (direitos autorais) e técnicas. Eu e outras pessoas já tentamos entrar em contato com a ABL, e nunca recebemos retorno. Quem sabe, com a futura revisão do Vocabulário Ortográfico, o software livre

não passe a contar com apoio oficial para a divulgação da língua portuguesa?

### **O que muda com a reforma da língua portuguesa\***

A imprensa brasileira continua a dar como adquirida a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, em 2008. É o caso desta notícia da *Folha de S. Paulo*, de 20/08/2007, onde se resumem as principais alterações previstas desde 1990. Mudanças que vão entre 0,5% e 2% do vocabulário brasileiro, entre os quais o fim do trema.

Ver também Ortografia da língua portuguesa será unificada + Língua portuguesa terá novas regras

### **Textos Relacionados**

Portugal quer adiar por dez anos

entrada em vigor do Acordo Ortográfico\*

Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa

Ruídos lingüísticos (com trema, por enquanto) \*

O fa(r)do do acordo ortográfico\*

(<http://www.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1335>)

**O QUE MUDA**  
**COM A REFORMA DA LÍNGUA PORTUGUESA**  
(<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u321373.shtml>)

As novas regras da língua portuguesa devem começar a ser implementadas em 2008. Mudanças incluem fim do trema e devem mudar entre 0,5% e 2% do vocabulário brasileiro. Veja abaixo quais são as mudanças.

### **HÍFEN**

Não se usará mais:

1. quando o segundo elemento começa com s ou r, devendo estas consoantes ser duplicadas, como em "antirreligioso", "antisemita", "contrarregra", "infrassom". Exceção: será mantido o hífen quando os prefixos terminam com r -ou seja, "hiper-", "inter-" e "super-"- como em "hiper-requintado", "inter-resistente" e "super-revista"

2. quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente. Exemplos: "extraescolar", "aeroespacial", "autoestrada"

### **TREMA**

Deixará de existir, a não ser em nomes próprios e seus derivados

### **ACENTO DIFERENCIAL**

Não se usará mais para diferenciar:

1. "pára" (flexão do verbo parar) de "para" (preposição)
2. "péla" (flexão do verbo pelar) de "pela" (combinação da preposição com o artigo)

3. "pólo" (substantivo) de "polo" (combinação antiga e popular de "por" e "lo")

4. "pélo" (flexão do verbo pelar), "pêlo" (substantivo) e "pelo" (combinação da preposição com o artigo)

5. "pêra" (substantivo - fruta), "péra" (substantivo arcaico - pedra) e "pera" (preposição arcaica)

## **ALFABETO**

Passará a ter 26 letras, ao incorporar as letras "k", "w" e "y"

## **ACENTO CIRCUNFLEXO**

Não se usará mais:

1. nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos "crer", "dar", "ler", "ver" e seus derivados. A grafia correta será "creem", "deem", "leem" e "veem"

2. em palavras terminados em hiato "oo", como "enjôo" ou "vôo" -que se tornam "enjoo" e "voo"

## **ACENTO AGUDO**

Não se usará mais:

1. nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas, como "assembléia", "idéia", "heróica" e "jibóia"

2. nas palavras paroxítonas, com "i" e "u" tônicos, quando precedidos de ditongo. Exemplos: "feiúra" e "baiúca" passam a ser grafadas "feiura" e "baiuca"

3. nas formas verbais que têm o acentoônico na raiz, com "u"ônico precedido de "g" ou "q" e seguido de "e" ou "i". Com isso, algumas poucas formas de verbos, como averigúe (averiguar), apazi-

gúe (apaziguar) e argúem (arg(ü/u)ir), passam a ser grafadas averigüe, apazigue, arguem

## **GRAFIA**

No português lusitano:

1. desaparecerão o "c" e o "p" de palavras em que essas letras não são pronunciadas, como "acção", "acto", "adopção", "óptimo" - que se tornam "ação", "ato", "adoção" e "ótimo"

2. será eliminado o "h" de palavras como "herva" e "húmido", que serão grafadas como no Brasil - "erva" e "úmido"

Acompanhe as notícias da **Folha Online** em seu celular: digite **wap.folha.com.br**.

### **Leia mais**

[Colégio trocará livros didáticos em até 2 anos](#)

[Brasil se prepara para reforma ortográfica](#)

["Redação Linha a Linha" corrige textos e mostra como melhorá-los](#)

[Professor Pasquale mostra curiosidades e dúvidas da língua portuguesa](#)

### **Especial**

[Leia o que já foi publicado sobre ortografia](#)

## **BRASIL SE PREPARA PARA REFORMA ORTOGRÁFICA** (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u321371.shtml>)

**DANIELA TÓFOLI (da Folha de S.Paulo)**

O fim do trema está decretado desde dezembro do ano passado. Os dois pontos que ficam em cima da letra u sobrevivem no corredor da morte à espera de seus algozes. Enquanto isso, continuam fazendo dos desatentos suas vítimas, que se esquecem de colocá-los em palavras como freqüente e lingüiça e, assim, perdem pontos em provas e concursos.

O Brasil começa a se preparar para a mudança ortográfica que, além do trema, acaba com os acentos de vôo, lêem, heróico e muitos outros. A nova ortografia também altera as regras do hífen e incorpora ao alfabeto as letras k, w e y. As alterações foram discutidas entre os oito países que usam a língua portuguesa --uma população estimada hoje em 230 milhões-- e têm como objetivo aproximar essas culturas.

Não há um dia marcado para que as mudanças ocorram --especialistas estimam que seja necessário um período de dois anos para a sociedade se acostumar. Mas a previsão é que a modificação comece em 2008.

O Ministério da Educação prepara a próxima licitação dos livros didáticos, que deve ocorrer em dezembro, pedindo a nova ortografia. "Esse edital, para os livros que serão usados em 2009, deve ser fechado com as novas regras", afirma o assessor especial do MEC, Carlos Alberto Xavier.

É pela sala de aula que a mudança deve mesmo começar, afirma o embaixador Lauro Moreira, representante brasileiro na CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). "Não tenho dúvida de que, quando a nova ortografia chegar às escolas, toda a sociedade se adequará. Levará um tempo para que as pessoas se acostumem

com a nova grafia, como ocorreu com a reforma ortográfica de 1971, mas ela entrará em vigor aos poucos."

Tecnicamente, diz Moreira, a nova ortografia já poderia estar em vigor desde o início do ano. Isso porque a CPLP definiu que, quando três países ratificassem o acordo, ele já poderia vigorar. O Brasil ratificou em 2004. Cabo Verde, em fevereiro de 2006, e São Tomé e Príncipe, em dezembro.

Antônio Ilharco, assessor da CPLP, lembra que é preciso um processo de convergência para que a grafia atual se unifique com a nova. "Não se pode esperar resultados imediatos."

A nova ortografia deveria começar, também, nos outros cinco países que falam português (Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste). Mas eles ainda não ratificaram o acordo.

"O problema é Portugal, que está hesitante. Do jeito que está, o Brasil fica um pouco sozinho nessa história. A ortografia se torna mais simples, mas não cumpre o objetivo inicial de padronizar a língua", diz Moreira.

"Hoje, é preciso redigir dois documentos nas entidades internacionais: com a grafia de Portugal e do Brasil. Não faz sentido", afirma o presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça.

Para ele, Portugal não tem motivos para a resistência. "Fala-se de uma pressão das editoras, que não querem mudar seus arquivos, e de um conservadorismo lingüístico. Isso não é desculpa", afirma.

### **Marcelo Corrêa e Editoria de Arte / Folha Imagem**

Acompanhe as notícias da **Folha Online** em seu celular: digite **wap.folha.com.br**.

## **Leia mais**

[Podcast: Hélio Schwartzman ataca proposta de reforma ortográfica](#)

[O que muda com a reforma da língua portuguesa](#)

[Colégio trocará livros didáticos em até 2 anos](#)

## **Especial**

[Leia o que já foi publicado sobre ortografia](#)

**ORTOGRAFIA**  
**DA LÍNGUA PORTUGUESA SERÁ UNIFICADA EM 2009**  
<http://www.folhadaregio.com.br/noticia?74539>

*Governo Federal (Quinta-feira - 23/08/2007 - 10h59)*

**Brasil** - A língua portuguesa é falada por cerca de 220 milhões de pessoas no Brasil e no mundo — aproximadamente 190 milhões de brasileiros, outros 10,5 milhões de portugueses e demais falantes em países africanos e em comunidades na Ásia e América. O que coloca o idioma na quinta posição entre os mais falados do planeta. Entretanto, o português é o único idioma ocidental a adotar duas grafias oficiais.

Para resolver o impasse e alargar a compreensão entre falantes do português, foi criado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que busca unificar o registro escrito nos oito países que falam o idioma — Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal.

Facilitar o processo de intercâmbio cultural e científico entre os países e a divulgação mais ampla do idioma e da literatura em língua portuguesa são os principais objetivos da unificação ortográfica. “Nossos autores serão muito mais conhecidos porque os livros circularão com mais facilidade pelo mundo, já que não haverá necessidade de se publicar em duas versões do mesmo idioma”, acredita o assessor especial do Ministério da Educação, Carlos Alberto Xavier.

Para ele, com a entrada em vigor do acordo, será mais fácil, por exemplo, ensinar português utilizando as metodologias portuguesa ou brasileira nos centros de ensino dos dois países espalhados pelo mundo; afinal os alunos estarão aprendendo uma única forma de se registrar a língua portuguesa. A circulação dos documentos dos organismos internacionais também será privilegiada. “Hoje, essas decisões, em muitos casos, nem são impressas e nunca chegam ao públi-

co, por dificuldades impostas pelas diferenças ortográficas”, acrescenta Xavier.

Segundo a regra da Comissão dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), basta que três países ratifiquem o acordo para que entre em vigor. Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já aprovaram as mudanças. “Mas como o espírito do acordo é o consenso, a CPLP discute uma data conveniente a todos os países para que a reforma ortográfica entre em vigor”, esclarece Xavier.

O congresso brasileiro aprovou a unificação ortográfica em 2001, depois de cerca de dez anos de discussão, quando foi também sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O último dos três países a aprová-la foi São Tomé e Príncipe, em dezembro de 2006. A previsão é de que o acordo comece a valer em 2009 e que até 2011 todos os livros didáticos brasileiros estejam adaptados às novas regras. “No caso do Brasil, é conveniente adotarmos um prazo que inclua dois anos para adaptação das mudanças”, explica Xavier.

Histórico — Já em 1990, os presidentes dos sete países onde a língua portuguesa é idioma oficial haviam assinado um tratado ortográfico que deveria vigorar em 1994. Nesse ínterim, os países africanos passaram por dificuldades políticas ou guerras civis. Também após esse prazo, o Timor Leste tornou-se independente, em 1999, e a CPLP foi criada em 1996. Com o Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, o Decreto Legislativo nº 120, de 12 junho de 2002, e o protocolo modificativo de julho de 2004, a unificação ortográfica ganhou os contornos do atual acordo. Consulte os decretos na página eletrônica do Senado.

Mudanças — Segundo o filólogo Antônio Houaiss (1915-1999), principal negociador brasileiro do acordo ortográfico e quem elaborou a Nova Ortografia da Língua Portuguesa, publicada em 1991, será possível resolver até 98% das diferenças ortográficas do idioma. Mesmo assim, não deve haver uniformização, já que, na avaliação do filólogo, a língua é dinâmica e atrelada às tradições culturais, por isso mesmo a reforma prevê casos de dupla grafia. Um e-

xemplo é o nome Antônio, que os portugueses escrevem com acento agudo, no lugar do circunflexo, em razão da pronúncia mais aberta que a brasileira. Assim, a nova regra prevê a convivência das duas grafias. Outras alterações — serão 20 bases de mudanças no total — são o fim do trema, presente hoje em palavras como lingüiça; a supressão de consoantes mudas, como em actor (escrita portuguesa); novas regras para o emprego do hífen; a inclusão das letras w, k e y ao idioma, além de novas regras de acentuação, em que palavras como idéia e assembléia perdem o acento agudo, entre outras modificações.

## LÍNGUA PORTUGUESA TERÁ NOVAS REGRAS

<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/723004.html>

*Lucintha Gomes*

O propósito é padronizar a Língua Portuguesa, diminuindo as divergências existentes entre os oito países que adotam o idioma. Apesar de ainda não haver data para iniciar a reforma ortográfica, a previsão do MEC é que o acordo comece a valer em 2009

Você é bom de Português? Então observe as quatro palavras a seguir e descubra o problema delas: antiguidade, liquidação, enjoo e leem. Pois bem. Acertou quem sentiu falta do trema (¨) nas duas primeiras palavras e do acento circunflexo (^) nas duas últimas. Pelas normas gramaticais vigentes atualmente, da forma como foram escritas, as palavras estão incorretas. Mas existe um acordo firmado entre os oito países no mundo cujo idioma é o Português que propõe uma reforma ortográfica. Quando ela entrar em vigor, as quatro palavras acima passarão a ser consideradas corretas.

Isso porque, com a reforma ortográfica, haverá abolição do trema, modificação nas normas de acentuação e de uso do hífen e o alfabeto deixará de ter 23 letras, passando a ter 26, pois adotaremos as letras k, w e y. As mudanças não ficam por aí. Ao todo, serão 20 bases de alterações nas normas ortográficas. Todas elas foram discutidas pelos países que adotam o idioma, que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O objetivo é unificar a língua, reduzindo as divergências de escrita existentes entre os países.

Acordo

Mas não adianta pressa. Não há uma data para a reforma entrar em vigor. A proposta data de 1990 e até agora apenas Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já aprovaram as mudanças em seus Po-

deres Legislativos. De acordo com informações do Ministério da Educação (MEC), bastaria que três países ratificassem o acordo para que entrasse em vigor, contudo, a idéia da CPLP é discutir entre os países um consenso e estabelecer uma data conveniente para todos os países. Segundo o MEC, a previsão é de que o acordo comece a valer em 2009 e até 2011 todos os livros didáticos brasileiros estejam adaptados às novas regras.

As mudanças dividem opiniões. Para o professor de Português e lexicógrafo da Academia Brasileira de Letras, Sérgio Pachá, as mudanças estão longe de ser satisfatórias. "Eu acredito que o objetivo maior deveria ser simplificar. As regras (vigentes) do uso do hífen são arbitrárias, não têm uma lógica. Até nós professores sentimos dificuldades às vezes. E há também outros pontos para serem observados. O que se propõe nesse projeto não cobre tudo isso", disse.

De acordo com o professor da Academia Cearense da Língua Portuguesa, Myrson Lima, a reforma ortográfica vai simplificar nossa grafia, dando maior reconhecimento à língua portuguesa. "Outras vantagens também estão no ensino da língua, editoração de livros, comunicação diplomática, pesquisas científicas, comunicações entre universitários", enumera Myrson. Ele acrescenta que, em Portugal, a resistência às mudanças é grande. "Todo o material, como gramática, livros didáticos, dicionários vão ter que ser reeditados. Tem a questão do nacionalismo, mas cada país vai ter que ceder um pouco", argumenta. "Eu, pessoalmente, sou favorável, por uma necessidade muito grande de padronização da Língua e para o ensino do Português".

## FIQUE POR DENTRO: ALGUMAS DAS MUDANÇAS

Fim do trema, presente hoje em palavras como "lingüiça".

Supressão de consoantes mudas, como em actor (escrita portuguesa).

Novas regras para o emprego do hífen.

Inclusão das letras w, k e y ao idioma.

Novas regras de acentuação, em que palavras como idéia e assembléia perdem o acento agudo, entre outras modificações.

## **CRIANÇAS TERÃO MAIS FACILIDADE**

<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/723005.html>

A tendência é que as mudanças ortográficas gerem resistência entre os adultos - que terão de aprender tudo de novo - e sejam assimiladas com mais facilidade entre crianças e jovens. É o que afirma o professor Myrson Lima. "Essa nova geração vai se adaptar num instante. Não vai haver mudança traumática, não. Sofrer, vão os adultos, que já são acostumados e podem ter essas resistências naturais", opina. Para ele, é necessário haver uma ampla divulgação dessas mudanças.

De fato, algumas escolas já estão preocupadas com a metodologia de ensino a ser adotada. Assim é o caso do Colégio 7 de Setembro. De acordo com o diretor, Ednilo Soárez, as coordenações de Comunicação e Expressão já estão estudando para adaptar livros didáticos e paradidáticos, para que, quando a lei começar a vigorar, os alunos já estejam aptos à reforma.

Na opinião de Ednilo, haverá um período de transição. "A gente não pode a partir de hoje cobrar dos alunos. Não é assim que funciona. Nossos professores estão estudando a melhor forma de fazer essa adaptação", explica. Segundo ele, as mudanças serão mais fáceis para os estudantes, pois ainda estão aprendendo e já vão aprender certo. "A língua é cheia de meandros e sutilezas, e, na medida em que se consegue simplificá-la, a reforma é muito útil, porque facilita a vida das pessoas", afirma o professor.

**COLÉGIO TROCARÁ LIVROS DIDÁTICOS  
EM ATÉ 2 ANOS**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u321372.shtml>

Colégios particulares de São Paulo já estão se preparando para a reforma ortográfica. As 165 escolas associadas da rede Pueri Domus, por exemplo, terão, em até dois anos, todo o material didático adequado às novas regras.

Na Fuvest, o maior vestibular do país, não há data definida para a aplicação das regras. Na editora Sextante, a nova ortografia passará a ser incorporada aos novos livros e aos títulos do catálogo à medida que forem, respectivamente, lançados e reimpressos. Já a Companhia das Letras e a Nova Fronteira informaram que ainda não definiram de que forma farão as alterações.

Antonio Carlos Sartini, superintendente do Museu da Língua Portuguesa, também aguarda o início da nova ortografia. "Estaremos atentos e iremos observar e analisar todas as mudanças."

## O «C» DE AFECTO\*

<http://newsite.ciberduvidas.pt/articles.php?rid=1365>

**Inês Pedrosa**

*Arrepia-me ouvir sequestro ser pronunciado como queque*

Não serve para nada, o «c» de afecto – a não ser para abrir um «e», coisa de somenos. Por isso, vai deixar de existir, oficialmente, a partir do próximo mês de Janeiro. Para mim, a língua sempre foi esse lugar onde as coisas que não servem para nada podem existir silenciosamente, transformando aquilo que serve para tudo. Um lugar preciso e atópico. Diria: o lugar da utopia, se esta palavra não tivesse sido esventrada pelas trevas da propaganda ideológica. As línguas são seres vivos, sofrem mutações – mas assusta-me esta ideia de que a minha língua deva despir-se de todas as letras que já não se ouvem, esta exclusão do silêncio absurdo que constitui o nó cego do português de Portugal. Aquilo que não serve para nada é um dos maiores tesouros deste país – a arte, da renda de pedra dos monumentos à renda de bilros, do fado ao cinema e à literatura. E a beleza excessiva, arrasadora, inútil, da paisagem.

Explicam-me que o Acordo Ortográfico tornará mais fácil a comunicação entre os diferentes países de língua portuguesa. Admitindo que assim fosse, era preciso que o Acordo representasse uma real uniformização da língua. Vai-se a ver e o Acordo não é mais do que um diplomático tratado de abrandamento teórico das infinitas diferenças. Para cada regra, estabelecem-se batalhões de diferenças. Por exemplo: «o acento agudo ou circunflexo (...) depende do timbre, aberto ou fechado, na pronúncia culta da língua». Na prática, isto significa que o Brasil continuará a escrever Antônio, acadêmico e gênio, e Portugal António, académico, génio. Mas há pormenores ainda mais confusos. O uso do hífen é um deles: «Nas locuções de qualquer tipo (...) não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso». Nestas exceções – aliás, «exceções» – contam-se água-de-colónia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa. Mas

não se contam, segundo o texto do acordo, cão de guarda, fim de semana, nem cor de açafião, cor de café com leite ou cor de vinho. Não sei agora o que fazer com a cor de laranja. Nem com a cor de amora. Estarão as laranjas e as amoras consagradas pelo uso?

Entretanto, o elegante trema, que o Brasil usa – em meu entender, muito bem – para lembrar que o u de tranqüilo ou de seqüestro é pronunciado, vai desaparecer. Pode ser um atavismo, mas arripia-me ouvir sequestro ser pronunciado, como tantas vezes é nos noticiários portugueses, como queque. Sem o trema, perde-se a densidade semântica do u. Mas que interessa o raio da densidade semântica? Para que serve?

De modo que, quanto ao desacordo implícito no próprio Acordo, estamos conversados. Muita coisa continuará a escrever-se de forma distinta nos diversos territórios desta criativa língua. É isso que atrapalha a circulação dos livros entre os vários países? Sei, por experiência própria, que não: sempre li os escritores brasileiros na sua grafia original e todos os meus livros têm sido publicados no Brasil na sua versão original – ou seja, sem qualquer alteração ortográfica ou vocabular. O que tem dificultado a circulação dos livros, ao nível da exportação, é o preço dos portes. Um livro de edição portuguesa chega às livrarias brasileiras ao triplo do preço de um livro brasileiro, e vice-versa. Por outro lado, esse encarecimento tem feito crescer a edição local, em cada país, de autores dos outros países. Queixava-se Lauro Moreira, o embaixador do Brasil na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que não consegue encontrar Machado de Assis nas livrarias portuguesas, dizendo que o Acordo alteraria isso (em entrevista ao *JL* de 29/8/2007). Ora, na verdade, e sem Acordo, a obra de Machado de Assis – como, aliás, a de inúmeros autores brasileiros, clássicos e contemporâneos – tem vindo a ser consistentemente publicada em Portugal. É até mais difícil encontrar um livro de Eça, à excepção de *Os Maias* ou *O Crime do Padre Amaro*. E Aquilino Ribeiro, por exemplo, quase não existe. Porque a dificuldade de comunicação não está na ortografia – está na sintaxe e no léxico. É mais difícil ler Aquilino, em Portugal ou no Brasil, do que Machado de Assis, como é mais difícil ler Guimarães

Rosa, no Brasil e em Portugal, do que Eça. E isto só para mantermos a discussão dentro da grande literatura.

Nunca houve acordo ortográfico entre os países de língua castelhana. É verdade que as diferenças ortográficas e lexicais entre esses países são ténues – mas isso porque Espanha teve a imperial inteligência de pedir a contribuição dos outros países para a elaboração do «Dicionário da Real Academia», que rege a língua. No mundo da língua inglesa, a disparidade é imensa e ninguém se rala: cada um usa a língua como quer. Será por isso que o inglês está tão pouco expandido no mundo?

Fazer um acordo ortográfico só para que se perceba que a C-PLP existe, francamente, parece-me ridículo. A nossa ministra da Cultura já disse (para desgosto confesso de Lauro Moreira) que, mesmo oficializado, o Acordo levará uns dez anos a entrar em vigor em Portugal. O que, traduzido para português corrente, talvez queira dizer que desta patetice já nos livrámos. Oxalá.

\* in *Expresso*, de 8 de Setembro de 2007 — 08/09/2007

### **Sobre o Autor**

Jornalista e escritora portuguesa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEQUI, Francisco. *Português fono-orto-morfo*. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos – IPUC, 2002.

DEQUI, Francisco. Tese 02: Dominada a tonicidade nata das palavras sem diacrítico, 99,6% dos acentos gráficos oficiais da língua portuguesa podem ser explicados com uma única regra. **In:** —. *Neopedagogia da gramática*. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos – IPUC, 2005.

GARCIA, Afrânio da Silva. Análise crítica do acordo ortográfico de 1995. **In:** —. *História da ortografia do português do Brasil*. Tese de doutorado em Letras Vernáculas defendida na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996.

## ACORDO PRECISA EMPOLGAR OS AFRICANOS

Data: 15/03/2008

▸ Veículo: O GLOBO

▸ Editoria: PROSA/VERSO

Filólogo diz que países como Moçambique precisam se convencer de que unificação trará resultado econômico

Professor de Letras da Uerj, o filólogo José Pereira da Silva concorda com a idéia defendida pelo ministro da Cultura de Portugal, José Pinto Ribeiro, de que a uniformidade ortográfica, além de poderosa arma para a difusão da língua, ajuda as nações a se protegerem dos efeitos da globalização.

Mas para ele, países como Moçambique, onde o português é fraco frente aos dialetos, só aplicarão o acordo se perceberem que a língua dos ex-colonizadores representa retorno econômico e político. Enquanto isso não acontecer, as tentativas de unificação ficarão restritas às fronteiras do Brasil e Portugal, alerta o professor. Ele lembra que, há dois anos, o governo brasileiro mandou, a título de doação, carga de livros a comunidades pobres de países africanos de língua portuguesa. - Mas, chegando lá, não puderam ser usados nas escolas. Os governos acharam que iriam criar confusão para os alunos e preferiram mandá-los para o depósito - conta Pereira da Silva

Ministro diz que portugueses ainda lêem pouco

O efeito do acordo no mercado de livros é um dos pontos mais controversos da unificação.

O ministro Pinto Ribeiro afiança que as editoras e distribuidoras são favoráveis, uma vez que a unificação abriria caminho para parcerias internacionais num país que ainda lê muito pouco: - Em Portugal, o mercado interno é pequeno. Um livro que vende 50 mil

exemplares já é grande sucesso. Mas o mercado editorial sofreu, há dois anos, um processo de grande concentração. Hoje, há três grandes grupos editoriais. A reestruturação criou uma divisão que permite encarar o desafio do mercado. Ele próprio irá fazer as parcerias facilitadas pelo acordo. No intercâmbio literário, as diferenças ortográficas muitas vezes são vistas pelos leitores como erro. Em Portugal, por exemplo, utilizam-se consoantes mudas em palavras como "acção" e "director" e o h para iniciar palavras como húmido. A palavra sutil é pronunciada com "b" (subtil). Já no Brasil, usa-se o acento nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas (idéia, heróica), entre outras particularidades da língua local.

O efeito do acordo será "mais trágico" para os portugueses, prevê Pereira da Silva. As modificações propostas vão alterar 1,6% do vocabulário lusitano, contra 0,45% do Brasil. Pela estimativa do professor da Uerj, uma em cada 70 palavras será mudada em Portugal. No Brasil, em cada 200, uma será alterada. - Há outro agravante para Portugal. Se aqui quase não há dialetos, só pronúncias mais abertas ou fechadas que não afetam a ortografia, em Portugal há muitos deles - explica Pereira da Silva.

Nada, porém, que faça o acordo representar uma revolução ortográfica lusitana. Segundo o professor, ele não altera o uso prático da língua, só interferindo na língua culta das pessoas que querem escrever seguindo a norma: - Ele não altera a fala das pessoas. Os portugueses continuarão usando uma série de situações ortográficas inexistentes no Brasil, como acento agudo em "Antônio" e outras palavras com "oi" fechado.

Vamos usar uma forma e os portugueses, outra, porque isso está previsto no acordo. Apesar do otimismo do ministro da Cultura de Portugal sobre a perspectiva para o mercado editorial de seu país, Pereira da Silva afirma que uma das maiores dificuldades parte dos editores portugueses, principalmente os de livros didáticos: - No Brasil não será tão difícil, porque o governo compra quase toda a produção de livros didáticos. Sendo assim, basta um prazo negociado. Facilidades como essa, porém, ainda não criaram um ambiente favorá-

vel ao acordo no Brasil. Apesar de estar em vigor desde janeiro do ano passado no país, legalmente funcionando, a unificação ainda não começou na prática.

- Se quiser, posso escrever "vôo" sem circunflexo. Mas seria visto como um estranho num mar de gente que escreve com acento circunflexo. O acordo não sairá aqui enquanto o governo não der o sinal verde para sua implementação - disse o professor. O acordo e as mudanças

- ┆ Aprovado dia 6 de março pelo Conselho de Ministros de Portugal, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa existe desde 1990, e teoricamente está em vigor desde 2007, pois foi ratificado por três dos oito signatários: Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Na prática, porém, a reforma ainda não foi aplicada. A ratificação de Portugal é considerada fundamental para a vigência efetiva.
- ┆ K, W, Y: Incorpora definitivamente ao alfabeto usado na língua portuguesa o K, o W e o Y, passando-o de 23 para 26 letras. O emprego destas letras, porém, já estava previsto no Formulário de 1943.
- ┆ DITONGOS: Não levam acento agudo os ditongos abertos *ei* e *oi* de palavras paroxítonas, como "assembleia", "heroica", "ideia" e "jiboia".
- ┆ HIATO OO: Não leva acento circunflexo o primeiro *o* do hiato *oo*. Exemplos: "voo", "enjoo".
- ┆ HOMÓGRAFAS: Não levam acento agudo diferencial as palavras homógrafas tônicas para distingui-las das átonas: para (verbo), para (preposição); pela (substantivo), pela (verbo), pela (per + la). Exceção: pôde (3ª pessoa do singular), pode (1ª pessoa do singular). Facultativo: fôrma (substantivo), forma (substantivo, verbo).
- ┆ CREEM: Não levam acento circunflexo as formas verbais *creem*, *leem*, *deem*, *veem* e seus derivados (*descreem*, *releem*, *desdeem* etc.)
- ┆ PAROXÍTONAS: Não levam acento agudo as vogais tônicas *i* e *u* das palavras paroxítonas quando precedidas de ditongo: *baiuca*, *baiuno*, *cauila*.
- ┆ TREMA: Eliminação do trema em todos os casos que o Formulário de 1943 determinava. Exemplos: "linguística", "aguentar" etc
- ┆ CONSOANTES: São eliminadas as consoantes mudas ainda utilizadas no português falado fora do Brasil. Exemplo: "ação", "coleção", "diretor", "ótimo".

FONTE: Academia Brasileira de Letras, Evanildo Bechara

## PARTES DE ÁFRICA

Vasco Graça Moura

Diziam os docentes do Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa na posição que tomaram em 1986 e que já citei aqui por mais de uma vez: "Estranha-se que, sendo este um acordo de unificação ortográfica entre países da África, da América e da Europa que usam o português, não tenham sido previstas regras de adaptação para a ortografia de palavras provenientes de línguas africanas que já se tenham integrado ou venham a integrar-se no português."

Isto, que se aplicava ao Acordo Ortográfico de 1986, aplica-se inteiramente ao actual...

Quer-se uma demonstração deveras picante? Pois o *Novo Dicionário Universal da Língua Portuguesa* (Texto Editores), o tal que se proclama "conforme o Acordo Ortográfico", regista nada menos de três grafias, três, para a unidade monetária de Angola: "cuanza", "kuanza" e "kwanza"...

Na verdade, os negociadores do Acordo agiram com a soberberia de *donos da língua*, esquecendo-se de que os países africanos que a falam são tão condóminos dela como nós ou os brasileiros e arrogando-se uma perspectiva do mais puro neocolonialismo.

O Acordo só cura de arrumar a questão entre Portugal e o Brasil. Os outros que se curvem docilmente ante a decisão.

Está-se nas tintas para os países africanos e para Goa (onde o português tem um valor histórico, cultural e simbólico insubstituível para os próprios goeses, cuja memória arquivada na nossa língua tem, aliás, cinco séculos), para Macau e para Timor.

Não se preocupa minimamente com o facto de as pronúncias africanas não estarem bem estudadas.

Nem com regras para a grafia de palavras provenientes das línguas africanas (ou do concanim, ou do chinês, ou do tétum), como acima se diz.

Nessa perspectiva, não enuncia nenhuma orientação para as distinções gráficas a que se refere a Base III: entre *ch* e *x*, entre *g* e *j*, entre *s*, *ss*, *c*, *ç*, e *x*, entre *x* e *z*...

Nem para as vogais *e*, *i*, *o* e *u* em sílaba átona (cfr. Base V; exs.: *criar* ou *criar*, *cordeal* ou *cordial*, *lugar* ou *logar*, *taboada* ou *tabuada*) que também não podem deixar de existir em inúmeras palavras africanas que sejam ou venham a ser incorporadas no português...

Para tais casos, o Acordo não define regras, não se arrima à etimologia nem aos usos e não pode remeter para a história das palavras ou para vocabulários e dicionários, como faz, aliás precipitadamente, para o léxico de matriz românica!

Também não se preocupa com o provável efeito de ensurdecimento, nas pronúncias africanas, das vogais seguidas de *c* e *p* (ditos "mudos") quando estes interferem no timbre delas, nem com as alterações e equívocos que tudo isso pode implicar para a língua, do que os linguistas têm dado sobejos exemplos: sem o *p*, *intercepção* acabará por se ler como *intercessão*, *adopção* como *adução*...

Tão pouco se preocupou com o efeito ainda mais caótico que é de prever para as "facultatividades" em África, sejam elas as previstas na Base IV, sejam outras quaisquer, nomeadamente no tocante a certas acentuações, como acima se exemplificou com a unidade monetária e poderia continuar a exemplificar-se com a ausência de critério compreensível que leva o mesmo dicionário a registar uma dança angolana como "kizomba" e "quizomba", mas a dar apenas a forma "quimbundo".

Num assinalável descaso, deve-se ter achado que, em se tratando de África, os léxicos locais não podiam aceder à mesma dignidade...

Estes pontos, já de si gravíssimos do ponto de vista ético, não têm nada a ver com interesses económicos, políticos ou geopolíticos, embora deles possam decorrer efeitos altamente nocivos também nesses aspectos.

São questões de ordem linguística a que os defensores do Acordo continuam a não se dignar dar resposta no mesmo plano, tal como não a dão quanto às objecções de idêntica índole que têm sido levantadas no tocante às variedades lusitana e brasileira do português.

É a tal ausência de debate científico que Albertino Bragança, representante de S. Tomé e Príncipe, há uma semana, referia na Assembleia da República.

Será isto contribuir para a "unidade" da língua? Alguém se admira ainda por a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique não terem ratificado o Acordo nem os Protocolos Modificativos? |

## LETRAS NA IMPRENSA - ACORDO ORTOGRÁFICO

<http://aprender.unb.br/mod/forum/discuss.php?d=33518>

Adriano Fernandes

### Trava-língua

Acordada em 1990, mudança na ortografia do português entrou em vigor este ano, mas aplicação esbarra na política

Miguel Conde

Após uma série de idas e voltas burocráticas, o Acordo Ortográfico da **língua portuguesa**, firmado em 1990, afinal entrou em vigor no começo de 2007, treze anos após o prazo previsto em seu texto original. Se ninguém percebeu, é porque sua vigência, por enquanto, é apenas abstrata. Embora estejam preenchidas as condições jurídicas para que ele seja implementado, na prática sua aplicação continua sendo adiada por razões diplomáticas.

Em dezembro de 2006, São Tomé e Príncipe ratificou o segundo protocolo modificativo do acordo. Criado em 2004 pelos oito membros da Comunidade dos Países de **língua portuguesa** (CPLP), o protocolo estabeleceu que, para entrar em vigor, o acordo não precisaria mais da ratificação de todos seus signatários, mas de apenas três integrantes da CPLP. Como Brasil e Cabo Verde já haviam ratificado o documento, a CPLP entende que desde 1º de janeiro deste ano o acordo vigora nos três países. No entanto, entraves políticos ainda impedem sua execução.

O governo brasileiro não vê sentido em iniciar a reforma sem a adesão de Portugal, cuja ministra da Cultura chegou a escrever que ainda seriam necessários mais dez anos para efetuar as mudanças

previstas pelo acordo, irritando muita gente por aqui. A presidente do Instituto Camões, Simonetta Luz Afonso, disse que Portugal "procura assegurar um adequado processo de adaptação interna para a plena entrada em vigor do acordo". O governo brasileiro não dá detalhes da negociação, mas afirma que espera iniciar a reforma, acompanhado pelos portugueses, em 2009.

- Portugal fica de corpo mole porque há alguns tradicionalistas, inclusive na Assembléia **portuguesa**, que fazem oposição forte ao acordo - diz Carlos Aberto Xavier, assessor especial do ministro da Educação, Fernando Haddad. - Mas nossa atitude é de entendimento com o governo português. Acreditamos na possibilidade de iniciar a implementação em 2009.

### Separação iniciada em 1911

O objetivo do acordo é acabar com as diferenças entre a ortografia do Brasil e a dos demais países que têm o português como **língua** oficial. Uma cisão originada em 1911, quando o governo português fez, à revelia do Brasil, a primeira normatização oficial da **língua portuguesa**. Desde então, os dois países tentam reaproximar suas grafias, reduzindo progressivamente as diferenças entre elas, em especial nas regras de acentuação. Quando aplicado, o acordo de 1990 acabará com 98% das divergências ainda existentes.

Com a reforma, o alfabeto passará a ter 26 letras. Hoje admitidas apenas em casos especiais, o "k", o "w" e "y" serão integrados definitivamente. As principais modificações nas regras brasileiras serão a eliminação do trema; do acento nos ditongos abertos "ei" e "oi" de palavras paroxítonas (idéia, heróica); no hiato "oo" (enjôo, vôo) e nas formas verbais crêem, lêem, dêem, vêem e seus derivados (descreem, relêem, desdêem, revêem etc). No português utilizado nos demais países, serão suprimidas as consoantes mudas ("acção"; "director") e o h inicial de palavras como húmido.

As alterações nas normas brasileiras são mais numerosas, mas atingem um percentual menor do nosso vocabulário. A reforma afetará 0,45% das palavras no Brasil, e 1,6% nos outros países.

### **Reforma traria vantagens políticas**

*Unificação facilitaria comércio de livros e adoção do português em organismos internacionais*

O estabelecimento de uma grafia única é considerado importante por motivos políticos e comerciais. Facilitaria a adoção do português como **língua** oficial de órgãos internacionais e eliminaria custos de tradução de livros do Brasil para outros países.

- As diferenças de grafias encarecem os livros. Além disso impedem por exemplo que comercializemos os nossos livros para crianças em Angola ou Moçambique. Nesses países, quase não existe indústria editorial, e fica mais barato importar os livros do Brasil do que fazê-los lá. Mas nós não os podemos exportar porque têm uma grafia diferente. É um completo absurdo. Toda a gente sai prejudicada - diz o escritor angolano José Eduardo Agualusa, que dirige a editora lusófona **língua** Geral.

O pesquisador francês Louis-Jean Calvet, autor de "As políticas lingüísticas" (Parábola), acredita que a resistência de Portugal deve-se em parte a um lobby dos editores portugueses, que temem a concorrência brasileira. Ele afirma, porém, que os motivos mais fortes de oposição ao acordo são ideológicos:

- Há coisas que são símbolos de um país: o hino nacional, a bandeira, a **língua**. Em Portugal, critica-se o acordo dizendo que ele impõe uma "brasiliificação" ao português. Portugal se comporta como se a **língua portuguesa** fosse uma propriedade sua, e não dos povos que a utilizam. A reforma na verdade é muito pequena e não vai,

como se diz, acabar com a diversidade do português, pois as diferenças mais significativas não são de grafia, mas de léxico e sintaxe.

No Brasil, há quem critique o acordo justamente por sua timidez. O filólogo José Pereira da Silva, professor da Uerj, lamenta que continuem complicadíssimas as regras para emprego do hífen:

- O acordo deixa um punhado de problemas pendentes, e este é um deles. As regras do hífen diminuiriam, mas ainda continuam numerosas demais, mal sistematizadas e cheias de excessões. É um problema. O acordo avança mais na unificação das grafias do que na simplificação.

O lingüista português João Malaca Casteleira, membro da Acadêmica de Ciências de Lisboa, concorda com Silva:

- Não é o acordo ideal, mas o que foi possível. Não creio que as condições atualmente existentes nos permitam ir mais longe.

Editoras ainda nem iniciaram estudos

Mesmo que se inicie a implementação do acordo em 2009, como quer o governo brasileiro, as editoras teriam um prazo para aplicar as modificações, diz Godofredo de Oliveira Neto, presidente da Comissão de **língua portuguesa** do MEC e do Conselho Diretor do Instituto Internacional de **língua portuguesa**. Empresas como Scipione e Melhoramentos, fortes no setor de livros didáticos, ainda nem têm estimativas dos custos necessários para alterar seus títulos, ou análises dos mercados que poderiam ser explorados no exterior.

- O ministro Fernando Haddad disse que as editoras teriam dois anos para se adaptar, então estamos contando com isso. Estamos de stand-by. É óbvio que existe uma grande expectativa quanto à exportação, porque os livros brasileiros, até por conta da avaliação

constante do MEC, são considerados muito bons - diz Roberta Martins, editora de **línguas** da Scipione.

O presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça, diz que já passou da hora de o acordo de ser aplicado:

- Isso me inquieta, sobretudo porque gosto tanto das nossas origens lusitanas, e me dói ter que entrar em choque com algumas linhas do pensamento português.

A presidente do Instituto Camões (IC) em Lisboa, Simonetta Luz Afonso, observa (por e-mail) que "Portugal não declarou, em momento algum, a sua oposição ao acordo ortográfico". Simonetta lembra que, na época da assinatura do acordo, em 1990, o país levou apenas oito meses para ratificá-lo. O primeiro protocolo modificativo também foi aprovado em 2000. Segundo a presidente, o país mantém "seu apoio ao objectivo subjacente à assinatura deste acordo - de defesa da unidade essencial da **língua portuguesa** e seu prestígio internacional". Ela não fala em prazo, diz apenas que o país "procura assegurar um adequado processo de adaptação interna".

- Portugal não manifestou, nem oficial nem informalmente, uma posição contrária ao acordo, muito pelo contrário - reitera Simonetta.

Quando o acordo entrar em vigor, diz ela, necessariamente haverá "a adaptação de livros e manuais escolares".

- De que forma, e em que medida, o mercado editorial será afectado, só poderá ser respondido quando estas alterações forem levadas à prática - diz a presidente.

No Brasil, pelo menos, na prática já se vêem mudanças no espírito do acordo. Dois importantes prêmios literários - o Zaffari & Bourbon e o Portugal Telecom - abriram inscrições este ano, pela primeira vez, a autores de toda a comunidade lusófona. O resultado do Z&B foi anunciado esta semana e o vencedor, que concorria com

brasileiros e portugueses (entre eles o Nobel José Saramago), foi o moçambicano Mia Couto, pelo romance "Um outro pé de sereia" - também finalista do Portugal Telecom, cujo resultado deve ser anunciado em novembro. Em ambos, o vencedor ganha um cheque de R\$100 mil.

No entanto, mesmo com um acordo assinado no papel, algumas diferenças não têm como ser apagadas. Certas variações semânticas, por exemplo, podem dificultar a compreensão - o que mais dificilmente ocorre quando se trata de questões ortográficas. Assim, editores e escritores não escaparão ao dilema sobre "traduzir" ou não os textos do português para o próprio português.

Para quem considera essas traduções na mesma **língua** uma deturpação, a saída tem sido a publicação de um glossário no próprio livro. Foi o que fizeram o angolano Ondjaki, ao lançar "Bom-dia, camaradas!" no Brasil, no ano passado, e o brasileiro Marçal Aquino, que acaba de publicar em Portugal "Eu receberia as piores notícias dos seus tristes lábios". Uma das palavras destacadas no glossário de Aquino é band-aid, que se traduz pela expressão "penso rápido" nas terras lusitanas. Há muito mais coisa entre o papel e a vida do que imagina a nossa burocracia.

## O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO

*Henrique Monteagudo Luces*

Como son filólogo de profesión, sinto unha grande afección polos dicionarios, de maneira que posúo unha considerable colección deles. O que máis consulto é o *Dicionário Houaiss* da língua portuguesa, un coloso magnífico de case 3.000 páxinas que ofrece arredor de 200.000 entradas. Aínda que non son autoridade na materia, podó asegurarse que se trata dun dos monumentos máis impresionantes da lexicografía contemporánea. Ata onde sei, non existe ningún dicionario do español que poida comparárselle en dimensións, e talvez tamén en cualidade.

A edición en papel que posúo aparece datada en Rio de Janeiro. Custoume ferro e fariña conseguila, e se non fose polos excelentes oficios de Pablo Couceiro (o meu libreiro preferido), dubido que nunca chegase ás miñas mans, pois non había maneira de localizala en Portugal. Eu non entendía o problema, ata que, cando por fin chegou, lendo no meu exemplar, reparei en que contén a seguinte advertencia: "Este dicionário será publicado em Portugal, na norma portuguesa da língua (...)". Efectivamente, a edición brasileira non circulou nunca en Portugal, onde houbo que preparar unha versión específica, que á súa vez tampouco circularía en Brasil. Souben despois que os materiais educativos editados na norma brasileira tiñan prohibida a circulación en Portugal, e á recíproca.

Pero como se chegou a esta situación tan estraña?

### **A ORTOGRAFÍA PORTUGUESA CONTEMPORÁNEA**

Parecerá chocante, pero en realidade, Portugal e Brasil nunca tiveron unha ortografía común. Ás veces escóitase falar do problema dando por suposto que foron os brasileiros os que provocaron a división, ao arredárense da ortografía de Portugal. Non tal. O portugués

careceu dunha norma ortográfica ata 1911, cando o país veciño adoptou oficialmente a chamada *Ortografía nacional*. Ata daquela, arranxárase sen tal invento. O certo é que a ortografía é un artefacto moito máis recente do que tendemos a pensar. Desde o Renacemento publicáronse moitos tratados ortográficos, pero a codificación dunhas normas con respaldo institucional só se produciu a partir do século XVI-I. No caso español, no século XVIII, cando a fundación da Real Academia. Así e todo, para que unha norma ortográfica teña unha vixencia efectiva, cómpre que reciba a consagración oficial dunha autoridade estatal, e iso só comezou a darse, por vía da regra, no século XIX.

Unicamente cando os Estados contemporáneos mostraron un interese real pola escolarización e a alfabetización da maioría da poboación nunha lingua *nacional*, e cando comezou a artellarse un sistema educativo *nacional* -o que adoitou acontecer ao longo do século XIX ou a comezos do XX-, se sentiu unha verdadeira necesidade de fixación, oficialización e imposición da norma ortográfica. No Estado español iso pasou contra os mediados da centuria antepasada. En Portugal houbo que agardar ao advenimento da Primeira República, a comezos do XX, para que un tal proxecto comezase a arborarse. O primeiro presidente desa República foi precisamente un filólogo, Theóphilo Braga, un dos primeiros estudiosos da poesía trobadoresca galego-portuguesa.

## **A DERIVA DIVERXENTE ENTRE PORTUGAL E BRASIL**

Pero cando Portugal aprobou a súa *Ortografía nacional* (1911), Brasil levaba case un século de vida independente; e a antiga colonia de ningunha maneira se aveu a aceptar a normativa lingüística elaborada na ex metrópole. Mentres que en Portugal dalgún xeito prevalecía unha consciencia lingüística residualmente elitista, co seu pendor cara ás solucións de tipo etimolóxico, en Brasil sentiuse crecentemente a necesidade dunha ortografía sinxela, adaptada á pronuncia propia, e máis apta para alfabetizar masas inxentes dunha poboación cun nivel cultural ínfimo. E que, ademais, marcarse simbóli-

camente a identidade propia de Brasil. Neste caso, coma en case todos, a orientación da ortografía reflectía as condicións histórico-sociais en que se desenvolvía a comunidade lingüística.

Despois, conforme o Brasil se robustecía e Portugal deveía coa perda das colonias africanas, ía consolidándose unha situación paradoxal, cada vez máis desequilibrada: o país europeo berce do idioma tornábase un anán, en comparanza co xigante americano que adoptara como propio o vello idioma colonial. Ao longo do século XX sucedéronse as tentativas de chegar a unha normativa común: 1931, 1943, 1945, 1971 / 1973, 1986 e 1990. Nas dúas últimas participaron os novos países africanos nacidos da descolonización portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Mozambique e mais Santo Tomé e Príncipe. Ultimamente sumouse tamén Timor Leste.

Conforme o tempo pasaba e o peso do Brasil se incrementaba, os brasileiros foron chegando á conclusión de que, en realidade, o problema era basicamente de Portugal (e en todo caso, tamén das ex colonias africanas), pois o coloso suramericano, cos seus cento e pico millóns de habitantes, abondábase e sobrábase por si mesmo. Por caso, os estudantes estranxeiros do portugués mostraban unha preferencia cada vez máis clara por aprender a modalidade brasileira.

## **O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990**

Nestas, chegou o acordo de Lisboa de 1990, que foi aprobado politicamente polos ministros ou secretarios de Estado dos sete países atinxidos e quedou só pendente das respectivas ratificacións parlamentares, que se prevía que culminarían en 1994. Non obstante, o proceso de ratificación atrancouse, e só foi retomado en 2004. Agora o dito acordo está pendente da súa ratificación polo Parlamento portugués, onde se espera que sexa aprobado nas próximas semanas, co voto seguro do Partido Socialista, o Bloco de Esquerdas e os socialdemócratas, a oposición da dereita (CDS) e a indecisión (de momento) dos comunistas.

Deseñaremos unha rápida valoración deste Acordo. Evidentemente, a nova normativa reflicte o crecente peso demográfico e político do Brasil no ámbito lusófono. Se cadra, a plasmación máis visible disto é o tratamento dos grupos consonánticos cultos, que tenden á simplificación (reacionar, ata, coletivo, adotar, ...). Pero, doutra banda, a unificación ortográfica non é completa, pois continúan a existir grafías específicas da norma brasileira fronte á luso-africana, que responden a pronuncias diverxentes: acadêmico / académico, crônico / crónico, bebê / bebé, etcétera.

Certamente, nalgúns puntos, a nova norma resulta desorientadora. Por exemplo, no caso dos grupos cultos, xa citado, a norma xeral é a simplificación, pero nalgunhas palabras aqueles mantéñense obrigatoriamente, noutras déixase aberta dupla opción que depende do falante, e aínda noutras continúa a distinguirse a solución brasileira e a luso-africana.

En definitiva, resulta verdadeiramente imprescindible forxar unha norma común luso-brasileira? Non sería máis razoable que a diversidade policéntrica do idioma falado a un e outro lado do Atlántico tivese a súa plasmación en cadansúa norma particular, mutuamente (re)coñecidas? As motivacións deste acordo responden a necesidades e aspiracións reais dos e das falantes ou máis ben veñen ditas por grandes intereses económicos? O vello adaxio reza *máis vale un mal acordo ca un bo preito*. Seicasí...

## PROBLEMA LINGUÍSTICO OU POLÍTICO?

*Fernando dos Santos Neves*

Desde há muito, se é que alguma vez o foi, o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" deixou de ser um problema de mera linguística, para tornar-se um problema essencialmente político-geoestratégico, e isto para além da sentença já tida como axiomática, segundo a qual a "Política não é tudo, mas tudo é político, a começar por aquilo e aqueles que pretendem não sê-lo". Na hora de todas as emergentes "globalizações" (as económicas e as sociais, as ortodoxas e as outras), a questão das línguas aparece muito mais vasta e muito mais complexa do que a "simples" questão técnico-linguística.

Ainda não se entendeu que é a também emergente "Hora da Lusofonia" (Lusofonia que vai muito para além da questão da língua...) que colocou na "ordem do dia" a questão do "Acordo Ortográfico" e que será o Brasil (com ou sem companhia, mas esperemos com a companhia de todos os países e povos lusófonos, sem a auto-exclusão de Portugal, por ultrapassadas razões patrioteiras e quejandas), no seu lugar e papel de grande potência no mundo globalizado de amanhã que irá impor, connosco ou "sem-nosco" como alguns já desacordada e humoristicamente disseram, a existência do que se chama o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa"?

A presente "Semana Sociológica", na linha das suas multivariadas mas todas "sociológicas" temáticas anteriores, quer abordar, da maneira mais frontal e aberta, a temática da "Língua Portuguesa" e, especificamente, a temática do "Acordo Ortográfico", como questão essencialmente política e geoestratégica nesta "Hora Global" que não pode deixar de ser também a "Hora da Lusofonia", que até poderia fornecer um excelente exemplo de uma bem sucedida "Glocalização".

E que lugar mais adequado para tal reflexão que a cidade do Porto, onde não só, Camões dixit, "como é fama, origem teve o nome eterno de Portugal" mas em cuja região, que é a região europeia do Noroeste Peninsular, como às vezes parece ser menos fama, "origem também teve a sem dúvida ainda mais eterna Língua Portuguesa", a qual, como já disse Fernando Pessoa nos princípios do séc. XX, dando como grande razão o facto de ter como sujeito o Brasil enquanto grande país, é uma das pouquíssimas línguas contemporâneas potencialmente universais!

Necessariamente com uma norma ortográfica oficial e também necessariamente, devido aos circunstancialismos históricos, com um oficial Acordo Ortográfico, que também necessariamente acontecerá com ou sem os portugueses, mas neste último caso para mal, vergonha e desgraça de todos os que, com a já designada síndrome salazarista de Badajoz, continuarão a dar razão às tristemente célebres atitudes e palavras do ditador "orgulhosamente só"!

Texto introdutório à "XIV Semana Sociológica" realizada nos dias 7, 8 e 9 de Abril, na Universidade Lusófona do Porto.

**MARCELO REBELO DE SOUSA:  
O MUNDO DA LUSOFONIA TEM DE ASSUMIR  
QUE A LIDERANÇA É DO BRASIL**

*Catarina Osório*

**Marcelo Rebelo de Sousa abordou, na Biblioteca Municipal de Valongo, os desafios que se colocam ao livro na actualidade.**

“Tudo o que ficou combinado foi que só se falava de livros. Hoje deixo para trás a política, a economia...”, disse Marcelo Rebelo de Sousa no início da conferência “Os Escritores visitam a Biblioteca Municipal”. E foi de livros e do Acordo Ortográfico que Marcelo falou quarta-feira, numa das salas de leitura da Biblioteca de Valongo.

Questionado pela plateia sobre as vantagens do novo Acordo Ortográfico entre países lusófonos, que deverá entrar em vigor em 2014, Marcelo Rebelo de Sousa mostrou-se a favor, defendendo que “há um debate artificial sobre a questão “. O professor disse que as alterações ao acordo “não são substanciais” para a Língua Portuguesa.

Marcelo referiu que o Brasil hoje é a maior potência económica e o maior país lusófono e realçou a ideia que “Portugal precisa mais do Brasil, do que o Brasil de Portugal”. Afirmou que o acordo tem “virtuosidades” e disse que “para Portugal conseguir lutar pela lusofonia no mundo tem de lutar por dar a supremacia ao Brasil.”

“Os Escritores visitam a Biblioteca Municipal” é uma actividade de extensão cultural promovida pela Câmara Municipal de Valongo. Por lá já passaram Luísa Ducla Soares, Miguel Sousa Tavares, Rita Ferro, Luís Peixoto e Mário Cláudio, entre outros nomes da literatura portuguesa.

### **“A televisão tem de ser dinamizadora do livro”**

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que actualmente a televisão é o “centro da vida de muitas pessoas” em detrimento do livro, quando deveria ser “dinamizadora do livro”. A escola, as autarquias, a família são outros sectores da sociedade que deveriam, na opinião do professor, dinamizar a leitura a facilitar o acesso de todos ao livro.

Marcelo reconheceu também que existem algumas lacunas no sector da distribuição e das editoras em Portugal, estas últimas a “passar um mau bocado”, e alertou para o facto de as velhas livrarias estarem a “morrer”. “Cada vez mais o livro surge associado às grandes superfícies”.

## A LÍNGUA PORTUGUESA VAI TER OITO ORTOGRAFIAS?<sup>41</sup>

*Fernando Cristóvão*

Se Portugal e o Brasil têm o direito de possuírem ortografia própria, por que razão é que Angola, Moçambique e os outros países lusófonos também não a hão-de ter, até ficarmos «orgulhosamente sós»?

E qual é a língua que resiste a oito ortografias?

E não venham com o argumento ingénuo de que certas palavras ou acentuações estão de tal maneira radicadas, que seria violência cultural inadmissível alterá-las... Para resolver isto, não existem já na ortografia actual as formas duplas como **ouro** e **oiro**, **cota** e **quota**, etc. (como acontece também em outras línguas)?

Incomodam-se uns tantos com a hipotética influência que a alteração da grafia pode ter na língua. E, se tiver, é isso mais grave que a pluralidade das ortografias? A hipótese é tão mesquinha quanto é certo que determinados países, como a Albânia, a Turquia e o Vietname, trocaram os seus alfabetos pelo latino, deixando, respectivamente, os seus caracteres gregos, árabes e chineses, sem que as suas culturas sofressem com tão radical mudança. Nesses países não acabaram os poetas, nem os romancistas, nem deixaram de se publicar e de ler livros e jornais, nem aconteceram desgraças culturais — antes encontraram veículo mais adequado para a sua expansão e expressão.

---

<sup>41</sup> O texto (na versão integral) publicado no caderno *Actual* do semanário português *Expresso* de 25 de Abril de 2008, sob o título *Oito ortografias?* — 25/04/2008

Também é de lamentar o desconhecimento ou a chantagem que se faz confundindo língua com ortografia, como se fossem realidades inseparáveis.

A ortografia é tão-somente, segundo o linguista Herculano de Carvalho, autoridade bem reconhecida, a «forma de representar correctamente por escrito a palavra falada de uma dada língua, por meio de um dado sistema de sinais gráficos de natureza alfabética (letras, grafemas)».

A grafia ou ortografia não condiciona a língua, nem o estilo, nem as liberdades literárias, gráficas ou outras que os escritores usam a seu bel-prazer — desde o eliminar a pontuação, a translineação, o fazer de todo um capítulo ou livro um parágrafo único, até à construção ou desconstrução das palavras...

A mesma ortografia serve e respeita as diversas variedades nacionais, regionais ou ideoletos da língua comum.

O inexplicável ciúme em relação aos brasileiros, que chegou a acusar os membros da delegação portuguesa que subscreveu o presente Acordo de "traidora" por cedências ao Brasil — por exemplo, na questão da supressão das consoantes mudas —, ignora (?) que, já em 1746, o português Luís António Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*, em carta-capítulo dedicada à ortografia, defende, como nos acordos ortográficos modernos, que a ortografia deve seguir a pronúncia, mas com excepções. Seguindo esse mesmo critério, era da opinião de que se deviam suprimir as consoantes duplas quando uma não se pronunciava, a começar pelas dobradas; e que essa regra se aplicava também aos grupos: «Passando ao B, digo que esta não se deve conservar senão naqueles nomes que especialmente a têm na pronúncia, como obstáculo, obstante, etc., mas naqueles que hoje se pronunciam sem ela, parece-me escrúpulo demasiado.»

E quanto ao tão falado caso do **ato**, em palavra em que a ditongação não se ouve (e a situação de **acto** é semelhante), Verney sentencia: «Ato é mui boa palavra e todos a entendem!»

E que dizer, em relação à hipótese que foi muito discutida e objecto de grande gáudio humorístico, em 1968, de várias supressões do H, incluindo a palavra **homem** (a honra machista!)? Verney afirma: «Não condeno quem escreve **Homero, Heródoto, Heródes**, etc., ainda que estes três, e outros semelhantes que estão já muito em uso, podem mui bem escrever-se sem H, o que até os nossos italianos já fazem.»

Servem estes exemplos do *Verdadeiro Método* para mostrar que os brasileiros não podiam antecipar-se aos portugueses sobre os aspectos ortográficos em apreço, pois a sua literatura — segundo a mais abalizada opinião, a de António Cândido — começou por volta de 1750, e a primeira gramática que elaboraram, *A Língua Nacional*, de António Pereira Coruja, é de 1835, bem depois das propostas de Verney. Se a cronologia servisse para esta guerrilha, haveria que afirmar que os brasileiros aprenderam alguma coisa de Verney...

Uma notável singularidade desta segunda vaga da discussão sobre o Acordo Ortográfico consiste em ela se processar como se ainda estivéssemos em 1968. É que, agora, o Acordo já está aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, em 4 de Junho, na presidência de Vítor Crespo e proposto por ela, para ratificação, ao presidente Mário Soares, que o fez em 4 de Agosto de 1991, encontrando-se publicado no *Diário da República* I série-A, n.º 193 de 23/8/1991. O que se debate agora é a sua entrada em vigor, em conformidade com o que os países lusófonos resolverem, em questão de prazos, apoios, etc.

Que sentido tem proporem-se alternativas ao disposto em diversas bases, até porque não passam de alternativas?

Considerando a discussão que se tem travado até aqui, é de lamentar que não se tenham debatido os aspectos didácticos e pedagógicos da prática do Acordo nas escolas, os custos reais de uma perda de vendas das editoras na área dos manuais de ensino da língua (mas não da Matemática, História, Física, etc.), perdas essas compensadas (em que medida?) pelas vendas maciças de dicionários,

prontuários, glossários, etc., com realização quase imediata do capital investido, quando o Acordo entrar em vigor.

E, envolvendo tudo isto, porque não se gastam antes energias em discutir uma verdadeira política da língua no país e no estrangeiro, tanto mais que o actual contexto é multicultural, com não poucos problemas de multilinguismo?

Como é possível gastarem-se tantas energias a combater moinhos de vento?

### **ACORDO ORTOGRÁFICO: A POLÉMICA**

<http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2008/05/acordo-ortografico-polmica.html>

Com a devida vénia, transcreve-se da "Folha de S. Paulo" o texto do artigo "Libertem a língua", da autoria do Professor Boaventura de Sousa Santos (foto), sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

"Sendo a ortografia uma pequena dimensão da vida da língua, seria legítimo esperar que não fosse necessário o acordo ortográfico ou que, sendo-o, pudesse ser celebrado sem dificuldade nem drama. No caso da língua portuguesa, assim não é, e há que refletir por quê.

A razão fundamental reside no fantasma do colonialismo inverso que desde há séculos assombra as relações entre Portugal e Brasil. Por séculos, a única colónia com propósitos de ocupação efetiva no império português, o Brasil, foi sempre e simultaneamente um tesouro e uma ameaça grandes demais para Portugal.

Após um curto apogeu no século 16, Portugal foi durante toda a modernidade ocidental capitalista um país semiperiférico, isto é, um país de desenvolvimento intermédio, desprovido dos recursos po-

líticos, financeiros e militares que lhe permitissem controlar eficazmente o seu império e usá-lo para seu exclusivo benefício.

Teve, pois, de o partilhar desde cedo com as outras potências imperiais européias, e foi por conveniência destas que ele se manteve até tão tarde.

A partir do século 18, Portugal foi simultaneamente o centro de um império e uma colônia informal da Inglaterra. À semiperifericidade de Portugal correspondeu a semicolonialidade do Brasil, tão bem analisada por Antonio Candido, a idéia contraditória de um país mal colonizado e superior ao colonizador, um país que resgatou a independência de Portugal e que, logo após sua própria independência, foi visto como uma ameaça aos interesses de Portugal na África.

A relação colonizador-colonizado entre Brasil e Portugal foi sempre uma relação à beira do colapso ou à beira da inversão. Até hoje. É essa indefinição que torna tão necessário quanto difícil o acordo ortográfico.

Do lado português, a posição ante o acordo assenta sempre na idéia de "rendição ao Brasil", tanto para o aceitar como para o recusar. Em ambos os casos, o fantasma do colonialismo do inverso, em vez da idéia libertadora do inverso do colonialismo. Acontece que hoje a inconseqüência do acordo tem conseqüências que não tinha, por exemplo, em 1911.

Em 1911, o acordo teve lugar entre dois países em que a língua portuguesa era a língua natural. No caso português, o colonialismo proibia que as línguas nacionais faladas nas colônias fossem um problema lingüístico. No brasileiro, o colonialismo interno impedia que as línguas indígenas existissem. Portugal considerava-se o dono da língua portuguesa, mas, porque não o era de fato, o acordo só começou a ser implementado em 1931.

Hoje são oito os países de língua oficial portuguesa, e em seis deles a língua portuguesa coexiste com outras línguas nacionais, al-

gumas delas mais faladas que o português. Nesses países, o contexto da política da língua é muito mais complexo.

Mexer no português só faz sentido se se mexer nas línguas nacionais, e mexer nestas, em países que há pouco saíram de uma guerra civil, pode ter conseqüências bem mais graves que as do drama bufo luso-brasileiro.

Por essas razões, deviam ser esses países a decidir o desacordo, mas pelas mesmas razões é pouco provável que aceitassem tal magnanimidade. Nesse contexto, a língua portuguesa deve ser deixada em paz, entregue à turbulência da diversidade que torna possível que nos entendamos todos em português. Revejo-me, pois, no comentário irônico e contraditório de Fernando Pessoa aos acordos ortográficos, escrito em 1931, ano em que se implementava o acordo de 1911: "Odeio... não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escrita, como pessoa propria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ipsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiu. Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da translitteração greco-romana veste-m'a do seu vero manto regio, pelo qual é senhora e rainha".

Apesar de transcrito na ortografia de Pessoa, foi difícil entender esse passo?"

**PRIBERAM AJUSTA FLIP  
AO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO**

<http://tek.sapo.pt/4L0/819300.html>

A implementação do novo acordo ortográfico para a língua portuguesa tem vindo a causar alguma controvérsia no que se refere à forma como este será aplicado e tratado a nível da indústria, educação e literatura de suporte. A Priberam, responsável pela ferramenta linguística Flip, amplamente utilizada no mercado, deu hoje a conhecer a sua estratégia neste campo, dois dias antes da Assembleia da República votar o novo acordo.

Neste contexto, e tendo em conta que no Brasil a implementação da nova forma de escrever já é um facto consumado – já foi aprovada a entrada em vigor do acordo para 2010, altura em que todas as publicações deverão respeitar as regras implementadas -, a Priberam decidiu manter a estratégia de comercializar duas ferramentas Flip: uma para a língua portuguesa de Portugal e outra para o Brasil. Ambos os pacotes incluem as alterações a realizar e dão a escolher ao utilizador, na primeira utilização, se este quer, ou não, seguir as formas de correcção do texto segundo as novas regras do acordo ortográfico.

Após a aprovação do acordo, caberá à Priberam, e ao utilizador, decidir qual a melhor palavra a usar nos casos em que não exista ainda um consenso quanto à forma ortográfica correcta - sub-reptício/ subreptício, por exemplo. Nestes casos, a empresa está a pensar implementar um sistema personalizável na ferramenta, que permita ao utilizador decidir qual a forma que pretende utilizar.

Para já, a Priberam criou uma nova secção no site do Flip destinada ao acordo ortográfico. Esta área estará disponível ainda esta semana, dando aos utilizadores a possibilidade destes esclarecerem as suas dúvidas sobre o tema

## **JAIME GAMA DESTACA QUE ACORDO ORTOGRÁFICO ESTÁ NA AGENDA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=345841&visual=26&tema=5>

**Brasília, 13 Mai (Lusa) - O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, destacou hoje, durante a sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 200 anos da instalação da Corte Portuguesa no Brasil, que o Acordo Ortográfico está na agenda do Parlamento português.**

Segundo Jaime Gama, a Assembleia da República vai discutir esta semana a proposta de resolução do Governo que propõe a ratificação do segundo protocolo modificativo, abrindo caminho, assim, para a entrada em vigor do Acordo, assinado em 1990.

Na resolução já aprovada pelo Executivo, é proposto que o Acordo Ortográfico entre plenamente em vigor em Portugal após seis anos da ratificação do segundo protocolo modificativo.

"É um ponto que está na agenda da Assembleia da República mas não me pronuncio sobre o conteúdo dos diplomas que a Assembleia da República discute", disse Jaime Gama aos jornalistas, após a cerimónia.

O presidente da Assembleia da República esquivou-se também de comentar o seu encontro hoje com o Presidente brasileiro Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

"Falamos sobre vários pontos da agenda bilateral e internacional. Foi uma conversa muito distendida e interessante, até sobre o estado de espírito do Presidente Lula em relação ao Brasil e as suas apostas e confiança na América Latina", limitou-se a dizer.

Na sessão solene do Congresso para celebrar o bicentenário da chegada da família real ao Brasil, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, destacou os feitos de D. João VI e a sua contribuição para a formação do Estado brasileiro.

Segundo Chinaglia, a transferência da corte para o Brasil foi uma "resolução audaciosa, inteligente e bem sucedida" de D. João que, ao voltar para Portugal, já tinha montado a estrutura do Estado brasileiro e delineado o caminho da emancipação do país.

Participava também na mesa que presidia a sessão solene o deputado José Lello, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil.

O parlamentar classificou as relações actuais entre os dois países como "excelentes", "num nível em que jamais estiveram".

Segundo Lello, isso é um reflexo do incremento das relações económicas entre os dois países e do aprofundamento dos vínculos luso-brasileiros no plano de suas alianças regionais - União Europeia e Mercosul, respectivamente - e da cooperação dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e nos diversos foros internacionais.

José Lello disse ainda à Lusa que o Brasil tem em Portugal um aliado da sua política de biocombustíveis.

"O Brasil tem em Portugal um bom interlocutor na Europa nesta área. Os adversários do etanol põem em causa a possibilidade de se estar a utilizar alimentos para a produção de energia. Não é o caso do Brasil", declarou.

Segundo Lello, "as energias renováveis são fundamentais para combater os desvios climáticos e Portugal também está nesta campanha".

Em relação ao problema da imigração, o parlamentar admitiu que as autoridades portuguesas continuam preocupadas com o fluxo de imigrantes brasileiros.

"Vê-se com muita simpatia os brasileiros que têm trabalhado tão activamente em Portugal mas nós temos limitações no quadro da legislação europeia. É sempre melhor, portanto, que os brasileiros tenham o contrato de trabalho e não fiquem sujeitos a intermediários em Portugal", alertou.

Além da sessão solene no plenário, na qual participou a delegação lusa, a Câmara dos Deputados promoveu uma exposição para assinalar os 200 anos da Instalação da Corte Portuguesa no Brasil e a conferência internacional "As Origens do Estado Nacional - das Cortes Gerais ao Parlamento Brasileiro", que contou com a participação de historiadores brasileiros e portugueses.

**ACORDO ORTOGRÁFICO:  
PETIÇÃO A FAVOR DE REFORMA MAIS RÁPIDA**  
<http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/313864>

Lisboa, 06 Mai (Lusa) - Uma petição em prol de uma mais rápida implementação do Acordo Ortográfico, iniciada pelo Movimento Internacional Lusófono a 15 de Março, reuniu até agora 375 assinaturas, podendo ser subscrita no endereço electrónico [www.gopetition.com/online/17740.html](http://www.gopetition.com/online/17740.html).

Lisboa, 06 Mai (Lusa) - Uma petição em prol de uma mais rápida implementação do Acordo Ortográfico, iniciada pelo Movimento Internacional Lusófono a 15 de Março, reuniu até agora 375 assinaturas, podendo ser subscrita no endereço electrónico [www.gopetition.com/online/17740.html](http://www.gopetition.com/online/17740.html).

O Movimento Internacional Lusófono apresenta-se como um "movimento cultural e cívico recentemente criado" cuja comissão coordenadora é presidida por Paulo Borges, professor da Universidade de Lisboa e presidente da Associação Agostinho da Silva.

Para os promotores da petição, a proposta de resolução do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, aprovada em Conselho de Ministros em Março, "pretende consagrar um período demasiado longo para a entrada em vigor do Acordo - seis anos".

"Recordamos que a grande reforma ortográfica de 1911 teve um período legal de adaptação de três anos, numa época em que não havia a tecnologia que há hoje", sublinha o texto da petição.

"A recente iniciativa de uma editora, com o lançamento de Dicionários de Língua Portuguesa já obedecendo às regras do Acordo Ortográfico, bem como a posição de várias entidades, entre as quais a Universidade Lusófona - que pretende editar as suas 14 revistas

com a nova ortografia até final de 2008 - demonstram que podemos ambicionar um período de transição mais curto", lê-se no documento.

Assim - e dado que a proposta de resolução ainda será apreciada em sede parlamentar - os proponentes exortam a Assembleia da República a "aprovar um período legal de adaptação de três anos, no máximo".

"A nosso ver, o Acordo Ortográfico é um instrumento fundamental para uma mais forte e fraterna relação entre todos os países lusófonos - desde logo, para todos os projectos de intercâmbio de professores, que doravante terão a segurança de haver apenas uma ortografia para todo o espaço lusófono", argumentam os subscritores.

A petição defende igualmente a importância do Acordo Ortográfico "para uma mais clara relação dos países lusófonos com o resto do mundo" e salienta que "nos foros internacionais, como na ONU, os documentos oficiais não mais terão que ser traduzidos para as duas variantes da língua lusa, como acontece até agora".

Em sentido contrário está, também na Internet, desde sexta-feira, um manifesto/petição contra o Acordo Ortográfico.

Iniciada por 19 personalidades da cultura, política e economia, a petição contra o acordo - alojada em [www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa](http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa) - reúne, actualmente, mais de 11.000 assinaturas.

Subscvem o documento Ana Isabel Buescu, António Emiliano, António Lobo Xavier, Eduardo Lourenço, Helena Buescu, Jorge Morais Barbosa, José Pacheco Pereira, José da Silva Peneda, Laura Bulger, Luís Fagundes Duarte, Maria Alzira Seixo, Mário Cláudio, Miguel Veiga, Paulo Teixeira Pinto, Raul Miguel Rosado Fernandes, Vasco Graça Moura, Vítor Manuel Aguiar e Silva, Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho e Zita Seabra.

A petição, dirigida aos Presidentes da República e da Assembleia República e ao Primeiro-Ministro, descreve a reforma ortográfica, que vai ser discutida e votada no dia 15 pelos parlamentares, como tendo "inúmeras imprecisões, erros e ambiguidades".

"Mal concebida", "desconchavada", "sem critério de rigor", "desnecessária" e "perniciosa" são outras das características que os peticionários atribuem à reforma ortográfica, que terá, na sua opinião, "custos financeiros não calculados".

No texto é apontada como "inaceitável" a supressão da acentuação, bem como das chamadas consoantes "mudas" e contestado o carácter "facultativo" que o texto do Acordo prevê para numerosos casos, considerando que assim se fomenta a "confusão".

No manifesto é ainda criticado que se avance com uma reforma "atabalhoadamente, sem consultar escritores, cientistas, historiadores e organizações de criação cultural e investigação científica".

O Acordo Ortográfico, que visa unificar a escrita do português, foi alcançado em finais de 1990 e deveria ter entrado em vigor em 1994 mas apenas três dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - aprovaram quer o acordo quer os dois protocolos modificativos entretanto estabelecidos entre os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O segundo desses protocolos, de 2004, prevê que é suficiente a ratificação do texto por três países para que o mesmo entre em vigor.

Este Protocolo Modificativo foi assinado por todos os países lusófonos, mas apenas ratificado inicialmente pelo Brasil e Cabo Verde, tendo em Agosto de 2006 sido ratificado igualmente por São Tomé e Príncipe.

## MINISTRO MINIMIZA IMPACTO DO ACORDO ORTOGRÁFICO

<http://diario.iol.pt/sociedade/acordo-ortografico-pinto-ribeiro-ministro-da-cultura-cultura-ar-portugal-diario/952037-4071.html>

### **Pinto Ribeiro considera que período de seis anos assegurará transição integral**

O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, minimizou hoje o impacto que o Acordo Ortográfico terá lembrando que há um prazo de seis anos para a sua adopção

O acordo prevê **"um período no máximo de seis anos para assegurar uma transição integral"**, sublinhou Pinto Ribeiro hoje na comissão parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, assinalado que o que está em debate é **"apenas a entrada em vigor, já que o acordo foi ratificado pelo Parlamento em Junho de 1991 e publicado no mesmo ano o respectivo decreto ratificativo"**.

Pinto Ribeiro não considerou relevante uma proposta da deputada Teresa Caeiro, do CDS/PP, para se criar uma comissão de acompanhamento de implementação do acordo.

**"Tenho estima e confiança nos professores, não é necessário uma entidade reguladora"**, justificou o governante.

O Acordo Ortográfico vai obrigar à reaprendizagem da escrita do português. Em causa está a alteração de 1,6% das palavras da variante luso-africana (que engloba Timor-Leste e Macau) e 0,5% das palavras da variante brasileira.

## Principais alterações à ortografia da língua portuguesa Novas letras no alfabeto português

O **k**, o **w** e o **y** passam a constar do alfabeto da língua portuguesa que, assim, passará a ser formado por 26 letras.

No fundo, não é tanto uma alteração mas antes a oficialização da prática corrente, já que utilizamos vulgarmente palavras com estas letras, sobretudo nos vocábulos derivados de nomes estrangeiros como **kantiano**, **darwiniano**, **wagneriano**, **yoga**.

### Consoantes mudas

Esta será a maior alteração na ortografia da língua portuguesa, na variante luso-africana: são suprimidas as consoantes mudas, aquelas que não se pronunciam, tal como já acontece na variante brasileira.

Alguns exemplos:

acto = ato

colecção = coleção

óptimo = ótimo

Egipto = Egito

baptismo = batismo

peremptório = perentório

9 nestes casos o "m" dá lugar a um "n". Outro exemplo: sumptuoso = suntuoso)

Há no entanto excepções, nos casos em que a consoante se pronuncia:

egípcio

pacto

ficção

intelectual

opção

E há palavras onde são admitidas ambas as grafias:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> aspecto e aspeto     | <input type="checkbox"/> caracteres e carateres |
| <input type="checkbox"/> facto e fato         | <input type="checkbox"/> sector e setor         |
| <input type="checkbox"/> concepção e conceção | <input type="checkbox"/> corrupto e corruto     |

## Hífenes

O hífen é **eliminado** nos seguintes casos:

- quando o prefixo termina em vogal e o elemento seguinte começa por vogal diferente cai o hífen: autoestrada, antiaéreo;
- quando o prefixo termina em vogal e o elemento seguinte começa por “s” ou “r” cai o hífen e dobra-se a consoante: antirreligioso, contrarrelógio, minissaia;
- nas palavras começadas por “co”: coobrigação ou coocupante;
- no presente do indicativo do verbo haver: hei de, há de, há de, heis de, hão de;
- fim de semana, cor de vinho, sala de jantar

O hífen **mantém-se**:

- nos casos em que o prefixo termine com a mesma vogal que inicia o elemento seguinte: (micro-ondas e contra-almirante), excepto no caso de “co” (coobrigação ou coocupante);
- nas palavras compostas da área da botânica e da zoologia: couve-flor, formiga-branca.
- pé-de-meia, cor-de-rosa, queima-roupa, ao deus-dará.

## **Acentos**

O acento **circunflexo** é **eliminado**:

na terceira pessoa do plural do presente do indicativo e do conjuntivo dos verbos crer, dar, ler e ver (creem, deem, leem, veem em vez de crêem, dêem, lêem e vêem);

na palavra “pêlo” (pelo).

O acento **circunflexo mantém-se**:

na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do verbo poder (pôde);

na terceira pessoa do plural do presente do conjuntivo do verbo dar (dêmos).

O acento **agudo** é **eliminado**:

nas palavras com ditongo “oi” (heroico, paranoico)

na palavra “pára” (para)

## **Maiúsculas e minúsculas**

Outra alteração significativa diz respeito à utilização de maiúsculas e minúsculas, sobretudo nos nomes dos meses, das estações do ano e dos pontos cardeais:

Alguns exemplos:

Janeiro = janeiro

Fevereiro = fevereiro

Primavera = primavera       Verão = verão

Norte = norte       Sul = sul

Maiúscula facultativa:

títulos dos livros (As pupilas do senhor reitor ou As Pupilas do Senhor Reitor)

formas de tratamento (senhor professor ou Senhor Professor)

domínios do saber ou disciplinas escolares (matemática ou Matemática)

topónimos (Avenida da Liberdade ou avenida da liberdade)

**ACORDO ORTOGRÁFICO:  
UNIFORMIZAÇÃO DA GRAFIA É «ESSENCIAL»  
À INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA  
- MINISTRO DA CULTURA**  
<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/d2f2797478448160c1e11c.html>

15 de Maio de 2008, 06:29

Lisboa, 15 Mai (Lusa) - O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, está confiante na implementação do novo Acordo Ortográfico e salientou a necessidade de uniformização da grafia como "essencial" à internacionalização da língua portuguesa.

Para o ministro, o acordo ortográfico que será debatido na manhã de sexta-feira no Parlamento, "vai ajudar a afirmar a língua portuguesa no mundo".

"Não é possível termos uma política de afirmação e universalidade da língua portuguesa na OUA (Organização de Unidade Africana), na SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), na União Europeia, nas Nações Unidas, no Mercosul (Mercado Comum da América do Sul), ou na Organização Ibero-Americana, sem haver uma forma unitária de escrever os documentos", sublinhou.

Para além da uniformidade "essencial" à projecção internacional da língua, em declarações à Lusa o ministro salientou que em debate está apenas a sua entrada em vigor, pois o Acordo já foi ratificado por Portugal em 1991.

O governante minimizou os impactos do novo acordo, nomeadamente na área económica que, à luz dos anteriores acordos, será "pouco".

Reconhecendo que o Governo "não tem contas" sobre o impacto, o ministro afirmou que "o envolvimento financeiro, pelo que se viu no passado, será pouco".

O titular da pasta da Cultura disse que os acordos de 1911, 1931, 1946, e de inícios dos anos de 1970 "não significaram uma extraordinária alteração da nossa vida".

"Ninguém deita os livros fora, eu continuo a ter o Dicionário de Moraes dos anos 30", referiu.

Quanto à implementação da nova grafia do português, o ministro declarou que "o Governo estará atento e cauteloso para que nós não tenhamos nesta área rupturas" e prometeu "formação de professores".

Quanto à área editorial, prognosticou que "não haverá nenhuma perturbação" mas também aqui afirmou que o Executivo "estará atento".

Refira-se que, na terça-feira, em declarações na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, Pinto Ribeiro estimou que "em seis anos" o novo acordo estará implementado e aceite pela comunidade.

Na entrevista à Lusa, Pinto Ribeiro salientou que o novo acordo abre "um mercado mais extenso e um universo de leitores muito maior" e mostrou-se confiante na força empresarial do sector.

"Há empresas editoriais com grande vigor financeiro e com grande capacidade organizativa e de gestão" longe da "fragilidade" que caracterizava outrora o sector, sublinhou.

Por outro lado, referiu, o salto tecnológico que diminuirá os respectivos custos de produção.

Outra área em que a "grafia trará custos menores será na das ferramentas informáticas".

"O 'office' custará menos e será entendido por todos os falantes de português", exemplificou Pinto Ribeiro.

O titular da pasta da Cultura salientou ainda que a "uniformidade da grafia simplificará também os léxicos técnico e científico".

O ministro afastou a possibilidade qualquer "perturbação cultural ou de qualquer outra natureza".

Relativamente aos escritores, o ministro afirmou à Lusa que continuarão a ter "toda a liberdade criativa" e citou os exemplos dos poetas Fernando Pessoa e Herberto Helder.

Pessoa, aquando de um acordo ortográfico [1931], afirmou que concordava mas iria continuar a escrever cisne com "y", tanto mais que a letra lhe lembrava o pescoço da ave.

Herberto Helder num mesmo poema seu, utiliza "por expressa vontade" as grafias "bêbedo" e "bêbado".

Quanto à divulgação da língua, o ministro afirmou haver uma "disponibilidade política para recentrar o discurso", sendo esta uma das bases da política cultural.

O ministro anunciou a criação de um fundo, em parceria com outros ministérios, nomeadamente o dos Negócios Estran-

geiros, para a divulgação da língua portuguesa, nomeadamente nos países em vias de desenvolvimento.

"Fazer mais pela língua portuguesa" será uma das tónicas da sua política pretendendo um maior "aprofundamento" e "qualificação" de modo a ser uma "língua de identidade, aprendizagem e de liberdade".

Referindo-se ao Instituto Camões (IC), que tem tido a responsabilidade de divulgação e projecção da língua e cultura portuguesas, bem como do ensino do idioma no estrangeiro, Pinto Ribeiro afirmou que, "tal como já enfatizou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, é preciso refundar o Instituto Camões".

"Há que reorganizar e redefinir todos os instrumentos que permitem a utilização e a divulgação da língua e da cultura portuguesas, nomeadamente toda a rede de institutos", disse.

O Governo apresenta na sexta-feira para discussão e aprovação no Parlamento o diploma sobre o Acordo Ortográfico que Portugal assinou em 1990 no âmbito de uma cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que foi ratificado pela Assembleia da República a 04 de Junho de 1991.

Ainda nesse ano, a 04 de Agosto foi publicado o decreto ratificativo assinado pelo então Presidente da República, Mário Soares.

O primeiro protocolo modificativo foi assinado na Cimeira da CPLP na Praia a 17 de Julho de 1998 e ratificado pelo Parlamento português a 18 de Novembro de 1999, e publicado o respectivo decreto a 12 de Janeiro de 2000.

Este protocolo é justificado por não ter entrado em vigor o Acordo a 01 de Janeiro de 1994 conforme previa o estabelecido em 1990.

Em 2002, numa cimeira da CPLP em Brasília, decidiu-se que qualquer acordo entra em vigor desde esteja depositado em Lisboa o terceiro instrumento de ratificação; o que já aconteceu, uma vez que os instrumentos de ratificação pelo Brasil, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde foram já depositados.